Manual Compacto de

História Geral

Ensino Médio

EXPEDIENTE

Presidente e editor	**Italo Amadio**
Diretora editorial	**Katia F. Amadio**
Editora-assistente	**Nina Schipper**
Assistente editorial	**Sandra Maria da Silva**
Preparação	**Renata Gonçalves**
Revisão	**Luciana Chagas** **Marcela Vaz**
Projeto gráfico	**Breno Henrique**
Iconografia	**Luiz Fernando Botter**
Diagramação	**Ana Maria Totaro**
Produção gráfica	**Helio Ramos**

Todos os esforços foram feitos para identificar e confirmar a origem e autoria das imagens utilizadas nesta obra, bem como local, datas de nascimento e de morte de cada personalidade abordada. Os editores corrigirão e atualizarão em edições futuras informações e créditos incompletos ou involuntariamente omitidos. Solicitamos que entre em contato conosco caso algo de seu conhecimento possa complementar ou contestar informações apresentadas nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schneeberger, Carlos Alberto
Manual compacto de história geral : ensino médio / Carlos Alberto Schneeberger. -- 1. ed. -- São Paulo : Rideel, 2011.

1. História (Ensino médio) I. Título.

11-01890 CDD-907

Índice para catálogo sistemático:
1. História : Ensino médio 907

ISBN 978-85-339-1710-1

© Copyright – todos os direitos reservados à:

EDITORA RIDEEL

Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
Cep 02519-000 – São Paulo – SP
www.editorarideel.com.br
e-mail: sac@rideel.com.br

EDITORA AFILIADA

Proibida qualquer reprodução, mecânica ou eletrônica, total ou parcial, sem a permissão expressa do editor.

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 4 1 1

SUMÁRIO

PARTE I – Introdução à História

Capítulo 1
A Pré-História..... 17
Teste seu saber 24

Capítulo 2
A Pré-História da América..... 27
Os diferentes povos da América pré-colombiana 29
Os grandes impérios pré-colombianos..... 29
Os maias..... 29
Os astecas 32
Os incas 35
Teste seu saber 39

PARTE II – Antiguidade: as civilizações orientais e o final do império romano

Capítulo 3
Antiguidade oriental 45
As civilizações dos grandes vales fluviais 45
A civilização egípcia 45
Aspectos geográficos 46
O Egito pré-dinástico..... 46
Antigo Império (3200 a 2200 a.C.)..... 47
Médio Império (2100 a 1750 a.C.) 47
Novo Império (1580 a 1085 a.C.)..... 48
A reforma religiosa de Amenófis 48
Ocupação do Egito..... 49
Sistema socioeconômico..... 49
O politeísmo egípcio 50
Relações entre religião e arte..... 51
Ciências, letras e música..... 52
Os hieróglifos e sua decifração..... 52
A civilização mesopotâmica 53
Novamente o Império Babilônico..... 56

Religião e cultura na Mesopotâmia 56
As civilizações mediterrâneas orientais 57
Os fenícios 57
Os hebreus 59
Civilizações periféricas 62
Os persas 62
Os cretenses 64
A civilização creto-micênica 66
Teste seu saber 67

Capítulo 4
Antiguidade ocidental 71
O mundo grego 71
Os gregos antes de Homero 71
Período Homérico 71
Período Arcaico 72
Período Clássico 76
Período Helenístico 80
Cultura grega 81
O mundo romano 86
Origens de Roma 86
Roma monárquica 87
Roma republicana 87
A crise da República 91
Roma imperial 94
O cristianismo 96
O epílogo do Império Romano Ocidental: as grandes invasões germânicas 99
Cultura romana 100
Teste seu saber 104

PARTE III – Idade Média

Capítulo 5
Alta Idade Média 111
A civilização bizantina 111
A civilização muçulmana 116
Os reinos germânicos 120

O sistema feudal 123
Teste seu saber 127

Capítulo 6
Baixa Idade Média 131
Conjuntura europeia 131
Os conflitos entre a Igreja e o Sacro Império: a questão das investiduras 132
As cruzadas 133
As rotas comerciais 135
As crises religiosas e as transformações culturais 135
Transição do feudalismo ao capitalismo 137
As monarquias nacionais 139
As grandes crises do século XIV 139
Teste seu saber 142

PARTE IV – Idade Moderna

Capítulo 7
Expansão marítima e comercial europeia 149
O pioneirismo de Portugal 151
A expansão marítima espanhola 153
Teste seu saber 155

Capítulo 8
O Renascimento cultural 159
O pioneirismo italiano 161
O Renascimento nos Países Baixos 165
O Renascimento na península Ibérica 165
O Renascimento na Inglaterra e na França 165
Teste seu saber 167

Capítulo 9
Reforma religiosa 171
O desencadeamento da Reforma na Alemanha 171
A Reforma na Suíça: o calvinismo 174
A Reforma na Inglaterra e na Escócia: o anglicanismo e o presbiterianismo 175
A Reforma católica ou Contrarreforma 176
Teste seu saber 178

Capítulo 10
O Estado moderno 181
O mercantilismo 181
A colonização 184
O absolutismo 184
Teste seu saber 186

Capítulo 11
O absolutismo na Inglaterra 189
Apogeu e crise 189
As revoluções inglesas no século XVII 190
Teste seu saber 193

Capítulo 12
O absolutismo na França 195
Teste seu saber 199

Capítulo 13
O iluminismo e o pensamento liberal 201
Teste seu saber 207

Capítulo 14
O despotismo esclarecido 209
Teste seu saber 213

Capítulo 15
A independência dos Estados Unidos da América 215
A formação das colônias 215
O processo de independência 217
Teste seu saber 219

Capítulo 16
A Revolução Industrial 223
O pioneirismo da Inglaterra 223
Teste seu saber 228

PARTE V – Idade Contemporânea

Capítulo 17
A Revolução Francesa 233
Teste seu saber 242

Capítulo 18
O período napoleônico e o Congresso de Viena (1798 a 1815)..... 247
O Congresso de Viena e a Santa Aliança 251
Teste seu saber 254

Capítulo 19
A independência das colônias espanholas na América 257
Teste seu saber 260

Capítulo 20
As grandes correntes ideológicas do século XIX: liberalismo e socialismo 263
O liberalismo..... 263
O socialismo..... 266
O pensamento social da Igreja Católica: *Rerum Novarum*..... 270
Teste seu saber 271

Capítulo 21
As revoluções liberais de 1830 e 1848 275
Teste seu saber 280

Capítulo 22
A evolução da Inglaterra até a Primeira Guerra Mundial..... 283
Teste seu saber 287

Capítulo 23
A unificação política da Alemanha e da Itália..... 291
A fundação do Império Alemão (2º Reich) 291
A unificação política italiana 294
Teste seu saber 298

Capítulo 24
Os Estados Unidos no século XIX 301
A questão cubana 305
Teste seu saber 308

Capítulo 25
O imperialismo e a partilha da África e da Ásia 311
Teste seu saber 316

Capítulo 26
A Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) 321
Origens 321
A guerra 323
Teste seu saber 327

Capítulo 27
A Conferência de Paris e os tratados de paz (1919) 331
A Conferência de Paris 331
O Tratado de Versalhes 332
Os demais tratados 333
A Liga das Nações 334
Teste seu saber 336

Capítulo 28
A Revolução Russa de 1917 339
Antecedentes 339
A revolução liberal-burguesa de fevereiro de 1917 340
A revolução socialista de outubro de 1917 341
Primeiras medidas do governo comunista 342
Uma nova política econômica (NEP) 343
O triunfo de Stalin e os Planos Quinquenais 344
Teste seu saber 346

Capítulo 29
As democracias ocidentais no período entre guerras ... 349
A Europa perde a liderança 349
A hegemonia dos Estados Unidos 350
Teste seu saber 354

Capítulo 30
A crise do capitalismo liberal e o *New Deal* 357
Os primeiros sinais da crise 357
A manifestação da crise: o *crash* da bolsa 359
A crise torna-se mundial 360
Franklin Roosevelt e a era do *New Deal* 362
Teste seu saber 364

Capítulo 31
A ascensão do totalitarismo e da direita: fascismo e nazismo 367

O fascismo italiano **367**
O nazismo alemão **369**
O fascismo na península Ibérica **373**
Teste seu saber 375

Capítulo 32
A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) **379**
Antecedentes imediatos **379**
O desencadeamento do conflito **380**
Os Estados Unidos na guerra **382**
O início do fim **383**
A derrota do Eixo **384**
O balanço da guerra **385**
Teste seu saber 387

Capítulo 33
O mundo após a Segunda Guerra Mundial **391**
A fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) **391**
A Guerra Fria **392**
A reconstrução da Europa Ocidental **395**
A socialização do Leste Europeu **396**
A corrida armamentista **397**
O triunfo do comunismo na China continental **398**
As grandes crises durante a Guerra Fria **401**
O bloqueio de Berlim 401
A Guerra da Coreia 401
A crise cubana 403
A descolonização da África, da Ásia e do Caribe 406
A Guerra do Vietnã 408
As guerras no Oriente Médio 410
A Guerra do Iraque 417
A crise do comunismo na URSS 420
As transformações nos Estados Unidos 422
A União Europeia **425**
Teste seu saber 427

Respostas dos exercícios **433**

Créditos das imagens **437**

PARTE I

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA

1 A Pré-História

Chama-se "Pré-História" o período que se estende do aparecimento do ser humano até o surgimento da escrita (4000 a.C.). O conhecimento desse período se faz pelo estudo dos vestígios deixados pelos povos que nele viveram, tarefa principalmente da Arqueologia e da Antropologia.

A Pré-História divide-se em períodos: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais.

A palavra *paleolítico* vem do grego e significa "pedra antiga". Foi o primeiro tipo de pedra utilizada pelos seres humanos. *Neolítico* também vem do grego e significa "pedra nova". A pedra, utilizada como ferramenta e arma, sofria um processo de polimento que a tornava mais maleável e eficiente.

1

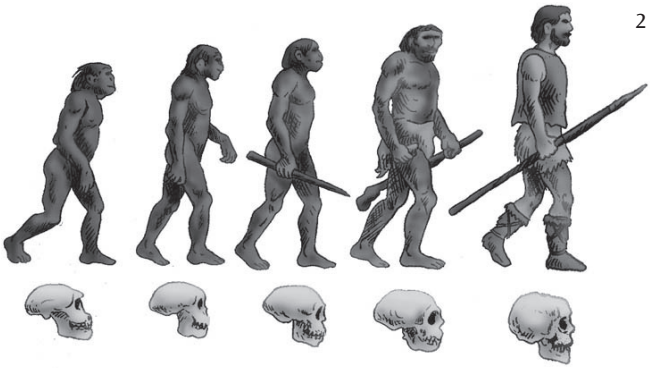
Objetos de pedra do Neolítico

Esses períodos foram divididos levando-se em consideração o estágio cultural dos grupos humanos e o grau do seu conhecimento técnico. Embora haja uma sequência lógica na evolução humana, podem ocorrer casos de simultaneidade. Assim, em uma mesma época podem coexistir os três períodos. Basta considerar, para efeito de exemplificação, o Brasil: em nosso território ainda há grupos indígenas isolados, iletrados, vivendo em pleno período "Neolítico".

Se compararmos a Pré-História com a história propriamente dita, notaremos que a primeira corresponde a milhões de anos, e a segunda, a aproximadamente 6 mil anos. Mas há estudiosos que preferem localizar o início da Pré-História a partir de 600 mil a.C., no início do processo de transformação física e evolução cultural do ser humano primitivo. Ainda assim, observa-se enorme diferença em relação à duração de cada período.

O Paleolítico, ou Idade da Pedra Lascada, corresponde ao período mais remoto da humanidade – sua infância, por assim dizer. Nessa época, o ser humano teve de lutar duramente para garantir sua sobrevivência. A obtenção de alimentos era difícil e perigosa, pela ameaça e concorrência de outros animais. O ser humano vivia de caça, pesca e coleta. Era um extrativista e um predador, pois nada produzia. Sua organização social era extremamente simples (vida grupal), e os locais de abrigo e refúgio mais utilizados em épocas de frio intenso eram as cavernas. O domínio do fogo foi fundamental para sua sobrevivência.

Dotado de raciocínio, o ser humano é capaz de interferir na natureza. Suas relações com ela apresentam três etapas, as quais podem ser sucessivas, mas também simultâneas: adaptação, modificação e domínio. Quanto mais simples for a cultura de um povo, maior será a sua dependência das condições naturais. Vive-se da coleta, da caça e da pesca. Quanto mais desenvolvido tecnologicamente, maior o seu domínio sobre o meio ambiente.



Evolução humana: Homo erectus, *Homo sapiens, Homo sapiens sapiens*

Nossos ancestrais já conseguiam produzir facas, pontas de flechas e lanças, usando a pedra como matéria-prima. Os avanços técnicos eram lentos, mas extremamente importantes. Paralelamente, suas características físicas se modificavam: a caixa craniana se ampliava, sua postura ereta (bípede) tornava amplo seu campo de visão e liberava seus braços e mãos, os quais se transformaram em verdadeiras ferramentas. Suas mãos foram se modificando, os dedos se afastaram, permitindo-lhes manipular instrumentos e levar alimentos à boca. O polegar, um dedo da mão oposto aos restantes, foi uma evolução física extremamente importante, pois permitiu ao ser humano o manuseio e a utilização de instrumentos, com os quais podiam mais facilmente se defender e obter seus meios de subsistência.

A técnica da caça aos poucos evoluía, e vestimentas de pele eram confeccionadas com ajuda de agulhas feitas com ossos. O desenvolvimento da linguagem foi fundamental para o progresso humano. O ser humano evoluiu de uma linguagem gutural para uma linguagem articulada. Criou sons diferentes para identificar elementos da natureza, objetos, ações e sentimentos. Assim, uma pessoa podia transmitir suas descobertas, experiências e conhecimentos para outras de seu grupo, tornando suas ideias coletivas.

Saiba

Linguagem gutural: sons provenientes principalmente da garganta, mais semelhantes a gritos, urros, grunhidos.

Linguagem articulada: sons emitidos com clareza, facilmente compreendidos.

Na fase final do Paleolítico surgiram as primeiras manifestações artísticas: adornos para o corpo, estatuetas femininas estilizadas, provavelmente relacionadas a cultos de fecundidade, pinturas de animais nas paredes das cavernas (pintura rupestre), entre outras. Retratavam, basicamente, cenas de caça, e muitos estudiosos acreditam que elas possuíam um caráter mágico. São famosas as pinturas rupestres de Altamira (Espanha) e de Lascaux (França). Trata-se de uma arte realista por excelência, que reproduzia o mundo em que as pessoas viviam. Muitos símbolos desenhados podem ter sido o primeiro passo em direção à escrita ideográfica, a qual consiste na representação, por meio de sinais pictóricos, não somente de objetos e ideias, mas também dos sons pelos quais esses elementos eram identificados no respectivo idioma.

Por volta de 10 mil a.C. ocorreu o fim da última glaciação. A camada de gelo que havia coberto boa parte da Terra recuou, alterando ecossistemas e provocando o desaparecimento de muitos animais e a migração de outros, mais afeiçoados ao frio. Obrigados a se adaptar às novas condições climáticas para sobreviver, muitos grupos humanos acompanharam os animais em seu processo migratório. Alargava-se a área ocupada pelos seres humanos.

No Neolítico, ou Idade da Pedra Polida, a evolução técnica se acelerou. Com o polimento, instrumentos e armas se tornaram mais eficazes.

Diversos grupos humanos, a partir de então, passaram a transformar seu meio ambiente. Com a domesticação e criação de animais

3

Vênus de Willendorf (11,1cm): descoberta num sítio arqueológico perto de Willendorf, na Áustria. Pertence ao Museu de História Natural de Viena

e o surgimento da agricultura, a produção de alimentos aumentou. A esses notáveis progressos chamamos de Revolução Neolítica ou Agrícola. Grupos humanos que melhor responderam aos desafios da natureza sedentarizaram-se, com a construção de habitações e a formação de comunidades. As atividades econômicas se diversificaram, especialmente no setor do artesanato, destacando-se a fiação de fibras vegetais e animais, a tecelagem e a cerâmica.

O conjunto das atividades econômicas determinou uma divisão de tarefas entre o homem e a mulher, ao mesmo tempo em que se estruturavam as instituições político-sociais. Ao homem cabia a caça, a preparação da terra para a lavoura e, certamente, as atividades militares (construção da paliçada, defesa, produção de armamentos etc.). O cuidado com a lavoura, incluindo a colheita, era encargo feminino, bem como o cuidado da habitação e das crianças e a preparação da comida. A organização política congregava todos os membros masculinos adultos da aldeia, para

assegurar sucesso na defesa e no ataque, bem como manutenção do domínio das áreas de caça. A chefia, então, já repousava na experiência, e não tanto na força.

Datam do Neolítico a construção de monumentos colossais em pedra (megalíticos), chamados dólmenes e menires. Os primeiros são construções que se assemelham a uma mesa. Estudiosos acreditam que deveriam ter a função de câmaras mortuárias. Os menires, por sua vez, são enormes pedras fincadas no solo em posição vertical, formando fileiras longilíneas ou circulares. A quantidade de pedras, seu tamanho e peso, e o fato de terem sido cortadas e transportadas por dezenas de quilômetros ainda hoje intrigam os cientistas. Em Stonehenge, na Inglaterra, existe uma das mais importantes construções megalíticas da Idade da Pedra.

No final do Neolítico, iniciou-se a Idade dos Metais, com o emprego de instrumentos metálicos graças ao domínio, ainda que rudimentar, da técnica de fundição. Utilizou-se, a princípio, o cobre, o estanho, sua liga (o bronze) e o chumbo – metais cuja fusão é mais fácil. A melhoria na fusão, pelo uso de foles, estimulou e diversificou a produção metalúrgica, culminando com a produção do ferro, usado sobretudo na feitura de armas. A metalurgia surgiu em uma extensa área compreendida entre o Egito e a Índia.

4

Stonehenge é um monumento megalítico da Idade do Bronze, localizado na planície de Salisbury, no sul da Inglaterra

A produção agrícola cresceu, devido à maior eficiência dos instrumentos, o que propiciou um melhor aproveitamento da terra.

Foram criadas novas técnicas (drenagem, irrigação) e novos instrumentos. O abastecimento satisfazia, em geral, as necessidades da população, que continuava a crescer. Muitas aldeias agrícolas transformaram-se em centros urbanos com vários aparelhamentos. Surgiram, assim, cidades-Estado e pequenos reinos com poder centralizado. Com armas mais poderosas, diversos povos dominaram outros pela guerra, formando-se assim os primeiros impérios, com a presença de muitos escravos.

O excedente da produção permitiu o aparecimento do comércio, no princípio à base de trocas. A navegação – fluvial, lacustre e marítima – progrediu com barcos dotados de vela.

Entre 4000 e 3000 a.C., com o aparecimento da escrita, ocorreu a passagem da Pré-História para a História propriamente dita. Os historiadores são unânimes em afirmar que ela apareceu inicialmente na Mesopotâmia e no Egito.

Teste seu saber

1. **As pinturas rupestres no Paleolítico tinham um significado mágico porque:**
a) expressavam o culto aos deuses.
b) expressavam os valores religiosos.
c) expressavam deuses antropozoomórficos.
d) possuíam um caráter expressionista.
e) ao representar cenas de caça e animais, os homens primitivos desejavam sucesso na caça.

2. **(Unicamp)"Diferentemente das outras espécies de animais, o homem possui poucas defesas corporais para enfrentar as condições do meio ambiente. Essa deficiência física, aliada a um cérebro complexo, permite ao homem grandes quantidades de movimentos e capacidade para criar seu equipamento material."Desse texto podemos concluir que:**
a) o homem, por sua capacidade física, conseguiu dominar a natureza.
b) a cultura humana não é hereditária, o conhecimento humano é um legado social.
c) o homem é a única espécie animal que possui técnica para transformar a natureza.
d) a produção de alimentos (agricultura) provoca uma profunda modificação na formação física e biológica do homem.
e) com a economia produtora, o homem tinha o controle de sua sobrevivência, embora não possuísse ainda o poder de previsão da produção.

3. **(UFRGS) A denominação"Revolução Neolítica", cunhada nos anos 1960 pelo arqueólogo Gordon Childe, refere-se a uma série de intensas transformações. Entre essas mudanças, é correto citar:**
a) a criação do poder político centralizado associado ao domínio do poder religioso.
b) o desenvolvimento de conglomerados urbanos baseados no trabalho escravo.
c) a instituição privada das terras, com o cultivo de cereais e a criação de animais.
d) o surgimento da divisão natural do trabalho, com a atribuição de papel produtivo relevante à mulher.
e) a transição da economia de subsistência para uma economia industrial.

Descomplicando a História

(UFRS-GS) Sobre o período anterior à utilização da escrita, conhecido por Neolítico, podemos afirmar que nele:
a) o homem passou a construir suas casas sobre estacas, as palafitas. Para cereais, fazia potes de barro, dando origem à cerâmica.
b) houve a descoberta do fogo; os instrumentos confeccionados inicialmente em osso e madeira foram sendo substituídos por pedra e marfim.
c) o longo isolamento por causa do frio, aliado a uma inteligência mais apurada, permitiu o surgimento da arte com representações de caças nas paredes das cavernas.
d) ocorreu a fundição do cobre, seguida da do estanho, o que permitiu a obtenção do bronze, resultante da liga dos dois primeiros.
e) o *Rhamapithecus* caçava animais grandes, como mamutes e renas, com armadilhas. Confeccionavam-se, nessa época, arpões e agulhas.

Resolução e comentários

Com o surgimento da agricultura, povos neolíticos desenvolveram a cerâmica (produção de potes) para o armazenamento da produção. No processo de sedentarização, uma das opções foi a construção de palafitas, que serviam de moradia e refúgio. A alternativa correta é a **A**.

2 A Pré-História da América

Costumeiramente, os historiadores aplicam a expressão "Pré-História da América" ao período anterior à chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, fato ocorrido em 12 de outubro de 1492. Deve-se observar que essa não é uma expressão correta, pois já havia alguns povos letrados na América, como os maias e os astecas, especialmente. A chamada América pré-colombiana era habitada por diversos povos, com padrões culturais bastante diferentes.

Desde sua chegada à América, uma questão intrigou os europeus: qual a origem dos povos que aqui habitavam? Com o desenvolvimento das ciências, em particular, no século XIX, chegou-se a pensar na hipótese do autoctonismo, ou seja, que o ameríndio seria originário da própria América. Pesquisas posteriores, e sua análise, demonstraram que o ameríndio não é autóctone. Afinal, a presença humana no continente é relativamente recente. Arqueólogos e antropólogos mais ousados afirmam que essa presença tem cerca de 40 mil anos.

Como o autoctonismo é negado, decorrem questões muito polêmicas e intrigantes: de onde então eles teriam vindo? Como teriam chegado? Onde e quando chegaram?

Há três explicações:

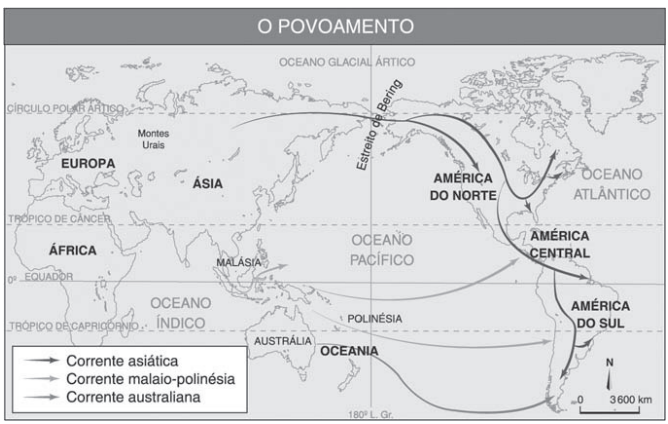
- **Hipótese asiática**: os ameríndios seriam originários da Ásia, devido às semelhanças de traços físicos entre a maioria deles e os povos asiáticos do "grupo mongol" (ou amarelo), como o cabelo (liso e castanho) e os olhos (oblíquos e castanhos). Grupos nômades asiáticos teriam atravessado o estreito de Bering, alcançado o Alasca e, aos poucos, ocupado todo o continente americano. Essa ocupação teria acontecido durante a última glaciação, quando os continentes asiático e americano estariam interligados por uma verdadeira ponte de gelo.

- **Hipótese malaio-polinésia**: nativos que ocupavam as milhares de ilhas localizadas no oceano Pacífico teriam navegado da Polinésia até a costa ocidental da América do Sul.
- **Hipótese australiana**: nativos teriam navegado de ilha em ilha, bordejando o continente antártico, e alcançado a Terra do Fogo, no sul do continente americano.

No estágio atual das pesquisas, há uma tendência para a aceitação de todas essas hipóteses, mas com predomínio da asiática. Acirra ainda mais a polêmica o fato de ter sido encontrado, há alguns anos, um crânio. Sua análise revelou tratar-se de uma mulher, a quem os cientistas denominaram Luzia. Teria vivido há 11 mil anos no atual estado de Minas Gerais. A grande surpresa: apresenta traços africanos! Duas são as explicações: grupos africanos teriam navegado pelo Atlântico e chegado à América, ou teriam se distribuído pelas regiões do Índico e, milhares de anos depois, navegando pelo Pacífico, chegado à América.

O continente americano deve ter sido ocupado há cerca de 20 mil anos, pelo menos, embora haja hipóteses de que essa data seja bem mais antiga.

5



O povoamento do continente americano

Os diferentes povos da América pré-colombiana

No final do século XV, a população ameríndia ocupava todo o continente, desde o Alasca (no extremo norte) até a Terra do Fogo (no extremo sul), mas distribuía-se de maneira muito irregular. Esses povos podem ser divididos em três grandes grupos:

- **Povos nômades**: viviam principalmente da caça, da pesca e da coleta, além de uma agricultura rudimentar, cultivando milho, mandioca, feijão, batata e batata-doce, entre outros produtos. Viviam principalmente nos atuais Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina.
- **Povos seminômades**: viviam nas proximidades dos principais impérios pré-colombianos, recebendo forte influência deles. Tanto os nômades como os seminômades eram iletrados, portanto, são enquadrados na categoria de "povos pré-históricos", expressão tradicionalmente empregada pelos historiadores para os povos que não desenvolveram a escrita.
- **Povos sedentários**: com economia baseada na agricultura, criaram grandes centros urbanos, além de estrutura social e organização política, militar e religiosa complexas. Os mais importantes exemplos eram os impérios dos maias e dos astecas na América Central e no México, e o dos incas, na região da cordilheira dos Andes (Peru e Bolívia, principalmente), todos letrados.

No Brasil, quase todos os povos pré-históricos se enquadram nessa categoria. Em todo o nosso continente, a roda não era conhecida até a conquista europeia. Poucos animais foram domesticados: lhama, alpaca e vicunha, todos na região andina.

Os grandes impérios pré-colombianos

Os maias

Os maias construíram um importante império que abrangia o sul do México e boa parte da América Central continental

(Mesoamérica). No século IV, iniciaram, de sua área primitiva, localizada na atual Guatemala, um expansionismo territorial, provavelmente decorrente do crescimento populacional. Ao norte, conquistaram toda a península do Iucatã. Porém, esse império nunca teve uma administração centralizada. Era constituído por diversas cidades-Estado, como Tikal, Palenque e Copán. Em determinados momentos, houve a formação de federações de caráter teocrático e até mesmo a hegemonia de uma cidade. No final do século VI, em seu apogeu, a civilização maia deve ter abrangido cerca de 2 milhões de habitantes e mais de 40 cidades, a maioria situada na atual Guatemala.

Sua economia era preponderantemente agrícola, e a produção era obtida nas *milas*, unidades de produção. O uso da terra era comunal, e aplicava-se o sistema rotativo de culturas. Plantava-se, principalmente, milho e, em menor escala, feijão, abóbora, cacau, mamão, abacate, algodão, diversos tubérculos e tabaco. Quando o solo ficava enfraquecido, os maias o deixavam em repouso por alguns anos. Conhecimentos astronômicos, como a mudança de estações, permitiam-lhes saber a melhor época para o plantio.

Não obstante, os maias praticavam comércio em toda a Mesoamérica e, possivelmente, com a região antilhana. Comerciavam sobretudo cacau, sal, jade e obsidiana. Desconheciam o uso da moeda; por isso, praticavam o comércio à base de troca (escambo).

Complementavam sua economia a caça, a pesca, o extrativismo e a criação de animais para alimentação. Desconheciam a tração animal, o arado e a roda. Também não conheceram a metalurgia, em decorrência da inexistência de minérios na região onde viviam. Devem ser lembradas sua importante produção de cerâmica, tecidos e cestos, bem como sua arte lapidária.

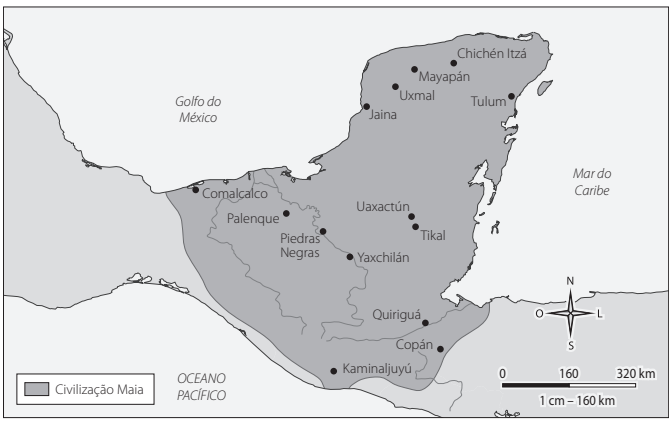
Os centros urbanos eram principalmente locais de celebrações religiosas e atividades comerciais, e não regiões de moradias. O povo, predominantemente camponês, vivia em aldeias, e as camadas mais abastadas, como a nobreza e as famílias de grandes comerciantes,

em bairros próximos. A sociedade era rigidamente hierarquizada em diferentes camadas sociais.

A partir do século VIII, após um período de estabilidade, a civilização maia entrou em um processo de declínio, cujas causas são desconhecidas dos historiadores. Uma catástrofe natural, guerras, esgotamento do solo, secas, epidemias, invasão estrangeira, revolta camponesa e fenômenos psicológicos são alguns possíveis motivos. No campo das artes, os maias são tidos como notáveis arquitetos. Sua arquitetura era voltada, sobretudo, para construções religiosas, como os templos em forma piramidal, mas com o topo em forma de terraço, dotados de rica decoração com escultura e pintura. Uma escadaria central em um dos lados externos da pirâmide permitia que o sacerdote tivesse acesso ao topo da construção. Outras obras importantes eram os observatórios astronômicos e as quadras para a disputa de um tipo de jogo de bola.

Os maias, à semelhança de todos os povos ameríndios, eram politeístas. A classe sacerdotal, monopolizadora do saber, era responsável pela organização do calendário e pela interpretação da

6



Fonte: IBGE. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

O império maia

7

Templo de Chichén Itzá, no México, uma das novas sete maravilhas do mundo

vontade dos deuses por meio de seus conhecimentos dos astros e da matemática.

Quando, nas primeiras décadas do século XVI, os espanhóis iniciaram a conquista da América Central, a civilização maia estava em declínio havia séculos. Ainda assim, algumas cidades-Estado opuseram forte resistência.

Os astecas

Os astecas habitavam o norte do atual México. No século XIV, deslocaram-se para o sul e estabeleceram-se junto ao lago Texcoco. Construíram sua cidade em uma ilha, Tenochtitlán. No início, submeteram-se aos teotihuacan, aos quais pagavam tributos. Posteriormente, revoltaram-se, dominaram seus antigos dominadores e tornaram-se donos de todo o lago. Por meio de aterro, a ilha foi ampliada, e Tenochtitlán, a capital, transformou-se em uma importante cidade, com grandes templos, praças e ruas pavimentadas.

A base econômica dos astecas, como a dos maias, também era a agricultura. Eles plantavam milho, pimenta, tomate, feijão, mandioca, cacau, algodão e tabaco. Aprenderam a irrigar a terra para o cultivo e a construir *chinampas* – porções de terreno que

avançavam pelo lago, feitas nos lugares mais rasos. Os chinampas consistiam em verdadeiros "jardins flutuantes", e para sua construção os astecas utilizavam madeira trançada, que repousava sobre pilares fixados no fundo do lago e interligados com esteiras de vime e galhos de árvores. Os astecas alargavam a área útil, tanto para a construção como para o plantio. A capital Tenochtitlán expandiu-se tanto que à época da conquista espanhola era maior que qualquer cidade da Europa.

Conseguiam grandes colheitas, que eram transportadas pelos canais em barcos. Como todos os outros ameríndios, os astecas não conheciam a roda. Também praticavam o comércio e, não raro, usavam sementes de cacau como moeda de troca.

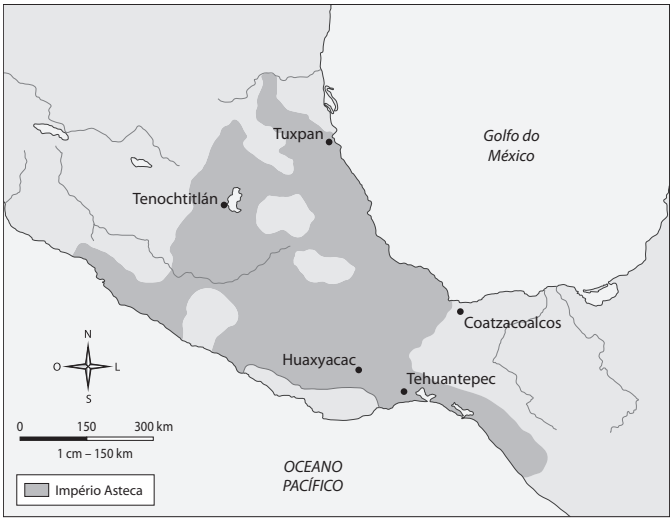
Seu artesanato era diversificado e rico, destacando-se a produção de armas, tecidos, objetos de ouro e prata. Havia um acentuado gosto pela arte plumária.

A sociedade era rigidamente estratificada, dividida em diversas classes sociais. Nobreza, sacerdotes e altos funcionários civis e militares compunham a elite; mais abaixo, os comerciantes, os soldados, demais funcionários e, finalmente, os trabalhadores – em sua maioria, camponeses, que eram obrigados a executar trabalhos compulsórios em obras públicas (canais, estradas, templos) quando solicitados pelo imperador. Embora houvesse escravos, geralmente oriundos de guerras, eram pouco numerosos.

A religião era politeísta e animista, pois cultuavam diversos elementos da natureza como deuses (Sol, Lua, Trovão, Chuva) e uma deusa, representada por uma Serpente Emplumada. Os principais deuses eram associados ao ciclo solar e à atividade agrícola. O mais importante era Quetzalcóatl, em forma de serpente emplumada, criador do homem e protetor da vida e da fertilidade.

A escrita era hieroglífica, manifestada por meio de desenhos e símbolos. Os astecas utilizaram o calendário maia com pequenas modificações. Desenvolveram diversos conhecimentos matemáticos e astronômicos. Seus rituais religiosos, realizados no topo e nas

8



Fonte: IBGE. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

O império asteca

9

Templo de Tikal, Guatemala, 2006

escadarias das pirâmides, incluíam vítimas humanas. Adeptos de religião contratual, procuravam agradar os deuses, aplacar sua ira, em troca de benefícios.

Povo belicoso, os astecas ampliaram seus domínios territoriais ao longo do século XV. No entanto, foi uma conquista efêmera; em 1519, um exército espanhol, comandado por Fernão Cortez, iniciava a conquista do império asteca e também um dos maiores genocídios que a humanidade já presenciou.

Os incas

Originários das montanhas do Peru, os incas criaram um vasto império na região dos Andes, abrangendo áreas que atualmente correspondem a Peru, Bolívia, Chile, Equador, parte da Colômbia e noroeste da Argentina. Sua capital era Cuzco, a cidade sagrada, fundada no século XIII. Na verdade, o verdadeiro nome do povo era quíchua, sendo inca (mais exatamente, Sapa Inca) o título do imperador. Alcançaram o apogeu no final do século XV. Algumas décadas depois, também seriam vitimados pela conquista espanhola.

Como os demais grandes impérios pré-colombianos, os incas tinham na agricultura a base de sua economia. Ainda hoje causa admiração aos estudiosos o elevado grau de produtividade alcançado por eles. Plantavam nos chamados terraços, ou seja, degraus construídos nas encostas das montanhas. Além disso, construíram canais de irrigação, desviando águas de rios, para o aproveitamento de solos perto das aldeias. A produtividade permitia que se criassem estoques para abastecer a população durante dois anos e que se alcançasse os consumidores por meio de eficiente sistema de estradas e trilhas. Os principais vegetais plantados e consumidos eram batata, batata-doce, milho, mandioca e amendoim.

Foi o único povo pré-colombiano a domesticar animais usados como tração (lhama, vicunha, alpaca). Esses animais também forneciam lã, carne e leite.

A organização socioeconômica do império assemelhava-se à de alguns impérios orientais da Antiguidade, conhecida como "modo de produção asiático". Além da base agrícola de regadio (irrigação), o conjunto da sociedade pagava tributos ao imperador. Ele era divinizado; usava roupas, adornos e cocares especiais que o distinguiam dos demais; era transportado em liteiras, com grande pompa. Seus súditos acreditavam que ele era descendente de deuses.

A sociedade dividia-se em quatro classes nitidamente estratificadas. A primeira era formada pela família real, além de nobres, líderes militares e líderes religiosos. Abaixo desta, estavam os governadores das quatro províncias em que o Império Inca era dividido. Tinham como principais funções arregimentar soldados e comandá-los, coletar tributos e manter a ordem nos departamentos. A terceira camada era formada pelos funcionários inferiores, civis e militares, encarregados de aplicar a lei e decidir sobre pequenas questões nas aldeias. Na base da pirâmide social estavam os artesãos e os camponeses, que constituíam a grande maioria da população.

Os camponeses eram distribuídos pelos *ayllu*, pequenas comunidades aldeãs formadas por diversas famílias que descendiam do mesmo ancestral e eram unidas por laços de parentesco ou alianças. Todos os camponeses estavam sujeitos à *mita*, trabalho obrigatório devido ao imperador. Os conquistadores espanhóis mantiveram a mita, destinando-a, obviamente, a eles.

Em termos de administração, o império era fortemente centralizado e extremamente estruturado. Embora não houvesse um sistema de escrita, os administradores incas desenvolveram um curioso e eficiente sistema de comunicação, os *quipus* – cordões de lã ou outro material nos quais eram codificadas mensagens. Os *quipus* eram usados para contabilizar a produção, recensear a população (número de habitantes, por idade e sexo) e calcular o número de cabeças de animais, os tributos pagos ou devidos aos diversos povos, a produção armazenada etc. Os números eram identificados pelos nós, e o significado, pelas cores.

Fonte: IBGE. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

O império inca

Entre outros avanços culturais incas, destaca-se a arquitetura. Exemplos mais importantes são as construções de templos, palácios e muralhas, cujos enormes blocos de pedras eram perfeitamente encaixados. A cidade de Machu Picchu, no Peru, descoberta apenas em 1911, é um exemplo da grande capacidade arquitetônica e urbana da sociedade inca.

11

Machu Picchu, Peru. Cidade pré-colombiana considerada patrimônio mundial da Unesco

Teste seu saber

1. **Desde o século XIX, cientistas discutem sobre a origem do homem americano. Várias são as hipóteses já confirmadas pelas análises arqueológicas e antropológicas. Porém, a mais aceita é a:**

a) australiana.
b) polinésia.
c) do autoctonismo.
d) asiática.
e) australo-polinésia.

2. **(Fatec) Os astecas e os incas não foram eliminados nem expulsos pelos conquistadores espanhóis devido:**

a) ao respeito que os colonizadores tinham pela cultura desses povos.
b) a eles terem-se associado aos colonizadores, na exploração dos povos mais fracos.
c) à existência de ouro e prata nas regiões que eles ocupavam e ao interesse dos colonizadores em explorá-los enquanto mão de obra.
d) à existência de excedente de produção agrícola e de força de trabalho organizada nessas civilizações.
e) aos tratados com os "criollos", que regulamentavam as formas de convivência.

3. **(UFSM-RS)"Os guerreiros constituíam um dos grupos mais importantes na sociedade asteca. No início, eram escolhidos entre os indivíduos mais corajosos e valentes do povo. Com o tempo, entretanto, a função de guerreiro começou a ser passada de pai para filho, e apenas algumas famílias, privilegiadas, mantiveram o direito de ter guerreiros entre os seus membros." (Karnal, Leandro. A conquista do México. São Paulo: FTD, 1996. p. 13.)**

O texto faz referência à sociedade asteca, no século XV, a qual era:

a) guerreira e sacerdotal, formada de uma elite política que governava com tirania a massa de trabalhadores escravos negros.
b) igualitária e guerreira, não reconhecendo outra autoridade senão a sacerdotal, que também era guerreira.
c) comunal, com estruturas complexas, sendo dirigida por um Estado que contava com um aparelho administrativo, judiciário e militar.
d) hierarquizada e guerreira, visto que o imperador era, ao mesmo tempo, o general do exército asteca e o sumo pontífice sacerdotal.

e) igualitária, guerreira e sacerdotal: todo guerreiro era um sacerdote e todo sacerdote era um guerreiro.

4. **(Fatec) Considere as afirmações:**

I. Os incas constituíam um vasto império, integrado por povos de diferentes culturas, localizados nas mais variadas regiões que se estendiam em faixas paralelas à cordilheira dos Andes.

II. Entre os astecas, a ausência de chuvas combinada com um clima quente e úmido permitia o desenvolvimento em grande escala da agricultura.

III. Os monumentos maias eram tão imponentes que custava a muitos estudiosos acreditar que tivessem sido obra dos índios americanos.

IV. Uma construção notável dos índios norte-americanos foi a cidade fortificada de Machu Picchu, a cerca de 600 quilômetros de Cuzco.

Sobre as asserções anteriores, deve-se afirmar que estão corretas apenas:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I e IV.
e) III e IV.

5. **(UFMG) No final do século XV e início do XVI, quando os europeus conquistaram o continente americano, este era habitado por inúmeros grupos étnicos, com diferentes formas de organização econômica e político-social.**

Considerando-se o império inca, é incorreto afirmar que:

a) a agricultura, base da sua economia, era praticada nas montanhas andinas, por meio de um sofisticado sistema de produção que incluía a irrigação e a adubação.
b) o Estado era centralizado, com o poder político concentrado nas mãos do Inca, o imperador, e sua sociedade era rigidamente hierarquizada.
c) seu domínio se estendia ao longo da cordilheira dos Andes, ocupando parte dos atuais territórios da Colômbia, do Equador, do Peru, da Bolívia, do Chile e o noroeste da Argentina.
d) um deus criador e protetor da vida e da natureza era cultuado segundo uma doutrina monoteísta e, para ele, foram construídos diversos templos.

Descomplicando a História

(Vunesp) Observe o mapa.

(Adaptado de: Lumbreras, Luis Guillermo. História de América Andina, 1999.)

A região que aparece no mapa corresponde ao território que os incas dominaram por alguns séculos antes da chegada dos espanhóis ao continente americano. Esse povo ficou conhecido por saber aproveitar todos os recursos naturais, inclusive de áreas distantes ou de condições climáticas não muito favoráveis à agricultura. A forma como esse povo conseguiu lidar com a natureza, extraindo dela os recursos naturais necessários ao seu abastecimento está relacionada com:

a) o uso de avançados instrumentos de ferro na agricultura e de animais de tração para auxiliar nas atividades de plantio e colheita.

b) o conhecimento dos mais variados pisos ecológicos, onde podiam caçar, pescar e coletar pequenos frutos silvestres, visto que desconheciam a agricultura.

c) a sabedoria xamânica sobre astronomia, técnicas hidráulicas e fertilização química de solos, que lhes permitia alcançar grande produção agrícola.

d) o domínio de irrigação, o conhecimento dos solos e da hibridização de sementes e a técnica de construção de degraus para plantio nas encostas da cordilheira dos Andes.

e) a perfeita relação do homem com a natureza, que permitia a produção abundante de alimentos sem grande participação de mão de obra humana.

Resolução e comentários

Os incas ocuparam e dominaram um extenso território na região dos Andes, onde desenvolveram uma notável civilização agrícola. Utilizavam numerosa mão de obra servil (mita) e diversas técnicas agrícolas (canais de irrigação, hibridização de sementes) e construíam de degraus (terraços) em regiões montanhosas. A alternativa correta é a **D**.

PARTE II

ANTIGUIDADE: AS CIVILIZAÇÕES ORIENTAIS E O FINAL DO IMPÉRIO ROMANO

3 Antiguidade oriental

As civilizações dos grandes vales fluviais

A história da civilização ocidental teve origem no Oriente, há mais de 5 mil anos. Nessa região, alguns povos, já sedentarizados, haviam elaborado a escrita, desenvolvido formas complexas de sociedade e atividades organizadas de trabalho, produzido notáveis obras artísticas, organizado governos com estruturas bem definidas e leis que disciplinavam a vida e os interesses das comunidades. A complexidade dessas culturas permite aos historiadores chamá-las de "grandes civilizações". Seria o Oriente Médio, portanto, o "berço da civilização ocidental".

Os cientistas já mapearam parcialmente as grandes migrações ocorridas na Terra, quando o clima se alterou em decorrência do fim da última glaciação no final do Período Neolítico. Não por acaso, as mais antigas civilizações desenvolveram-se às margens de grandes rios. Esse fenômeno se manifestou em várias regiões: Egito, Mesopotâmia, Índia e China são chamados "civilizações hidráulicas".

A civilização egípcia

O Egito foi ocupado muito remotamente por grupos nômades africanos. Posteriormente, povos procedentes da Ásia, como o camita, teriam atravessado a região do Sinai e se instalado no delta do rio Nilo.

O Egito antigo, no geral, foi território relativamente fechado durante milênios, de sorte que não sofreu muitas invasões dos povos que permaneciam nômades. Isolados, protegidos ao norte

pelo mar Mediterrâneo, a leste e a oeste pelos desertos, e ao sul pelas cataratas do rio Nilo, os egípcios criaram uma complexa cultura, notável por sua originalidade e seu conservadorismo.

Aspectos geográficos

O nordeste da África é uma região seca e desértica. O Nilo, um dos mais longos rios do mundo, nascido no centro do continente, cruza o deserto em busca do Mediterrâneo, onde desemboca formando um grande delta. Na época das cheias, deposita em suas margens sedimentos extremamente férteis (húmus), o que torna o solo muito fértil. Assim, é possível, tanto no vale quanto no delta, a presença numerosa de pessoas. Sem dúvida, é bem apropriada a famosa frase do historiador grego Heródoto: "O Egito é uma dádiva do Nilo". Pode-se dizer que o Egito é um verdadeiro oásis.

O regime das cheias do rio está associado às chuvas em suas cabeceiras. Certamente, as cheias no Egito eram, e ainda são, relacionadas com boas colheitas e prosperidade. Essa ciclotimia, ou seja, enchentes e vazantes anuais que se repetem, contribuiu decisivamente para a formação de uma civilização original. O calendário era uma consequência do regime do rio, cujas águas alcançam maior volume por volta de junho, quando os sedimentos férteis são depositados nas margens. Aos camponeses cabia a tarefa de aproveitá-los, cultivando o solo, em um modo de vida tradicional, pacato e pacífico.

O Egito pré-dinástico

O Nilo favoreceu a sedentarização dos grupos humanos. O volume e a perenidade de suas águas facilitaram a abertura de canais de irrigação, ampliando as áreas cultiváveis. As comunidades primitivas (nomos), agrupamentos de famílias, possuíam um chefe (nomarca) que organizava e administrava o trabalho coletivo.

O crescimento populacional, a multiplicação das comunidades, a facilidade de transportes e comunicações pelo Nilo estimularam a

união dos nomos, surgindo, assim, com o decorrer do tempo, dois reinos, o do Norte (delta do Nilo ou baixo Egito) e o do Sul (vale do Nilo ou alto Egito), que lutaram pela hegemonia política. Menés, rei do alto Egito, derrotou seu rival do Norte e unificou o país por volta de 3200 a.C., pondo sobre sua cabeça a dupla coroa, branca e vermelha, e estabelecendo a capital do reino em Mênfis. Iniciava-se a administração unificada do Egito antigo. Houve, ao todo, 30 dinastias que o governaram ao longo de quase três milênios, e sua história pode ser dividida em três grandes períodos: Antigo Império, Médio Império e Novo Império, com fases intermediárias.

Antigo Império (3200 a 2200 a.C.)

Durante esse período, os egípcios viveram em isolamento quase total dos outros povos. O faraó detinha o poder máximo; era considerado um juiz supremo, encarnação de Hórus, filho do deus Rá. Sua existência era fundamental, pois ele até ordenava que o Nilo "nascesse e renascesse" anualmente, conforme a crença geral. É desse período a construção das famosas pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, nomes de importantes faraós.

Uma poderosa nobreza fundiária (descendentes dos antigos nomarcas) cooperava na administração e exploração dos camponeses. Os nobres apoiaram o poder do faraó até o momento em que este lhes garantiu uma posição social. Quando se sentiram suficientemente seguros e fortes, passaram a disputar o poder, ocorrendo um período de anarquia que pôs fim ao Antigo Império.

Médio Império (2100 a 1750 a.C.)

Com o apoio da classe sacerdotal de Tebas, temerosa do poder da nobreza, uma nova dinastia passou a governar a partir dessa cidade. Restabelecida a ordem interna, a produção agrícola se expandiu, consequentemente à ampliação de canais de irrigação. O Egito tornava-se o celeiro do Oriente Médio, rompendo seu isolamento tradicional. O comércio, interno e externo, tornava-se bastante ativo, quer na bacia do Nilo, quer no Mediterrâneo, mas a

prosperidade cobrou um preço: atraiu povos asiáticos, guerreiros e nômades, que invadiram o Egito. Um povo semita invadiu e ocupou o país: os hicsos. Dotados de armamentos de ferro, de ousadas táticas militares e de cavalos, animais até então desconhecidos no Egito, os invasores derrotaram as forças do faraó e dominaram o país. O domínio hicso facilitou o estabelecimento de hebreus na região, por serem também semitas.

Novo Império (1580 a 1085 a.C.)

Por volta de 1580 a.C., os hicsos foram expulsos, restaurando-se a independência política do Egito. Mas havia uma nova realidade. Os egípcios aprenderam a arte de guerrear. Iniciava-se a época da expansão territorial. As fronteiras do império foram ampliadas, e povos, conquistados, formando-se um grande império. A economia assumia um caráter dinâmico, com a animação do comércio urbano no delta do Nilo e intensas relações com a Fenícia e a Mesopotâmia.

A reforma religiosa de Amenófis

O poder da classe sacerdotal era imenso. Rivalizava com o do faraó; em muitas ocasiões até o sobrepunha. O faraó Amenófis IV levantou-se contra o politeísmo tradicional e a ameaça do clero. Ele determinou o fechamento de muitos templos e distribuiu as terras pertencentes ao clero. Instituiu, ainda, o culto a um deus supremo, Aton (Sol). Erradamente, muitos historiadores consideram essa reforma como a primeira religião monoteísta no mundo. Na verdade, os demais deuses não desapareceram. Foram relegados a uma posição inferior a Aton. Amenófis organizou uma nova classe sacerdotal a ele subordinada e adotou o nome de Aquenáton, ou seja, "filho de Aton". A arte logo refletiu essa mudança: liberta da influência sacerdotal tradicional, a pintura passou a retratar com mais realidade os personagens, ganhando movimentos, leveza e graciosidade. Foi uma verdadeira revolução cultural.

Com a morte do faraó Aquenáton, contudo, a reforma não se manteve. O clero voltou ao poder e reassumiu o controle do Estado. Grandes templos, então, foram construídos em Luxor e Karnak.

Ocupação do Egito

Por volta de 670 a.C., os assírios, oriundos da Mesopotâmia, invadiram e conquistaram o Egito. Um novo governo independente instalou-se na cidade de Saís, no delta do Nilo. Houve uma nova expansão do comércio, com a abertura de um canal ligando o Nilo ao Mar Vermelho. Acredita-se que barcos fenícios, a serviço dos faraós, tenham circum-navegado o continente africano, muitos séculos antes dos portugueses. Os historiadores denominam esta fase da história egípcia de "Renascimento Saíta".

Mas a autonomia dos egípcios estava definitivamente comprometida em razão de sua riqueza. Novas invasões se sucederam: os persas em 525 a.C., os macedônios em 332 a.C. e os romanos em 30 a.C.

Sistema socioeconômico

A sociedade dividia-se, basicamente, entre os que se apossaram das terras e aqueles que tinham apenas a força de trabalho. As melhores terras ficaram nas mãos dos mais fortes militarmente (nobreza), que, com o apoio dos sacerdotes e sob a proteção dos deuses, controlavam os trabalhadores.

O topo da pirâmide social era ocupado pelo faraó e sua família. Considerado inicialmente descendente dos deuses, chegou a ser um deles, identificado, ao longo do tempo, ora com Hórus, ora com Amon-Rá e, até mesmo, com Osíris, deus considerado o criador do Egito. Os sacerdotes fortaleciam o poder do faraó, ocupando, assim, uma posição privilegiada com a nobreza fundiária. Os funcionários, como os escribas, "os que sabiam ler e escrever", demarcavam as propriedades, conferiam a produção e o armazenamento dos cereais (trigo e cevada), controlavam os rebanhos e coletavam os impostos dos camponeses.

Os camponeses formavam a grande camada popular, encarregados de arar a terra, semear, cuidar da plantação, colher, abrir canais, construir reservatórios. Viviam sob o regime de servidão. Na época de menor necessidade de mão de obra na lavoura, boa parte deles era empregada na construção de monumentos. Os artesãos, como se pode deduzir pelas pinturas murais, eram bastante numerosos. Os mais hábeis trabalhavam para a elite. Faziam belas peças de adorno, utensílios, estatuetas, máscaras funerárias, tecidos, peças de vestuário e objetos do mobiliário. Os escravos eram pouco numerosos, pois as guerras eram raras, pelo menos até o Novo Império.

O politeísmo egípcio

A religião egípcia se formou no período pré-dinástico, quando havia uma série de cultos dedicados aos símbolos totêmicos (representação de animais, plantas ou objetos sagrados, tidos como ancestrais protetores de tribos ou clãs). Cada nomo tinha seu deus protetor. À medida que os nomos se agrupavam, o número de deuses crescia. Deuses animais (zoomórficos), com forma meio humana e meio animal (antropozoomórficos) e forma humana (antropomórficos) ocupavam o imaginário religioso egípcio antigo, como Anúbis, com cabeça de chacal sobre corpo humano; Hórus, o falcão protetor do faraó; Ápis, o boi; Hator, a vaca; além dos elementos da natureza, como Set (o vento), Osíris (o Nilo), Rá (o Sol).

Acreditava-se em um julgamento da alma após a morte, quando Osíris então colocaria em uma balança o coração do morto para julgar seus atos. Os justos e os bons iriam para o Paraíso, enquanto os maus, tendo seu coração devorado por Anúbis, seriam condenados a viver nas trevas.

A religião egípcia mandava que se conservassem os corpos: os das pessoas mais importantes eram mumificados; os corpos das pessoas das camadas inferiores, por sua vez, eram submetidos a processos mais simples. O processo de mumificação era parte do culto dos mortos, bastante acentuado na vida desse povo.

Seguiam-se à morte as cerimônias fúnebres, que terminavam com a colocação das múmias em sarcófagos. Era um complicado processo de embalsamamento do corpo, uma preparação do invólucro terreno da alma, visando a conservá-lo à sua espera. A mumificação propiciou, por outro lado, um grande conhecimento de anatomia, até hoje reconhecido.

Relações entre religião e arte

A arquitetura era a principal manifestação artística dos egípcios, fortemente influenciada pela religião. As principais edificações, monumentais em suas dimensões, foram os túmulos (mastabas, pirâmides e hipogeus), templos e palácios.

Os templos eram considerados moradias pessoais dos deuses. Eram obras imponentes, sustentadas por enormes colunas e ornamentadas com estátuas colossais de divindades e faraós. Entre os túmulos, destacavam-se as pirâmides, cujas técnicas de construção ainda hoje intrigam engenheiros e historiadores e continuam sendo objetos de estudo. Outro tipo de construção tumular eram os hipogeus, escavados diretamente nas rochas. Para dificultar a ação de bandidos, os túmulos tinham passagens secretas, verdadeiros labirintos, muitas estátuas de deuses e salas pintadas, visando à proteção e à garantia de permanência do corpo embalsamado. Tudo em vão. Os saques aconteceram desde a Antiguidade.

A escultura era predominantemente religiosa, com a representação dos incontáveis deuses. Quando a estátua representava um faraó, um sacerdote ou um nobre, ela substituía o risco da destruição física causada pela morte. Os sarcófagos eram esculpidos de vários materiais, como madeira e granito. A pintura egípcia, além dos temas do cotidiano, retratava cenas religiosas e temas funerários, em geral acompanhados de descrições hieroglíficas, normalmente encontradas nas câmaras mortuárias.

As figuras humanas eram retratadas segundo o princípio da frontalidade (a cabeça e as pernas de perfil, um olho e o tronco

de frente). O tamanho das figuras correspondia ao grau de hierarquia social, ou seja, o faraó era representado em tamanho maior; seguindo-se sua mulher, os sacerdotes e os nobres, as pessoas da corte e os militares, em tamanhos cada vez menores. Finalmente, as pessoas do povo, bem diminutas.

Ciências, letras e música

Os egípcios destacaram-se na matemática, na astronomia, na engenharia e na medicina. Elaboraram um calendário solar com 365 dias e dividiram o dia em 24 horas. Dez dias formavam uma "semana" e três "semanas" formavam um mês. Havia cinco dias adicionais. Para marcar as horas, usavam relógios solares, estelares e clepsidras (relógio d'água). Na matemática, desenvolveram a geometria, devido à necessidade de medir as terras agrícolas e erguer grandes construções. Na medicina, tinham médicos especializados em várias doenças. Faziam cirurgias, utilizando, inclusive, um tipo de anestésico. Sabiam cuidar de fraturas e curar feridas e conheciam as propriedades de certas ervas. Conheciam a anatomia humana, o papel do coração e o significado da pulsação.

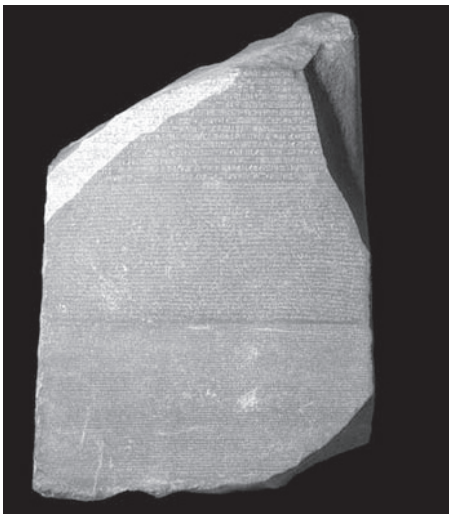
Escreviam principalmente em um papel feito do papiro, abundante nas margens do Nilo. O miolo do papiro era cortado, as partes eram ligadas umas às outras e prensadas, formando rolos. Os egípcios deixaram vários livros escritos, a maioria sobre temas religiosos, como o famoso Livro dos Mortos.

O povo egípcio exerceu grande influência cultural sobre vários povos, vizinhos ou distantes. A geometria, largamente apreciada pelos gregos na Antiguidade, é uma criação egípcia. Curiosamente, geometria é uma palavra etimologicamente grega.

Os hieróglifos e sua decifração

A escrita egípcia, chamada pelos gregos de hieróglifos (escrita sagrada), surgiu antes de 3000 a.C. e durante muito tempo ousou desafiar os estudiosos interessados em sua decifração. Coube a Champollion, sábio francês, nas primeiras décadas do século XIX,

o mérito de entendê-la. Comparando pacientemente um texto em grego clássico, em demótico (escrita egípcia popular, mais simplificada) e em hieróglifo, existentes na Pedra de Roseta (atualmente pertencente ao Museu Britânico, em Londres), um achado arqueológico da campanha de Napoleão no Egito, decifrou a escrita egípcia, dando início à Egiptologia. Com isso, abriu-se um largo campo para se resgatar o passado dessa civilização. Com mais de 600 símbolos gráficos, os hieróglifos, escritos e pintados principalmente em papiro, eram vinculados à função religiosa.



12

A Pedra de Roseta, Londres: British Museum

A civilização mesopotâmica

Geograficamente, a Mesopotâmia (atual Iraque) era a região do Oriente Médio compreendida entre os rios Tigre e Eufrates, com características semelhantes às do Egito, pois os dois rios forneciam facilidades excelentes ao transporte de mercadorias e à irrigação das terras. O regime dos rios era condicionado pelo derretimento

do gelo das montanhas na Ásia Menor, onde se situam suas cabeceiras, cujas cheias inundavam as margens, estimulando a abertura de canais de irrigação e a construção de diques. Porém, essas cheias eram mais irregulares.

Por ser uma área aberta e de transição, uma multiplicidade de povos se estabeleceu nessa região: sumérios, acadianos, amoritas, assírios, caldeus etc. Em geral, eram semitas, que lutavam pela posse das terras férteis. Nas planícies, no baixo curso dos rios, os agricultores eram frequentemente atacados, desde remotas épocas. Os povos dos planaltos, por sua vez, viviam mais do saque e do pastoreio.

Nas sociedades hidráulicas da Mesopotâmia, a disputa pela posse das melhores áreas cultiváveis e da água foi muito intensa. Os povos mais fracos militarmente foram, então, submetidos pelos mais fortes, que se valeram da violência para reduzi-los à escravidão e ao trabalho forçado.

As cidades-Estado que surgiram disputavam permanentemente as terras aráveis, transformando a região em um cenário de lutas constantes. Acredita-se que a revolução urbana, em que a região foi provavelmente a pioneira, tenha se iniciado devido à necessidade de proteção. Com a expansão do comércio, facilitado pela sua localização estratégica, e o contato constante entre os povos, as cidades foram construídas como importantes centros mercantis e de defesa.

Um grande número de cidades surgiu no terceiro milênio antes de nossa era, ao longo dos rios Tigre e Eufrates, como Ur, Uruk, Lagash, Acad e outras.

Nesse período, as cidades eram independentes politicamente. Contudo, eram dominadas por sacerdotes e guerreiros. Nelas, o soberano, representante dos deuses e proprietário da maior parte das terras, recebia tributos e a maior parte do saque nas guerras.

Há dois principais períodos na história política da Mesopotâmia:

- **Primeiro Período Babilônico** (por volta de 4000 a 1275 a.C.), com a fundação de cidades como Lagash, Ur, Uruk e a primitiva Babilônia;

- **Período Assírio** (1275 a 538 a.C.), incluindo os períodos de domínio da Caldeia (de 612 a 538 a.C.) e também o Segundo Período Babilônico, sob o reinado de Nabucodonosor (604 a 561 a.C.).

Centro comercial de grande importância, por controlar o trânsito pelo rio Eufrates, Babilônia tornou-se uma potência militar. O rei Hamurabi (1810 a 1750 a.C.) conquistou longínquas regiões ao norte, e a Mesopotâmia conheceu um período de grande atividade comercial, com a fundação de novas cidades. Para manter o seu poder, bem como regulamentar as relações sociais, o rei decretou um código para todo o seu império – o Código de Hamurabi, o qual configura como um modelo de jurisprudência na língua babilônica. Concebido há 37 séculos, o código legislava a partir da existência de três grupos sociais distintos: os ricos, o povo e os escravos. Portanto, não havia igualdade de todos perante a lei, como em princípio ocorre no mundo contemporâneo.

Curiosamente, os delitos cometidos pelos ricos eram punidos mais severamente, e os escravos tinham alguns direitos garantidos. O código garantia grande independência da mulher em relação ao marido, mas este podia castigá-la por infidelidade. Os filhos herdeiros ficavam com os bens dos pais, mas as mulheres tinham direito a um dote.

Contudo, novas invasões aconteceram no século XVI a.C., as quais devastaram toda a região, destruindo a hegemonia da Babilônia. Por exemplo, a invasão dos assírios, que preponderaram na Mesopotâmia em decorrência da superioridade militar (carros de combate, catapultas, aríetes, cercos e assaltos de cidades). Esse povo se destacou historicamente pela crueldade no tratamento dos prisioneiros. A partir do alto vale de Acad, onde fundaram a cidade de Assur, comandados pelo rei Sargão II (721 a 715 a.C.) – e seus sucessores Senaqueribe e Assurbanípal –, os assírios conquistaram toda a Mesopotâmia e anexaram parte do vizinho reino judeu.

Com as guerras, o número de escravos aumentou muito, e um poderoso exército mantinha a dominação, aterrorizando as populações. Tal desumanidade fez com que os povos dominados se levantassem contra a opressão dos assírios e destruíssem a Assíria.

Novamente o Império Babilônico

A nova dinastia babilônica, iniciada por Nabupolasar (626 a 605 a.C.), teve curta duração, embora houvesse notável desenvolvimento sob o governo de seu filho Nabucodonosor (605 a 563 a.C.). Seus domínios se estenderam por toda a Mesopotâmia. Nabucodonosor conquistou o reino de Judá e trouxe judeus cativos para a Babilônia, episódio relatado na *Bíblia*. Também determinou a construção dos famosos Jardins Suspensos, uma das "sete maravilhas do mundo antigo", segundo os gregos. A economia passou por grande expansão com o uso das rotas comerciais, tendo como epicentro a cidade da Babilônia.

Após a morte de Nabucodonosor, seus sucessores envolveram-se em lutas pelo poder, provocando debilidade estatal e militar. Os comandantes defendiam seus próprios interesses, o que possibilitou aos persas, comandados por Ciro, a conquista da Babilônia, em 539 a.C.

Religião e cultura na Mesopotâmia

Politeístas como os egípcios, os povos mesopotâmicos dedicavam aos seus deuses templos, oferendas e sacrifícios. Uma das preocupações era explicar a origem do mundo por meio de mitos envolvendo deuses como Shamash, o Sol; Ishtar, deusa do amor, e Marduc, o criador dos homens. A atenção geral era voltada para os fatos do dia a dia. Os sacerdotes faziam previsões diárias, interpretando a posição dos astros no céu, e editavam horóscopos, que interferiam na vida das pessoas, prevendo o futuro etc.

A complexidade das relações econômicas urbanas favoreceu o desenvolvimento cultural. A escrita mesopotâmica era feita por meio de ideogramas simplificados, escritos em tábuas de argila com o uso de um estilete em forma de cunha. Por isso, é conhecida

como escrita cuneiforme. Os povos mesopotâmicos dividiram o dia em 24 horas (quatro períodos de seis horas) e segmentaram o ano com base nos ciclos da Lua (calendário lunar).

Dada a escassez de materiais de construção resistentes, a arquitetura e a estatuária da região não se situam entre as mais ricas da Antiguidade. Os engenheiros locais dispunham apenas de tijolos de barro. Além dos Jardins Suspensos, destacaram-se os "zigurates", construções altas que serviam de templo e de observatório astronômico. Construídas em forma de torre, na época sumeriana, eram pirâmides de faces escalonadas.

A habilidade no uso dos números promoveu as operações matemáticas e a geometria aplicada. Outras realizações culturais desses povos foram estudos de astronomia, divisão de ângulos, calendário de sete dias e divisão do círculo em graus. Na literatura, sobreviveram narrativas, como a do herói Gilgamesh, aventura de amor e coragem desse herói semideus, cujo objetivo era conhecer o segredo da imortalidade. Muitos estudiosos acreditam que ele aparece na *Bíblia* com o nome de Noé. A biblioteca do rei Assurbanípal era famosa pelo número e pela diversidade de documentos e livros.

As civilizações mediterrâneas orientais

Os fenícios

Nem todas as civilizações da Antiguidade oriental estavam associadas à agricultura, à pecuária e ao artesanato. Alguns povos, como os fenícios, também semitas, dedicavam-se principalmente ao comércio no Mediterrâneo oriental. Oriundos da região da Caldeia, na Mesopotâmia, os fenícios estabeleceram-se no atual território libanês, uma estreita faixa de terra entre montanhas e o Mediterrâneo.

As façanhas marítimas e comerciais dos fenícios tornaram-nos famosos. Além disso, eles colaboraram enormemente para o progresso intelectual humano com a criação da escrita fonética.

Vários fatores estimularam a expansão comercial e marítima da Fenícia. O cedro, abundante nas montanhas do Líbano, era a madeira ideal para a construção naval. Contudo, com exceção dos vales, o solo pobre não possibilitava alcançar uma produção agrícola satisfatória. A solução foi lançar-se ao mar à procura de meios de subsistência e riquezas. A localização estratégica da Fenícia, entre o Egito, "o celeiro da Antiguidade", a Ásia Menor e a Mesopotâmia, favoreceu o desenvolvimento do comércio. Marinheiros e artesãos eram numerosos na população, que trabalhava para uma aristocracia formada por notáveis mercadores, os quais, por sua vez, monopolizavam o poder político nas cidades-Estado.

Na Fenícia nunca houve uma unidade político-administrativa. Havia cidades-Estado, como Biblos, a primeira a se destacar comercialmente por explorar as rotas do Mediterrâneo oriental. Por volta de 2500 a.C., Biblos alcançou tamanha importância comercial que se tornou preponderante na Fenícia. Posteriormente, por volta de 1400 a.C., a rival Sidon alcançava supremacia naval e militar ao atingir mercados no Mediterrâneo ocidental. Tiro foi a terceira cidade a se destacar ao acumular enormes riquezas; atuava como intermediária entre o Egito e os mercados do Oriente. Fez alianças com assírios, babilônios e persas para a prática do comércio e para o transporte marítimo de tropas; garantiu, assim, certa autonomia política em relação aos povos conquistadores.

Os fenícios desenvolveram extraordinariamente o artesanato e produziram mercadorias de grande procura na região mediterrânea, como armas, vasos, adornos de cobre e bronze, tecidos brocados, espelhos e objetos de vidro colorido. Fabricaram uma tinta púrpura, obtida de moluscos marítimos (múrice), para tingir tecidos, o que lhes garantiu bons lucros.

Dotados de enorme conhecimento técnico-naval, dominaram as rotas mediterrâneas, ultrapassaram o estreito de Gibraltar em direção ao Atlântico e alcançaram as Ilhas Britânicas. Como já

vimos, acredita-se mesmo que tenham feito a primeira viagem de circum-navegação da África, muitos séculos antes dos portugueses.

Os fenícios alcançaram fontes produtoras de matérias-primas, como cobre e estanho, na península Ibérica. Estabeleceram várias cidades-colônia no litoral mediterrâneo, que funcionavam como entrepostos comerciais. No norte da África, fundaram Cartago, futuramente a grande rival de Roma. Cartago era um entreposto de mercadorias que, produzidas na África Central, atravessavam o deserto do Saara em caravanas. Escravos, peles e penas, ouro, marfim e madeiras preciosas eram alguns dos muitos produtos que chegavam a Cartago.

Os fenícios foram os criadores da escrita fonética, um sistema de escrita no qual cada sinal representa um som (alfabeto). Essa escrita facilitava consideravelmente as transações comerciais e os trabalhos de contabilidade. O alfabeto fenício compunha-se de 22 sinais, correspondentes apenas às consoantes, pois se tratava de uma língua semita. Mais tarde, os gregos introduziram os símbolos correspondentes às vogais. Com algumas modificações, posteriormente, deu origem ao alfabeto latino, utilizado pela grande maioria dos povos ocidentais.

Os hebreus

O judaísmo é a origem de duas outras religiões que possuem centenas de milhões de adeptos em todo o mundo: o cristianismo e o islamismo. O judaísmo surgiu na Antiguidade entre os hebreus, primeiro povo efetivamente monoteísta da história.

Várias tribos semitas, originárias da Mesopotâmia, fixaram-se na região da Palestina, a partir do século XX a.C., em caráter seminômade. Entre elas, os hebreus. Com a posse da área, dedicaram-se principalmente ao pastoreio (bovinos, caprinos e ovinos). Para satisfazer suas necessidades básicas, dedicaram-se ao cultivo de trigo, cevada, oliva, figo, fava etc. A produção de leite, lã e pele complementava a alimentação e fornecia matéria-prima para

suas atividades artesanais. A localização geográfica da Palestina favorecia o comércio com outros povos. A sedentarização ocorreu com o tempo.

A sociedade hebraica tinha como base a família patriarcal. O poder do patriarca era incontestável, mas regido pelo bom-senso. A poligamia era institucionalizada e havia a prática da venda de filhos para estrangeiros, como forma de aliviar os problemas em épocas de penúria. A mais grave delas levou o povo hebreu a se deslocar para o Egito, no século XVII a.C., em busca de alimentos, aproveitando estar esse país sob domínio dos hicsos, também semitas.

Por volta de 1290 a.C., o líder Moisés chefiou a saída do povo hebreu do Egito em busca da Palestina, a "Terra Prometida" por Iavé (Deus). Era o "Êxodo". Os hebreus vagaram por muitos anos pelos desertos, fato que provocou a formação de uma forte solidariedade tribal. Boa parte da tradição e das crenças religiosas judaicas surgiu nessa época, como as Tábuas da Lei (Dez Mandamentos) e a Arca da Aliança. Quando Moisés morreu, outro líder, Josué, iniciou a conquista da Palestina, expulsando ou submetendo outros povos semitas que aí haviam se estabelecido.

Os hebreus desenvolveram um sistema tribal baseado na propriedade familiar dos meios de produção. Os idosos eram respeitados por sua sabedoria e conhecimento das leis costumeiras; exerciam a função de "patriarcas". O direito da primogenitura assegurava a transmissão do poder ao filho mais velho. Os juízes eram os chefes das tribos, que se constituíram com a agregação de comunidades, e eram escolhidos pelos patriarcas. Sansão foi o mais famoso. As mulheres ocupavam uma posição inferior nessa sociedade.

Os povos que viviam na região ofereceram grande resistência e foram vencidos com dificuldades, especialmente os filisteus. Dessa forma, o precário domínio dos hebreus revelava fragilidade político-militar. Divididos em 12 tribos, chefiadas pelos juízes, os hebreus compreenderam a importância da concretização da

unidade político-militar. Um chefe militar, Saul, foi aclamado rei dos judeus (1055 a.C.).

Assim, a consolidação da monarquia hebraica foi consequência de guerras na Palestina. Saul foi sucedido por Davi (1010 a.C.), outro comandante militar. Ao mesmo tempo em que completou a conquista da Palestina, iniciou a construção do Templo de Jerusalém. Davi conseguiu unir todas as tribos e transformou Jerusalém na capital do reino. Líder carismático, ele legitimou o seu poder por meio de alianças com os sacerdotes. Davi organizou um exército de mercenários e iniciou uma política expansionista para financiar os gastos do Estado.

Salomão foi o terceiro rei. Governou de 970 a 933 a.C., época em que o reino hebraico alcançou o maior desenvolvimento político e econômico. O templo teve a sua construção completada, abrigando a Arca da Aliança, símbolo do pacto entre o povo hebreu e Iavé. O templo de Jerusalém simbolizava referência nacional; a religião funcionava como meio de união entre o povo e o poder político.

Porém, o individualismo dos chefes políticos provocou a separação das tribos. Após a morte de Salomão, ocorreu o Cisma Hebraico. Dez tribos ao norte constituíram o Reino de Israel, cuja capital era a cidade de Samaria. As duas tribos restantes formaram o Reino de Judá, ao sul, com capital em Jerusalém. A divisão enfraqueceu o povo hebreu, estimulando a cobiça dos povos vizinhos. O Reino de Israel foi atacado e conquistado pelos assírios em 722 a.C. Judá não resistiu ao ataque de Nabucodonosor; a população cativa foi levada para a Babilônia em 586 a.C., no episódio conhecido na *Bíblia* como "Cativeiro da Babilônia".

O drama judeu só terminou quando o rei persa Ciro conquistou a Babilônia, em 539 a.C., e permitiu que os judeus regressassem às suas terras. O Templo de Jerusalém foi restaurado, e a classe sacerdotal manteve uma política de aliança com o Estado persa.

Posteriormente, novas invasões e domínios tornaram-se comuns. Ocorreu a conquista de Alexandre, em 333 a.C.; depois, a do greco-egípcio Ptolomeu; seguiu-se a invasão romana, comandada por Pompeu. Em 63 d.C., os hebreus se revoltaram, mas, derrotados, foram dispersos pelo Império Romano, no episódio conhecido como "Diáspora". Essa dispersão só teve fim com a fundação do Estado de Israel, em 1948.

Os judeus, por ocasião da formação do seu Estado na Antiguidade, já cultuavam apenas um deus, Iavé.

A crença em Iavé, ou Jeová, foi institucionalizada pelas leis de conduta e princípios espirituais e religiosos escritos por Moisés, que correspondem ao Pentateuco bíblico (Torá), destacando-se os Dez Mandamentos. Jeová é o elo, assegurando a existência da nação de Israel por toda a história. Entre as práticas religiosas, destacam-se: guardar o *shabath* (sábado), celebrar a Páscoa (*Pessach*), adorar Iavé na sinagoga, a circuncisão, o *bar-mitzvá*, a dieta, o jejum no *Yom Kippur* etc.

O Antigo Testamento da *Bíblia* cristã contém toda a tradição oral milenar dos hebreus. Destacam-se a explicação da criação do mundo (Gênesis) até o Êxodo (Pentateuco); os Livros Históricos; os Salmos, de Davi; os Provérbios, de Salomão; e os Livros Proféticos, como os de Daniel, Ezequiel e Isaías.

O Talmude é formado pelos comentários dos rabis (ou rabinos, orientadores religiosos) sobre as leis e as coleções de preceitos morais, espirituais, religiosos, higiênicos etc.

Civilizações periféricas

Os persas

Os persas pertenciam ao grupo étnico indo-europeu, também chamado ariano. Originários do Cáucaso, os arianos invadiram o planalto do Irã no segundo milênio a.C.; dividiam-se em medos e persas. Povos guerreiros, conquistadores e expan-

sionistas, dominaram o Oriente antigo, desde o Egito até a Índia, estabelecendo um grande império. Sua grande vantagem militar era o fato de serem hábeis no uso de cavalos e possuírem carros de combate. Os medos foram um dos primeiros a domesticar cavalos.

Em 550 a.C., Ciro tornou-se rei da Pérsia. Formou um grande exército, com soldados armados de longas lanças, arqueiros e cavalaria. Era um conquistador diferente, não destruía as cidades conquistadas, e os povos dominados eram menos explorados.

Seus domínios estenderam-se até o Mediterrâneo oriental, com a conquista de cidades gregas na região da Jônia, na Ásia Menor, e a aliança com os fenícios. Em 539 a.C., conquistou a Babilônia e a parte ocidental da Índia. Governante hábil, concedia liberdade religiosa e conseguia, assim, o apoio dos povos dominados. Autorizou até mesmo os judeus cativos na Babilônia a voltarem para Jerusalém e reconstruírem o Templo de Jerusalém. Com o estabelecimento da paz em um vasto território, o comércio desenvolveu-se, abrangendo desde a Índia até o Mediterrâneo. Ciro foi o genial construtor de um grande império.

Nos domínios de Ciro, a ideia de justiça desempenhava função fundamental. Ele criava condições para que os povos sob seu domínio fossem capazes de pagar tributos. Concedia-lhes também certa autonomia, sob supervisão de um administrador persa por ele nomeado. Seu sucessor, Cambises, anexou o Egito em 525 a.C. Foi sucedido por Dario, o grande administrador persa, cujo domínio se estendia do Egito até a Índia, incluindo parte do litoral do Mediterrâneo oriental. O império foi dividido em diversas regiões conhecidas como satrapias, administradas por funcionários escolhidos por Dario. Este mantinha um corpo de funcionários de confiança ("os olhos e os ouvidos do rei") que percorria as províncias e era responsável pela fiscalização dos atos dos sátrapas.

Por causa da grande extensão do império, organizou um eficiente sistema de comunicações, por meio de estradas e de men-

sageiros. Havia quatro cidades administrativas: Susa, Persépolis, Passárgada e Ecbátana. Graças a essa obra e ao tratamento aos povos submetidos, o império sobreviveu por longo tempo, mas acabou sendo conquistado por Alexandre, em 331 a.C.

No apogeu, o império controlava as rotas da China e da Índia até o Mediterrâneo. Havia uma longa estrada, a "Real", com 2.400 quilômetros, ligando as cidades de Éfeso, no litoral do mar Egeu, e Susa, dotada de hospedarias para viajantes e estábulos para cavalos, bem como um correio oficial regular. As reservas governamentais em ouro eram tão grandes que a moeda persa, o dárico, era aceita internacionalmente.

Os persas eram politeístas até a reforma feita por Zaratustra, ou Zoroastro, no século VI a.C., que concebeu uma religião baseada na noção de justiça e preconizava a existência de dois deuses principais (dualismo), que representavam princípios diferentes e antagônicos. Aura-Mazda era o princípio da vida, luz, bem, verdade, virtude e outras qualidades. Ahriman, representado por uma serpente, simbolizava morte, trevas, mal, discórdia, doenças, conflitos e outras desgraças. Ambos estariam em constante luta. As pessoas que seguissem Aura-Mazda seriam recompensadas; os que seguissem seu opositor seriam castigados eternamente. Portanto, acreditava-se em outra vida, mas apenas para as almas.

Os ensinamentos do dualismo persa foram reunidos em um livro, o *Avesta*, ou *Zend-Avesta*. Nele, Zaratustra descreveu o Juízo Final, quando os valores morais e o comportamento das pessoas seriam pesados em uma balança. Anunciava a vinda de um Messias, o "ungido", salvador.

Os cretenses

Como a Fenícia, Creta foi uma civilização dominada por cidades-Estado, entre as quais Cnossos foi a mais importante. A proteção natural do mar proporcionava aos cretenses uma vida relativamente

tranquila. Mesmo assim, uma poderosa frota vigiava seu litoral contra o ataque de piratas que, por vezes, perturbavam seu comércio, uma de suas principais atividades econômicas. Para manter esse comércio ativo, importavam matérias-primas para a produção metalúrgica, como cobre, do Chipre, e estanho, da Ásia Menor, e exportavam objetos de cerâmica e de metal, tecidos, armas e, principalmente, azeite e vinho. Também agiam como intermediários ao transportar madeira do Líbano para o Egito.

As terras, bem aproveitadas, supriam com a atividade agropecuária as necessidades da população. Geralmente, havia excedente, que era exportado para pagar as importações. Na ilha de Creta, as oliveiras e as videiras desenvolviam-se muito bem. Os palácios reais eram dotados de oficinas e armazéns para a atividade artesanal. Nesses lugares, os artesãos, organizados profissionalmente, trabalhavam com enorme perícia.

As mercadorias eram de fina qualidade: joias, armas, vasos com armação de ouro, ferramentas etc. Os negócios eram registrados em papiro importado do Egito, mas os cretenses desenvolveram uma escrita bem mais simplificada.

O domínio cretense sobre o sul da península Balcânica fez com que muitas lendas fossem elaboradas, como a do Minotauro, um monstro, meio homem e meio touro, que habitava a ilha e exigia sacrifícios humanos nos quais os gregos eram vítimas. O Minotauro habitava o Labirinto (na verdade, o grande palácio de Cnossos), com seus múltiplos corredores, onde as vítimas se perdiam e eram devoradas pelo monstro.

O padrão de vida em Cnossos era elevado para a época. Havia ruas calçadas e casas confortáveis para os mercadores. Seus habitantes conheciam hidráulica, pois se sabe que as residências e as casas de banhos públicos eram dotadas de água corrente.

O declínio cretense, após 1400 a.C., deve ter sido motivado pela invasão dórica da península Balcânica, com reflexos sobre a vida em Creta.

A civilização creto-micênica

Povos indo-europeus ocuparam a península Balcânica a partir do ano 2000 a.C. e formaram o povo grego. A primeira ocupação era constituída pelos aqueus, que fundaram pequenas vilas, como Micenas e Tirinto, na região sul da península. Entraram em contato com a civilização cretense, cujo comércio transformou Micenas em uma importante cidade de influência difundida pela Grécia. Atacada e destruída pelos dórios, Micenas praticamente desapareceu.

Teste seu saber

1. **No Egito antigo, a classe sacerdotal monopolizava a religião e influenciava o poder político e o povo. Podemos afirmar que:**
   a) a classe sacerdotal nunca contestou o poder dos faraós.
   b) o politeísmo egípcio contava com um grande número de divindades, zoomórficas, antropozoomórficas e antropomórficas.
   c) o faraó era o deus supremo dos egípcios.
   d) os egípcios sempre foram monoteístas.
   e) o mundo pós-morte era reservado ao faraó e à classe sacerdotal.

2. **O Egito antigo entrou numa era de caos interno quando, provenientes da Ásia Menor, armados de carros de guerra, forte cavalaria e armas de ferro, desconhecidas dos egípcios, eles invadiram e tornaram-se senhores do Egito. Eram eles os:**
   a) hebreus.
   b) hicsos.
   c) gregos.
   d) persas.
   e) assírios.

3. **O maior legado dos fenícios para o Ocidente foi:**
   a) a religião dualista baseada nos princípios do Bem e do Mal.
   b) o direito escrito baseado na lei de Talião.
   c) o culto a uma divindade agrária, a Deusa-Mãe.
   d) o pensamento filosófico humanista.
   e) a invenção e a divulgação da escrita fonética.

4. **A diáspora foi a(o):**
   a) exílio dos hebreus na Babilônia.
   b) formação do Reino de Israel.
   c) o individualismo dos chefes políticos.
   d) política de unificação das tribos.
   e) dispersão dos hebreus pelo antigo mundo romano.

5. **(PUC-SP) Um império teocrático, baseado na agricultura, na arregimentação de camponeses para grandes obras, e profundamente dependente das águas de um grande rio. Essa frase se refere aos:**
   a) fenícios e à importância do Tigre.

b) hititas e à importância do Eufrates.
c) sumérios e à importância do Jordão.
d) cretenses e à importância do Egeu.
e) egípcios e à importância do Nilo.

6. **(Fuvest) O Código de Hamurabi dispunha em um de seus artigos: "Se um homem deixar de reforçar o seu dique, se isso provocar uma ruptura e as águas inundarem os campos, esse homem será condenado a restituir o cereal destruído por sua negligência". Esse código pertence à civilização:**
a) egípcia.
b) cretense.
c) grega.
d) mesopotâmica.
e) persa.

7. **(UFPI) País localizado na região da antiga Mesopotâmia, guardando ainda hoje um dos mais ricos patrimônios arqueológicos do mundo, ele foi o centro do Império Árabe nos séculos VIII e IX. O país contemporâneo a que se refere é:**
a) Irã.
b) Iraque.
c) Turquia.
d) Afeganistão.
e) Arábia Saudita.

(UFSCar) Analise a imagem.

É correto afirmar que a imagem representa:
a) uma cena do cotidiano dos hititas, na pesagem de mercadorias comercializadas com o povo egípcio.
b) acontecimentos do sonho de Moisés, de libertação do povo hebreu, quando era prisioneiro do faraó egípcio.
c) o início do mundo para os antigos egípcios, quando Nut, deusa do céu e das estrelas, anuncia sua vitória diante de Chu, deus do Ar.
d) o Livro dos Mortos dos egípcios, com Osíris à direita e Anúbis ao centro, pesando o coração de um morto para avaliar sua vida.
e) deuses egípcios da época da antiga dinastia ptolomaica: Amon-Rá à direita, Thot acima, Set e Aton ao centro.

Resolução e comentários

Trata-se de uma cena desenhada em um papiro. Nela há hieróglifos egípcios referentes ao julgamento feito pelo deus dos mortos, Anúbis (corpo humano e cabeça de chacal). Na balança está o coração de uma sacerdotisa, que aguarda o resultado do julgamento. Em cima da balança, o deus Thot anota os resultados, observado por Osíris à direita. A oferenda diante de Osíris visa a obter um resultado favorável. O Livro dos Mortos era uma coleção de cânticos e orações fúnebres praticados durante os rituais de embalsamamento, no Egito antigo. A alternativa correta é a **D**.

4 Antiguidade ocidental

O mundo grego

Os gregos antes de Homero

A partir do segundo milênio a.C., povos indo-europeus, também chamados arianos, vindos do norte, invadiram a península Balcânica. Primeiro, foram os aqueus, depois, os jônios e os eóleos e, finalmente, os dórios. Esses quatro povos formaram o povo grego.

A quarta e última grande invasão ariana, a dos dórios, superiores militarmente, causou enorme destruição. Muitos aqueus e jônios fugiram da península, refugiaram-se nas numerosas ilhas do mar Egeu ou fundaram colônias no litoral da Ásia Menor. Era a primeira "diáspora" (dispersão). O contato dos gregos com as culturas asiáticas, tecnológica e culturalmente mais desenvolvidas, contribuiu para fazer da Grécia asiática uma região muito dinâmica.

A história grega antiga pode ser dividida didaticamente em períodos:

- Homérico (até o século VIII a.C.);
- Arcaico (séculos VII e VI a.C.);
- Clássico (século V a.C.);
- Helenístico (séculos IV e III a.C.).

Período Homérico

Conhecido pelas obras de Homero (*Ilíada* e *Odisseia*) e pelos estudos arqueológicos, este período abrange as consequências da invasão dos dórios e, especialmente, a existência da comunidade gentílica (ou genos), formada por pessoas ligadas por laços

familiares a um chefe comum, o "páter-famílias". Ele conduzia as orações aos deuses e era respeitado como elo entre as divindades e a população. Dotado de grande poder, aplicava a justiça, exercia o poder político e distribuía as tarefas econômicas. Nessa pequena comunidade, de economia natural e trabalho coletivo, havia igualdade social, pois a terra era propriedade comum, e a produção era igualmente dividida. Porém, esse sistema viria a se autodestruir.

Período Arcaico

Com o aumento da população, a área plantada não mais atendia às necessidades da comunidade. Ademais, predominavam solos áridos, e a pobreza da rede fluvial impedia a irrigação. Os parentes mais afastados do "páter" passaram a se dedicar a outras atividades econômicas (comércio) ou à ocupação de outras regiões. Entre os que permaneciam na comunidade não era possível evitar a insatisfação, pois os que trabalhavam ganhavam tanto quanto os que não trabalhavam. A discórdia forçou a substituição do coletivismo pelo individualismo, e nessa passagem os interesses pessoais se sobrepuseram aos do conjunto. O sistema comunitário desintegrou-se: a divisão foi feita pelo "páter-famílias", certamente beneficiando os parentes mais próximos, enquanto muitos nada receberam. Nasciam assim as classes sociais da Grécia arcaica.

A fim de proteger suas propriedades, os aristocratas uniram-se, formando uma fratria; a junção de várias fratrias constituía uma tribo.

Com o crescimento populacional, as pequenas vilas evoluíram para cidades-Estado, que necessitavam ser protegidas dos inimigos. Por isso, cada cidade-Estado se localizava e crescia, geralmente, em torno de uma elevação dotada de uma muralha, facilitando sua defesa. Era a acrópole.

A formação do Estado atendia aos interesses dos aristocratas, chamados eupátridas, em Atenas, chefiados por um rei (basileu) e um conselho, o Areópago. O povo não participava do governo.

O antigo poder coletivo da comunidade passara para o Estado, dominado pela aristocracia, que decidia sobre o destino de todos.

O comércio se desenvolveu, com importação de trigo e matérias-primas das colônias e exportação de vinho, azeite, armas, cerâmicas e outros produtos artesanais. Os comerciantes enriqueciam, enquanto a aristocracia eupátrida concentrava a posse das terras. A situação difícil causada pela importação levou os pequenos lavradores a hipotecar suas terras para pagar dívidas. Incapazes de resgatar suas propriedades, muitos pequenos proprietários eram escravizados, outros emigravam, e houve aqueles que se transformaram em pequenos artesãos. Para facilitar as relações comerciais e por serem autônomas, as cidades-Estado cunhavam suas próprias moedas.

No século VI a.C., Atenas conheceu grandes transformações. A economia, a política e a sociedade ateniense mudaram em função do crescimento do comércio interno, do artesanato e da exportação. As antigas estruturas políticas não se ajustavam à nova realidade, e seguiu-se um período de agitações sociais e políticas. As classes baixas tomaram consciência da sua marginalização política e passaram a pressionar por reformas. Os eupátridas resistiram. Um dos meios dessa resistência foi a substituição do rei (basileu) por nove arcontes, magistrados encarregados de exercer o poder executivo.

Diante da pressão das classes sociais insatisfeitas, era preciso mudar a legislação. O legislador Drácon, em 621 a.C., codificou a lei costumeira, o que provocou a revolta das classes populares.

Anos depois, o político e legislador Sólon (594 a.C.) foi incumbido de achar uma solução para os conflitos. Decidiu pela divisão da sociedade a partir da riqueza, e não mais segundo o nascimento. Foram criadas quatro classes sociais, da mais rica para a mais pobre: pentacosiomedimnos, zeugitas, hippeis e tetas. Outras medidas adotadas por Sólon foram:

- estímulo à expansão do comércio e do artesanato, permitindo, inclusive, que estrangeiros (metecos) vivessem em Atenas;

- aumento da emissão de moedas, com a exploração de minas de prata na região do Láurion, perto de Atenas, e padronização de pesos e medidas, o que expandiu a atividade comercial;
- proibição da escravidão por dívidas;
- redistribuição das terras aos seus antigos proprietários.

A participação dos cidadãos na política e nas magistraturas correspondia à sua riqueza, ou seja, os mais ricos participavam da Assembleia (Eclésia), dos Tribunais (Helieia), do Conselho (Bulé) e das magistraturas (Arcontado). Os mais pobres (tetas), somente da Assembleia.

No entanto, a obra reformadora de Sólon criou insatisfações por não atender aos interesses de todas as classes. Deu-se a luta civil, que durou cerca de 30 anos e propiciou o aparecimento de demagogos e tiranos. No conceito grego, tirano era aquele que chegava ao poder por meios ilegais. Em 560 a.C., Psístrato transformava-se no primeiro tirano ateniense. Ele promoveu a pacificação política por meio da construção de obras públicas, numa maneira de conseguir equilíbrio entre as classes sociais – agradando os pobres, criando mais empregos e incentivando o comércio, que beneficiava os mercadores. Após a sua morte, seus filhos Hiparco e Hípias assumiram o poder, mas o primeiro foi assassinado, e o segundo, afastado.

Anos mais tarde (508 a.C.), o político Clístenes assumiu o poder e fez as reformas que implantaram a democracia em Atenas. É conhecido, por isso, como o "pai da democracia". Dividiu todos os cidadãos de Atenas em dez tribos. Cada tribo era formada por três demos (um da planície, um da montanha, um do litoral), anulando os antagonismos. Todas as tribos tinham representantes nos diversos órgãos públicos. A Eclésia, ou assembleia de todos os cidadãos, era o órgão político máximo e indicava os dez estrátegos, um por tribo, para exercer o poder executivo. O Arcontado e o Areópago foram mantidos por tradição, zelando apenas pela constitucionalidade das leis. Como medida de

defesa à democracia, foi instituído o ostracismo, que permitia exilar, mediante votação pela assembleia, os que ameaçavam o Estado.

Contudo, não se deve confundir a antiga democracia ateniense com a ideia de democracia elaborada pelos iluministas franceses do século XVIII, nem com a atual. Afinal, quem era cidadão em Atenas? Eram excluídos o escravo, o homem liberto, o estrangeiro, as mulheres e mesmo o grego nascido na cidade, cujo pai tivesse vindo de outra cidade-Estado. O sistema democrático comportava só os cidadãos, e estes eram apenas 10% de toda a população. A condição de cidadão iniciava-se pela exigência de ter pai e mãe atenienses. Daí o número tão pequeno de cidadãos.

Por outro lado, a democracia grega era direta, e não representativa. Os cidadãos compareciam à assembleia pessoalmente.

A cidade-Estado de Esparta, fundada pelos dórios, era a grande rival de Atenas na luta pela hegemonia sobre a Grécia. O isolamento geográfico de Esparta e suas terras férteis para a prática da agricultura propiciaram a sobrevivência da comunidade. As instituições mantiveram-se intactas durante séculos. Contudo, por causa do crescimento demográfico, Esparta poderia conhecer as mesmas transformações das demais cidades-Estado gregas. Esparta optou pela conquista da vizinha região da Messênia, alargando assim a posse de terras e escravizando boa parte da população local. Os espartanos passaram a depender do trabalho dos hilotas (escravos).

Como a existência de numerosos escravos ameaçava o domínio dos espartanos, estes se preparavam militarmente a maior parte de sua vida. Os escravos, pertencentes ao Estado, eram repartidos e distribuídos à razão de seis por lote de terra, também pertencente ao Estado, mas de usufruto do cidadão espartano.

O sistema político estabelecia que somente os espartanos podiam ter cidadania ("os iguais"), mas o poder efetivo ficava nas mãos dos idosos (gerontocracia). A legislação, atribuída a Licurgo, um personagem lendário, instituiu o sistema governamental

oligárquico. Havia a diarquia, ou seja, dois reis que cuidavam dos negócios internos e externos. A Assembleia dos Cidadãos (Ápela) aprovava ou não as leis elaboradas pelo Conselho de Anciãos (Gerúsia), e o Eforado (composto por cinco magistrados, os éforos), fiscalizava e exercia o poder, mas era submetido aos gerontes.

Havia em Esparta três classes sociais:

- **espartíatas** ou **espartanos**, detentores do poder, dedicavam-se ao adestramento militar. Formavam a aristocracia espartana, embora fossem iguais entre si;
- **periecos**, descendentes dos aqueus, antigos senhores da região que não se opuseram à conquista dos dórios. Livres, faziam o cultivo de suas próprias terras na periferia ou faziam o comércio, mas não tinham participação nem direitos políticos.
- **hilotas**, submetidos pela guerra, trabalhavam como escravos nas terras do Estado e nos lotes dos espartanos. Seu número era controlado, pois um aumento excessivo colocaria em risco o domínio dório. Quando havia aumento populacional, os espartanos eliminavam o excedente.

A educação em Esparta era muito rígida, com ênfase nas práticas físicas e militares; exigia-se do jovem total obediência aos mais velhos e ao Estado. Ao nascer, a criança espartana era examinada pelos éforos. Se apresentasse algum problema, era sacrificada em nome da eugenia (pureza racial). Aos sete anos de idade, era colocada sob os cuidados do Estado; a partir dos 12 anos, era educada no campo, onde aprendia a suportar os rigores de uma vida simples, desprovida de conforto. Assim, os fracos eram eliminados. Os espartanos estavam obrigados ao treinamento militar até os 60 anos.

Período Clássico

Os persas foram os grandes inimigos dos gregos, que haviam criado uma brilhante civilização no litoral da Ásia Menor, onde floresciam numerosos núcleos de comércio e de intensa vida cultural.

A região da Jônia, berço da filosofia grega, caiu sob domínio persa, mas a cidade de Mileto, estimulada por Atenas, revoltou-se, ainda que sem sucesso. O imperador Dario decidiu, então, atacar a Grécia continental, por causa do auxílio prestado pelos atenienses aos rebeldes. Começavam as guerras greco-pérsicas, também conhecidas como "Guerras Médicas".

Em 490 a.C., os persas desembarcaram na Ática, onde se deu a célebre batalha de Maratona, na qual os atenienses derrotaram os persas, muito mais numerosos. Maratona ficou imortalizada pela façanha militar e pelo aviso da vitória, dado por um soldado que correu cerca de 40 quilômetros, sem parar, até Atenas.

Xerxes, sucessor de Dario, preparou os persas para a desforra, com muitos navios e milhares de soldados. Os persas desceram pela Trácia, alcançando o desfiladeiro das Termópilas, onde os aguardavam 300 espartanos e 6 mil aliados, que durante dias resistiram aos invasores. Para garantir a retirada dos aliados, o comandante espartano Leônidas optou por resistir apenas com seus soldados, com sucesso. Mas um traidor grego conduziu os persas por um atalho, permitindo-lhes atacar a retaguarda grega. Foram todos massacrados.

A Ática foi abandonada por seus habitantes, e Atenas, ocupada e destruída. Mas, em Salamina (480 a.C.), as numerosas embarcações persas moviam-se com dificuldade no estreito de Derdanelos (Helesponto). Aí, as pequenas embarcações atenienses, valendo-se habilmente de um esporão frontal, perfuravam os navios persas abaixo da linha-d'água. A derrota persa foi completa, e Xerxes retirou-se para a Ásia.

Tomando a ofensiva, os gregos atacaram a retaguarda do exército inimigo (batalha de Plateia, 479 a.C.), numa operação tão funesta aos persas, quanto as diversas batalhas navais. Os gregos decidiram, então, combater o inimigo no seu próprio território. Era a terceira guerra, e novamente o exército persa era vencido. O tratado de Susa, celebrado em 449 a.C., estabelecia que os persas não poderiam mais ocupar nem aproximar suas tropas das

colônias gregas da Ásia Menor, tampouco podiam ameaçar com suas esquadras as ilhas do Mar Egeu, que passou a constituir um lago helênico. Os persas, sucessivamente batidos, retiraram-se do Mediterrâneo.

O poderio de Atenas confirmava-se. Reforçada sua potência naval, era necessário organizar a habilidade em terra. Porém, já não era contra os persas que se armava Atenas, mas contra sua rival, Esparta. Foi criada a Confederação de Delos (476 a.C.), cuja finalidade era afastar definitivamente qualquer ameaça persa na Ásia Menor. Mas Esparta não aderiu. As cidades participantes contribuíam com dinheiro, arrecadado e administrado por Atenas, para a construção de navios, os quais ficavam, certamente, sob o comando dos atenienses. Estes, por sua vez, não deixaram de empregar, em proveito próprio, certas quantias do tesouro comum, embelezando sua própria cidade.

Diante das evidências de desvio de fundos, algumas cidades ameaçaram abandonar a Confederação. Os atenienses impuseram sua vontade e, com o uso da esquadra, atacaram os dissidentes. Evidenciava-se, nesse momento, o imperialismo político e militar de Atenas.

Sob o governo Péricles, Atenas chegava a seu apogeu cultural, passando a ser o centro da civilização grega. Com o dinheiro da Confederação de Delos, a cidade foi reconstruída. Ergueu-se o Partenon. Fídias dirigia a produção escultórica, e os mais notáveis pensadores do mundo grego estabeleciam-se em Atenas.

As construções e as festas faziam de Atenas a primeira cidade mediterrânea, onde se ouviam muitas línguas e muitos filósofos. Era a união da beleza plástica com a profundidade do espírito. Sófocles, Ésquilo e Eurípedes transformavam o teatro, nascido de festas religiosas. Outros subversivos falavam livremente; entre eles, destaca-se Sócrates, que levava ao extremo a análise moral. Criticou os sofistas, que acreditavam na verdade absoluta,

contradizendo-os em uma de suas famosas frases: "O homem é a medida de todas as coisas". Platão, Demócrito, Hipócrates, Anaxágoras... Jamais uma sociedade reunira tantos talentos, tornados imortais.

O imperialismo exploratório ateniense sobre as demais cidades não podia durar para sempre. Os submetidos haveriam de se revoltar. Esparta, a grande rival, assumiu o papel de líder da oposição. A paz de trinta anos assinada com Atenas era precária. Reuniram-se as cidades do Peloponeso e as cidades marítimas que se rebelavam contra a Confederação. Estruturada a Liga do Peloponeso, sob a liderança de Esparta, a guerra foi inevitável. O choque dos dois imperialismos materializou-se na Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.). A devastação caracterizou a Grécia. A força marítima ateniense atacou os aliados dos espartanos, enquanto estes, com seu exército superior, destruíam os aliados de Atenas.

A desorganização econômica arruinou os atenienses. A peste, a fome, os cercos e as mortes minaram a capacidade de produção. O próprio Péricles foi vítima da epidemia. Em Egos Pótamos, os espartanos venceram a esquadra ateniense, graças à ajuda da cidade de Corinto e dos persas. Derrotada Atenas, os espartanos ocuparam-na e dissolveram a Confederação de Delos, pondo fim ao imperialismo ateniense.

Esparta tornava-se a nova potência hegemônica da Grécia e exercia um domínio de força sobre as cidades gregas. Conheceu um desenvolvimento econômico no qual suas estruturas tradicionais não se encaixavam. Para consolidar seu imperialismo, tropas eram mantidas nas cidades submetidas. E as mesmas cidades que lutaram contra Atenas agora se voltavam contra o imperialismo espartano. Tebas liderou, com o apoio de Atenas, uma revolta geral contra o domínio de Esparta que foi, vencida em Leuctras, em 371 a.C.

O gosto pela hegemonia e pelo imperialismo impregnou os tebanos. No entanto, em Mantineia, em 362 a.C., foram derrotados

por uma coligação ateniense-espartana. As lutas internas enfraqueceram as cidades-Estado. A ameaça de uma intervenção estrangeira era iminente, agora procedente do norte: os macedônios.

Período Helenístico

A região da Macedônia, ao norte da Grécia, adentrava a história, tendo sido envolvida nas guerras contra os persas. O rei, Felipe II, concentrou todos os poderes em suas mãos, organizou um poderoso exército e iniciou a conquista da Grécia, usando a diplomacia e a corrupção. Segundo suas palavras, "não há muralhas que resistam a um burro carregado de ouro". Quando diplomacia e corrupção falhavam, apelava-se à força militar. Dessa maneira, Felipe II conquistou a Grécia (338 a.C.), unificando-a politicamente pela primeira vez.

Assassinado em 336 a.C., Felipe II legou a seu filho, Alexandre, educado pelo filósofo Aristóteles, um Estado homogêneo e um exército greco-macedônio poderoso e disciplinado. Em 334 a.C., começava a invasão da Ásia Menor, cujo objetivo maior era a conquista do mundo persa. Após as primeiras vitórias fulminantes sobre os persas, Alexandre passou à conquista das cidades fenícias. Aquelas que se rendiam pacificamente eram integradas ao novo império; as que resistiam eram arrasadas, e sua população, em geral, escravizada. Ao conquistar o Egito, Alexandre foi recebido como libertador.

A seguir, conquistou, sucessivamente, a Mesopotâmia, a própria Pérsia, em 329 a.C., e a parte ocidental da Índia. Seus soldados recusaram-se a ir mais longe. Voltou para a península Balcânica e, com 32 anos, morreu na região da Babilônia. Nesse mesmo ano (323 a.C.), morria Aristóteles, seu preceptor.

Suas conquistas possibilitaram a organização de uma economia "universal", que tinha por eixo articulador o Mediterrâneo oriental. As cidades costeiras prosperaram, e o fluxo de mercadorias se intensificou.

A ideia central de Alexandre era a criação de um império cosmopolita, unindo o Oriente e o Ocidente. Suas ações perpetuaram-se por meio do estímulo à miscigenação étnica e cultural entre orientais e ocidentais, da transformação do grego em língua internacional, da fundação de importantes centros culturais, como Alexandria, no Egito (e muitas outras cidades que receberam esse mesmo nome), bem como da tolerância religiosa.

Da fusão do pensamento grego e oriental surgiu a cultura helenística, responsável pela notável evolução intelectual nos séculos III e II a.C.

Após a morte prematura de Alexandre, seu império, cujas fronteiras se estendiam desde o Egito até a Índia, desintegrou-se, dividido entre seus ambiciosos generais, por não haver um herdeiro adulto. Ptolomeu ficou com o Egito; conservou as instituições tradicionais, desenvolveu o comércio e apossou-se dos centros comerciais. Cleópatra foi uma das herdeiras dessa dinastia.

Entre as pessoas que se notabilizaram pela produção intelectual estão:

- Euclides: fundou uma escola de matemática em Alexandria, onde Arquimedes estudou;
- Aristarco: calculou a distância entre a Terra e a Lua, e posicionou-se em favor do heliocentrismo, teoria segundo a qual a Terra giraria em torno de seu próprio eixo e em torno do Sol, a Lua giraria em torno da Terra, e as estrelas, fixas, estariam mais distantes que o Sol;
- Eratóstenes: calculou a circunferência da Terra e fez um mapa com um oceano em volta de todo o globo.

Todo esse conhecimento científico só seria retomado no Ocidente à época do Renascimento (século XV).

Cultura grega

Embora divididos politicamente, os gregos antigos apresentavam muitos elementos culturais em comum: apesar dos dialetos, a

língua era a mesma, e, a despeito dos cultos locais, a religião era única. Todos eram politeístas e adoravam deuses antropomórficos, dotados de qualidades e defeitos humanos, mas que eram imortais. Cultuava-se as divindades nos lares (deuses domésticos) e nos templos (culto da cidade). Frequentava-se os oráculos, ou santuários, como os de Delfos, Delos e Olímpia, onde os deuses se manifestavam por meio de uma pitonisa (sacerdotisa). Homenageava-se os deuses em competições esportivas (Jogos Olímpicos, realizados na região do Monte Olimpo), época em que até as guerras eram paralisadas. Eram venerados também os semideuses (ou heróis), como Hércules, Teseu e Édipo. Não havia um livro sagrado; crenças e práticas religiosas eram transmitidas diretamente, de uma geração a outra.

Por outro lado, é indiscutível a superioridade de Atenas no que concerne a arte, letras, filosofia, teatro etc. A produção intelectual dessa cidade-Estado foi tão magnífica que o século V a.C. é conhecido como o "século de Péricles". Reconstruiu-se, então, todo o conjunto de edificações na Acrópole, o qual fora destruído pelos persas, com destaque para o Partenon. Dedicado à deusa Palas Atena, protetora da cidade, é considerado o mais belo templo do Período Clássico, pela sua elegância, serenidade, sensação de leveza e harmonia de suas proporções. Abrigava a estátua da deusa, obra de Fídias.

A arquitetura era principalmente de caráter religioso. Os gregos construíram templos, oráculos, teatros, estádios, palácios, ginásios, fortalezas e praças (ágoras). A arquitetura grega também ficou famosa pelos tipos de capitéis, que, colocados na parte superior, identificam o estilo da construção: dórico (simples), jônico (com volutas) e coríntio (profusamente decorado).

Os gregos também apreciavam a escultura e a pintura. Tinham o hábito de decorar as construções públicas e particulares com pinturas murais, cujos temas eram religiosos, mitológicos e do cotidiano. Porém, pouco sobreviveu dessa decoração. O que hoje se conhece são principalmente vasos muito bem decorados.

Os teatros gregos eram amplas construções que atraíam grande número de pessoas por ocasião das festividades religiosas. Destacaram-se na tragédia Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Na comédia, faz-se lembrar Aristófanes, que satirizava os costumes da época.

13

Partenon, Atenas

14

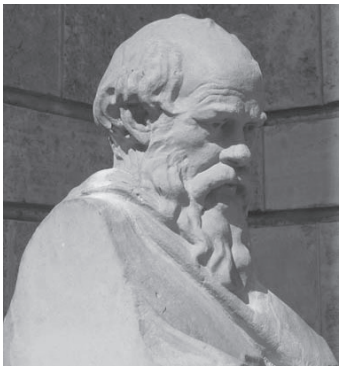
Ruínas do Teatro de Dionísio, Atenas

Nas colônias gregas localizadas no litoral da Ásia Menor ocorreu o encontro de duas culturas, a grega e a oriental; surgiu, então, o primeiro questionamento sobre a origem do mundo e das pessoas. Como as tradicionais explicações mitológicas não mais satisfaziam muitos pensadores, eles passaram a buscar explicações racionais, em vez de religiosas, para explicar os fenômenos da natureza. A procura dessa nova "verdade" deu origem à filosofia, mãe de todas as ciências. A filosofia, que significa originalmente "amor à verdade", é uma descoberta essencialmente grega.

Os primeiros filósofos eram da cidade de Mileto. A maior preocupação deles foi com a cosmogonia, ou seja, a origem do mundo. Para Tales (625 a 546 a.C.), o princípio de todas as coisas seria a água. Para Anaximandro (610 a 547 a.C.), seria uma substância indeterminada, ilimitada e imperecível que ele denominou infinito, enquanto Anaxímenes (morto em 480 a.C.) afirmava que esse princípio era um gás incolor (o ar). Finalmente, Heráclito (535 a 475 a.C.) sustentava ser a mudança a condição básica da vida, na qual o elemento fundamental era o fogo. Pitágoras (570 a 495 a.C.) promoveu um grande impulso ao uso da razão. Matemático notável, afirmou que os números explicavam a natureza de todas as coisas.

A partir do século V a.C., a filosofia grega concentrou-se no homem e na ética. Era a época dos grandes filósofos: Sócrates, Platão e Aristóteles.

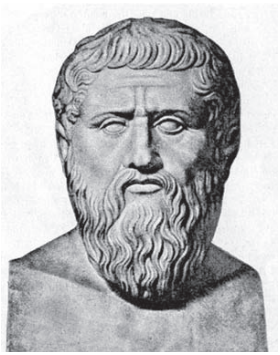
Sócrates (470 a 399 a.C.) nada escreveu. Conhecemos suas ideias pelos escritos de seus alunos, sobretudo Platão. Sócrates propôs uma mudança radical na busca pelo saber. Por uma série de perguntas encadeadas, obtinha do interlocutor a confissão da própria ignorância, que é o início da filosofia ("Sei que nada sei"). Para ele, a essência do ser humano é a alma, que é imortal. Assim, cuidar de si é cuidar da alma. Antes de convencer os outros, o homem deveria convencer a si próprio. Seu lema constante e incisivo era: "Conhece-te a ti mesmo". Identificava a virtude com o saber: pensar bem para viver bem.



15

Busto de Sócrates esculpido por Victor Wager

Platão (427 a 347 a.C.), discípulo de Sócrates que fundou a Academia de Atenas, reafirmou que o objeto do conhecimento é a ideia, a maior das quais é o bem. Para ele, a virtude não era produto dos sentidos, mas das ideias eternas de bondade e justiça. O Estado ideal, explicado em sua obra *A República*, deveria ser governado pelos sábios, dotados de alma racional. O povo, dotado de alma sensual, seria encarregado de todas as atividades econômicas, enquanto os guerreiros seriam os responsáveis pela ordem.

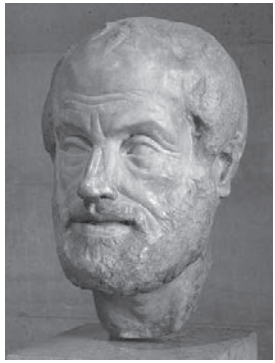


16

Busto de Platão. Século IV a. C. Mármore original. Roma: Museus Capitolinos

Aristóteles (427 a 347 a.C.), na verdade, nasceu na Macedônia, região ao norte da Grécia, mas toda a sua formação intelectual era grega. Discípulo de Platão, é considerado o maior gênio da Antiguidade. Sua obra é a totalidade do conhecimento de sua época. Acreditava que toda teoria deve decorrer de fatos demonstráveis. Seu sistema de interpretação da realidade baseava-se na observação direta e no uso da lógica. Esse critério é a origem do método científico moderno.

17



Cópia em mármore do busto de Aristóteles da escultura de bronze feita por Lysippos

O mundo romano

Origens de Roma

Há duas explicações sobre as origens de Roma: a lendária e a histórica.

A origem histórica é polêmica e ainda inconclusiva. Segundo a lenda, Roma foi fundada em 753 a.C., por Rômulo e Remo. Para os historiadores, Roma foi formada por povos pastores indo-europeus que se estabeleceram na região do Lácio, na parte centro-ocidental da península da Itália. Constantemente atacados pelos etruscos, povo estabelecido ao norte do Lácio, os pastores construíram uma fortaleza entre "sete colinas". Essa cidadela militar latina passou

a dominar uma passagem estreita pela qual principalmente os mercadores cruzavam o rio Tibre, ao transportar o sal do litoral até a Etrúria ("Rota do sal").

As classes sociais na Roma primitiva estruturaram-se a partir da posse ou não da terra. Os mais antigos habitantes monopolizaram as melhores terras cultiváveis, constituindo grandes propriedades – eram os patrícios. Os pequenos proprietários, artesãos e estrangeiros formavam a plebe.

Roma monárquica

Só os patrícios tinham direitos políticos. Administravam a cidade por meio dos chefes das famílias (gens ou clãs), que se reuniam no Conselho dos Anciãos (Senado) e aprovavam leis, as quais eram aplicadas pelo rei.

A tradição refere-se a sete reis, mas os primeiros provavelmente nunca existiram: Rômulo; Numa Pompílio; Túlio Ostílio; Anco Márcio; Tarquínio Prisco; Sérvio Túlio; e Tarquínio, o Soberbo. Os três últimos tinham origem etrusca, pois Roma, a partir de 640 a.C., foi dominada por esse povo. Tarquínio, o Soberbo, o último rei, promoveu a construção de grandes obras públicas com o objetivo de ter o apoio dos plebeus e diminuir o poder dos patrícios. Estes reagiram e expulsaram-no da cidade, pondo fim à monarquia e ao domínio etrusco, em 509 a.C.

Roma republicana

Os patrícios instituíram a República, totalmente controlada por eles. Portanto, era uma República aristocrática (dos "bem nascidos"). O Senado era o órgão máximo: decidia pela paz e pela guerra, controlava a arrecadação e as despesas do Estado, elaborava as leis e as fazia executar por meio de magistrados, como os dois cônsules, eleitos por um ano. Enquanto um cônsul tratava dos assuntos internos, o outro se encarregava das guerras e das relações com os demais povos.

Os demais magistrados da República romana eram os:

- **questores**: encarregados da cobrança dos impostos e da administração das finanças;
- **pretores**: eram juízes, portanto, encarregados de aplicar a justiça;
- **censores**: faziam o recenseamento da população e zelavam pelos "bons costumes";
- **edis**: administravam a área urbana, tendo como principais funções: zelar pelo policiamento para manter a ordem pública, fiscalizar o comércio, determinar pesos e medidas e organizar o abastecimento, entre outras.

Em época de crise, ou quando a guerra era desfavorável aos romanos, os dois cônsules do ano, autorizados por um *senatus consultum* emitido pelo Senado, escolhiam um ditador para substituí-los por um período máximo de seis meses; esse substituto era dotado de grande poder (*dictatus*). Quando o fator determinante da necessidade dessa ditadura deixava de existir (crise econômica ou militar), o poder voltava aos cônsules. Portanto, na Roma antiga a ditadura era uma instituição legal. A instituição extraordinária foi criada em 501 a.C. e visava à defesa da República.

A reunião geral dos romanos ocorria na Assembleia Centuriata. Todos os homens, equipados para lutar, reuniam-se no Campo de Marte para referendar as decisões do Senado. Como as centúrias dos patrícios eram mais bem equipadas e mais numerosas (98 contra 95), eles dominavam as decisões da Assembleia. A plebe, sentindo-se prejudicada, passou a reivindicar direitos, pois lutava nas guerras em que Roma se envolvia e não era beneficiada mesmo quando Roma vencia. Este foi um longo período de lutas sociais na Roma antiga.

Os plebeus ameaçavam abandonar Roma, faziam greves, manifestavam sua insatisfação até que os patrícios cedessem. Em 494 a.C., conseguiram a aprovação do "tribuno da plebe", escolhido pelos plebeus. O tribuno, considerado sacrossanto e inviolável no

exercício de suas funções, tinha o direito de vetar as decisões da Assembleia quando prejudiciais aos interesses da plebe.

Posteriormente, a plebe exigiu que a lei costumeira fosse codificada. Dez juristas (decênviros) escreveram as primeiras leis em dez placas de bronze, expostas publicamente. A essas foram acrescentadas, posteriormente, mais duas placas. Nascia assim, em cerca de 450 a.C., a Lei das Doze Tábuas. Outras leis se seguiram: a "Lei Canuleia", permitia casamentos entre patrícios e plebeus, a "Lei Licinia Sextia" proibia a escravidão por dívidas e, em 287 a.C., foi aprovado o plebiscito, pelo qual as decisões votadas pela plebe em Assembleia teriam força de lei.

Assim, a instauração da igualdade jurídica fez desaparecer os privilégios tradicionais dos patrícios. Os plebeus, certamente aqueles enriquecidos, assumiam postos importantes da República, aliados aos patrícios. Ricos plebeus casavam-se com patrícias pobres, juntando riqueza e tradição. Dessa união, surgia a nova elite romana. Formaram-se, então, dois "partidos": o aristocrata (conservador) e o popular (reformista), mas ambos dominados por elementos da nova elite.

Como a produção agrícola não era suficiente para atender à demanda de sua população, Roma ambicionou e realizou a conquista da Campânia e da Magna Grécia, ricas pela produção de trigo e pelo comércio.

O próximo alvo era a Sicília, dominada por Cartago, cidade norte-africana de origem fenícia, uma república oligárquica que monopolizava o comércio no Mediterrâneo ocidental. A Sicília era a segunda cidade mediterrânea mais rica, superada apenas por Alexandria, localizada no Egito.

A guerra entre Roma e Cartago iniciou-se em 264 a.C., objetivando o controle do estreito de Messina, entre a Sicília e o sul da Itália. Durante 14 anos, a guerra devastou a região. Vencida Cartago, Roma ocupou a Sicília. O poder romano estendia-se da Sicília aos Alpes. Como compensação, Cartago iniciou a exploração

econômica da península Ibérica, fundando Cartagena, explorando minas de prata e desenvolvendo o comércio. Cartago recuperava-se rapidamente.

A segunda fase das Guerras Púnicas, como as chamaram os romanos, iniciou-se quando o comandante cartaginês Aníbal Barca atacou, com sucesso, a Itália. Os romanos, que esperavam o ataque pelo sul, foram surpreendidos, pois o exército cartaginês, marchando a partir da península Ibérica e usando elefantes, transpôs os Alpes ao norte e destruiu várias legiões romanas, em 216 a.C. Passaram-se os anos, e as tropas de Aníbal, após muitas vitórias, acamparam na Itália. Aos poucos, enfraqueciam-se. Em 212 a.C., Roma reagiu: recuperou a Sicília, que havia se rebelado, e decidiu atacar a Ibéria. Conquistada a península pelos romanos, o general Cipião, o Africano, atacou o norte da África, ameaçando diretamente Cartago. Esse perigo determinou a volta de Aníbal ao norte da África. Na batalha de Zama, em 202 a.C., os cartagineses foram batidos. Solicitaram a paz, mas foram despojados de suas riquezas, colônias e frotas. Seu poderio econômico e militar foi desmontado. Além disso, foram obrigados a pagar uma elevada indenização aos romanos. A terceira guerra (150 a 146 a.C.), provocada por Roma, levou à total destruição de Cartago, em 146 a.C.

De Gibraltar até o mar Adriático, o domínio era de Roma, a maior potência naval e terrestre de seu tempo. A seguir, os romanos expandiram-se pelo Mediterrâneo oriental, estimulados pelo enfraquecimento dos reinos e impérios orientais.

A conquista do Mediterrâneo repercutiu profundamente nas estruturas socioeconômicas da península Itálica. Mercadorias provenientes das províncias, mais baratas, como o trigo da Sicília, arruinavam os pequenos produtores. Utilizando a mão de obra escrava em grande quantidade, os latifúndios, geralmente improdutivos, cresciam, incorporando os minifúndios.

A nova classe social, enriquecida pelo comércio e denominada cavaleiros ou "homens novos", reivindicava o poder político,

enquanto as massas urbanas aumentavam numericamente, geralmente compostas por camponeses deslocados do campo para a cidade. Esse conglomerado humano representava um perigo para o Estado. Os prisioneiros escravos formavam o grande conjunto da mão de obra ativa, desde a agricultura até as atividades domésticas. A classe média tendia a desaparecer.

Diante da situação socialmente crítica, Tibério Graco assumiu os ideais populares. Embora patrício de origem, foi eleito tribuno da plebe, em 133 a.C. Propôs que aos plebeus fossem distribuídas as terras conquistadas, sob a forma de pequenas propriedades. Acabou sendo assassinado.

Uma segunda tentativa de lei agrária, feita pelo seu irmão, Caio Graco, também tribuno da plebe, em 123 a.C., estabelecia:

- fundação de colônias na região da antiga Cartago, o que era um sacrilégio;
- baixa no preço do trigo vendido à plebe;
- participação dos "homens novos" nas magistraturas;
- extensão do direito de cidadania a todos os povos aliados.

A crise da República

Dois partidos, portanto, disputavam o poder – o popular e o aristocrático, mas ambos eram formados pela elite. O "popular" Mário era um general vitorioso nas campanhas, um "homem novo" que contava com o apoio da plebe, pois sustentava muitos. Eleito cônsul, impôs ao Senado a distribuição das terras e reformou o exército, transformando-o em mercenário, composto da plebe assalariada. Mário pagava parte dos soldos com seu próprio dinheiro, daí o exército ser mais fiel a ele que à Republica.

A perseguição aos seus inimigos causou a guerra civil romana. Aproveitando a anarquia, escravos assassinavam seus senhores; os saques populares se sucediam e as províncias da Itália se voltavam contra Roma. Mário manteve-se no poder à força, até sua morte, em

86 a.C., quando um prestigioso general aristocrata, Sila, se apossou do poder, também apoiado no exército, expurgado dos membros do partido popular. Sila combateu as regiões rebeldes, impôs a ordem e procurou fortalecer as instituições tradicionais, como o Senado. Muitos privilégios dos patrícios foram restabelecidos. Renunciou no ano 79 a.C. Pretendia a unificação das instituições italianas, mas enfrentou enorme oposição de patrícios reacionários.

Sucederam-se novos levantes populares. A carreira militar era o principal meio para se alcançar o poder político, com o indispensável apoio da plebe, verdadeira massa de manobra de políticos ambiciosos. Diante da crise de autoridade, os escravos se revoltaram, constituindo um poderoso exército liderado pelo gladiador Espártaco, Tal revolta foi duramente esmagada pelo exército romano, no século I a.C. Espártaco foi crucificado às portas de Roma, com 6 mil outros escravos, cujos corpos foram pendurados em postes ao longo das estradas.

Uma aliança entre três militares ambiciosos foi acertada: César, general de prestígio e detentor de grande popularidade; Crasso, muito rico, que esmagou a revolta liderada por Espártaco; e Pompeu, que restabeleceu o domínio romano no Oriente.

Com o pretexto de defender a manutenção da ordem, os três constituíram um consulado tríplice, em 60 a.C. Era o "primeiro triunvirato". Os triúnviros repartiram entre si o território romano. Crasso ficou com a Síria, onde morreu; César partiu para a conquista e o domínio da Gália; e Pompeu administrava o norte da África e a Espanha, além de ter muitos aliados no Senado. Certamente, ele viria a ter o poder nas mãos. Entretanto, quando tudo apontava para a vitória final de Pompeu, as vitórias de César na Gália, onde este se aproveitou das divisões entre as tribos gaulesas, alteraram o quadro político. Os gauleses levantaram-se sob a liderança de Vercingetorix, mas foram esmagados pela eficiente máquina de guerra dos romanos bem como pela capacidade de liderança e estratégia de César. Milhares de gauleses foram mortos ou vendidos como escravos. Em 50 a.C., César tornava-se o senhor da Gália.

Porém, como o Senado, pressionado por Pompeu, não confirmava a sua autoridade sobre a Gália, César decidiu voltar para a Itália. Ao atravessar o rio Rubicão, limite máximo para um general avançar com seu exército em direção a Roma, proclamou a célebre frase: "A sorte está lançada". A luta civil ressurgia. Pompeu fugiu, com César em sua perseguição. Acabou por se refugiar no Egito; porém, foi assassinado a mando do faraó Ptolomeu, irmão de Cleópatra.

Único governante de fato, César executou uma série de medidas, entre as quais se destacaram:

- o restabelecimento das finanças do Estado, com controle severo dos gastos;
- a desapropriação de grandes propriedades improdutivas e a distribuição de terras nas províncias a colonos e veteranos de guerra;
- a diminuição do número de pessoas beneficiadas pela distribuição gratuita de trigo;
- a reforma do calendário, introduzindo um ano bissexto a cada quatro anos (calendário juliano);
- a construção de obras públicas, para ocupar trabalhadores;
- o controle severo sobre os cobradores de impostos (publicanos), para evitar abusos.

César pretendia diminuir a oposição dos aristocratas no Senado, ampliando o número de senadores. Recebia apoio dos financistas, pois prometia novas conquistas, e era das guerras que vinham os grandes lucros.

Mais uma vez, porém, a conspiração política se instalava, agora com a participação de Bruto, Cássio e outros. No dia 15 de março de 44 a.C., César chegou ao Senado. Então, os conspiradores aproximaram-se dele e apunhalaram-no até a morte.

Contudo, o golpe fracassara, pois Marco Antônio, general companheiro de César, subverteu a plebe com notáveis discursos.

Utilizou-se dela para conquistar o poder. Aliou-se a Lépido, que financiava suas campanhas, e a Otávio, sobrinho de César. Formava-se o "segundo triunvirato", que atacou seus inimigos, condenou 300 senadores e dividiu o território romano entre si; na divisão final, Otávio ficou com o Ocidente, Lépido, com o norte da África, e Marco Antônio, com o Oriente.

Lépido afastou-se da política, e Marco Antônio aliou-se a Cleópatra, estabelecendo-se no Egito. O Senado declarou-o proscrito, e Otávio iniciou uma campanha para derrotá-lo.

Na batalha de Ácio, em 31 a.C., Marco Antônio foi derrotado; pouco tempo depois, cometeu suicídio. Cleópatra, que fracassara ao tentar se aproximar de Otávio, também se matou. Otávio era o único herdeiro do poder político de César.

Roma imperial

Após a aclamação de Augusto como *Princips* (Primeiro), em 27 a.C., o império estava de fato instituído. Roma conheceu o apogeu de sua civilização, transformando-se também em capital intelectual, com uma elite helenizada.

Otávio monopolizava a política e promovia grandes obras públicas, mantendo ocupados a plebe e os patrícios. Os comícios, que formavam a base do poder político, perderam toda a importância. O exército e o tesouro se constituíram nas bases de sustentação do imperador. Otávio, declarado "divino" (*augustus*), foi até objeto de culto religioso nas províncias orientais.

O império foi dividido em províncias: as pacificadas, subordinadas diretamente ao Senado, e aquelas em que a autoridade romana ainda encontrava forte resistência ao imperador. O comércio se desenvolveu muito. Para o povo, cansado de campanhas militares e mortes, Otávio Augusto oferecia um governo forte, seguro. Era a "paz romana", especialmente sobre a região do Mediterrâneo, chamado de *Mare Nostrum* pelos romanos. Durante o governo de Otávio Augusto, na Galileia nasceu Jesus.

Ao povo se dava "pão e circo", isto é, distribuía-se trigo e ofereciam-se espetáculos nos estádios: batalhas entre gladiadores, lutas contra animais ferozes – tudo para distrair o povo.

A presença romana no Ocidente, especialmente durante o "Alto Império" (séculos I e II), deixou marcas profundas que jamais se apagaram. Por toda a Europa, os romanos fundaram vilas, cidades, portos, acampamentos militares e fortificações, dando origem a muitas cidades modernas.

Mas, a partir da metade do século III (Baixo Império Romano), a crise começou a se manifestar. A expansão territorial cessara, limitada pela natureza (desertos, mares, florestas) e pela resistência dos germanos (na Europa oriental) e dos partas (no Oriente). A tributação romana destruía a riqueza da população, especialmente das províncias, tornando-as incapazes de investir na produção. Agravava a situação o fato de Roma perder boa parte de seu ouro, acumulado com as conquistas, mas transferido para a Ásia por causa do comércio deficitário. Afinal, a elite romana consumia largamente especiarias e produtos de luxo, importados do Oriente. A crise fiscal aumentou com o déficit da balança comercial, forçando contínuas desvalorizações da moeda. A inflação avolumava-se.

A crise da oferta de mão de obra escrava foi outra consequência do fim da expansão territorial. O preço do escravo subiu tanto que os proprietários amenizaram o tratamento dado a ele. Outros perceberam que era mais vantajoso dividir e arrendar as terras. Agricultores livres tornavam-se parte da mão de obra em troca de parte da produção.

Importantes medidas eram tomadas pela administração, em geral, sem sucesso. Em 212, o imperador Caracala concedeu a cidadania romana a todos os habitantes livres do império (em ato conhecido como Édito de Caracala). Ainda que os objetivos tenham sido o aumento da arrecadação fiscal (ampliar a cobrança de tributos sobre heranças) e o apoio da elite provincial ao império, o Édito permitia aos membros dessa elite o acesso à administração imperial, bem como unificava as relações jurídicas privadas pela aplicação generalizada do Direito Romano.

A anarquia militar passou a imperar. Vários generais se proclamavam imperadores simultaneamente. Em 50 anos (235 a 286), 23 imperadores foram aclamados pelo exército. A guerra pelo poder político enfraquecia Roma militarmente e abria as portas do império às invasões. O exército estava mais a serviço dos seus comandantes do que da proteção das fronteiras. Povos submetidos pela força revoltavam-se na Germânia, na Gália, na África e no Oriente. Fortalezas e muralhas eram construídas, mas isso não impediria as futuras grandes invasões.

As crises ocorridas na época do Baixo Império fizeram o domínio romano agonizar. O exército enfraquecia-se irremediavelmente. O governo não conservava estradas, os mercados não recebiam mercadorias suficientes, muitos compradores sumiam. As cidades tiveram de se fortificar cercando-se de muralhas, sob a administração dos ricos proprietários locais. A moeda desvalorizava-se rapidamente. O eixo econômico deslocou-se para Constantinopla. Acossada pela fome e pela possibilidade de sobrevivência no campo, a plebe abandonava as cidades. Os aristocratas refugiavam-se em suas vilas campestres.

Diocleciano tornou-se imperador em 284 e governou até 305. Para enfrentar a crise, dividiu o império em duas partes; ficou com o Oriente e confiou o Ocidente ao general Maximiano. Diocleciano incorporou mais dois auxiliares ao governo, estabelecendo uma Tetrarquia. Havia, assim, dois imperadores e dois césares (auxiliares). Como a desvalorização da moeda tornava insignificante o valor dos impostos recolhidos, estes passaram a ser calculados de acordo com a quantidade de bens possuídos pela região. Passava-se do recolhimento monetário para o recolhimento em espécies. As províncias empobreciam, e Roma não resolvia seus problemas.

O cristianismo

Após a conquista da Palestina por Alexandre, os judeus que aí permaneceram viviam em pequenas comunidades inseridas em

um mundo predominantemente helenístico. Mantinham-se unidos e identificados por sua religião. Mas ideias como a crença na vida eterna, o julgamento das almas, a concepção dualística do bem e do mal etc. foram absorvidas pelo judaísmo.

Quando Roma estendeu seus domínios ao Oriente Médio, encontrou aí um poderoso aliado em Herodes, rei da Palestina. Este se uniu aos romanos, intensificou o comércio e manteve a unidade política judaica. Porém, sua morte, em 4 a.C., assinalou a desintegração do seu reino.

A aristocracia judaica aceitava a dominação romana para obter vantagens econômicas. Os sacerdotes judeus não se opunham desde que detivessem o monopólio da religião. Mas facções religiosas se multiplicavam: os fariseus, radicais nacionalistas, pregavam abertamente uma revolução pela independência; os essênios pregavam a vinda do Messias, um rei poderoso e forte que lideraria o povo à independência. Nesse clima de agitação sociopolítica nasceu Jesus.

Adulto, Jesus dedicou-se à pregação de suas ideias por toda a Palestina. Oferecia a todos os homens de boa vontade, os quais chamava para a fé, esperança e caridade. Os sacerdotes consideraram-no um dissidente e enquadraram-no na lei religiosa. Instigaram os romanos a prendê-lo, julgá-lo e condená-lo à morte na cruz.

Todavia, as ideias de Jesus frutificaram. Como os sacerdotes perseguiam os cristãos de Jerusalém, estes foram divulgar as "boas-novas" em outras partes do império. Os apóstolos disseminaram as ideias de Jesus e construíram a doutrina cristã. Particularmente Paulo, que deu caráter universal à nova religião. Por não considerar o imperador divino, os cristãos foram perseguidos.

Essa perseguição foi em vão, pois a simplicidade da doutrina cristã e a crença no paraíso seduziam a plebe e os escravos. O cristianismo devolvia a esperança ao povo depois de um século de lutas, trazendo ânimo às consciências angustiadas pela crise moral e social. Nesse momento, o cristianismo apresentava-se como

uma síntese das ideias judias e persas. Contudo, as autoridades acusavam os cristãos de atentar contra a segurança do Estado.

As perseguições tiveram início sob o pretexto de que os cristãos eram os responsáveis por toda a desgraça que se abatia sobre o império. Diziam os pagãos que seu monoteísmo provocaria reações violentas dos deuses.

Nero iniciou a primeira grande perseguição, uma forma de distrair a opinião pública dos graves problemas pelos quais o império passava. O incêndio de Roma foi atribuído aos cristãos. Mesmo assim, seu número aumentava paulatinamente. Diante do suplício dos mártires, muitos espectadores se convertiam.

A Igreja Cristã organizou-se com o surgimento dos bispos e presbíteros. A área imperial foi religiosamente dividida pelos cristãos em dioceses ou províncias eclesiásticas. Os patriarcas, autoridades superiores cristãs, dominavam a partir do controle das províncias subordinadas aos grandes centros, como Roma, Constantinopla, Alexandria etc. O bispado de Roma se sobrepôs aos demais, alegando que o bispo de Roma era o herdeiro de Pedro, pois este ali morrera, tendo recebido Jesus a incumbência da propagação da fé.

A Igreja, quando não era perseguida, afirmava-se como poder autônomo. O concílio de Niceia (325) reconheceu a primazia do bispo de Roma e combateu a heresia ariana, a qual dizia que Jesus não era Deus, e, portanto, não era igual ao Pai.

Em 270, o exército aclamou o imperador Aureliano, que preparara o império para resistir às invasões, erguendo fortalezas e muralhas. Um novo imperador, Constantino, necessitando do apoio do povo, publicou o Édito de Milão, em 313, o qual determinava a tolerância religiosa no império. Na verdade, o grande beneficiado foi o cristianismo. Em 360, assumiu o trono Juliano, o Apóstata, que tentou reviver o paganismo. Com sua morte, três anos mais tarde, morreu também o próprio paganismo romano.

O imperador Teodósio, para acabar com as divisões internas, oficializou o cristianismo, em 391, e determinou o massacre dos dissidentes. Foi uma reviravolta total.

Em 395, o império foi definitivamente dividido. Os dois filhos de Teodósio assumiram o poder: Arcádio no Oriente, cuja capital era Constantinopla; e Honório no Ocidente, com sede em Roma.

O epílogo do Império Romano Ocidental: as grandes invasões germânicas

Inicialmente, os povos germanos infiltraram-se no Império Romano pacificamente. Havia necessidade de mão de obra, e era preciso revitalizar a economia e completar os quadros do exército. Os germanos eram utilizados nos trabalhos rurais, em atividades domésticas e no exército. Assim, não se lutava mais por patriotismo, mas por obrigação ou interesse imediato. Às vezes, até o comandante supremo do exército romano (*magister militum*) era um germano.

Acossados pelos hunos, terríveis cavaleiros vindos das estepes asiáticas, os visigodos invadiram o império, atacaram a Itália e saquearam Roma, em 410. Os vândalos, aproveitando-se da anarquia, invadiram a Gália, atravessaram a Ibéria e estabeleceram-se no norte da África, ameaçando o Mediterrâneo ocidental, tendo, inclusive, saqueado Roma em 455.

Os anglos e os saxões estabeleceram-se nas ilhas britânicas, enquanto os francos ocuparam o norte-nordeste da Gália. Porém, a pressão dos hunos aumentou e o império foi invadido. Átila, chefe que já havia invadido a Itália, voltou-se para a Gália. Uma federação de romanos e visigodos formou-se contra o perigo comum e bateu os hunos (451), que se retiraram para a Panônia, na Europa oriental (hoje, Hungria).

O Império Romano Ocidental dominava apenas a Itália. Em 476, desapareceu oficialmente, quando os rebeldes hérulos tomaram Roma, sob o comando de Odoacro, um bárbaro romanizado.

O último imperador, Rômulo Augústulo, foi deposto. O rei dos hérulos declarou que um só imperador bastava, o do Oriente. As insígnias imperiais foram então enviadas a Constantinopla.

Era o fim do Império Romano do Ocidente.

Cultura romana

Os romanos, à semelhança dos gregos, eram politeístas, e seus deuses, antropomórficos. Havia o culto familiar (reverência aos antepassados e aos "deuses lares", protetores da família), celebrado pelo páter famílias, e o culto público. Tinha-se o costume de ofertar alimentos e sacrificar animais às divindades em troca de sua proteção. O culto público destinava-se a obter o favor e a proteção dos deuses para a cidade, bem como nas guerras e nas colheitas. Também não havia qualquer doutrina ou dogma.

Em contato com outras culturas, os romanos assimilaram o culto de vários deuses, principalmente os da Grécia, cujos nomes foram latinizados (Zeus, para os gregos, equivale a Júpiter, para os romanos, por exemplo).

Profundamente supersticiosos, procuravam saber o futuro e sondavam o destino por meio da análise das forças da natureza ou do comportamento dos animais. Os áugures adivinhavam e interpretavam a vontade dos deuses, declaravam os dias fastos (bons) e nefastos (ruins) para os negócios e orientavam os pontífices na elaboração do calendário.

A conquista e o contato constante com o Oriente fizeram com que os romanos assimilassem diversos deuses e crenças estranhos à sua cultura.

Um dos mais importantes legados da civilização romana manifestou-se no campo do direito. O princípio da igualdade perante à lei e sua codificação são comuns na legislação dos países modernos.

Na poesia, distinguiu-se o poeta Virgílio (autor de *Eneida*, que narra a viagem de Enéas, de Troia para a Itália); entre os historia-

Panteão, Roma

dores, figuram o general Júlio César (autor de *A guerra da Gália*), Tito Lívio (*História de Roma*), Suetônio (*A vida dos doze césares*), Plutarco (*Vidas paralelas)* e Petrônio (*Satiricon*). Plauto e Terêncio foram importantes teatrólogos; Cícero, grande orador e político romano; Sêneca e o imperador Marco Aurélio, filósofos.

Os romanos tinham espírito prático e não desenvolveram suas artes à maneira dos gregos, mais sensíveis e voltados à estética. Assim, caracterizaram-se pela produção de uma arquitetura mais racional e funcional. Construíram grandes estádios, circos, teatros e anfiteatros, como o Coliseu, em Roma. As cidades eram bem-dotadas de obras públicas (aquedutos, cloacas, rede hidráulica, banhos públicos, praças, ruas pavimentadas paralelas e transversais, muralhas, edifícios públicos etc.). O aqueduto *Aqua Claudia*, por exemplo, trazia para Roma água de uma fonte distânte 60 quilômetros. Na época imperial, era comum a construção de colunas (a de Trajano, em Roma, é toda envolvida por baixos-relevos), arcos do triunfo, pórticos. A engenharia de transportes romana (vias, pontes, viadutos) foi a mais eficiente até então,

19

Estátua de Júlio César (100 - 44 a. C.). Bronze. Aosta, Piemonte

20

Aqueduto romano

Coliseu, em Roma, Itália

interligando todas as partes do império – e dando origem a expressões como "Todos os caminhos levam a Roma" e "Quem tem boca vai a Roma".

Outra notável contribuição romana foi a formação de várias línguas modernas, conhecidas como "línguas neolatinas". A distribuição de terras aos veteranos do exército provocou um deslocamento dos romanos por todo o império, principalmente no continente europeu. Eles falavam o latim vulgar, que, ao se misturar com as línguas faladas nas províncias e com as línguas faladas pelos povos que invadiram o império, a partir do século IV da nossa era, deu origem às línguas neolatinas ou românicas: o espanhol, o italiano, o francês, o português e o romeno. Mesmo línguas germânicas, como o alemão e o inglês, possuem um grande número de vocábulos de origem latina.

Teste seu saber

1. **Na disputa entre plebeus e patrícios em Roma, alguns eventos se sobressaíram. Entre eles, podemos identificar:**
   a) a criação do cargo de tribuno da plebe, a Lei das Doze Tábuas, a Lei Canuleia e a tentativa de reforma dos irmãos Graco.
   b) a revolta de Espártaco, a ditadura de Fábio Máximo e as reformas dos irmãos Graco.
   c) a criação do consulado e da ditadura como instituições republicanas.
   d) os levantes de Bunus (Antiocus) e de Espártaco, a ditadura de Sila e a política de Caio Flamínio.
   e) os acordos feitos entre patrícios e plebeus na Segunda Guerra Púnica, o consulado de Cipião, a Lei das Doze Tábuas e o levante de Catilina.

2. **É fato notável do período expansionista da Roma republicana:**
   a) a expulsão do último rei de Roma.
   b) o ditador nomeado pelo senado pelo prazo de seis meses.
   c) o desenvolvimento do latifúndio, o trabalho escravo e a grande acumulação de capital.
   d) a formação da classe social dos patrícios.
   e) o fortalecimento dos pequenos agricultores que se fixaram nas terras conquistadas.

3. **"Quando venceu, apresentou imediatamente sua proposta de reforma agrária, na Assembleia Popular. Não permitia que cidadão algum tivesse mais de 500 iugera de terras públicas – total que era duplicado se o concessionário de terra tivesse dois filhos crescidos. Todas as terras no momento em mãos dos grandes senhores deveriam ser distribuídas aos cidadãos romanos que não eram proprietários."**

   O período que vai de 133 a 27 a.C. corresponde à desintegração da República e às origens do Império Romano. Nesse período, a proposta de lei acima foi feita por:
   a) Caio Graco.
   b) Mário.
   c) Sila.
   d) Tibério Graco.
   e) Júlio César.

4. A religião romana era essencialmente politeísta, e o culto ao imperador era de grande significado, pelo fator da unidade que representava. Contudo, como muitos se negavam a admitir o césar-deus, constituindo assim um perigo para o Estado, iniciaram-se as terríveis perseguições aos:

a) bárbaros invasores.
b) primeiros cristãos.
c) bons espíritos familiares.
d) escravos e estrangeiros.
e) judeus vindos da Palestina.

5. (Vunesp) A ocupação da Grécia pelos indo-europeus ocorreu no contexto das grandes migrações. E a expansão colonizadora subsequente decorreu da conjugação de vários fatores:

I. Mudança no regime de propriedade, crescimento demográfico e lutas políticas.

II. Solo árido e pouco irrigado.

III. Espírito de empreendimento desenvolvido pelo influxo da cultura romana.

IV. Crescimento do comércio e procura de alimentos fora do continente.

Assinale:

a) se todas as afirmativas estão incorretas.
b) se todas as afirmativas estão corretas.
c) se as afirmativas I, II e IV estão corretas.
d) se apenas a afirmativa III está correta.
e) se apenas a afirmativa II está correta.

6. (Fatec) Assinale a alternativa incorreta.

A cidade-Estado foi a forma característica de organização social e política da Grécia antiga. Podemos afirmar ainda que:

a) a cidade desempenhou no universo político dos gregos o mesmo papel que nos Estados Modernos, embora diferindo destes profundamente.
b) a cidade, tal como era, orientava na Grécia a natureza das relações internacionais, como também definia a estrutura dos imperialismos ou os limites das imigrações e das expansões.
c) era imensa a influência que a cidade, qualquer que fosse a sua forma ou seu regime, exercia sobre o cidadão.

d) sempre e em toda parte, a cidade ocupava o primeiro lugar, e o homem era, antes de tudo, aquilo que o seu papel cívico lhe impunha.
e) nenhuma das anteriores.

7. (UECE) Tivemos como consequência cultural das conquistas de Alexandre Magno:

a) a preservação da cultura clássica da Grécia sem misturar com elementos orientais.
b) o surgimento da cultura helenística, como resultado da fusão da cultura grega com as culturas do Oriente Médio.
c) a decadência dos estudos científicos e o desenvolvimento exclusivo da arte e da literatura.
d) a hegemonia da cultura latina e a decadência da cultura grega.
e) nenhuma das anteriores.

8. (Vunesp) O direito romano, instituição legada pelo Império Romano à civilização ocidental, resultou da preocupação em:

a) determinar as obrigações dos patrícios em relação aos plebeus.
b) garantir aos primitivos italiotas seus direitos diante dos invasores etruscos.
c) assegurar aos primeiros reis de Roma a continuidade de seu poder.
d) aumentar o poder da República romana diante das nações vizinhas.
e) regulamentar a vida do cidadão romano, estabelecendo seus direitos e deveres diante do Estado.

9. (Santa Casa-SP) A crise do Império Romano, entre os séculos III e V, foi determinada, em parte, pela:

a) fragmentação dos latifúndios, o que alterou a economia, que, assim, perdeu o seu caráter rural.
b) alteração do sistema de produção consequente às decisões legislativas de libertação dos escravos.
c) transformação na sua estrutura administrativa, quando a cidade passou a ser o centro da economia.
d) diminuição da produção dos latifúndios em decorrência da escassez de mão de obra escrava.
e) reforma introduzida por Adriano, que facilitou a penetração dos bárbaros no território do império.

Descomplicando a História

(Mackenzie) A crise do Império Romano ganhou visibilidade a partir do século III. Assinale a alternativa correta a respeito dos aspectos característicos dessa crise.

a) o excedente de mão de obra escrava, que pesava sobre os custos de produção, não era acompanhado pelo aumento da produtividade.

b) o elevado custo de manutenção da máquina burocrática e do exército, que asfixiava as finanças do império.

c) o enfraquecimento do cristianismo, diante da incompatibilidade entre as suas ideias e as necessidades do povo romano.

d) o choque entre patrícios e plebeus, estes últimos exigindo cidadania e representação política.

e) a ocorrência das Guerras Púnicas, que fragilizaram as fronteiras, permitiram invasões bárbaras e exauriram os cofres públicos.

Resolução e comentários

A partir do século III, as atividades econômicas do Império Romano, com base no escravismo, começaram a sofrer crises constantes. Em decorrência do fim da expansão territorial, a oferta de escravos diminuiu e os saques cessaram. Assim, as rendas do Estado diminuíram, o que dificultou a manutenção de um exército e uma máquina burocrática eficientes. A alternativa correta é a **B**.

PARTE III

IDADE MÉDIA

5 Alta Idade Média

A Idade Média é o período histórico entre a Antiguidade e a Idade Moderna. Para a maioria dos historiadores, ela se inicia em 476, com a queda do Império Romano Ocidental, e se estende até 1453, quando os turcos otomanos tomaram a capital do Império Bizantino, Constantinopla.

Contudo, costuma-se ainda chamar a Idade Média de "Idade das Trevas", pois teria sido uma época de muita ignorância e obscurantismo. Porém, essa qualificação não corresponde à realidade. Além de ser uma terminação pejorativa e preconceituosa, a pessoa que assim se manifesta revela desconhecimento histórico, pois se trata de uma época de notáveis realizações culturais, especialmente as da civilização muçulmana. Foi também a época de formação das línguas modernas e das nações europeias.

Pode-se dividir esse longo período de mil anos em duas partes:

- Alta Idade Média (séculos V ao XI);
- Baixa Idade Média (séculos XII ao XV).

Na primeira parte, destacam-se a civilização bizantina, a civilização muçulmana, a formação dos reinos germânicos e o desenvolvimento do feudalismo. Na segunda, as transformações ocorridas no sistema feudal, que impulsionariam a Europa Ocidental ao sistema capitalista e à sua grande expansão marítima.

A civilização bizantina

Embora Roma tivesse sido conquistada pelos germanos, em 476 d.C., a parte oriental do império sobreviveu. Sua capital, Constantinopla, a antiga cidade de Bizâncio, foi inaugurada em 330 pelo imperador Constantino, que a chamou de Nova Roma.

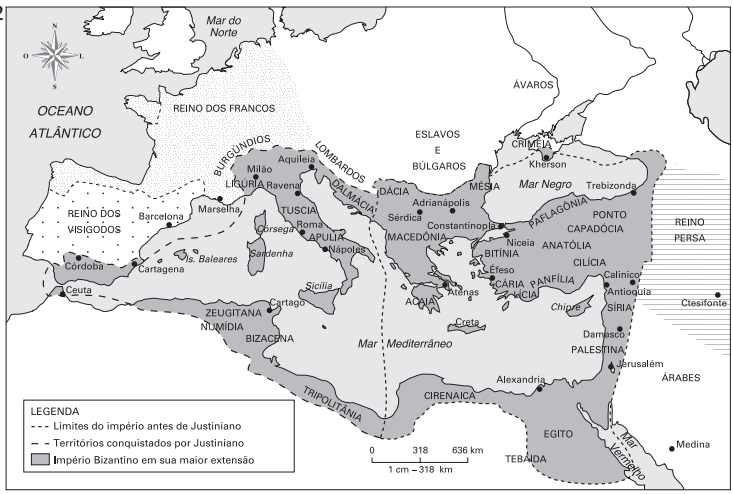
Situada na região do estreito de Bósforo, dominava a passagem da Ásia para a Europa e do mar Negro para o Egeu.

A sobrevivência do Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, como passou a ser mais conhecido, deveu-se ao controle das vias marítimas do comércio internacional, pois Constantinopla era um dos principais terminais das rotas de caravanas vindas da Ásia.

Os lucros obtidos possibilitaram a manutenção de uma armada e um exército poderosos. Os bizantinos também os utilizavam para pagar os "bárbaros", como eram chamados os povos que não tinham a cultura greco-romana, comprando-lhes a paz e desviando-os para o Ocidente.

Justiniano tornou-se imperador de Bizâncio em 527. Ambicioso, aliado da elite mercantil, reconquistou territórios para reconstituir o antigo Império Romano. Suas conquistas objetivavam as antigas rotas comerciais, principalmente na área mediterrânea. Com a

22



Mapa do Império Bizantino

reconquista do Egito, Justiniano apossou-se do tradicional "celeiro de trigo", garantindo o abastecimento de Constantinopla. Retomou boa parte do norte da África, as regiões sul da Itália (Nápoles) e da Espanha, além de ilhas como Sicília, Córsega e Sardenha.

Justiniano centralizou a administração, escolhendo os funcionários por sua capacidade funcional. Submeteu a Igreja Cristã ao seu domínio, particularmente o patriarcado de Constantinopla. Essa política recebeu o nome de "cesaropapismo", ou seja, o domínio do Estado sobre a Igreja, largamente utilizado pelos seus sucessores.

Com a morte de Justiniano, em 565, o império enfrentou outros problemas, como as famosas intrigas palacianas – disputas políticas pelos principais cargos administrativos – e os interesses dos grandes mercadores. Outro problema grave foram as heresias, que futuramente levariam ao divisionismo religioso e ao declínio

23

Imperador Justiniano. 546 d.C. Mosaico na igreja de São Vitale, em Ravena, Itália

Basílica de San Marco, Veneza, Itália

do império, como o monofisismo, segundo o qual haveria uma só natureza em Cristo, a divina.

Um aspecto importante do governo de Justiniano foi o embelezamento da capital, transformada no principal centro cultural cristão do Oriente, que teve na construção da igreja de Santa Sofia o mais notável exemplo da arquitetura cristã bizantina. Como o imperador se preocupava com a herança legislativa romana, fez reunir juristas que codificaram todo o direito romano, sob o título de *Corpus Juris Civiles* (Corpo do Direito Civil), um verdadeiro monumento jurídico, que serviu de base ao direito moderno.

O primeiro grande perigo externo surgiu no século VII, quando o império foi acossado pela violenta expansão árabe-muçulmana e regiões foram definitivamente perdidas, como o Egito e a Palestina. Agravando a situação, ao norte da península Balcânica, os eslavos conquistavam territórios.

No século VIII, Bizâncio foi atingida pelo movimento iconoclasta (quebra de imagens), contra os abusos da Igreja, acusada de idolatria e de exploração da crendice popular, comercializando larga-

25

Alhambra, em Granada, sul da Espanha

26

Cúpula da igreja de Santa Sofia, em Istambul, um dos edifícios mais representativos da arquitetura bizantina

mente estátuas de santos por ela produzidas. Para quebrar a força da Igreja, as esculturas que decoravam os templos foram destruídas e proibiu-se a sua produção. Desaparecia um inestimável tesouro artístico e ampliavam-se as divergências entre as Igrejas Cristãs: a do Ocidente (Roma, que tinha o latim como língua oficial e o papa como seu chefe) e a do Oriente (Constantinopla, que usava o grego e era chefiada pelo patriarca dessa cidade). Em 1054, ocorreu o Cisma do Oriente, ou seja, o rompimento que originou a Igreja Ortodoxa e a Igreja Católica, divisão que permanece até hoje.

Mesmo assim, o império ainda revelava vitalidade. Somente alguns séculos depois, ocorreu a queda definitiva de Constantinopla, conquistada pelos turcos muçulmanos, em 1453.

Constantinopla foi o maior centro cultural da cristandade durante a Alta Idade Média. No acervo de suas bibliotecas havia milhares de manuscritos contendo obras de autores gregos e romanos. Esta cidade foi também um dos principais centros difusores da religião cristã. Monges bizantinos converteram os eslavos da Europa Oriental (russos, sérvios, ucranianos, búlgaros), os romenos e os georgianos ao cristianismo. A influência cultural bizantina foi tão grande que chegou até o Ocidente europeu, especialmente em Veneza, que durante muito tempo manteve intensas relações comerciais com o Império Bizantino.

A civilização muçulmana

O povo árabe, à semelhança dos judeus, pertence ao grupo semita. Desde tempos remotos, ocupa a península que tem o seu nome, localizada no Oriente Médio. Primitivamente, constituíam um povo seminômade, de pastores de caprinos e ovinos, que vagava de oásis em oásis em busca de pastagens para seus animais. Os árabes eram politeístas, místicos, fetichistas e animistas; adoravam os elementos da natureza representados na forma de ídolos, guardados na Caaba, em Meca, uma importante cidade comercial. O mais importante dos símbolos era a "pedra negra",

provavelmente um grande meteorito. Meca, como sua rival Iatreb, era uma cidade localizada nas rotas comerciais caravaneiras, que atravessavam a Arábia. As caravanas provenientes do Oriente passavam por ela carregadas de mercadorias – como especiarias, seda, essências, joias – para serem trocadas por metais preciosos, marfim, armas, escravos.

Meca era dominada pelo clã dos coraixitas (que guardava todos os ídolos na Caaba) quando nasceu Maomé, em 570. Maomé era um haxemita, um ramo do clã dos coraixitas, porém filho de pais pobres. Órfão logo cedo, foi criado pelo avô e, posteriormente, pelo tio Abu Talib. Na juventude, participou do comércio caravaneiro. Nas cidades marítimas, conheceu comunidades de judeus e cristãos. Ele era místico e, nas suas andanças pelos desertos, concebeu uma religião monoteísta, sob influência judaico-cristã.

27

Mesquita de Suleiman, Istambul. Templo muçulmano construído na segunda metade do século XVI para o sultão Suleiman, o *Magnífico*

Converteu, inicialmente, seus parentes haxemitas. Depois, passou a pregar em praça pública, atacando o politeísmo e a idolatria. Atraía as camadas mais baixas e as convertia. Perseguido e ameaçado pelos coraixitas, Maomé fugiu de Meca e dirigiu-se à cidade rival Iatreb, que o acolheu. Os habitantes de Iatreb converteram-se, e a cidade teve seu nome mudado para Medina, a Cidade do Profeta. Esse episódio, a fuga (hégira), ocorreu em 622 – marco inicial do calendário islâmico.

Maomé uniu muitos clãs na crença em um só Deus, Alá. Depois de muitos anos de lutas, conquistou Meca, onde quebrou todos os ídolos da Caaba, exceto a pedra negra, símbolo da união dos homens com Deus. Meca foi transformada em uma cidade santa, e os muçulmanos passaram, então, a orar voltados para ela.

Com incrível rapidez, as cidades árabes aderiam ao islamismo. Em 631, Maomé era senhor de toda a península Arábica e os seus ensinamentos eram fervorosamente difundidos. No ano seguinte, o profeta morreu, sendo sucedido por Abu-Becke, o primeiro "califa" (ou seja, o primeiro "sucessor" de Maomé como líder espiritual, considerado o primeiro homem convertido ao Islã). Ele era, simultaneamente, chefe político, militar e religioso de um Estado teocrático, centralizado e poderoso.

Os primeiros califas determinaram a compilação dos ensinamentos ditados por Maomé, formando o *Corão* (ou *Alcorão*), o livro sagrado dos islamitas, o qual consiste na base da sua doutrina. Entre os principais preceitos, destacam-se:

- absoluta crença de que "só Alá é Deus, e Maomé, seu profeta";
- peregrinação a Meca, pelo menos uma vez na vida, se possível;
- doação de esmolas na proporção da renda;
- obrigação de cinco orações diárias, voltando-se para Meca;
- obrigação do jejum diurno durante o mês do Ramadã.

A conjuntura da época favoreceu a expansão do Islã. Os persas e os bizantinos estavam enfraquecidos por lutas internas e entre si.

Ademais, havia a crença na "Guerra Santa" (*jihad*), com a promessa do paraíso para os guerreiros. Sucederam-se as conquistas a Oriente e a Ocidente.

Havia, em geral, uma enorme conversão ao islamismo nos territórios conquistados. Mas a grande extensão do Islã, "o mundo dos crentes", estimulava a autonomia regional. As lutas violentas pelo poder se sucediam. Em 750, a dinastia Omíada, que tinha transferido a capital para Damasco, foi massacrada e substituída pelos Abássidas, com capital em Bagdá.

Os árabes assimilaram, a princípio, diversos conhecimentos dos povos conquistados. Posteriormente, não só desenvolveram esses conhecimentos, como também os difundiram. Fundaram importantes cidades e impulsionaram muitas já existentes. Expandiram muito a produção artesanal, de notável técnica e bom gosto, com destaque para tecidos, tapetes, brocados e objetos de metal. No setor de transportes, melhoraram a construção de navios, sendo os precursores das caravelas. Assimilaram, melhoraram e difundiram importantes instrumentos de orientação, como o astrolábio e a bússola. Intensificaram o comércio no Mediterrâneo, com artigos exóticos e de luxo. O árabe, língua oficial do islamismo, tornou-se também a língua dos eruditos e comerciantes de todo o Islã.

Como já se comentou, os árabes eram nômades, primitivamente, e, portanto, despojados de uma significativa produção arquitetônica original. Então, assimilaram técnicas de construção de outros povos (bizantino, persa e indiano) e souberam adaptá-las ao seu gosto e necessidades, criando novas formas de construção e difundindo-as intensamente. Foi na construção de seus templos, as mesquitas, que demonstraram criatividade, com a utilização de enorme variedade de arcos, cúpulas originais, minaretes pontiagudos e artisticamente trabalhados. Na decoração interna, os artistas árabes souberam criar refinados motivos geométricos e ornamentais. Merece destaque, ainda, a construção de palácios (alhambras), túmulos, fortalezas, muralhas e mercados. Como o Corão proíbe a representação de figuras humanas, as artes decorativas tradicionais

(escultura e pintura) tiveram destaque menor. Porém, os artistas fizeram largo uso de arabescos, criação tipicamente árabe – ornatos em que se entrelaçam linhas, ramagens, grinaldas, flores e frutas. Também eram utilizados elementos geométricos e passagens do Corão na decoração do interior das mesquitas.

Na filosofia e nos estudos científicos, os árabes assimilaram o pensamento da Grécia clássica, em decorrência do contato com a civilização bizantina. Traduziram e comentaram obras de filósofos, como Aristóteles. Os sábios árabes, ao conservar e difundir a cultura clássica greco-romana, esquecida na Europa durante boa parte da Idade Média, influenciariam no surgimento do Renascimento cultural, ocorrido no final da Idade Média.

Absorveram também os conhecimentos gregos nos campos da matemática, astronomia, medicina e geografia e os ampliaram. Criaram os algarismos arábicos, os quais assimilaram dos indianos e divulgaram por todo o Islã, juntamente com noções de cálculo e o emprego do zero. Todo esse conhecimento acabou se difundindo pela Europa.

Na literatura, os árabes deixaram vastas obras na poesia. Entre os contos, destacou-se o livro *As mil e uma noites*, baseado em narrativas persas e indianas.

No entanto, as imensas conquistas territoriais tornaram os árabes uma minoria dentro do império, ainda que a sua língua fosse a dominante. A grande extensão do império provocou o divisionismo político, surgindo os califados independentes, como o de Córdoba, na península Ibérica, e o do Cairo, no Egito, mas com as mesmas estruturas administrativas. Divisões também ocorreram no campo religioso, dando origem aos sunitas e aos xiitas.

Os reinos germânicos

Com a queda do Império Romano Ocidental, três grupos germânicos predominaram na Europa Ocidental: os visigodos, na península Ibérica; os ostrogodos, na Itália; e os francos, na Gália.

As invasões atingiram também as Ilhas Britânicas, onde os anglo-saxões, oriundos da Germânia, fundaram vários reinos, embora o norte permanecesse sob domínio celta. Os vândalos, após uma curta permanência na península Ibérica, especificamente na região da Andaluzia, deslocaram-se para o norte da África e aí se estabeleceram. Os visigodos inicialmente ocuparam a Gália, depois se estabeleceram na Ibéria e fundaram um dos mais importantes reinos medievais. Ao se fixarem na Gália, nos fins do século V, os francos, pertencentes à etnia germânica, absorveram a cultura romana e cristianizaram-se. Formavam clãs rivais, posteriormente unificados politicamente por Clóvis, que se tornou rei em 481. Os reis francos eram descendentes do antigo chefe Meroveu, origem da "dinastia merovíngia" (481 a 751).

A aliança de Clóvis com a Igreja Católica possibilitou o aumento considerável do território franco, uma vez que a estrutura eclesiástica e o exército, engrossado pela incorporação de cristãos, estimulavam as conquistas. Todavia, em 511, com a morte de Clóvis, seus filhos, seguindo um costume franco, repartiram o reino.

A conquista muçulmana do Mediterrâneo ocidental reduziu consideravelmente as trocas e contribuiu para o fechamento da economia. Os reis merovíngios enfraqueceram-se, e o poder foi descentralizado, passando para as mãos dos proprietários de terras e para os administradores reais. O mais importante, o "prefeito do palácio" (*major domus*), era o governante de fato. Os merovíngios tornaram-se historicamente conhecidos como "reis indolentes".

Em 714, assumiu o poder, de fato, Carlos Martel, que se notabilizou como chefe militar ao derrotar os muçulmanos na batalha de Poitiers. Durante sua administração, consolidou uma aliança com a Igreja Católica. Ao morrer, em 741, foi sucedido pelos filhos Pepino, o Breve, e Carlomano, mas este se retirou para um convento.

Pepino, o Breve, político hábil, obteve o apoio papal para a usurpação do trono: destronou Childerico, proclamou-se rei em 751 e iniciou a dinastia carolíngia. Atacou o norte da Itália e derrotou

os lombardos. Boa parte das terras dos lombardos foi doada ao papado, origem do Patrimônio de São Pedro (reduzido atualmente ao Estado do Vaticano). O papa, além de chefe espiritual, tornava-se também chefe temporal.

Com a morte de Pepino, em 768, o reino foi dividido entre seus dois filhos: Carlos Magno e Carlomano. Com a morte de Carlomano, em 771, Carlos Magno tornou-se o único governante da Gália. Retomou a política expansionista de seu pai e anexou a Francônia e a Suábia (ambas na Alemanha).

No Natal de 800, o papa, desejoso de ter como aliado um império poderoso para continuar a conversão dos pagãos na Europa e a expansão de seu poder temporal, coroou e sagrou Carlos Magno imperador. Restaurava-se, portanto, o Império Romano do Ocidente, sob a denominação de Império Franco, com base no reino franco. Esse episódio ampliou a rivalidade com o imperador bizantino, que se considerava o legítimo detentor do título. Tal rivalidade levaria ao Cisma, ocorrido em 1054.

A segurança do império estimulou o desenvolvimento cultural, conhecido como "renascimento carolíngio". Compilaram-se antigos manuscritos, igrejas foram restauradas e o artesanato artístico foi incentivado. Mosaicos, trabalhos em marfim, objetos de ourivesaria e de bronze e notáveis iluminuras se multiplicavam. A escrita carolíngia se consolidou.

Carlos Magno governou por meio de capitulares, decretos que tratavam de questões civis, militares e religiosas. Dividiu o território em marcas e condados, que eram distribuídos entre seus principais auxiliares, na forma de *beneficium*. Em troca, esses nobres eram obrigados a administrá-los, promover a aplicação da justiça, recolher tributos e organizar exércitos para assegurar a ordem interna e a defesa externa. Seus administradores, marqueses e condes, prestavam juramento de fidelidade ao imperador, o qual se utilizava de funcionários especiais (*missi dominici*) para fiscalizá-los.

Carlos Magno morreu em 814. Seu herdeiro, Luís, o Piedoso, morreu em 840 e deixou o império para seus três filhos, que o

dividiram em 843, também seguindo o costume franco. Pelo Tratado de Verdun, Lotário, o mais velho, foi formalmente sagrado imperador, cabendo-lhe a faixa central do império e o norte da Itália. Carlos, o Calvo, herdou a parte ocidental (França), e Luís, o Germânico, ficou com a oriental (Alemanha). Com a morte dos herdeiros de Lotário, sua parte foi dividida entre Carlos e Luís. Já havia, então, o esboço territorial das modernas nações europeias, bem como de seus futuros problemas.

O sistema feudal

Entre os séculos IX e XI, o sistema feudal alcançou seu apogeu na Europa Ocidental, em especial na França. Do ponto de vista econômico, o feudo, de tamanho extremamente variável, era a unidade produtora básica. Em geral autossuficiente, produzia praticamente tudo de que a população local precisava, desde alimentos, vestuário, madeira, até artefatos de ferro. Por necessidade de proteção contra constantes guerras e invasões, um castelo fortificado era construído em terreno elevado, abrigando a sede administrativa do feudo. As frequentes guerras, nos séculos anteriores, e a má qualidade das estradas tornaram as transações comerciais praticamente impossíveis. Assim, o uso de moedas como instrumento de troca praticamente desapareceu. Cabia à produção agropecuária atender às necessidades da população local. Portanto, tratava-se de uma economia de subsistência.

Como o senhor feudal era o proprietário dos meios de produção, aqueles que não tinham terra, os servos, se submetiam ao seu poder. Em troca de proteção e direito de usar determinadas áreas, cultivavam os campos senhoriais e pagavam tributos. Retinham uma pequena parte da produção, meramente para a sua sobrevivência.

A economia baseava-se principalmente no uso da terra, de onde provinha a maior parte dos alimentos e da matéria-prima que abasteciam a população. Nas áreas de plantio, aplicava-se o sistema rotativo para evitar o enfraquecimento do solo; esse sistema predominou durante a Alta Idade Média na Europa Ocidental.

Esquema de plantio segundo o sistema rotativo:		
	1º ano	2º ano
Campo 1	Plantação	Repouso
Campo 2	Repouso	Plantação

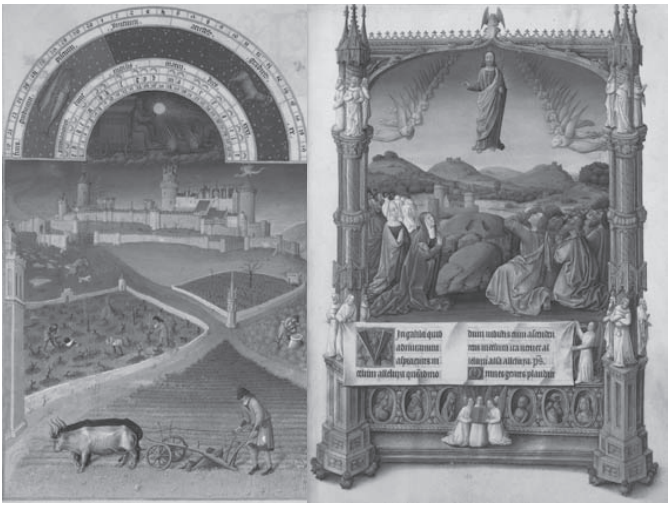
Os campos em repouso eram aproveitados para pastagem. Assim, a fertilidade era recuperada devido à adubação feita pelos animais (estrumação).

Havia três áreas distintas: a reserva florestal (de uso comum), o manso senhorial (terras agrícolas, cuja produção pertencia ao senhor feudal) e o manso servil (utilizado pelos servos, que ficavam com parte da produção). O manso servil era dividido em lotes (tenências) distribuídos em forma de usofruto aos servos. Todo o trabalho era executado pelos servos da terra e pelos vilões, que eram trabalhadores livres e menos numerosos.

O funcionamento do sistema feudal baseava-se nos costumes e na reciprocidade. Assim, os servos tinham obrigações para com os donos das terras. Mas a cada dever correspondia um direito. Os principais deveres e direitos eram:

- **corveia** – os servos trabalhavam, sem remuneração, alguns dias por semana no manso do senhor, em troca de proteção;
- **talha** – parte da produção obtida no manso servil pertencia ao senhor; era o pagamento pelo direito de usar a terra a ele pertencente;
- **banalidade** – taxa que os servos pagavam para poder usar o moinho e o forno, que eram de propriedade exclusiva do senhor;
- **mão-morta** – tributo pago após a morte do servo, para que os herdeiros tivessem direito aos bens do falecido e ao uso da terra.

A produtividade era baixa, pois a qualidade dos instrumentos agrícolas era precária. Além disso, como ocorre ainda hoje com as plantações, elas ficavam na dependência de uma estação climática favorável. Por isso, o perigo da fome constantemente atormentava os camponeses.



Les Très Riches Heures Du Duc de Berry – O livro das Horas do Duque de Berry – Representação do modo de vida no feudalismo

Os senhores feudais podiam transmitir sua propriedade aos seus herdeiros. Contudo, ela não podia ser vendida, pois se doava o direito de usar a propriedade, e não a terra. A cerimônia de doação do feudo era a "investidura". Aquele que recebia a terra se tornava vassalo, e o doador, seu suserano. O rei era o suserano dos suseranos. O vassalo fazia um juramento de fidelidade ao seu suserano, e este, em reciprocidade, prometia-lhe apoio judiciário e proteção militar.

A sociedade era estamental, pois, geralmente, o nascimento determinava a posição social da pessoa. Havia três classes distintas, ou estamentos, cada qual com funções específicas. Ao clero cabiam as atividades religiosas; à nobreza, as funções militares; e ao povo (terceiro estado), a produção dos meios de subsistência e o pagamento de impostos. Clero e nobreza compunham a elite privilegiada.

29

Juramento de fidelidade, uma das cenas medievais representada na *Tapeçaria de Bayeux* por volta de 1080

O primeiro estamento era o clero, pois já existia mesmo antes da formação do sistema feudal. Dividia-se em alto clero (bispos, abades, arcebispos), cujos membros eram originários da nobreza, e baixo clero (padres e monges), encarregado de todo o serviço religioso, com origem nas camadas populares. Quanto ao modo de vida, dividia-se, como atualmente, em clero regular (vida em convento; monges e freiras) e clero secular (em contato com o mundo; padres). Nos conventos, era comum os monges se encarregarem de sua própria subsistência.

O segundo estamento era a nobreza, formada pelos proprietários de terra (marqueses, condes, duques, barões e cavaleiros). Era deles a responsabilidade pela guerra, pela defesa dos feudos e do reino e pela manutenção da ordem interna. Para custear os seus gastos militares, tinham o direito de receber impostos e taxas.

A base da sociedade – o terceiro estamento – era constituída pelos camponeses, que trabalhavam duramente. Possuíam alguns direitos baseados nos costumes, como o de ter lotes de terra para seu usufruto e o de ser defendidos na hipótese de ataques. Os artesãos eram poucos e não tão importantes.

Teste seu saber

1. A grande importância da Igreja durante a Idade Média deveu-se ao fato de ser:

a) a única instituição organizada desde a Alta Idade Média.
b) apoiada pela poderosa nobreza feudal.
c) acreditada como única guardiã da justiça.
d) a lançadora das bases do feudalismo.
e) a mais poderosa organização econômica e militar.

Para os testes 2 e 3, assinale conforme o código abaixo:

a) se todas forem corretas.
b) se apenas I for correta.
c) se apenas I e II forem corretas.
d) se apenas I e III forem corretas.
e) se apenas II e III forem corretas.

2. I. Maomé era descendente da tribo coraixita.
II. Meca rende-se rapidamente às palavras do profeta.
III. A Caaba é o depósito dos ídolos sagrados quando o povo árabe não era seguidor de Maomé.

3. I. É uma das características da religião islâmica jejuar durante o mês de Ramadã.
II. O primeiro califa foi Abu-Becker.
III. O Corão é ao mesmo tempo livro religioso e código de leis.

4. (Vunesp) As invasões germânicas no Império Romano do Ocidente levaram a Europa Ocidental à desagregação política e:

a) ao restabelecimento da autoridade imperial.
b) à decadência demográfica.
c) à ruralização da economia.
d) ao renascimento do comércio.
e) ao desaparecimento das cidades.

5. (UFRGS) O assim denominado Grande Cisma do Oriente foi uma consequência:

a) da Reforma Calvinista, que, ao pregar a predestinação e o livre-arbítrio, acabou com a unidade da Igreja Católica.

b) da Querela das Investiduras, travada entre o papa e o imperador, a qual versava sobre a proibição de leigos concederem a posse de cargos na Igreja.
c) da emergência do islamismo, que propiciou aos árabes um ponto de união e identidade, mas os separou dos ocidentais.
d) do confronto entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla, que resultou na cisão entre os ramos grego e romano do catolicismo.
e) do conflito religioso que instalou um papa em Avignon e outro em Roma, perturbando por décadas a concórdia interna da Igreja.

6. (Unifesp) "O mosteiro deve ser construído de tal forma que todo o necessário (a água, o moinho, o jardim e os vários ofícios) exerça-se no interior do mosteiro, de modo que os monges não sejam obrigados a correr para todos os lados de fora, pois isso não é nada bom para suas almas".

(Da *Regra* elaborada por São Bento, fundador da ordem dos beneditinos, em meados do século VI.) O texto revela:

a) o desprezo pelo trabalho, pois o mosteiro contava com os camponeses para sobreviver e satisfazer as suas necessidades materiais.
b) a indiferença com o trabalho, pois a preocupação da ordem era com a salvação espiritual, e não com os bens terrenos.
c) a valorização do trabalho, até então historicamente inédita, visto que os próprios monges deviam prover a sua subsistência.
d) a presença, entre os monges, de valores bárbaros germânicos, baseados na ociosidade dos dominantes e no trabalho dos dominados.
e) o fracasso da tentativa dos monges de estabelecer comunidades religiosas que, visando à salvação, abandonavam o mundo.

7. (UEL) No medievo a ordem social era organizada segundo as funções de orar, guerrear e trabalhar. Ou seja, era uma sociedade hierarquicamente estratificada da seguinte maneira:

a) evangélicos, exércitos e negociantes.
b) padres, soldados e artífices urbanos.
c) clero, nobreza e camponeses.
d) santos, guerreiros e pastores.
e) monges, oficiais e operários.

Descomplicando a História

(FGV) "Deus tinha distribuído tarefas específicas a cada homem; uns deviam orar pela salvação de todos, outros deviam lutar para proteger o povo; cabia aos membros do terceiro estado, de longe o mais numeroso, alimentar, com seu trabalho, os homens de religião e da guerra. Esse padrão, que rapidamente marcou a consciência coletiva, apresentava uma forma simples e em conformidade com o plano divino, e assim sancionava a desigualdade social e todas as formas de exploração econômica."
(Duby Georges, *As três ordens ou o imaginário do feudalismo* apud Patrícia Ramos Braick, Myrian Becho; Mota. *História*: das cavernas ao Terceiro Milênio.)
A partir do texto, é correto concluir que:
a) a Igreja não reconhecia importância nas atividades que estivessem desligadas da religião; assim, a condição de não nobre revelava um sujeito vítima do castigo divino.
b) a rigidez da estrutura da sociedade feudal não foi regra durante a Idade Média, pois, a partir do século X, estabeleceu-se uma dinâmica sociedade de classes.
c) as posições sociais menos importantes derivavam menos da vontade divina e mais da ausência de empenho dos homens, segundo a teologia cristã medieval.
d) a sociedade feudal estruturava-se de forma rígida, determinada pelo nascimento e com pequenas possibilidades de movimentação entre as camadas sociais.
e) a suposta imobilidade da sociedade medieval tem fundamento nas teses teológicas de santo Agostinho, que defendiam a supremacia da razão em detrimento da fé.

Resolução e comentários

A hierarquização da sociedade feudal era determinada pela posse ou não da terra e pela baixa atividade comercial. Assim, a possibilidade de mobilidade social era mínima. Em síntese, a sociedade feudal europeia medieval era extremamente estratificada, rígida e imóvel. A alternativa correta é a **D**.

6 Baixa Idade Média

Conjuntura europeia

A fase de grandes invasões e ataques sistemáticos ao continente europeu havia passado. A partir do século XI, as atividades urbanas e comerciais renasciam e provocavam as mudanças estruturais que corresponderiam à nova realidade. Das crises do feudalismo nasceria o capitalismo, cujo período de formação é chamado de pré-capitalismo, uma transição gradual nos níveis político, econômico, social e filosófico.

Cidades litorâneas europeias ocidentais, como Veneza e Gênova, expandiam suas navegações no Mediterrâneo. O comércio entre elas e Flandres, no litoral norte europeu, crescia. Algumas regiões aumentaram a produção e a produtividade agrícolas e produziram excedentes, levados também a áreas carentes. A tranquilidade e a paz, maiores se comparadas ao período anterior, geravam as contradições do sistema feudal, como o excedente de produção, o renascimento comercial e urbano e o aumento populacional.

Os burgos, castelos fortificados, eram outra solução. Muitas pessoas se estabeleceram em torno deles, dedicando-se ao comércio. Sua expansão os transformava em vilas e depois em cidades, verdadeiros centros de troca de mercadorias – as melhores vindas do Oriente, pagas com tecidos, lã, armas e objetos artesanais. Os mercadores eram verdadeiros aventureiros que se arriscavam a ser assaltados. Mas a perspectiva do lucro os estimulava. O capitalismo, em sua fase embrionária, já condicionava o comportamento.

As cidades nascentes lutavam contra o domínio dos senhores feudais, armavam-se e procuravam autonomia. Ao obtê-la, essas comunas passavam a ser administradas pela alta burguesia mer-

cantil. Na Itália, as cidades livres eram denominadas "repúblicas" (como Veneza e Gênova); na Alemanha, "freiburg". Obtinham também o direito de ter legislação, moeda e exército próprios, bem como bandeira e brasão. Importante saber que as repúblicas italianas foram envolvidas na luta entre o Sacro Império Romano-Germânico e o poder papal.

Os conflitos entre a Igreja e o Sacro Império: a questão das investiduras

O grande poder político e a enorme riqueza da Igreja deram origem a uma série de abusos cometidos por essa instituição. Em troca da doação de terras e outros favores à Igreja, muitos senhores feudais obtinham o privilégio de escolher bispos e abades nas áreas doadas. Tornou-se tradição o segundo filho (secundogênito) tornar-se membro do alto clero. Sem vocação nem preparação religiosa, bispos e abades passaram a negociar sacramentos e cargos. Era a simonia, o comércio de cargos eclesiásticos e "coisas sagradas". O próprio imperador do Sacro Império Romano-Germânico nomeava os bispos e abades para as dioceses e mosteiros em seus domínios, constituindo-se tal comportamento em uma intervenção do poder político na administração da Igreja.

Em 1075, o papa Gregório VII reagiu a esses abusos. Proibiu, por meio de decreto, a escolha de bispos e abades por leigos. Agindo assim, procurava tirar a força do imperador, ampliar o poder político da Igreja e acabar com a simonia. Esse fato originou a chamada "Querela das investiduras", ou seja, a discussão sobre quem deveria investir a autoridade religiosa em seu cargo. O imperador Henrique IV reagiu energicamente e declarou o papa deposto. Em resposta, Gregório VII excomungou o imperador. Assim, todos os senhores feudais do império não mais deviam vassalagem a Henrique IV. Enfraquecido, em 1077 o imperador dirigiu-se para a Itália. Humilhou-se perante o papa, solicitando-lhe perdão (episódio conhecido como "Humilhação de Canossa"). Henrique IV voltou para a Alemanha e aos poucos restabeleceu sua autoridade.

ROUARGE, Adolph. *Humilhação de Henrique IV do Sacro Império Romano-Germânico ajoelhado na frente do papa Gregório VII.* 1838. Gravura em metal, aço original

Somente em 1122 chegou-se a um acordo. O papa Calixto II e o imperador Henrique V assinaram a Concordata de Worms. Pelo acordo, os novos bispos e abades receberiam do papa os símbolos da investidura e do poder espiritual (báculo e anel), e obteriam do imperador, o símbolo do poder temporal, o cetro.

As cruzadas

No século XI, a região do Oriente Médio foi conquistada pelos turcos seldjúcidas, que tinham se convertido ao islamismo. Fanáticos, proibiram a peregrinação dos cristãos, particularmente a Jerusalém. O papa Urbano II, em Clermont Ferrand, na França, em 1095, por meio de discurso emocionante, convocou os cristãos para uma guerra santa contra os infiéis muçulmanos. Prometia recompensas materiais e espirituais, como o Paraíso. Em consequência, uma reação caracterizada por um forte movimento de religiosidade envolveu toda a Europa Ocidental. O desejo de libertar os locais

santos cristãos no Oriente Médio (Belém, Nazaré e Jerusalém) era um sentimento geral entre os cristãos.

A Igreja Católica soube capitalizar esse movimento. Era a possibilidade de reunir a cristandade, dividida pelo Grande Cisma de 1054, e estabelecer a supremacia do papado sobre ela. Os senhores feudais também apoiavam a reação, pois seria uma forma de se livrar da pressão populacional em seus feudos e diminuir os saques. A parcela marginalizada da população poderia ser deslocada para o Oriente. Os nobres sem terra, por sua vez, poderiam, eventualmente, tornar-se proprietários fundiários. Havia também o interesse dos comerciantes, pois poderiam conseguir melhores condições de navegação no Mediterrâneo, com a expulsão dos árabes.

Nesse contexto de euforia religiosa, surgiram movimentos populares chefiados por fanáticos, como o de Pedro, o Eremita, em 1095. Peregrinava e pregava, concitando as pessoas a segui-lo a Jerusalém, em busca da salvação eterna. Seguiram-no pessoas deslocadas, miseráveis, deficientes, desenganados, pecadores; assaltavam as propriedades que encontravam no caminho para Constantinopla. Foi a "Cruzada dos Mendigos". Eles foram transportados pelos bizantinos para o lado asiático do império, pois representavam um perigo para a cidade. Lá chegando, a peste e a fome abateram a maioria; os sobreviventes foram liquidados pelos turcos. Pedro, o Eremita, escapou para voltar e iniciar nova campanha.

Foram oito as cruzadas oficiais, isto é, organizadas pela Igreja e pelos Estados europeus ocidentais, entre os séculos XI e XIII. Mas foram incontáveis as cruzadas populares. Os cavaleiros e os soldados tinham uma cruz bordada no peitoril do seu fardamento, daí o nome "cruzadas". Gozavam de isenção de pagamento do direito de passagem e deveriam ser alojados e alimentados ao longo do caminho. Chefiados por Godofredo de Bulhão, partiram em 1095 e tomaram Jerusalém três anos depois. Na região foram fundados vários reinos cristãos latinos e ordens de monges-cavaleiros para proteger o Santo Sepulcro, como os Hospitalários e os Templários.

Os reinos cristãos estavam ameaçados de serem destruídos pela reação turca, devido a vários problemas: estavam distantes da Europa; tinham problemas de apoio e abastecimento; esperavam auxílio bizantino, que nunca ocorreu; não tinham o apoio da população local, majoritariamente muçulmana. Por isso, várias outras cruzadas foram organizadas, sem conseguir um triunfo definitivo.

Merecem destaque também a terceira e a quarta cruzadas. Da terceira cruzada, em 1189, participaram Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra, Felipe Augusto, da França, e Frederico Barba Ruiva, do Sacro Império Romano-Germânico; por isso, foi chamada de "Cruzada dos Reis". A quarta cruzada (1202) foi organizada pelo papa Inocêncio III, que beneficiou os comerciantes de Veneza, os quais se utilizaram dela para tomar e pilhar Constantinopla. Marcou o início da preponderância comercial de Veneza no Mediterrâneo Oriental.

As rotas comerciais

A expansão mercantil criou um grande circuito de trocas de mercadorias que ligava a Itália a Flandres, passando pela região alpina e pela Champanha, na França. Ao longo do caminho, surgiram as feiras, que também se difundiram pelas rotas paralelas e transversais, bem como pelas margens dos rios navegáveis, como o Reno, o Ródano, o Danúbio, o Sena etc. Em Flandres, produziam-se tecidos com a lã importada da Inglaterra. Todas as regiões europeias se enriqueceram no contato com a Itália, onde se destacavam as potências marítimas de Veneza e Gênova e as regiões da Toscana e de Lombardia, com suas cidades de Florença, Pisa e Milão, produtoras de tecidos e armas.

As crises religiosas e as transformações culturais

A tendência à centralização monárquica, que contava com o apoio da burguesia, chocava-se com o particularismo local dos senhores feudais e com o poder universal do papado. A vida

urbana, a fundação de universidades e os contatos crescentes com o Oriente originaram interpretações divergentes dos dogmas e princípios doutrinários da Igreja Católica. Pedro Valdo foi o fundador de uma das mais importantes heresias na Baixa Idade Média, iniciada na cidade de Lyon, na França, no século XII. Os valdenses criticavam a corrupção do clero, rejeitavam a autoridade eclesiástica, especialmente a papal, pregavam a humildade e diziam prestar obediência diretamente a Cristo, o que tornava, portanto, a Igreja desnecessária. A Igreja organizou uma cruzada contra os valdenses, levando-os ao extermínio. Os sobreviventes foram reconduzidos à força à fé católica.

Outra heresia ocorreu em Albi, cidade do sul da França. Os albigenses pregavam a existência de dois deuses: o do bem, criador da alma, e o do mal, criador do corpo. Assim, para afastar o mal, proibiam o casamento, a fim de evitar a reprodução, e estimulavam o suicídio. Contra essa heresia foi organizada a "Cruzada dos Albigenses", com os mesmos resultados trágicos.

Nesse quadro de contestação aos ensinamentos e à autoridade eclesiástica, a Igreja criou, em 1229, o Tribunal da Inquisição, que condenava à morte na fogueira os hereges que persistissem em suas ideias. É também conhecido como Tribunal do Santo Ofício e combatia pessoas suspeitas de terem ideias contrárias à doutrina oficial da Igreja, de praticar o judaísmo e de ter um comportamento em desacordo com a moral cristã, como a homossexualidade e a bruxaria. Na península Ibérica, muitos judeus e muçulmanos foram levados ao Tribunal, julgados, condenados e punidos.

O enorme fervor religioso, além de possibilitar a multiplicação de heresias, favoreceu também a fundação de várias ordens, especialmente as mendicantes, como a dos dominicanos e a dos franciscanos.

As primeiras universidades, fundadas a partir do final do século XI, eram verdadeiras corporações de mestres e alunos. A de Paris transformou-se no centro do pensamento católico, no século

XIII. Na de Bolonha, destacou-se o estudo do direito romano. Muitos reis se utilizaram de seus professores para fundamentar a concentração do poder político em suas mãos, o que conduziria, futuramente, à formação das monarquias nacionais absolutas.

Renovou-se o interesse pelo pensamento clássico greco-romano, quebrando-se o monopólio filosófico da Igreja. Houve interesse crescente pelo estudo do grego e do latim antigos, possibilitando a leitura de Platão, Cícero e, especialmente, Aristóteles, no original. O espírito crítico e o uso da razão começavam a se impor. Iniciava-se o questionamento de todos os dogmas religiosos, solapando as bases doutrinárias da Igreja.

BERRUGUETE, Pedro. *São Domingos presidindo um Auto-de-fé*. 1495. Óleo sobre madeira. 154 x 92 cm. Madri: Museu do Prado

Transição do feudalismo ao capitalismo

As transformações ocorridas na Baixa Idade Média, sintomas da crise do sistema feudal, culminaram com o surgimento e a ascensão da camada burguesa. Entre outros aspectos fundamentais, destacam-se:

- a autonomia das cidades que se libertaram do domínio dos senhores feudais; na Itália, as comunas;
- a criação de ligas de comércio, como a de Hansa;
- a multiplicação de praças comerciais e feiras;
- o aparecimento das corporações de ofício.

Após o século XI, com a melhoria nas técnicas agrícolas, como a melhor atrelagem dos animais, o aparecimento da charrua (arado

de ferro) e da enxada de ferro, foi cada vez mais aplicado o sistema rotativo trienal. Houve, assim, um aumento da produção e da produtividade, melhorando o abastecimento da população não só do feudo, mas também dos burgos em expansão.

Esquema de plantio segundo o sistema rotativo trienal			
	1º ano	2º ano	3º ano
Campo 1	Trigo	Cevada	Repouso
Campo 2	Cevada	Repouso	Trigo
Campo 3	Repouso	Trigo	Cevada

A atividade econômica expandiu-se com a generalização do uso de moedas. Nos burgos, a nova sociedade se hierarquizava a partir da posse de bens monetários. O objetivo da burguesia era o lucro; ela não se satisfazia mais em recuperar apenas o capital investido. Alastrava-se o espírito competitivo e prevaleciam socialmente aqueles que eram mais capazes comercialmente. Os centros urbanos eram a antítese da sociedade rural feudal. As populações dos campos eram atraídas para vilas, comunas e burgos.

Mas algumas características do feudalismo sobreviveram até a Revolução Francesa, de 1789.

Nos burgos, para ampliar a produção, o grupo dos artesãos se organizou. Alguns eram proprietários das oficinas e dos instrumentos de produção e comerciavam diretamente com o consumidor ou com os intermediários. Nas oficinas trabalhavam o mestre proprietário, os oficiais e os jornaleiros. Para evitar a concorrência desgastante, os mestres reuniram-se em corporações, as quais agrupavam os trabalhadores de um determinado setor artesanal, como tecelões, fiandeiros, armeiros, padeiros, sapateiros, marceneiros etc. A corporação estabelecia as regras gerais da profissão e regulava o preço do produto, a qualidade do material, a quantidade a ser produzida e a margem de lucro. Nada se fazia fora das regras estabelecidas.

As corporações de ofício formavam uma instituição poderosa, representando uma força política considerável. Seus mestres combatiam os senhores feudais e lutavam pela autonomia urbana, contribuindo decisivamente para a crise feudal.

Alguns fatores estimularam a centralização do poder monárquico. O renascimento comercial e urbano diminuiu o poder político do senhor feudal, enquanto a burguesia europeia se aliava aos reis, para se livrar dos obstáculos feudais que dificultavam o desenvolvimento comercial. Ela desejava o fim do particularismo político e da cobrança do direito de passagem, a ampliação da ordem e a unificação da moeda e da justiça. A maneira de alcançar isso foi estreitar suas relações com a monarquia.

As monarquias nacionais

O Estado moderno, centralizado e absolutista, foi resultado da aliança entre a burguesia e a realeza. A burguesia contribuiu com dinheiro para o monarca manter um exército nacional permanente, contratar funcionários e estabelecer a unidade jurídica, monetária e tributária.

O movimento pela formação das monarquias nacionais alastrou-se por toda a Europa, exceto Alemanha e Itália, que se unificaram somente no século XIX. Na Alemanha, o processo de centralização foi dificultado pela nobreza feudal, e na Itália, pelo papado.

As grandes crises do século XIV

No século XIV, uma série de crises atingiu a Europa. Este foi o século das guerras, da peste e da fome. A Peste Negra teve origem na Ásia e alcançou a Europa, trazida pelos comerciantes italianos. Essa epidemia alastrou-se rapidamente, pois as más condições de higiene nos burgos favoreciam a proliferação de ratos, *habitat* da pulga portadora do vírus. Afinal, esses burgos surgiram e cresceram sem qualquer controle urbanístico; as ruas eram estreitas e usadas como esgoto, e as casas, pouco arejadas. Tudo colaborava para

o surgimento de epidemias extremamente letais, como a Peste Negra. Era uma epidemia bubônica, pulmonar e intestinal. Como a contaminação caminhava pelas rotas comerciais que uniam as cidades europeias, milhões de pessoas morreram e povoados inteiros desapareceram da peste. Estima-se que cerca de um terço de toda a população europeia tenha desaparecido entre 1347 e 1350, fase de maior incidência. Em Portugal, mais da metade da população morreu. Os campos esvaziaram-se, e a produção agrícola declinou. Por todo lado a fome se tornava constante.

Como o misticismo atribuía a peste a um castigo divino, caçavam-se principalmente os pecadores e os judeus, muitos dos quais foram mortos a pauladas e queimados, numa tentativa desesperada de aplacar a ira de Deus.

As crises afetaram profundamente a atividade agrícola. Além das guerras e da epidemia, a crise era agravada pelas más condições atmosféricas. Anos de seca foram seguidos por anos de muita chuva. Mal alimentada, a população contraía doenças mais facilmente. Estabelecia-se um verdadeiro ciclo vicioso. A escassez da mão de obra rural provocava queda na produção. Os preços dos produtos agrícolas aumentavam à medida que a produção decaía. A população subnutrida era fácil vítima da peste. A Europa livrou-se do perigo da superpopulação, mas à custa de milhões de mortos.

As calamidades que abalaram a Europa, a sobrecarga dos impostos e o desejo de liberdade levaram milhares de camponeses à revolta. Levantes armados se iniciaram em Flandres e se alastraram por toda a Europa. Na França, estourava no século XIV a *jacquerie*. Os camponeses, cansados dos saques dos cavaleiros franceses e ingleses envolvidos na guerra, revoltaram-se, chefiados por Jacques, o Simples. A revolta atingiu os centros urbanos, e o levante assumiu características revolucionárias quando se ameaçou o próprio rei. Milhares de trabalhadores acabaram massacrados pela dura reação da nobreza.

As rebeliões atingiram também a Inglaterra. Os camponeses se levantaram, liderados por Walt Tyler, avançaram em direção a Londres, invadiram-na, libertaram presos, mataram funcionários reais e queimaram casas. Foram recebidos pelo rei, diante do qual reivindicaram o fim da servidão e o confisco das propriedades dos clérigos, que deviam ser repartidas com os camponeses. O rei contemporizou, conseguiu o apoio da nobreza e sufocou violentamente a rebelião.

Nos centros urbanos, também ocorreram revoltas. As péssimas condições de trabalho e o monopólio dos mestres das corporações de ofício provocaram a sublevação dos artesãos, principalmente em Flandres, no norte da Itália e em Paris.

Na Inglaterra, onde houve uma forte reação quando o papa, cativo em Avignon, apoiou o rei da França na Guerra dos Cem Anos. John Wycliffe liderou um movimento de oposição à Igreja. Em Roma, como reação ao "cativeiro", foi escolhido um novo papa, certamente não reconhecido pela França. Num outro momento, elegeu-se mais um. Portanto, três papas disputavam o papel de representante de Deus na Terra. Na cabeça do católico, a confusão era total. Na Boêmia, região pertencente ao Sacro Império, Johann Huss liderou outro movimento de rebeldia contra a Igreja. Toda essa crise prenunciava a futura reforma religiosa protestante.

Finalmente, a última grande crise europeia. Os turcos otomanos, desde o século XIV, ameaçavam a grande cidade cristã de Constantinopla, que sitiada atrás de suas muralhas, sem território, não teve o apoio do papa, nem de Veneza, nem da Europa Ocidental. Esquecida, sua agonia terminava em 1453, quando foi tomada pelos turcos e duramente sacrificada. Com a sua queda, findava-se a Idade Média e iniciava-se a Idade Moderna.

Teste seu saber

1. São características das cidades italianas durante a Baixa Idade Média:
   a) Gênova e Veneza destacavam-se no comércio mediterrâneo.
   b) em virtude da importância comercial do Mediterrâneo e, portanto, de sua situação geográfica, faziam importante comércio com a Índia.
   c) a Itália tornou-se a região mais rica da Europa, com a evolução dos bancos, companhias de comércio, bolsa de valores, financiamentos, cheques.
   d) sábios bizantinos, temendo os turcos, fugiram para a França, que se tornou o maior centro cultural europeu.
   e) todas as alternativas estão corretas.

2. As cruzadas no Oriente Médio tiveram profunda repercussão sobre o feudalismo porque, entre outros motivos:
   a) diminuíram o prestígio da Santa Sé, em virtude da separação das Igrejas Cristãs de Roma e de Bizâncio;
   b) impediram os contatos culturais com civilizações refinadas, como a bizantina e a árabe;
   c) aceleraram o comércio e a manufatura, promovendo o desenvolvimento de uma nova camada social;
   d) desintegraram o sistema de comércio com o Oriente, gerando a decadência dos portos de Veneza, Gênova e Marselha;
   e) estimularam a expansão da economia agrária, que minou a economia monetária dos centros urbanos.

3. As corporações de ofício eram organizadas com o objetivo de:
   a) defender os interesses dos artesãos diante dos patrões.
   b) proporcionar formação profissional aos jovens fidalgos.
   c) aplicar os princípios religiosos às atividades cotidianas.
   d) combater os senhores feudais.
   e) proteger os ofícios contra a concorrência e controlar a produção.

4. Com relação às cidades medievais, podemos verificar que:
   I. o surto comercial, a partir do século XI, revigorou os centros urbanos europeus.
   II. limitavam a liberdade do homem e nada mais eram que uma circunscrição do domínio feudal.
   III. eram arquitetonicamente planejadas, muito mais amplas que as antigas, com ruas largas e casas arejadas e bem decoradas.

IV. o desenvolvimento urbano liga-se diretamente ao aparecimento do burguês.

V. o surto urbano favoreceu o aparecimento de uma única moeda, cunhada pelo rei, o que evitava problemas de câmbio.

Estão corretas as alternativas:

a) I e V.
b) II e III.
c) I e IV.
d) I e II.
e) III e V.

5. Sobre a Peste Negra, assinale a alternativa incorreta:

a) eliminou 1/3 da população europeia.
b) o temor popular recaía sobre judeus e pecadores.
c) era um tipo de peste bubônica.
d) não chegou a se alastrar para outras regiões da Europa, ficando mais restrita ao norte da Itália.
e) era considerada, então, um castigo divino.

6. (FGV) "Que os ódios desapareçam entre vós, que terminem vossas brigas que cessem as guerras e adormeçam as desavenças e controvérsias. Entrai no caminho que leva ao Santo Sepulcro, arrancai aquela terra da raça malvada para que ficou em vosso poder. É a terra na qual, disse a Escritura, escorre leite e mel [...] Jerusalém é o centro do mundo, sua terra é mais fértil do que as outras [...]"

O fragmento acima se refere ao apelo do papa Urbano II aos cristãos, em 1095, resultando:

a) na instalação da Santa Inquisição.
b) no Cisma da Igreja do Oriente.
c) na organização das cruzadas.
d) no Concílio de Trento.
e) no combate às indulgências.

7. (Fuvest) As comunas medievais caracterizaram-se por:

a) radicalismo político que tendia ao anticlericalismo.
b) autonomia das cidades em relação aos senhores feudais, com governo, direito e símbolos próprios.
c) aumento do clericalismo, resultando no esforço da autoridade papal.

d) fortalecimento da submissão à autoridade dos senhores feudais.
e) aglomeração de marginalizados que exerciam o banditismo.

8. (Mackenzie) A desintegração do modo de produção feudal na Baixa Idade Média foi, em grande parte, consequência:

a) do crescimento do prestígio da Igreja, que era o sustentáculo ideológico do sistema.
b) do sucesso militar do movimento das cruzadas, e da bem-sucedida expansão da sociedade feudal pelo Oriente.
c) das transformações servis de produção em assalariadas, do comércio e da economia monetária, que aceleraram as contradições internas do sistema.
d) do crescimento da população europeia no século XIV e da grande oferta da mão de obra barata que este fato gerou economicamente.
e) da consolidação do localismo político, fruto direto da Guerra dos Cem Anos, que favoreceu a nobreza feudal.

9. (Fuvest) "Os cristãos fazem os muçulmanos pagar uma taxa que é aplicada sem abusos. Os comerciantes cristãos, por sua vez, pagam direitos sobre suas mercadorias quando atravessam o território dos muçulmanos. O entendimento entre eles é perfeito, e a equidade é respeitada."

Ibn Jobair, em visita a Damasco, Síria, 1184. In: *Amin Maalouf*, 1988.

Com base no texto, pode-se afirmar que, na Idade Média:

a) as relações comerciais entre as civilizações do Ocidente e do Oriente eram realizadas pelos judeus e bizantinos.
b) o conflito entre xiitas e sunitas pôs a perder o florescente comércio que se havia estabelecido gradativamente entre cristãos e muçulmanos.
c) o comércio entre o Ocidente cristão e o Oriente islâmico permaneceu imune a qualquer interferência de caráter político.
d) a península Ibérica desempenhou o papel de centro econômico entre os mundos cristão e islâmico por ser a única área de contato entre ambos.
e) as cruzadas e a ocupação da Terra Santa pelos cristãos engendraram a intensificação das relações comerciais entre cristãos e muçulmanos.

10. (UFC) Acerca dos aspectos socioeconômicos do sistema feudal, é correto afirmar que:

a) era um sistema que tinha como base a existência da pequena propriedade fundiária, com produção de subsistência.

b) foi uma forma de organização do Estado e da sociedade cuja essência residia nos vínculos de subordinação pessoal.
c) impediu o desenvolvimento das cidades e do comércio nos vários séculos em que caracterizou o conjunto do mundo europeu.
d) significou a completa substituição da cultura e das instituições romanas pelas organizações germânicas, difundidas pelos invasores bárbaros.
e) caracterizou-se pelo trabalho escravo e pelo desenvolvimento acelerado das técnicas agrícolas, que garantiu incremento demográfico durante toda a Idade Média.

11. (UEL) "Durante os séculos XI a XIII verificou-se nas atividades agrícolas e artesanais da Europa Centro-Ocidental um conjunto de transformações [...] que repercutiram no crescimento das trocas mercantis. Situa-se aí historicamente o chamado renascimento urbano medieval."

Fonte: Rodrigues, A. E.; Falcon, F. *A formação do mundo moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 9.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que tais mudanças econômicas:

a) caracterizaram-se pelo desenvolvimento das técnicas de produção e amplo emprego de recursos energéticos, tais como carvão e petróleo.
b) implicaram no capitalismo mercantil incrementado pelo amplo comércio atlântico, fomentado por negociantes italianos e príncipes alemães.
c) aumentaram a produção no campo e na cidade e fomentaram a circulação de bens e moedas, viabilizados por novos instrumentos de crédito a governantes e comerciantes.
d) privatizaram as terras e introduziram um modelo de produção fabril, promovido pelo governo britânico.
e) reforçaram o predomínio político e comercial dos senhores feudais sobre os governos citadinos.

Descomplicando a História

(FGV) A chamada "crise do século XIV", na Europa Ocidental, caracterizou-se por um conjunto de fatores como más colheitas, fome, epidemias, rebeliões camponesas e guerras. Pode-se dizer que tais elementos:

a) fortaleceram as instituições medievais, principalmente o caráter internacional das universidades.

b) abalaram o sistema feudal, provocando uma acentuada queda demográfica, num processo inverso ao da expansão verificada entre os séculos XI e XIII.

c) contribuíram para o aumento relativo da população das cidades, onde os índices de mortalidade eram menores que no campo.

d) provocaram um enfraquecimento geral da cristandade, sobretudo na península Ibérica, o que permitiu uma nova ofensiva islâmica na região.

e) fizeram diminuir as taxas e obrigações senhoriais que recaíam sobre os servos e levaram à adoção da escravidão de africanos nos senhorios feudais.

Resolução e comentários

No século XIV, a Europa Ocidental conheceu a chamada "crise do século": más colheitas, fome, epidemias (Peste Negra ou peste bubônica), revoltas camponesas (*jacqueries*) e urbanas, que contribuíram para abalar as estruturas do sistema feudal. Acrescente-se ainda a longa guerra entre ingleses e franceses, denominada Guerra dos Cem Anos. A alternativa correta é a **B**.

PARTE IV

IDADE MODERNA

7 Expansão marítima e comercial europeia

O comércio com o Oriente era bastante lucrativo para os comerciantes italianos, mas empobrecia a economia europeia. Os produtos orientais eram pagos, em boa parte, com ouro e prata, o que provocava uma "hemorragia de metais preciosos". Na Europa Ocidental, a produção de alimentos não era suficiente para alimentar sua população. Para agravar a situação, a população rural não tinha poder aquisitivo para adquirir a produção artesanal dos burgos. Assim, o excedente artesanal deveria ser colocado em outros mercados. A solução natural para todos esses problemas foi a expansão marítima.

Como Veneza e Gênova, associadas a comerciantes muçulmanos, dominavam as principais rotas do Mediterrâneo, era necessário encontrar novos caminhos. Os europeus, acostumados à navegação no Mediterrâneo e nas proximidades do litoral atlântico, teriam de desenvolver técnicas mais ousadas, ampliar conhecimentos geográficos e astronômicos para orientação em alto-mar, e melhorar a cartografia, essencial para a representação das novas regiões.

As modernas invenções criavam uma perspectiva favorável para as navegações: a imprensa propiciava a divulgação dos avanços, a pólvora era utilizada para armar os navios com canhões, e instrumentos como a bússola e o astrolábio orientavam melhor os navegantes. A introdução do leme e o uso da vela latina (de forma triangular) propiciaram o aparecimento da caravela, um navio capaz de enfrentar os grandes percursos e as fortes ondas do Atlântico, além de carregar muita mercadoria. A caravela era um navio de pequeno porte, rápido, de fácil manobra, dotado de três mastros, apto para navegar à bolina (navegar em zigue-zague contra o vento, pois era dotado de velas latinas). Era, então, o melhor navio para se navegar

nas regiões onde o regime de ventos não era favorável. Somem-se a tudo isso o interesse econômico do Estado moderno e a obra missionária da Igreja Católica e teremos um amplo estímulo às das grandes navegações.

32

Réplica da caravela Vera Cruz no rio Tejo, nas comemorações dos 150 anos da Associação Naval de Lisboa

As mercadorias orientais (tecidos de seda, porcelanas e, principalmente, especiarias, ou condimentos, como cravo, pimenta e canela, indispensáveis para a conservação dos alimentos), depois de atravessarem muitas regiões e passarem por muitos portos, eram vendidas a preços altíssimos aos consumidores europeus, o que os colocava na situação de dependência de mercadores muçulmanos e, sobretudo, italianos.

A queda de Constantinopla, em 1453, acelerou a expansão marítima: com as principais rotas comerciais no Mediterrâneo oriental sob controle dos turcos, as mercadorias asiáticas alcançaram um

alto preço. Assim, era preciso descobrir novas rotas para evitar o domínio comercial de turcos e venezianos no Mediterrâneo e atingir as Índias diretamente, sem intermediação.

O pioneirismo de Portugal

Portugal iniciou a grande expansão marítima europeia em 1415 (bem antes da queda de Constantinopla): tomou Ceuta, cidade comercial árabe norte-africana. Vários fatores explicam o pioneirismo de Portugal. Localizado na parte mais ocidental da Europa, é um país estreito, com longo litoral; portanto, voltado naturalmente para o oceano Atlântico. Desde o século XIV, era comum navios que ligavam a Itália e a região de Flandres, no litoral do mar do Norte, aportarem em Lisboa para abastecimento e reparos. Seus tripulantes, então, não só transmitiam conhecimentos aos portugueses como também propiciavam bons lucros. O interesse da monarquia coincidia com o dos comerciantes na busca de riquezas. Os da nobreza e os da Igreja não eram diferentes. A nobreza, pelos saques e terras; o clero, pela expansão do cristianismo e os benefícios que isso lhe traria. Pode-se, portanto, considerar essa expansão como uma renovação do ideal das cruzadas. Não menos importantes foram os esforços e a visão do infante D. Henrique, o Navegador, ao fundar, ao sul de Portugal, em Sagres, em 1417, um centro de construção e estudos navais, onde se concentrava boa parte dos maiores conhecedores da ciência náutica da época (técnicos em construção naval e experimentados pilotos). Passo a passo, mas com segurança, navios portugueses arriscavam-se a navegar distâncias cada vez mais longas.

As principais etapas do avanço marítimo português foram:

- 1415 – conquista de Ceuta, no norte da África; primeiro passo na expansão;
- 1420 – descoberta do arquipélago da Madeira;
- 1425 – descoberta do arquipélago dos Açores;

33

GONÇALVES, Nuno. ***Henrique**, o navegador*. 1349-1460. Detalhe do políptico de São Vicente. Óleo sobre painel. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga

- 1434 – ultrapassagem do Cabo Bojador, na costa ocidental do Saara, por Gil Eanes; muitos acreditavam que após o Bojador houvesse monstros marinhos;
- 1488 – alcance e ultrapassagem do Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África, por Bartolomeu Dias; a expedição penetrou no oceano Índico, mas seu comandante preferiu voltar a Portugal para relatar o feito;
- 1498 – chegada de Vasco da Gama às Índias, por navegação, contornando o continente africano; a mais longa viagem marítima feita por europeus até então; era atingido o objetivo máximo da expansão marítima portuguesa: circum-navegar o continente africano e alcançar as regiões produtoras de especiarias;
- 1500 – chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em sua viagem às Índias, onde iniciaria a instalação do império lusitano.

Feitorias comerciais e militares foram estabelecidas nos litorais africano e asiático, como em Calicute, Goa, Timor e Malaca. Em

1520, os portugueses atingiam a China e o Japão. Para consolidar o seu domínio no comércio das especiarias, Portugal edificou um o qual e o Estado. Lisboa era, nas primeiras décadas do século XVI, a principal praça comercial europeia.

A expansão marítima espanhola

A Espanha ainda estava envolvida na guerra para expulsar os muçulmanos do seu território (Reconquista) quando os portugueses atingiram a região do Cabo da Boa Esperança. Só em 1492, expulsos os mouros, os espanhóis se dispuseram a financiar grandes navegações. As ideias sobre a esfericidade do planeta empolgavam muitos, entre eles o navegante genovês Cristóvão Colombo. Ele deduziu que poderia alcançar o Oriente navegando no sentido ocidental (ciclo ocidental), para quebrar o monopólio comercial português na costa africana, que levaria Portugal às Índias (ciclo oriental).

Obtido o apoio dos "reis católicos", Fernão de Aragão e Isabel de Castela, Colombo deixou a Espanha no começo de agosto, navegando com três navios no sentido ocidental. Depois de muitos problemas e ameaças de motim, avistou terra em 12 de outubro de 1492. Ao desembarcar na ilha denominada por ele San Salvador, Colombo chamou os habitantes de índios, pois acreditava ter chegado às Índias. Foram feitas várias explorações, especialmente nas ilhas de Cuba e Haiti. Nos anos seguintes, mais três viagens foram feitas por Colombo, explorando a costa da Venezuela e a América Central, regiões insular e continental. Porém, as fabulosas riquezas asiáticas não foram localizadas, para sua frustração.

A façanha de Colombo fez com que Portugal buscasse, por meio da diplomacia, uma participação na posse das terras descobertas a ocidente do Atlântico. Em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas, oficializado pelo papa Alexandre VI, os dois países ibéricos dividiam entre si as novas terras.

Merece destaque a grande viagem iniciada por Fernão de Magalhães, em 20 de setembro de 1519. Navegante português a serviço da Espanha, ele propôs-se a circum-navegar o mundo. Desceu o Atlântico próximo ao litoral da América do Sul, atravessou o estreito que leva seu nome (estreito de Magalhães), adentrou e percorreu o imenso oceano denominado por ele de Pacífico, mas morreu nas Filipinas em 1521. Seu substituto, Sebastião del Cano, concluiu a viagem em setembro de 1522. Dos 265 tripulantes e cinco embarcações, apenas 18 homens e um navio regressaram. Essa viagem provava definitivamente ser a Terra redonda.

Teste seu saber

1. **Entre as várias consequências das grandes navegações, temos:**
   a) Gênova e Veneza passaram a monopolizar definitivamente o comércio de especiarias, pois detinham em suas mãos o mercado consumidor.
   b) o Atlântico tornou-se o principal eixo marítimo econômico, em detrimento do comércio mediterrâneo.
   c) o rei perdeu seus poderes absolutistas, pois as despesas com as navegações desgastaram o tesouro real.
   d) não houve a necessidade de uso da mão de obra escrava nas colônias, pois nas terras descobertas havia povos em estágio elevado de civilização.
   e) os países mais favorecidos inicialmente foram a França e a Inglaterra.

2. **A participação castelhana nas grandes navegações e descobrimentos dos séculos XV e XVI e, particularmente, a descoberta da América por Cristóvão Colombo podem ser explicadas em termos de:**
   a) mero acaso, dada a não crença e recusa portuguesa diante dos planos e exigências apresentadas por Cristóvão Colombo.
   b) consequência da hegemonia italiana, especialmente genovesa, nos portos espanhóis no Mediterrâneo.
   c) simples prolongamento da "Reconquista às terras ultramarinas".
   d) existência de fatores geográficos e socioeconômicos favoráveis à expansão marítima, na Andaluzia, possibilitando a empresa de Colombo.
   e) desejo de rivalizar com os feitos lusitanos.

3. **(UEL) Sobre a expansão marítima ibérica da época dos descobrimentos, é correto afirmar que:**
   a) ocorreu de maneira pacífica, com a colonização e povoamento das Américas.
   b) fundamentou a expansão do capitalismo mercantil, acompanhado pelas missões.
   c) acabou com o comércio mediterrâneo, concentrando-se tão somente no Atlântico.
   d) fortaleceu as cidades-Estado italianas, tradicionais no comércio mercantil.
   e) concedeu cidadania aos súditos que emigrassem para as colônias de além-mar.

4. (UEL) Leia o texto a seguir:

"Ora se há coisa que se deve temer, depois de ofender a Deus, não quero dizer que não seja a morte. Não quero entrar em disputa com Sócrates e os acadêmicos; a morte não é má em si, a morte não deve ser temida. Digo que essa espécie de morte por naufrágio, ou então nada mais, é de ser temida. Pois, como diz a sentença de Homero, coisa triste, aborrecida e desnaturada é morrer no mar".

Fonte: Adaptado de Rabelais, F. *Gargântua e Pantagruel*. 2. vols. Tradução de Jardim Jr. David, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Vila Rica, 1991, Livro IV, cap. XXI.

Com base no texto é correto afirmar que:

a) a morte natural ou em terra era a coisa mais triste e aborrecida que a morte no mar.
b) a morte por naufrágio não era vista como uma morte desnaturada.
c) os navegadores seguiam a sentença de Homero, ou seja, feliz daquele que encontra a sepultura nas águas marítimas.
d) o encontro com a morte no mar suscitava muito pavor.
e) a "boa morte" era aquela que ocorria no mar.

Descomplicando a História

(Vunesp) A propósito da expansão marítimo-comercial europeia dos séculos XV e XVI, pode-se afirmar que:
a) a Igreja Católica foi contrária à expansão e não participou da colonização das novas terras.
b) os altos custos das navegações empobreceram a burguesia mercantil dos países ibéricos.
c) a centralização política fortaleceu-se com o descobrimento das novas terras.
d) os europeus pretendiam absorver os princípios religiosos dos povos americanos.
e) os descobrimentos intensificaram o comércio de especiarias no mar Mediterrâneo.

Resolução e comentários

Muito embora o processo de centralização política se tivesse iniciado na Europa bem antes do período dos grandes descobrimentos, as riquezas exploradas, principalmente na América, permitiram o enorme fortalecimento dos Estados metropolitanos absolutistas por meio da tributação sobre as riquezas exploradas nas colônias (quinto) e sobre a atividade comercial. A alternativa correta é a **C**.

8 O Renascimento cultural

O notável desenvolvimento literário, artístico e científico ocorrido no fim da Idade Média e começo da Idade Moderna foi denominado "Renascimento" pelos próprios homens daquela época, embora não seja um termo apropriado. O Renascimento teve sua origem na Itália e difundiu-se pela Europa Ocidental. A primeira pessoa a usar a expressão "*rinascita*" foi o pintor Giorgio Vasari (1511 a 1574) ao escrever: "Quem contemplou a história da arte em sua ascensão e em seu declínio compreenderá mais facilmente o sucesso de seu renascimento e da perfeição a que tem chegado em nossos dias". Consideravam os renascentistas que a arte clássica greco-romana morrera com o fim do Império Romano Ocidental e que durante a Idade Média nada culturalmente importante havia sido produzido. Assim, ao se inspirar na Antiguidade clássica, esses artistas teriam propiciado o seu *renascimento*.

As condições básicas que proporcionaram o Renascimento cultural foram as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa durante a Baixa Idade Média, e explicadas nos capítulos anteriores, com destaque para a expansão urbano-comercial, a ascensão da burguesia, o fortalecimento do poder real, a fundação de universidades e a renovação dos contatos com o mundo oriental.

Os ricos mercadores iniciavam a conquista do poder, dominando as repúblicas de Veneza, Gênova e Florença, governadas por mercadores enobrecidos que tinham interesses políticos. Agiam como mecenas, financiando artistas e literatos, pois isso significava prestígio político. A posse de muitas obras de arte em casa significava manifestação de riqueza, patrimônio e crédito junto aos banqueiros, além de projeção e *status* social. Destacavam-se os Sforza de Milão e os Médici de Florença. Até mesmo papas, como Júlio II, Pio II, Alexandre VI e Leão X, contribuíram patrocinando artistas.

Saiba

Caio Mecenas, cidadão romano, foi ministro de Otávio Augusto. Político e estadista, notabilizou-se como patrono das artes e das letras.

No final da Idade Média havia crescente valorização do ser humano, em oposição ao teocentrismo medieval que colocava Deus e o misticismo no centro das preocupações filosóficas. Como reação, os renascentistas estimulavam o antropocentrismo e o humanismo, ou seja, o ser humano como o centro de atenção de todas as áreas de conhecimento. Por isso, os renascentistas procuravam inspiração na Antiguidade clássica, nos modelos greco-romanos, em que esses ideais estavam presentes.

O humanismo foi um movimento intelectual que fez reviver os estudos da literatura da Antiguidade clássica, indispensáveis à formação do homem para levá-lo a viver com sabedoria e harmonia em sociedade. Houve uma reforma no ensino das universidades, valorizando o estudo da poesia, história e filosofia. O interesse dos humanistas era fazer reviver diferentes culturas, bem como valorizar o homem como ser pensante, tornando-o o centro de interesses e atenções (antropocentrismo).

Os humanistas, embora permanecessem cristãos, desprezavam alguns valores tradicionais do Cristianismo. Procuravam dar uma interpretação mais otimista às mensagens do Evangelho. Queriam criar uma nova cultura ao introduzir métodos críticos na leitura e interpretação de fontes; reconstruir textos originais, eliminando deformações e omissões dos copistas medievais.

Muitas obras manuscritas da Antiguidade foram reunidas em bibliotecas particulares, pertencentes a príncipes, nobres, altos clérigos e ricos burgueses. Surgiram, também, associações culturais chamadas academias. Um dos exemplos mais notáveis foi dado pelo papa Nicolau (1447 a 1455). Ele reuniu em seu palácio, em Roma,

mais de 5 mil manuscritos, que mais tarde formariam a biblioteca do Vaticano, hoje uma das mais importantes do mundo.

Enorme importância na difusão do Renascimento deve ser creditada à imprensa. A Johann Gutenberg cabe o grande mérito de ter, na metade do século XV, em companhia de Johann Fust, criado os tipos móveis metálicos. A mesma página de um livro podia ser impressa milhares de vezes, e os tipos que formavam as palavras eram reaproveitados na montagem de outras páginas. Assim, o custo do livro foi incrivelmente reduzido. Pessoas de diferentes classes podiam adquiri-lo e lê-lo. Obras profanas e proibidas podiam ser impressas, escapando do controle da Igreja.

Em síntese, o Renascimento tinha como principais características: a retomada da cultura greco-romana, sua fonte de inspiração; o racionalismo; o antropocentrismo; o otimismo; o universalismo; e o hedonismo (o prazer pela vida).

O pioneirismo italiano

Pioneira nas profundas transformações ocorridas na Baixa Idade Média, a Itália também o foi no Renascimento cultural. Alguns eruditos, sobretudo de Florença, iniciaram um movimento qualificado por muitos como pré-renascentista, enquanto outros preferem a expressão "Trecento" (século XIV). Dante Alighieri (1265 a 1321) que escreveu a *Divina Comédia*, Petrarca (1204 a 1374), pensador humanista, influenciado pela cultura greco-romana, e Boccaccio (1313 a 1375), autor de *Decameron*, uma dura crítica à Igreja, ao egoísmo e à covardia da sociedade, formam a trinca dos grandes literatos florentinos que, como ocorria em outros países, utilizavam a "língua nacional". A pintura retomava a natureza como tema, como em Giotto, com sua obra mais famosa, *São Francisco pregando aos pássaros*.

O desenvolvimento cultural do século XV, conhecido como "Quatrocento", estimulou nas artes um estilo independente e novo, individualista, tendo como tema central o ser humano.

34

BONDONE, Giotto di. *São Francisco pregando aos pássaros*. 1297-1299. Assis: Alto da igreja de São Francisco

Curiosamente, a inspiração greco-romana era utilizada na retratação dos santos, dando-se especial ênfase aos aspectos da natureza, ao nu artístico, visto como elemento plenamente natural nesse ambiente. A técnica enriquecia-se com novas combinações de tintas e estudos de perspectiva, e, nas figuras representadas, o artista procurava alcançar o ideal anatômico.

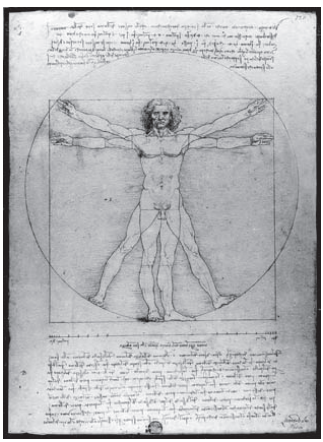
No campo do pensamento político, destacou-se Maquiavel (1469 a 1527), o principal teórico do Estado moderno absolutista. Para ele, o soberano não devia ter escrúpulos se quisesse manter o poder e o controle sobre o Estado. Criticado por seu cinismo e desprendimento, sua obra foi o guia para aqueles que almejavam tornar-se governantes. Escreveu *O Príncipe*, para seu mecenas Lourenço de Médici, obra clássica para os que querem se instruir em ciência política, cuja ideia central pode ser sintetizada na frase: "os fins justificam os meios".

A medicina evoluiu graças aos estudos de anatomia realizados com a dissecação de cadáveres, algo que a Igreja proibia. A física e a astronomia desenvolveram-se paralelamente.

Aquele que é considerado o primeiro cientista, Leonardo da Vinci (1452 a 1519), o ser humano ideal na perspectiva renascentista, destacou-se no conhecimento de hidráulica, mecânica, anatomia, pintura, escultura, arquitetura etc. A teoria heliocêntrica ganhou fundamentação com Copérnico (1453 a 1543), que contribuiu para colocar a Terra em seu devido lugar, ou seja, girando em torno do Sol. Afinal, os contatos com o pensamento lógico do pensador grego Aristóteles forneceram aos cientistas do Renascimento novos métodos de pesquisa e análise da natureza, como o dedutivo. Identificado por Aristóteles como silogismo, o raciocínio dedutivo parte da dedução formal. Ocorre quando há duas premissas e, por dedução, tira-se uma terceira, chamada conclusão. Exemplo: todo número par é divisível por dois; 12 é um número par; logo, 12 é divisível por dois.

O maior gênio artístico foi Michelangelo (1475 a 1564): a vigorosidade e a dramaticidade com que pintava e esculpia o tornaram único em sua época. No teto da Capela Sistina, pintou cenas magníficas do Velho Testamento e, na parede atrás do altar, o Juízo Final. Como escultor, produziu, entre outras obras-primas, *Pietá* e *Moisés*.

35



VINCI, Leonardo da. *Homem vitruviano*. 1490. Lápis e tinta sobre papel. 34 x 24 cm. Veneza: Gallerie dell'Accademia

36

VINCI, Leonardo da. *A última ceia*. 1495-1497. Óleo sobre tela. 418 x 794 cm. Milão: Santa Maria della Grazie

37

DÜRER, Albrecht. *Adoração dos magos*. 1471-1528. Óleo sobre painel. Florença: Galleria degli Uffizi

O italiano Galileu Galilei (1564 a 1642), matemático e astrônomo, revolucionou a física, abrindo largas perspectivas para essa ciência. Dedicou-se ao estudo da lei da queda dos corpos e da gravitação universal e é considerado o fundador da dinâmica.

Desenvolveu e utilizou um telescópio para consolidar hipóteses estabelecidas por Copérnico. Suas pesquisas astronômicas levaram-no a estudar a Via Láctea e a descobrir as manchas solares e os quatro satélites de Júpiter. Ao romper com o pensamento aristotélico, criou as bases da física moderna.

O Renascimento nos Países Baixos

O avanço mais notável ocorreu no campo das artes, sobretudo na pintura, com a criação da técnica "a óleo", que se expandiu rapidamente em outros países europeus. Grandes nomes retrataram os modos e costumes da época, como os irmãos Van Eyck.

O filósofo "príncipe dos humanistas", Erasmo de Roterdã (1466 a 1536), fez duras críticas à sociedade da época em sua obra *Elogio da Loucura*. Denunciou a imoralidade dos membros do clero, pedindo uma reforma da Igreja.

O Renascimento na península Ibérica

O renascimento em Portugal manifestou-se principalmente na literatura. A glorificação dos feitos náuticos portugueses foi a missão de Camões (1524 a 1580) em *Os Lusíadas*, um épico da literatura mundial. Gil Vicente reformulou o teatro português, escrevendo autos.

Na Espanha, o grande gênio foi Cervantes (1547 a 1616), com sua famosa sátira à cavalaria decadente e aos costumes medievais em *D. Quixote*, recentemente escolhida como a maior obra literária de todos os tempos. D. Quixote é o mais emocionante herói da imaginação humana. A pintura renascentista espanhola foi imortalizada por El Greco, pintor de *O enterro do conde de Orgaz*.

O Renascimento na Inglaterra e na França

Sem dúvida, o grande nome é William Shakespeare (1564 a 1616), o maior dramaturgo de todos os tempos. O moderno

teatrólogo escreveu obras como *Romeu e Julieta*, *Hamlet*, *O Rei Lear*, *Júlio César* e muitas outras, cujas encenações sempre encantam as plateias.

A principal obra do filósofo Thomas Morus (1478 a 1535), *Utopia*, é uma aguda crítica à sociedade e aos costumes de sua época. Nela, o autor imaginava uma cidade onde as diferenças sociais não existiam e a felicidade era um estado permanente.

O renascimento francês reflete fortemente a influência dos intelectuais italianos. As sátiras contra a Igreja e seu monopólio educacional, as superstições e a repressão marcaram Rabelais (1483 a 1553), crítico fino e irônico, autor de *Gargântua* e *Pantagruel*. O sentimento de estar em harmonia com o Universo é a essência da obra *Ensaios*, escrita por Montaigne (1533 a 1592). A obra desses literatos abriu o caminho para o classicismo, que atingiu seu ponto alto na França, quando Paris assumiu a posição preponderante na produção intelectual europeia.

Teste seu saber

1. O Renascimento marcou o início de uma época porque:

a) traduzia uma nova visão do mundo, em que o homem e o humanismo eram valorizados.
b) expressava uma nova tendência, traduzida pela aceitação dos valores do mundo helenístico.
c) fazia renascer uma cultura que foi obscurecida durante o período de trevas da Idade Média.
d) significava o abandono dos padrões éticos legados pelo cristianismo.
e) promoveu o racionalismo, fazendo desaparecer a alquimia.

2. O Renascimento marcou um momento de ruptura com as concepções da cultura medieval ao incorporar o:

a) individualismo e o teocentrismo.
b) naturalismo e o liberalismo.
c) antropocentrismo e o universalismo.
d) nacionalismo e o idealismo.
e) racionalismo e o cristianismo.

3. (Fuvest) Com relação à arte medieval, o Renascimento destaca-se pelas seguintes características:

a) a perspectiva geométrica e a pintura a óleo.
b) as vidas de santos e o afresco.
c) a representação do nu e as iluminuras.
d) as alegorias mitológicas e o mosaico.
e) o retrato e o estilo românico na arquitetura.

4. (PUC-RJ) À exceção de uma, as alternativas a seguir apresentam de modo correto características do Renascimento. Assinale-a:

a) o retorno aos valores do mundo clássico, na literatura, nas artes, nas ciências e na filosofia.
b) a valorização da experimentação como um dos caminhos para a investigação dos fenômenos da natureza.
c) a possibilidade de uma estreita relação entre os diferentes campos do conhecimento.
d) o fato de ter ocorrido com exclusividade nas cidades italianas.
e) o uso da linguagem matemática e da experimentação nos estudos dos fenômenos da natureza.

5. **(UFPE) O Renascimento trouxe mudanças nas concepções de mundo dos tempos modernos, embora mantivesse um diálogo histórico com a cultura clássica e seus valores. A sua forma de ver o mundo está presente em obras literárias, como as de Rabelais, Cervantes, Camões e tantos outros. Com efeito, a literatura renascentista:**

a) consagrou princípios éticos do cristianismo medieval, criticando valores da sociedade burguesa que se formava.
b) foi importante para a formação das línguas nacionais na Europa, afirmando uma renovação na forma de se escrever e contar as histórias.
c) baseou-se na literatura romana, ao afirmar a importância dos mitos para o imaginário social de cada época.
d) consolidou a admiração da sociedade moderna pela tragédia, desprezando outras formas literárias importantes.
e) manteve a estrutura narrativa dos tempos medievais, apesar de seu acentuado antropocentrismo.

Descomplicando a História

(Mackenzie) "A natureza, ao dar-vos um filho, vos presenteia com uma criatura rude, sem forma, a qual deveis moldar para que se converta em um homem de verdade. Se esse ser moldado se descuidar, continuareis tendo um animal; se, ao contrário, ele se realizar com sabedoria, eu poderia quase dizer que resultaria em um ser semelhante a Deus." *Erasmo de Roterdã*

No trecho acima, datado de 1529, do filólogo e pensador da cidade holandesa de Roterdã, encontra-se manifesta a presença do pensamento:

a) teocentrista, priorizando a ideia do sobrenatural e da ligação do homem com o divino.

b) experimentalista, em que todo e qualquer conhecimento humano se daria por meio da investigação científica.

c) escolasticista, doutrina que admitia a fé como a única fonte verdadeira de conhecimento.

d) antropocentrista, valorizando o homem e suas obras como base para uma visão mais racional do mundo.

e) epicurista, apontando para uma postura ideológica que configurou a transição para a Idade Moderna.

Resolução e comentários

O filósofo renascentista Erasmo de Roterdã escreveu importantes obras, nas quais defendia o humanismo cristão. Opôs-se às concepções teocêntricas medievais ao propor o antropocentrismo, que valorizava o homem, pois o considerava capaz de desvendar racionalmente a natureza, uma criação divina. A alternativa correta é a **D**.

9 A Reforma religiosa

As transformações ocorridas na Europa, na passagem da Idade Média para a Moderna, atingiram os princípios e os valores religiosos tradicionais. Os "grandes males" do século XIV revelavam que a vida valia muito pouco, era preciso pensar mais na alma, na vida após a morte, preparar-se para o dia do Juízo Final. Porém, os princípios da Igreja, como a proibição da usura, que limitava os lucros, não se encaixavam nos ideais e objetivos da burguesia. Além disso, os reis e a nobreza cobiçavam os bens da Igreja, especialmente suas terras.

Agravava a crise o fato de que a leitura da *Bíblia* e dos textos básicos do cristianismo contradiziam muitas atitudes e condições da Igreja. Observa-se que havia um descompasso entre a doutrina e a realidade. As riquezas oriundas das rendas das terras eclesiásticas, da venda de indulgências e da cobrança do dízimo embelezavam os palácios episcopais e corrompiam o alto clero. Era uma Igreja que pregava a simplicidade, mas para os outros.

Na Baixa Idade Média, houve tentativas reformistas, como a do inglês John Wycliffe (1330 a 1384), professor da Universidade de Oxford, e do tcheco Johann Huss (1369 a 1415), da Universidade de Praga, que condenavam o excesso de poder do papa e da Igreja e defendiam a autoridade suprema das Sagradas Escrituras. Mais radical, Huss propôs a secularização de bens da Igreja e que os todos os clérigos tivessem uma vida simples, semelhante à de Jesus. Foi condenado por um tribunal da Inquisição a morrer na fogueira.

O desencadeamento da Reforma na Alemanha

A situação da Alemanha estimulou o movimento reformista. Nesse país, embora o povo fosse profundamente religioso, a Igreja

era dominada por um alto clero aristocratizado, sem vocação, corrupto e com má formação intelectual, além de possuir boa parte das terras.

A venda das indulgências foi o fator que precipitou a chamada "Reforma". Tratava-se de títulos comprados para abonar os pecados cometidos ou a serem cometidos. Um "passaporte para o Paraíso", que beneficiava principalmente os ricos. Para concluir as obras da basílica de São Pedro, em Roma, a Igreja escolheu a obediente Alemanha para a venda de indulgências. A casa bancária dos Fuggers foi encarregada da venda, adiantando o dinheiro à Igreja. O monge agostiniano Lutero se colocou contra essa comercialização da fé e afixou suas 95 teses na porta da catedral de Wittenberg, em 1517. Ele pretendia purificar a religião, e não criar uma divisão dentro da Igreja. Porém, uma das teses afirmava que só a fé assegurava a salvação, negando, portanto, o livre-arbítrio, um dos princípios oficiais da Igreja. Em 1520, o papa Leão X, por meio de uma bula, exigiu sua retratação. Lutero respondeu com a queima dessa bula papal. Foi excomungado. No ano seguinte, o

38

BREU, Jörg, o Velho. *A Venda de indulgências*. C. 1530. Xilogravura. Coleção particular

imperador Carlos V convocou uma assembleia (a Dieta de Worms) para encontrar uma solução. Condenado, Lutero obteve o apoio do duque da Saxônia, que o abrigou em seu castelo.

A ação de Lutero teve o apoio entusiasmado da pequena nobreza, a qual pretendia se apossar das terras clericais, e dos camponeses, que se aproveitaram da anarquia gerada pela nobreza e atacaram as propriedades feudais. A revolta mais importante foi a dos anabatistas (contrários à forma de batismo realizada pela Igreja); liderados por Tomaz Münzer, criticavam o acúmulo de riquezas e o comportamento do clero. A revolução social estourou na Alemanha. Diante da terrível situação, Lutero aliou-se à nobreza, que reprimiu com violência a revolta camponesa.

A Reforma permitiu aos príncipes alemães se apoderarem dos bens patrimoniais da Igreja. Outros estenderam essa posse ao domínio espiritual.

A Igreja Luterana adquiriu características nacionais. O próprio Lutero traduziu a *Bíblia* para o alemão, língua pela qual o latim foi substituído na celebração do culto, estimulando o interesse do povo. O luteranismo manteve a ideia da presença espiritual de Cristo na eucaristia (consubstanciação), mas rejeitou a transubstanciação (transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo). Outras mudanças estabelecidas pela Reforma luterana foram:

- salvação da alma apenas pela fé; livre leitura e interpretação da *Bíblia*;
- conservação apenas do batismo e da eucaristia;
- abolição do celibato clerical;
- rejeição da hierarquia eclesiástica católica e da autoridade papal;
- rejeição do culto dos santos e da adoração das imagens.

O imperador Carlos V ainda tentou controlar a crise, convocando uma assembleia (Dieta de Espira), em 1529; ele solicitou que todos voltassem à fé católica. A resposta de muitos nobres valeu a eles o

nome de "protestantes". Os nobres protestantes formaram a Liga de Smalkalde para combater Carlos V. A guerra durou quase vinte anos. No final, as partes concordaram em assinar a Paz de Augsburgo, em 1555. Carlos V abdicou o trono imperial, e seu sucessor, Fernando I, convocou a Dieta de Augsburgo, em 1559, a qual determinou que cada príncipe decidiria a religião que queria adotar. Mas a religião do príncipe deveria ser obrigatoriamente seguida pela população (*Cujus regio, ejus religio*). Portanto, não havia tolerância religiosa. Os soberanos impunham ao povo a sua religião.

A Reforma na Suíça: o calvinismo

Na Suíça, a Reforma foi bem mais radical. Ulrich Zwinglio foi o introdutor das ideias da Reforma na região. Apoiado no humanismo de Erasmo de Roterdã, combateu todos os sacramentos e a própria hierarquia clerical. Suas ideias propagaram-se por vários cantões (províncias) suíços, mas os católicos reagiram, eclodindo a guerra civil, na qual morreu Zwinglio, em 1531.

A obra reformista teve prosseguimento com o teólogo francês Jean Calvino, que criticava duramente a ação da Igreja na França. Perseguido, refugiou-se em Genebra, na Suíça, onde conquistou rapidamente o poder e pôs suas ideias em prática. Estabeleceu uma verdadeira ditadura teocrática, com os princípios religiosos se confundindo com a administração pública. Era até mesmo favorável à pena de morte para quem não fosse adepto de sua religião. Uma das mais famosas vítimas foi o médico espanhol Miguel de Servet: fugido da Inquisição católica, ele foi julgado, condenado e queimado vivo em Genebra, por discordância teológica e pela prática de dissecação de cadáveres.

O calvinismo pregava a predestinação e reforçava a rigidez doutrinária e moral. Do catolicismo conservou apenas o batismo e a eucaristia, à semelhança do luteranismo. A salvação dava-se pela fé, é outorgada por Deus às pessoas. O culto foi extremamente simplificado. Suas ideias difundiram-se pela França, Inglaterra, Escócia e Holanda.

Os valores éticos do calvinismo foram adotados pela burguesia capitalista. Estimulavam-se a acumulação de capitais e a prática da usura. Segundo o calvinismo, o ser humano deve lutar pelo seu progresso. Assim, o calvinismo valorizava o trabalho como forma de justificar a obra criadora de Deus. Portanto, das religiões reformadas, o calvinismo era a que mais se ajustava aos interesses da burguesia.

A Reforma na Inglaterra e na Escócia: o anglicanismo e o presbiterianismo

O calvinismo alcançou a Escócia pela obra reformadora de John Knox. Seus seguidores foram chamados de presbiterianos. Na Inglaterra, os calvinistas eram conhecidos como puritanos.

Mas a verdadeira Reforma na Inglaterra ocorreu de cima para baixo, por obra do rei Henrique VIII, que se afastou da Igreja por questões políticas, ou seja, pretendia o fortalecimento do poder real. O pretexto foi a não anulação do seu casamento com Catarina de Aragão, filha de "reis católicos". O rei desejava um herdeiro masculino, e Catarina já havia passado da idade fecundável. A Igreja, pressionada pela Espanha, não concordou com a anulação. O rei então rompeu com a Igreja, anulou seu casamento, criou a Igreja Anglicana e casou-se com Ana Bolena, sua amante, já grávida.

Henrique VIII pretendia construir um Estado nacional absolutista, livre da influência papal e dos impostos cobrados pela Igreja. Apoderou-se dos bens eclesiásticos, fechou os conventos e editou o Ato de Supremacia, em 1534, pelo qual se nomeava chefe da Igreja na Inglaterra. Assim, o anglicanismo era um catolicismo sem o papa. Foram adotados o divórcio, a salvação pela fé, a celebração da liturgia em inglês e o fim do celibato clerical. A nova religião, imposta pela força, desencadeou muitas perseguições. Os filhos de Henrique VIII tentaram impor sua autoridade ao povo: Eduardo VI, o calvinismo; Maria I, o catolicismo; mas foi Elisabeth I quem consolidou o anglicanismo e o poder do Estado sobre a Igreja.

A Reforma católica ou Contrarreforma

Os avanços do protestantismo ameaçavam seriamente a supremacia da Igreja Católica. Com exceção de Portugal e Espanha, todo o resto da Europa Ocidental conhecia movimentos reformistas, o que forçou a Reforma católica, também conhecida como Contrarreforma. A Igreja não só se armou contra o protestantismo, como também se reformou internamente.

O Concílio de Trento iniciou a Reforma católica. De 1545 a 1563, com intervalos, os conciliares discutiram as medidas a serem adotadas. Decidiram manter o monopólio do clero na interpretação dos dogmas e reforçar a autoridade papal e a disciplina eclesiástica. Outras medidas foram:

- formação obrigatória e ordenação dos padres em seminários;
- confirmação do celibato clerical;
- proibição da venda de indulgências e relíquias;
- manutenção do direito canônico e dos sete sacramentos;
- edição oficial da *Bíblia* e do catecismo;
- obrigatoriedade do uso do latim na liturgia;
- reafirmação da doutrina das "boas obras": o homem se salva pela fé e pela caridade que pratica.

O espanhol Inácio de Loiola fundou, em 1534, a "Companhia de Jesus", ordem religiosa com características militares que exigia dos seus membros completa obediência. Estes participaram ativamente das colonizações portuguesa e espanhola. Desembarcaram na Ásia e na África para difundir o catolicismo. No Brasil, os jesuítas destacaram-se por sua ação catequética.

O Concílio de Trento decidiu pelo fortalecimento dos tribunais de inquisição para combater o protestantismo. Os dogmas católicos foram defendidos pela política do terror e da delação dos suspeitos de heresia. Em 1564, o papa Paulo IV, antigo inquisidor, investiu até contra as obras científicas que contrariavam os princípios e dogmas

católicos. Foi criada a Congregação do Índex, um órgão com a função de elaborar a "relação dos livros proibidos", ou seja os livros que os católicos não poderiam ler. A Contrarreforma tomava, assim, aspectos de uma verdadeira contrarrenascença. Muitas pessoas e obras suspeitas de heresia foram condenadas à fogueira.

39

CATI, Pasquale. *O Concílio de Trento*. 1588-1589. Roma: Igreja de Santa Maria in Trastevere

Teste seu saber

1. **A Reforma católica, dentro do espírito do Concílio Trentino, em 1545, procurou enfrentar o cisma luterano usando várias medidas. Para esse fim:**
   a) favoreceu a interpretação individual da Bíblia, desde que fosse feita segundo os princípios do fundamentalismo.
   b) adotou uma atitude mais liberal em relação aos livros, atenuando, assim, o rigor da censura medieval.
   c) estimulou a ação de ordens religiosas em vários setores, sobretudo no educacional.
   d) estabeleceu uma nova composição para o Sacro Colégio, de forma que todas as nações cristãs nele estivessem representadas.
   e) criou uma comissão para melhoria do relacionamento com os povos não cristãos, com vistas a evitar a propagação do protestantismo.

2. **(Fatec) Henrique VIII, Lutero e Calvino foram vultos da Reforma protestante. Indique a alternativa ligada, respectivamente, a seus nomes:**
   a) 95 teses contra a venda de indulgências, instituições da religião cristã e doutrina da justificação pela fé.
   b) doutrina da predestinação absoluta, criação da Igreja Anglicana Independente e Paz de Augsburgo.
   c) Concílio de Trento, venda de indulgências e Índex.
   d) criação da Igreja Anglicana Independente, 95 teses contra a venda de indulgências e doutrina da predestinação absoluta.
   e) Edito de Nantes, Paz de Augsburgo e Paz Kappel.

3. **(Cesgranrio) Qual das opções abaixo não guarda relação com a crítica e a oposição à Igreja expressas pelas reformas protestantes do século XVI:**
   a) a influência do pensamento humanista que condenava a ignorância do clero.
   b) o descrédito das concepções difundidas pela Igreja após as descobertas científicas de Newton e Galileu.
   c) os interesses dos príncipes absolutistas em fundar Estados nacionais.
   d) a expansão das concepções que valorizavam a busca de riquezas.
   e) a necessidade de adequar as ideias religiosas aos interesses dos grupos mercantis em expansão.

4. (UFSC-Adaptado) No início do período moderno a crise da Igreja tornou-se mais aguda, o que culminou com a ruptura conhecida como Reforma.

Sobre este aspecto da História ocidental, considere as seguintes afirmações:

I. a Reforma foi liderada pelo monge agostiniano Martinho Lutero, a partir da Universidade de Wittenberg, na qual ocupava uma cátedra de professor.

II. entre os motivos que deflagraram o processo da Reforma, um dos mais importantes era a venda de indulgências.

III. o protestantismo iniciado a partir da Reforma foi um marco na configuração geopolítica da Europa no período moderno e enfatizava a necessidade de observar a tradição da Igreja, a prática das boas obras e o culto aos santos.

IV. através de Elizabeth I, a Inglaterra começou sua Reforma em 1534, dando origem à Igreja Anglicana, com forte ênfase na doutrina da predestinação.

V. a imprensa criada por Gutemberg foi decisiva para a rápida divulgação das ideias protestantes.

VI. através dos seus escritos e desde que ingressou na vida monástica, Lutero manifestava planos de romper com Roma, o que se consolidou com a divulgação das "95 Teses", em 31 de outubro de 1517.

Estão corretas as alternativas:

a) I e II.
b) II, III e V.
c) II, III e VI
d) III e VI
e) I, II e V

Descomplicando a História

(UFRGS) Em 1517, a revolta de um monge agostiniano, Martinho Lutero, marcou o começo de uma transformação fundamental na história do cristianismo: a Reforma protestante. Vários fatores encorajaram ao longo do tempo o surgimento e a posterior receptividade desse movimento religioso. Assinale a alternativa que apresenta um desses fatores:

a) a oposição da Igreja Católica ao culto de relíquias, à hierarquia eclesiástica e às doações materiais como meios de auxílio à salvação da alma e à obtenção da justiça divina ocasionou a revolta dos defensores dessas práticas.

b) apesar de suas críticas à instituição católica, Lutero manteve a defesa da especialização sacerdotal, da infalibilidade do Papa e da Igreja visível e organizada representando o reino de Deus na Terra.

c) ao longo dos séculos XIV e XV, as guerras, as consequências da Grande Peste e o Grande Cisma do Ocidente propiciaram o ambiente para os questionamentos religiosos.

d) a nítida separação entre o Estado e a Igreja, entre o sacro e o profano, entre o religioso e o civil, que caracterizou o período medieval, foi decisiva para o sucesso da mensagem de Lutero.

e) o movimento humanista, a exemplo de um de seus expoentes, Erasmo de Roterdã, ao tomar francamente o partido de Lutero e conceber uma natureza pessimista e perversa do homem, contribuiu para a expansão das ideias do monge agostiniano.

Resolução e comentários

A "crise do século" (XIV) foi interpretada como sendo um sinal divino do fim do mundo. Nesse ambiente propício a questionamentos, a população carecia de um apoio religioso. Porém, dominada por abusos eclesiásticos e dividida politicamente, a Igreja Católica não atendeu a essa demanda. A alternativa correta é a **C**.

10 O Estado moderno

O Estado moderno assentava-se em três elementos básicos: o absolutismo monárquico, o mercantilismo e o colonialismo. Ele se formou a partir da aliança entre a realeza e a burguesia comercial, e sua centralização administrativa tinha fundamentação no direito romano. O rei era a própria lei, e seu poder era delegado por Deus, segundo crença generalizada.

Como os nobres mais importantes viviam na corte real, o rei podia mandar vigiá-los, distribuía cargos, honorários e pensões, criando, assim, dependência econômica; a nobreza palaciana submetia-se à autoridade real.

O mercantilismo

A expansão marítima e comercial se intensificou no século XVI, em consequência, principalmente, da descoberta e exploração econômica da América. A transferência de grande quantidade de metais preciosos da América para a Europa provocou a chamada "Revolução dos Preços" – processo inflacionário que beneficiou a burguesia, pois os salários não acompanhavam a alta dos preços. O comércio de escravos africanos gerava grandes lucros, e o fluxo de capitais e a navegação ampliaram muito o comércio internacional. Em 1531, surgiu a primeira bolsa de valores, em Antuérpia, nos Países Baixos. O capitalismo comercial, ou Revolução Comercial, consolidou-se e assumiu caráter universal. Foi uma etapa fundamental entre o feudalismo e a futura industrialização.

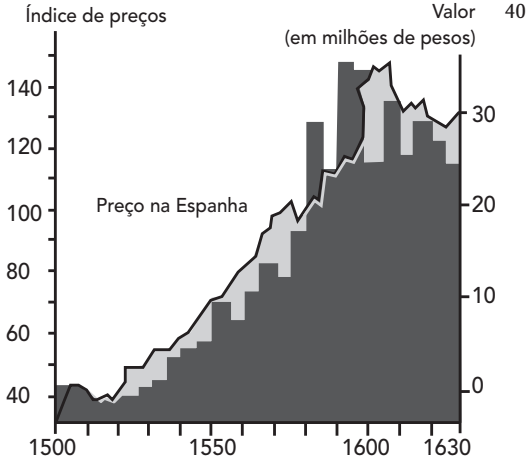
A política econômica e financeira praticada pelos monarcas europeus foi denominada mercantilismo. Vinculava os interesses econômicos do Estado aos da burguesia, e dominou a Europa entre os séculos XV e XVIII. O governo intervinha diretamente na

economia, por meio de regulamentos, assumindo um caráter nacionalista. Estimulava o crescimento econômico nacional, privilegiando os setores comercial, manufatureiro e de transportes marítimos. A colonização, por sua vez, era um dos elementos-chave para o sucesso da política mercantilista. Entre seus princípios básicos, destacavam-se:

- intervenção e dirigismo estatal;
- taxação alfandegária, para proteger a produção interna;
- desestímulo às importações e estímulo às exportações;
- manutenção da balança comercial favorável (exportação maior que importação);
- acumulação de metais preciosos (metalismo).

Uma nação era considerada tanto mais rica quanto mais metais preciosos ela pudesse acumular. Dessa maneira, era fundamental manter um comércio externo favorável e possuir colônias ricas em metais preciosos.

O mercantilismo espanhol era chamado de metalista (ou bulionista). O objetivo era acumular o máximo de prata, obtido por meio da exploração das minas no México e no Peru, respectivamente, bem como da tributação sobre todas as colônias. Os metais foram transportados para a Espanha e entesourados. Porém, essa política fracassou a longo prazo. Com a descoberta dos metais preciosos na América, houve grande emigração espanhola, estimulada pela "febre do ouro". A metrópole perdeu, então, boa parte de sua mão de obra economicamente ativa; campos foram abandonados, caiu a produção de alimentos, de matéria-prima, e, consequentemente, de manufaturados. A solução foi a importação, para atender às necessidades do país e de suas colônias. Como a balança comercial se tornara deficitária para a Espanha, a diferença era paga com os metais preciosos acumulados. Assim, eles foram transferidos para a Inglaterra, Holanda e França, os países abastecedores da Espanha.



Fonte: Baseado em: VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na História*: 1450-1920. Lisboa: Publicações Europa-América. p. 237-238.

Os metais preciosos da América

A Inglaterra praticou um mercantilismo comercial-manufatureiro. Por meio do Ato de Navegação, de 1651, derrubou a hegemonia comercial holandesa, determinando que os produtos importados só podiam ser transportados em navios ingleses ou dos próprios países produtores das mercadorias. Como a base do comércio holandês era, à época, a intermediação, seu prejuízo foi imediato e profundo. Consolidava-se a hegemonia marítimo-comercial britânica.

Na França, a essência da orientação mercantilista determinada pelo ministro de Luís XIV, Colbert, era produzir artigos manufaturados de luxo, mais caros, portanto mais rentáveis, e destiná-los à exportação. Colbert declarou que para a França ser rica (acumulação de metais preciosos) era preciso que seus vizinhos se tornassem pobres (perda de metais preciosos). O setor manufatureiro francês privilegiava a produção de tecidos de seda, perfumes, móveis, tapetes (estilo Gobelin) e cristais. O "colbertismo" também pode ser qualificado como comercial-manufatureiro, à semelhança do mercantilismo inglês.

A colonização

A conquista da América pelos espanhóis, determinada pela necessidade de acumular ouro e prata, provocou um genocídio das civilizações ameríndias. A riqueza obtida dos nativos era repartida entre os conquistadores e o governo espanhol.

Fernão Cortês, a partir da ilha de Cuba, comandou uma expedição militar contra os astecas, para a conquista do México, em 1519. Com apenas 400 homens, além de canhões e cavalos e de aliança com outros grupos indígenas, fez uma das maiores matanças que a história registra. Facilitou a conquista uma profecia indígena que previa a vinda de "deuses brancos" em barcos estranhos e montados em animais desconhecidos. Os astecas procuraram agradar os espanhóis, mas Cortês preferiu capturar o imperador Montezuma, para forçar a entrega de tesouros. A população asteca reagiu, mas foi brutalmente dizimada.

Pouco tempo depois, outro aventureiro conquistador, Pizarro, conquistou o Império Inca, localizado nos Andes. Quem sobreviveu ao massacre acabou submetido ao regime de servidão para trabalhar nas minas de prata. As conquistas ampliaram-se, e a Espanha tornou-se proprietária da maior parte das terras americanas, estendendo seu império desde a Califórnia, ao norte, até o sul da América do Sul, sendo o Brasil a grande exceção.

O absolutismo

A centralização dos Estados modernos foi feita graças ao apoio da burguesia mercantil. Os monarcas europeus modernos concentraram para si grande poder, pois representavam o ideal nacional e corporificavam a própria nação. Entre os instrumentos mais importantes para estabelecer e manter essa autoridade absoluta, destacavam-se:

- existência de um exército permanente, sob comando monárquioco;
- criação de extensa burocracia para administrar o reino;

- emissão de moeda nacional;
- direito de decretar leis fundamentais ao Estado e ao rei;
- aplicação da justiça em todo o reino, em nome do rei;
- ampliação da arrecadação de impostos, para cobrir os gastos do Estado;
- domínio sobre as terras coloniais, consideradas patrimônio real.

O absolutismo foi o apogeu da centralização monárquica na Europa durante a Idade Moderna (séculos XVI a XVIII). Mas era preciso justificar sua origem e suas características. Os teóricos mais importantes do absolutismo foram Maquiavel, Bodin, Hobbes e Bossuet.

Teste seu saber

1. As nações europeias desenvolveram o mercantilismo e o sistema colonial aplicado no continente americano. Uma das características do mercantilismo era o monopólio, que:

a) favorecia totalmente a colônia, pois impedia que suas riquezas fossem exportadas.
b) transformava a colônia em exportadora de miséria e acumuladora de riqueza.
c) considerava os habitantes da colônia com os mesmos direitos e privilégios dos metropolitanos.
d) arruinava a colônia, pois impedia o livre comércio e garantia o enriquecimento da metrópole.
e) abria perspectivas para a adoção do livre-cambismo colonial.

2. Entre as consequências do mercantilismo, podemos citar:

a) a consolidação de bases para o capitalismo moderno e a ascensão de uma nova classe social: a burguesia.
b) a Revolução Comercial, que se constitui na base da Revolução Industrial do século XVIII.
c) o restabelecimento da escravidão utilizada pelos países europeus como fonte de mão de obra nas colônias.
d) em termos de cultura e costumes, a europeização do mundo, impulsionada por um maior número de relações e contatos entre os países, propiciando assim a difusão da cultura europeia.
e) todas as respostas anteriores estão corretas.

3. Governar em nome de Deus e somente a ele prestar conta de seus atos foi a teoria que justificou na Europa:

a) o reconhecimento do poder temporal dos papas.
b) a questão das indulgências.
c) a prática de que "o rei reina e não governa".
d) a separação da Igreja do Estado, conforme os princípios do liberalismo.
e) a concepção da concentração do poder temporal na pessoa do rei.

4. (Cesgranrio) Os Estados modernos, formados na Europa a partir dos séculos XV e XVI, caracterizam-se por todos os elementos abaixo, com exceção de um:

a) a centralização de poderes nas mãos do Príncipe – o absolutismo monárquico.

b) a unificação territorial como forma de afirmação nacional.
c) a eliminação do poder político e social da alta nobreza.
d) a burocratização do Estado expressa pela constituição de um numeroso corpo de funcionários.
e) o intervencionismo econômico através da adoção de práticas mercantilistas.

5. (Osec) O mercantilismo representou um conjunto coerente de medidas econômicas adotadas pelo Estado absolutista da Época Moderna. Qual das proposições abaixo expressa o conjunto dos princípios e práticas mercantilistas?

a) pequena interferência do Estado na vida econômica, livre concorrência, busca de uma balança comercial favorável.
b) busca de uma balança comercial favorável, sistema colonial, monopólios, metalismo.
c) grande interferência do Estado na vida econômica, protecionismo, industrialismo.
d) valorização do trabalho e da terra como as verdadeiras fontes de riqueza; liberdade de ação econômica, abolição das corporações de ofício.
e) as proposições *b* e *c* se completam.

6. (UFMG)"O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições [para as metrópoles] do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império..."

Montesquieu. *Do espírito das leis* (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387.

Considerando-se as informações desse trecho, é incorreto afirmar que as colônias europeias, na Época Moderna:

a) deveriam levar ao estabelecimento e ao incremento do comércio, regulando-se em função dos interesses recíprocos entre as colônias.
b) deveriam oferecer às metrópoles melhores condições de comércio que as verificadas entre os países europeus e seus vizinhos.
c) estariam sujeitas ao exclusivo comércio com as metrópoles, cujos negócios essas colônias deveriam incrementar.
d) foram estabelecidas com finalidades comerciais, pois, inicialmente, não era objetivo das metrópoles fundar um novo império.

Descomplicando a História

(PAS-SP) Nicolau Maquiavel, em 1513, na Itália renascentista, escreveu:

"*Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. [...] O príncipe não precisa possuir todas as qualidades (ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso), bastando que aparente possuí-las. Um príncipe, se possível, não deve se afastar do bem, mas deve saber entrar para o mal, se a isso estiver obrigado.*"

Adaptado de Nicolau Maquiavel. *O Príncipe.*

Indique qual das afirmações está claramente expressa no texto:

a) os homens considerados bons são os únicos aptos a governar.

b) o príncipe deve observar os preceitos da moral cristã medieval.

c) fidelidade, humanidade, integridade e religiosidade são qualidades indispensáveis ao governante.

d) o príncipe deve sempre fazer o mal, para manter o governo.

e) a aparência de ter qualidades é mais útil ao governante do que possuí-las.

Resolução e comentários

Em sua obra *O Príncipe,* o fiorentino Nicolau Maquiavel, um dos primeiros teóricos do Estado moderno, defende que é mais útil ao governante aparentar possuir qualidades do que de fato possuí-las. A alternativa correta é a **E**.

11 O absolutismo na Inglaterra

Apogeu e crise

O absolutismo atingiu o apogeu a partir da ascensão ao trono de Henrique VIII (1509 a 1553). Para fortalecer seu poder político, ele rompeu com a Igreja Católica, e criou uma igreja nacional, da qual se tornou chefe. Afastava-se a influência de Roma nos assuntos internos da Inglaterra. Porém, o governo de seus herdeiros foi envolvido por questões religiosas que quebraram temporariamente a precária estabilidade interna. Seu filho, Eduardo VI, herdeiro com apenas nove anos, foi totalmente dominado por seus preceptores calvinistas. Faleceu cinco anos depois, sendo sucedido pela sua meia-irmã, filha de Catarina de Aragão, Maria I (1553 a 1558), que tentou à força impor o catolicismo. As perseguições valeram-lhe o apelido de "Maria, a Sanguinária". Casou-se com Felipe II, futuro rei da Espanha e católico, envolveu-se em uma guerra contra a França e perdeu o porto de Calais, último baluarte britânico em território francês desde o fim da Guerra dos Cem Anos.

Com sua morte, sem herdeiros diretos, o poder passou para sua meia-irmã, filha de Ana Bolena, Elizabete I (1558 a 1603), que mostrou toda a autoridade do pai e assumiu as rédeas do poder. Restabeleceu o anglicanismo e se tornou chefe da Igreja Anglicana. Com ela, o país conheceu o "absolutismo disfarçado", pois, embora a rainha convocasse o Parlamento, este, de fato, fazia o que ela desejava.

A rainha perseguiu os adversários do anglicanismo, acusando-os de desobediência ao Estado, o que acarretou o aumento da emigração para a América. Mas a rainha também incentivou a fundação de colônias na América do Norte, como a Virgínia.

A produção da cultura inglesa, contudo, expandiu-se, com destaque para intelectuais como William Shakespeare e Francis Bacon.

O governo estimulou ataques de corsários aos galeões e às colônias da Espanha na América, ficando com uma parte dos saques. Os ataques, além de estimular a rivalidade religiosa entre um país protestante e outro católico, geraram a tentativa espanhola de invadir a Inglaterra, com a "Invencível Armada", de Felipe II, em 1588. Constituída de 130 navios, foi atacada por navios ingleses e tentou refugiar-se em Calais. Porém, um violento temporal dispersou a frota, que voltou para a Espanha sem efetivamente combater. Foi o fim da hegemonia espanhola.

Com a morte de Elizabete, também sem herdeiros diretos, o trono passou para seu primo Jaime I (1603 a 1625), rei da Escócia, da dinastia Stuart, e descendente de Henrique VII. Iniciava-se a história do Reino Unido da Grã-Bretanha, que congrega, ainda hoje, Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda (do Norte). Como o rei escocês era ligado aos grandes proprietários de terras, formou-se uma frente nacionalista contra ele no Parlamento inglês, liderada pela burguesia.

As perseguições religiosas intensificaram-se, com a imposição forçada do anglicanismo, e redundaram na grande emigração de ingleses. Muitos puritanos partiram para a América a bordo do *Mayflower*. Com dificuldades, o rei se impôs ao Parlamento.

Filho de Jaime I, Carlos I (1625 a 1649) tentou ampliar o poder absolutista, contra os direitos do Parlamento. Necessitado de recursos financeiros para custear as guerras externas, contudo, assinou a Petição dos Direitos (*Bill of Rights*) em 1628, que limitava seus poderes e ampliava os do Parlamento. Confirmou-se, então, o princípio pelo qual um imposto só seria legal se aprovado pelo Parlamento.

As revoluções inglesas no século XVII

O rei, desesperado, convocou o Parlamento em busca de apoio político e de aprovação de novas taxas e impostos. Seu desejo,

no entanto, foi negado. Houve nova dissolução do Parlamento, e a crise agravou-se. Em 1640, ocorreu uma nova convocação; iniciou-se, então, a reação parlamentar: dissolução dos tribunais reais; supressão dos tributos ilegais; convocação obrigatória do Parlamento, pelo menos uma vez a cada três anos. Observava-se novo cerco militar ao Parlamento. Mas os políticos, a burguesia e a população de Londres recorreram às armas. Iniciou-se, em 1642, a guerra civil, com o Parlamento se opondo ao absolutismo real. De um lado, o exército real, constituído pelos grandes proprietários de terras (cavaleiros) e seus mercenários, majoritariamente anglicanos; de outro, a burguesia, os artesãos, os pequenos proprietários e os camponeses, conhecidos como "cabeças-redondas", pela forma arredondada do seu corte de cabelo. Seu comandante era Oliver Cromwell, radical puritano.

A guerra favorecia o Parlamento, por causa do apoio financeiro da burguesia e pelas reformas militares introduzidas por Cromwell.

Em situação difícil, o rei fugiu para a Escócia, em busca de apoio. Carlos I, entretanto, foi preso e, posteriormente, vendido ao Parlamento inglês. Julgado e condenado, foi decapitado em 30 de janeiro de 1649.

O poder era disputado pelo Parlamento e pelo Exército. Cromwell, apoiado por seus soldados, realizou um grande expurgo no Parlamento: afastou os presbiterianos monarquistas que temiam a radicalização das reformas propostas pelos puritanos. Cromwell, chefe militar puritano, detinha de fato o poder.

A Câmara dos Lordes, uma das casas do Parlamento, foi dissolvida e substituída por um conselho puritano. Cromwell representava a burguesia inglesa e os interesses econômicos dessa classe. Em 1651, editou o Ato de Navegação, e a riqueza da nação expandiu-se.

Oliver Cromwell implantou, então, uma ditadura pessoal com o apoio do exército e da burguesia comercial. A república foi proclamada, e Cromwell recebeu o título de Lorde Protetor da

Inglaterra, com poderes ilimitados e hereditários. Sua ditadura estimulou o crescimento econômico. O mercantilismo proporcionou grandes lucros e acúmulo de capitais, que futuramente propiciariam a Revolução Industrial. Sua morte, em 1658, reabriu a luta pelo poder entre o Parlamento e o Exército, fazendo a agitação retornar à Inglaterra. Seu filho e herdeiro, Ricardo, não demonstrava a capacidade administrativa nem a liderança características do pai. A luta pelo poder recomeçou e, com ela, o temor de uma nova guerra civil, capaz de pôr a perder os avanços econômicos conquistados. Para evitá-la, Ricardo foi afastado, e a burguesia aceitou a restauração da monarquia, desde que o novo rei se submetesse às leis do Parlamento.

O Parlamento decidiu, então, em 1660, reconduzir ao trono um Stuart, com a condição de obedecer aos direitos parlamentares. Porém, Carlos II, filho de Carlos I, decidiu enfrentar o Parlamento e optar pelo absolutismo. Para agravar a situação, o rei simpatizava com o catolicismo. O Parlamento reagiu e aprovou uma lei que obrigava todos os funcionários reais a prestar juramento ao anglicanismo, em 1679. Era o Ato de Exclusão. Assim, um católico não poderia ser soberano da Inglaterra.

Em 1685, o rei Carlos II morreu sem deixar herdeiros diretos. O trono passou para seu irmão, o Duque de York, Jaime II, possivelmente convertido ao catolicismo. Havia, portanto, o perigo da volta da influência papal nos assuntos internos do país.

Perante a impossibilidade de arranjo entre a posição do rei e os interesses britânicos, iniciou-se o processo de afastamento do monarca. O Parlamento, reaberto em 1688, convocou Guilherme de Orange, príncipe holandês protestante, casado com a filha do rei, Maria Stuart, para assumir o trono. Enquanto Guilherme entrava em Londres, o rei Jaime II refugiava-se na França.

O novo rei jurou a Declaração de Direitos em 1689. Por esse documento, a autoridade real foi drasticamente reduzida, tornando-se o Parlamento o verdadeiro governo do país. A chamada "Revolução Gloriosa", sem violência, fazia triunfar a monarquia parlamentar.

Teste seu saber

1. Na Revolução Gloriosa de 1688-1689:

a) Cromwell e os puritanos triunfam sobre as forças que apoiavam o rei Carlos I, proclamando-se Cromwell Lorde Protetor.

b) Henrique VIII, por motivo do seu divórcio, negado pelo Papa, separa a Igreja de Roma e funda a Igreja Anglicana.

c) as 13 colônias americanas proclamam a sua independência da Inglaterra.

d) Cromwell, após a conquista da Irlanda, estabelece as bases do Império Britânico, fato que foi apoiado por todas as camadas da sociedade britânica em 1688.

e) são limitados os poderes da monarquia e ampliados os do Parlamento.

2. (UFPA) Relativamente à história do absolutismo monárquico na Inglaterra, é possível sustentar que:

a) a revolução que derrubou o governo de Jaime II, da dinastia Stuart, não assinalou apenas o fim do regime absolutista inglês, mas, igualmente, o triunfo da burguesia e do parlamento sobre a Coroa britânica.

b) o regime absolutista instala-se na Inglaterra em consequência das guerras de religião, já que somente dispondo de um governo centralizado e autoritário é que Henrique VIII poderia implantar o protestantismo no país.

c) o estabelecimento do regime absolutista na Inglaterra foi prejudicial aos interesses do país, posto que a burguesia britânica, privada da liberdade política, emigrou em massa para a França e para a Holanda.

d) o fim do regime absolutista inglês ocorre com a revolução comandada por Oliver Cromwell, oportunidade em que as forças parlamentares sob a sua chefia depõem Carlos I e encerram o ciclo dos governos autoritários dos Tudor.

e) comparados a outros governos absolutistas europeus, os ingleses foram mais tolerantes e maleáveis. Veja-se, por exemplo, que, durante o reinado dos Stuart, a liberdade de religião sempre foi respeitada na Inglaterra.

Descomplicando a História

(PUC-SP) O Ato de Navegação de 1651 foi editado por Oliver Cromwell, no contexto das chamadas Revoluções Inglesas do século XVII. Era uma forma de:

a) assegurar mercado consumidor para produtos ingleses e impedir a concorrência de novas potências industriais, como a França e a Alemanha.

b) obter maior controle sobre a circulação marítima comercial e, dessa forma, ampliar a presença britânica sobre os mares.

c) beneficiar os interesses da nobreza britânica, que finalmente conseguia se impor à burguesia nas lutas religiosas, sociais e políticas internas.

d) impedir as exportações francesas para a América do Norte e, dessa forma, impedir a autonomia econômica das colônias inglesas na região.

e) facilitar o acesso às colônias do norte da África, para assegurar o fornecimento de carvão e de minérios para as fábricas inglesas.

Resolução e comentários

Comandante do exército parlamentar na Revolução Puritana (1641 a 1649), Oliver Cromwell assumiu o poder e implantou a República da qual se proclamou protetor. Aplicou uma política mercantilista, caracterizada, por exemplo, pelos diversos Atos de Navegação. O principal deles, o de 1651, proibia a participação de navios estrangeiros no transporte de mercadorias para a Inglaterra que não fossem de seu próprio país. Esse ato eliminava a intermediação, o que atingia diretamente os Países Baixos, então detentores da hegemonia comercial marítima. Essa medida protecionista estimulou grandes investimentos no setor de construção naval e contribuiu para transformar a Inglaterra na maior potência marítima. A alternativa correta é a **B**.

12 O absolutismo na França

Foi na França que o absolutismo alcançou o apogeu e serviu de modelo para outros países europeus. Luís XIV, o "Rei Sol", da dinastia Bourbon, estabeleceu uma centralização notável do poder, controlando amplamente o Estado, até mesmo se confundindo com ele. Há uma frase histórica geralmente atribuída a ele: "O Estado sou eu".

Porém, é importante saber como se chegou a essa situação. Curiosamente, quando parecia que a centralização monárquica seria alcançada no século XVI, a França se viu envolvida em graves conflitos internos, religiosos e dinásticos, que acabaram por adiar o processo. Foram confrontos envolvendo a nobreza fundiária católica e uma parte da burguesia, a qual se tornara "huguenote", como era chamado o calvinista na França. Um dos episódios mais terríveis ocorreu na "Noite de São Bartolomeu" (24 de agosto de 1572), quando houve o assassinato de milhares de protestantes, por intolerância religiosa católica.

A crise política manifestou-se agudamente quando o poder foi disputado pelo rei Henrique III, por Henrique de Guise, católico, e por Henrique de Navarra, protestante. Foi a "Guerra dos Três Henriques". Com os dois primeiros assassinados, o trono caberia a Henrique de Navarra, da família dos Bourbon. Hábil negociador, converteu-se ao catolicismo, fez valer seu direito, mas soube conservar o apoio dos huguenotes. Cinicamente, disse uma famosa frase: "Paris bem vale uma missa". Com o apoio das duas alas rivais, tornou-se rei com o título de Henrique IV, em 1589. Sua maior preocupação era a paz, interna e externa.

No plano interno, Henrique IV procurou evitar conflitos entre católicos e protestantes. Em 1598, promulgou o Edito de Nantes,

concedendo liberdade religiosa aos huguenotes. Ironicamente, foi assassinado em 1610 por um fanático católico. A França perdia um de seus grandes monarcas. Seu sucessor foi Luís XIII e, com ele, o absolutismo francês consolidou-se. A Assembleia dos Estados Gerais, que poderia limitar o poder real, foi convocada pela última vez em 1614. Só o seria novamente às vésperas do início da Revolução Francesa, em 1789.

Em 1624, o cardeal Richelieu tornava-se primeiro-ministro. Personalidade marcante, hábil, culto, procurou governar como se fosse o próprio soberano. Controlava os assuntos do Estado e exercia o absolutismo em nome de Luís XIII. O cardeal liderou uma terrível luta contra a nobreza e os huguenotes que se opunham ao absolutismo. Defendeu o princípio do direito divino do rei; diminuiu a liberdade religiosa dos protestantes, permitindo que praticassem seu culto apenas em algumas cidades, como La Rochelle; envolveu o país em guerras, como a "dos Trinta Anos" (1618 a 1648). Curiosamente, aliou-se a países protestantes (Prússia e Suécia) contra o imperador austríaco, católico. Era uma forma de diminuir o poderio ameaçador dos Habsburgos, que governavam a Áustria e a Espanha e formavam um anel que cercava a França. Era a rivalidade entre as duas principais casas reais europeias: Habsburgo e Bourbon.

Com a morte de Luís XIII, em 1643, a regência passou para a viúva, Ana d'Áustria, mãe do futuro Luís XIV, ainda menor de idade. Richelieu, que morrera poucos meses antes de Luís XIII, indicara o cardeal Mazzarino para ocupar seu lugar de primeiro-ministro. Durante dezoito anos, Mazzarino governou a França e continuou a política de Richelieu ("política dos cardeais"). Contudo, parte da nobreza e da burguesia se revoltou, aproveitando a menoridade de Luís XIV. Essas revoltas foram chamadas de "frondas", mas os rebeldes foram vencidos. A população desejava paz, e a burguesia trocou sua oposição política pela possibilidade de administrar seus negócios em um clima de tranquilidade. O desejo de um governo forte facilitou o avanço do absolutismo monárquico.

Após a morte de Mazzarino, em 1664, Luís XIV decidiu assumir diretamente as atividades governamentais ("Serei ministro de mim mesmo"). A grande nobreza foi politicamente neutralizada. Atraída para a corte de Versalhes, suntuoso palácio real nas proximidades de Paris, ocupava cargos decorativos e vivia à custa do Estado. Tal dependência econômica submetia essa nobreza ao rei, tornava-a parasita e fraca, embora onerosa ao tesouro real.

Os altos postos governamentais eram geralmente ocupados por membros da alta burguesia, que adquiriam títulos, originando a "nobreza de toga". Luís XIV ocupava efetivamente o topo da administração e interessava-se pessoalmente por todos os negócios do Estado.

Para alcançar o objetivo de consolidar a unidade nacional, com apenas "um rei, uma lei, uma fé", Luís XIV revogou o Edito de Nantes, em 1685. Essa revogação foi uma catástrofe econômica para a França, pois provocou a saída de 200 mil comerciantes e artesãos, bem como de seus capitais.

Além disso, a França do "Rei Sol" envolveu-se em custosas campanhas militares – contra os Países Baixos, contra a Áustria, na "Guerra da Sucessão Espanhola" etc. Somem-se a elas os gastos com a corte e as festas em Versalhes, o parasitismo da nobreza, o enorme número de funcionários; a consequência era um déficit governamental crônico. As soluções eram as de sempre: mais impostos sobre o povo e empréstimos obtidos com a burguesia financeira, a juros altos. Assim, apenas adiava-se a crise. Luís XIV teria dito, no final de sua vida: "Depois de mim, o dilúvio".

Com a sua morte, em 1715, assumiu o trono seu bisneto Luís XV, que passou a maior parte de seu reinado (1715 a 1774) vivendo na corte, envolvendo-se com amantes e ocupando-se de frivolidades. A crise foi agravada pela derrota na Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763) contra a Inglaterra. Além dos gastos com o conflito, a França perdia suas possessões coloniais na Ásia e a província de Quebec, no Canadá.

As finanças públicas desgastavam-se, pois o déficit orçamentário crescia. À burguesia não mais interessava manter um rei e uma corte custosos. Nesse quadro caótico, Luís XVI assumiu o trono francês, em 1774, com a situação se deteriorando. Na medida em que novos problemas surgiam e a monarquia não conseguia resolvê-los, a grande revolução se aproximava.

Teste seu saber

1. **A Noite de São Bartolomeu foi:**
   a) grande festa religiosa comemorando o aparecimento do protestantismo na França.
   b) noite em que o rei Luís XIV decretou a liberdade de culto religioso.
   c) noite de 24 de agosto de 1572 na qual, a pedido da rainha Catarina de Médicis, houve uma grande matança de nobres huguenotes.
   d) matança de um grande número de nobres católicos, a pedido do rei da França.
   e) início da Guerra dos Sete Anos entre a França e a Inglaterra.

2. **A política de Colbert, na França (1661-1683), durante o reinado de Luís XIV, tinha como principal objetivo:**
   a) eliminar a influência do Estado na economia francesa.
   b) evitar que a França se empenhasse numa política financeira metalista.
   c) promover o enriquecimento do país através do comércio.
   d) desmembrar o império colonial francês por ser contrário ao imperialismo.
   e) aplicar uma política de *laissez-faire, laissez-passer*, a fim de que as indústrias não sofressem a interferência estatal.

3. **O Edito de Nantes, de 1598, assinado por Henrique IV de Navarra:**
   a) concedeu liberdade religiosa e direitos políticos e econômicos aos huguenotes da França.
   b) proibiu o culto protestante no território francês.
   c) decretou a imposição da religião católica aos nobres franceses que eram huguenotes.
   d) é o nome do tratado de paz que pôs fim à Guerra de Sucessão da Espanha.
   e) afirmou a adesão definitiva do rei ao catolicismo.

Descomplicando a História

(Cesgranrio) Relato de Richelieu sobre a situação da França em 1624: "Quando V.M. resolveu-se a dar-me, ao mesmo tempo, a entrada nos seus Conselhos e grande parte de sua confiança para a direção de seus negócios, posso dizer que em verdade os huguenotes partilhavam o Estado consigo. Que os Grandes conduziam-se como se não fossem seus súditos, e os mais poderosos governadores de províncias como se fossem soberanos nos seus cargos".

Pela análise do texto, podemos concluir que:

a) os calvinistas constituíam um Estado dentro do Estado.

b) a autoridade dos governadores era necessária à manutenção da ordem.

c) a autoridade do rei era de fato respeitada por todas as classes.

d) naquela ocasião era preciso combater a heresia huguenote que contava com o apoio dos grandes.

e) os grandes não respeitavam a sua condição de primeiro-ministro.

Resolução e comentários

Os huguenotes, calvinistas franceses, gozavam de relativa liberdade decorrente da assinatura do Edito de Nantes, em 1598, no governo de Henrique IV. Além disso, tinham a proteção dos grandes (elementos da alta nobreza e alta burguesia). Adepto do princípio "Um rei, uma lei, uma fé" e objetivando a unidade nacional, Luís XIV revogou o Edito, medida que provocou um importantíssimo êxodo da burguesia protestante. A alternativa correta é a **D**.

13 O iluminismo e o pensamento liberal

O Antigo Regime apresentava três características básicas: o absolutismo político, a sociedade estamental e a economia mercantilista. Muitos pensadores se posicionaram contra essa estrutura na segunda metade do século XVIII. Almejavam liberdade, segurança e participação na resolução dos problemas comuns. Seu pensamento correspondia às novas necessidades e objetivos da burguesia industrial e financeira que começava a se organizar. Esse amplo movimento filosófico, o iluminismo, analisava a sociedade a partir de uma perspectiva racional.

O iluminismo teve origem no racionalismo europeu do século XVII, embora já fosse esboçado desde o Renascimento. O filósofo, físico e matemático francês René Descartes (1596 a 1650) teve enorme influência no movimento. Elaborou uma nova metodologia, partindo do princípio de que tudo deve ser compreendido pela

41

René Descartes (1596-1650). 1649. Óleo sobre painel, 19 x 14 cm. Copenhague: Statens Museum for Kunst

razão e pela experiência (método experimental). Sua influência foi tão grande que, após Descartes, não se podia mais pensar cientificamente sem usar o seu método. Ele é considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da história do pensamento ocidental. Inspirou contemporâneos e várias gerações de filósofos posteriores. Muitos especialistas afirmam que a partir de Descartes se inaugurou o racionalismo da Idade Moderna. Segundo o filósofo, o pensamento humano deve considerar todas as manifestações da natureza por meio de uma compreensão racional, e o que não pode ser reconhecido pela racionalidade do espírito humano deve ser desprezado. Tornou famosa a frase: "Penso, logo existo". Sua principal obra foi *Discurso sobre o método*. O racionalismo cartesiano foi o método utilizado pelos iluministas interessados no estudo da sociedade.

O cientista inglês Isaac Newton (1642 a 1727) contribuiu para o racionalismo por meio dos estudos de física, matemática e astronomia. Formulou as leis naturais, isto é, aquelas que ocorrem na natureza, independentes da vontade humana, como os princípios da gravidade. Criou a mecânica celeste e revolucionou a física.

Os iluministas, influenciados pelo racionalismo, criticaram o Antigo Regime. Para eles, não era racional que somente o rei governasse. A teoria da origem divina do poder era contestada, pois não era racional. Racional seria o povo escolher seus governantes e exigir deles prestação de contas de suas ações.

A própria existência de Deus também deveria ser compreendida racionalmente. Deus estaria em todos os lugares, manifestando-se na natureza. Por essa razão, os iluministas combatiam o monopólio religioso da Igreja Católica. Para encontrar Deus não havia necessidade de se dirigir à igreja, pois Ele poderia ser encontrado dentro do coração do próprio homem.

A partir do pensamento de Descartes, os filósofos estruturaram uma nova visão de mundo: o liberalismo. Esse movimento nasceu na Inglaterra, mas alcançou enorme desenvolvimento na França do

século XVIII. Com base no uso da razão, os iluministas propunham: a implantação de um governo constitucional e liberal, com participação da elite burguesa; a diminuição do poder da Igreja Católica, que impedia o desenvolvimento das ciências e do pensamento individual; a liberdade religiosa e o fim do monopólio da educação mantido pela Igreja nos países católicos, como França, Espanha e Portugal; e a aplicação de métodos científicos nas investigações sobre a natureza, pois tudo deveria ser provado pela experiência. O inglês Francis Bacon (1561 a 1626) deu sequência às ideias cartesianas revolucionou a ciência ao criar a experimentação científica. Para ele, não basta o raciocínio, é preciso experiência. A conclusão só pode ser alcançada pela experiência e pela prática.

Os principais expoentes do liberalismo foram:

- John Locke (1632 a 1704): criticou as ideias de Hobbes, pois acreditava que no estado natural não havia caos. Mas o ser humano, dotado de capacidade racional, delegou seus direitos a um soberano, seu representante. O indivíduo não existe em função do Estado, e sim o contrário. A função fundamental do governo é garantir a propriedade, a liberdade e a segurança dos indivíduos. Assim, os cidadãos têm o direito de se rebelar contra um governo que não cumpre com as suas obrigações. Locke defendia a existência do poder legislativo (Parlamento) e a liberdade religiosa. Apoiou a Revolução Gloriosa, de 1688, e ajudou na redação da Petição dos Direitos. Seu pensamento inspirou os colonos americanos a lutar por sua independência. Principal obra: *Tratado do Governo Civil*.
- Montesquieu (1689 a 1755): propôs a divisão do poder em executivo, legislativo e judiciário, cada qual com suas atribuições, independentes, mas harmônicos entre si. Essa seria a forma ideal para se evitar o despotismo. Principais obras: *O Espírito das Leis* e *Cartas Persas*.
- Voltaire (1694 a 1778): notabilizou-se pelos ataques à Igreja, mas não era ateu, e sim, deísta, isto é, acreditava que Deus se manifestava na natureza e que podia ser entendido pela

42

Charles de Montesquieu (1689-1755). 1728. Óleo sobre tela. Versalhes: Museu Nacional do Palácio de Versalhes

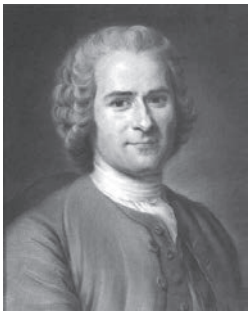
43

Voltaire (1694-1778). 1718. Óleo sobre tela, 79 x 64 cm. Versalhes: Museu Nacional do Palácio de Versalhes

razão. Satirizou a nobreza e o clero, atacou o absolutismo e a Igreja, defendeu as liberdades individuais de expressão e a igualdade jurídica. Suas ideias lhe custaram perseguições e exílios. Principais obras: *Cartas Inglesas* e *Cândido*.

- Rousseau (1712 a 1778): destacou-se por lutar pelo princípio democrático, pois o liberalismo propunha um governo baseado na lei, mas não necessariamente na democracia. Dizia que os seres humanos viviam felizes no estado natural; afirmava que o homem nascia bom, mas a sociedade o corrompia. Assim, a

sociedade não produzia a felicidade, pois esta estaria no estado natural. Principal obra: *Contrato Social*.



Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Pastel sobre papel Saint-Quentin: Museu Antonie Lécuyer

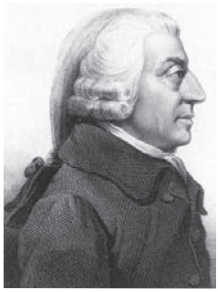
Para Rousseau, a desigualdade entre os homens seria a causa dos conflitos sociais. As diferenças de força, inteligência e constituição seriam inevitáveis, pois são naturais. Contudo, as desigualdades artificiais seriam geradas pelas condições sociais. Essas podiam ser combatidas e atenuadas. Para Rousseau, a propriedade privada gerava a desigualdade social e destruía a liberdade social. Ele pregava a volta a uma vida simples, cheia de sentimentos e de solidariedade. Sonhava com uma sociedade na qual os conflitos sociais seriam resolvidos racionalmente.

No livro *Contrato Social*, Rousseau defendeu o Estado democrático. Para eliminar os conflitos causados pelo aparecimento da propriedade privada, os homens teriam assinado um contrato social: foi a origem da sociedade civil, na qual a função do Estado seria regular as relações entre os cidadãos. O Estado deve sempre representar a maioria dos cidadãos; deve ser, portanto, democrático.

As obras dos iluministas eram debatidas em salões literários, clubes sociais, cafés e universidades. Um grupo de intelectuais, do qual faziam parte Diderot e D'Alembert, ficou conhecido como enciclopedista, por escrever a *Enciclopédia*, um dicionário universal, uma síntese do conhecimento na época.

No campo do pensamento econômico, o destaque coube aos franceses Quesnay (1694 a 1774) e Turgot (1727 a 1781) e ao britânico Adam Smith (1723 a 1790). Os dois primeiros elaboraram os princípios do fisiocracismo (do grego *physio*, "natureza", e *kratia*, "governo"). Os fisiocratas consideravam a terra (natureza)

45



Adam Smith (1723-1790). 1890. Litogravura

a única fonte de riqueza de uma nação. A indústria e o comércio só transformavam e vendiam o que a terra produzia, ou seja, os produtos naturais. Como a natureza possui seu próprio ritmo, era desnecessária a intervenção do Estado na ordem econômica. Se os proprietários rurais tivessem total liberdade para cultivar, tudo correria normalmente. Sua frase-síntese: "Deixai fazer, deixai passar, que o mundo caminha por si mesmo".

Certamente, a maior influência no campo da doutrina econômica é atribuída a Adam Smith, autor de *A riqueza das nações*, clássico do pensamento econômico. Para Smith, o trabalho é a verdadeira fonte da riqueza. Para o trabalho gerar riqueza, é necessário aplicar a divisão do trabalho (especialização). Dessa maneira, haveria não só aumento da produção, mas principalmente da produtividade, ou seja, o trabalhador produziria mais em menos tempo. Portanto, as ideias de Smith correspondem aos interesses do capitalismo e da burguesia industriais. Como os fisiocratas, Smith se opôs radicalmente a qualquer forma de intervenção do Estado na economia.

Teste seu saber

1. **As ideias iluministas que tinham por base o culto da razão e a crença nas leis naturais:**
   a) eram favoráveis a uma organização estamental da sociedade.
   b) propiciavam embasamento teórico ao sistema monárquico, em qualquer uma de suas modalidades (constitucional, parlamentar ou absolutista).
   c) eram contrárias à libertação das colônias da América.
   d) propunham uma política econômica liberal.
   e) favoreciam os princípios mercantilistas.

2. **O absolutismo não resolveu os problemas de sua época. Daí o surgimento de novas ideias políticas que ficarão conhecidas pelo nome de Iluminismo. Neste movimento destacam-se vários autores, com exceção de um, que deverá ser assinalado:**
   a) John Locke, que se preocupou mais com os problemas da liberdade individual do que com os problemas do estabelecimento de uma nova ordem econômica e social.
   b) Voltaire, autor do dicionário filosófico e das novelas satíricas.
   c) Montesquieu, de "O Espírito das Leis".
   d) Tomás de Aquino, autor da "Suma Teológica".
   e) Rousseau, autor de "O Contrato Social" e de "Discurso sobre a Origem da Desigualdade".

3) **(FGV) Um crítico do racionalismo, em meio a uma plêiade de filósofos racionalistas; tido por muitos como inspirador da fase mais radical da Revolução Francesa; autor de "Discurso sobre a Origem e Fundamentos da Desigualdade entre os Homens"; considerado um dos pais da moderna Democracia. Referimo-nos a:**
   a) René Descartes.
   b) Charles de Secondat, Barão de Montesquieu.
   c) Rousseau.
   d) Voltaire.
   e) Diderot.

Descomplicando a História

(PUC-SP) "As metáforas da luz vitoriosa das trevas, da vida renascendo do seio da morte, do mundo reconduzido ao seu começo são imagens que se impõem universalmente por volta de 1789."
Jean Starobinski (1789). *Os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 38.
O texto refere-se à:
a) independência dos Estados Unidos e sua influência no resto do mundo.
b) coroação de Luís XIV, intitulado Rei Sol e exemplo de monarca absoluto.
c) reconquista da península Ibérica, antes tomada pelos mouros.
d) hegemonia britânica sobre os mares após o Ato de Navegação.
e) difusão dos ideais iluministas associados à Revolução Francesa.

Resolução e comentários

Ao citar a **luz** e a **vida** metaforicamente, o texto refere-se à difusão dos ideais iluministas que eram difundidos na segunda metade do século XVIII. Esses ideais influenciaram uma série de acontecimentos que desencadearam o início da Revolução Francesa, em 1789. A alternativa correta é a **E**.

14 O despotismo esclarecido

O iluminismo influenciou muitos governantes europeus na segunda metade do século XVIII na tomada de iniciativas para melhorar as condições de vida da população, porém sem abrir mão de sua autoridade política. Anteciparam-se à contestação de sua autoridade pela nobreza e pela burguesia, ao pôr em prática alguns princípios defendidos pelos filósofos iluministas, como, por exemplo, a tolerância religiosa, o incentivo à agricultura, à industrialização e a pequenas reformas sociais. Agindo assim, os soberanos antecipavam-se aos movimentos sociais, tomando medidas administrativas e políticas que davam uma "aparência liberal" ao governo monárquico, mas que, na verdade, reforçavam o poder do rei como autêntico legislador a serviço do país e de seu povo. Esses soberanos ficaram conhecidos como "déspotas esclarecidos". Eles assimilavam e aplicavam as ideias que lhes interessavam.

A humanização da justiça foi obtida com a reforma dos códigos penais, criação de tribunais e garantias de defesa. Em vários países a servidão foi abolida. A tortura nas prisões foi desestimulada. Procurou-se estabelecer a igualdade de direitos e deveres. Vários governantes aplicaram políticas de assistência social e de educação do povo.

Aproveitando-se das críticas à Igreja Católica, alguns déspotas procuraram livrar-se da influência do papa e do clero. Propriedades eclesiásticas foram confiscadas e transformadas em hospitais e escolas. O desenvolvimento econômico, por meio do incentivo às atividades setoriais, foi outra preocupação dos déspotas, que se apoiavam na burguesia.

Na Rússia, a principal déspota foi Catarina II (1762 a 1796). De origem alemã, fora educada sob influência de filósofos iluministas franceses; no governo, manteve correspondência com Voltaire e convidou Diderot a frequentar a sua corte.

Catarina II controlou a nobreza, dividiu o país em províncias, com o governador ligado diretamente ao poder central. A servidão foi parcialmente abolida. Retomou a política expansionista de Pedro, o Grande (1682 a 1725), conquistando territórios a ocidente (Polônia e Bielorrússia) e a oriente (Ucrânia); promoveu a colonização dessas áreas e da região do vale do rio Volga, com o deslocamento de russos. O objetivo era russificar essas terras. Catarina II reformou a cobrança de impostos, estimulou a agricultura e a criação de indústrias, propiciando a expansão comercial, promoveu incentivos culturais, como a fundação da Universidade de Moscou e de diversas escolas fundamentais. Também se destacou no setor de assistência social, ao criar hospitais e asilos.

O mais importante déspota esclarecido foi José II (1765 a 1790), da Áustria. Suas reformas foram profundas e atingiram vários setores do país. José II procurou impor o alemão como língua nacional, pois a existência de inúmeros dialetos, frutos do particularismo regional, dificultava a administração do Império Austríaco. Procurou manter a Igreja Católica na Áustria sob seu controle, diminuindo a influência papal. A servidão foi abolida, e a posse da terra estendeu-se aos

46

José II, da Áustria

camponeses. A igualdade tributária colocava todos os proprietários no mesmo nível. A tortura foi abolida; o divórcio, implantado; o casamento civil, reconhecido.

A preponderância da Igreja foi minimizada pela supressão de conventos e ordens; os templos foram transformados em escolas e hospitais. Em 1781, José II estabeleceu a liberdade de religião e consciência.

Na Prússia, governava a dinastia dos Hohenzollern. O primeiro déspota, Frederico Guilherme I (1697 a 1740), o "Rei Sargento", organizou o exército e reformulou a administração. Frederico II (1740 a 1786), seu sucessor, praticou diversas reformas propostas pelo iluminismo, dando especial ênfase ao desenvolvimento comercial e manufatureiro. Lançou-se à expansão territorial, anexando parte da Polônia. Lutou pela unificação nacional, fundamental para a futura industrialização alemã. Promoveu reformas administrativas, construiu escolas e academias, unificou a justiça e concedeu liberdade religiosa. A Prússia, sob seu governo, teve uma notável produção artística, científica e filosófica.

47

Frederico II, da Prússia

Em Portugal, o destaque foi o Marquês de Pombal, título nobiliárquico de Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro do rei D. José I. Desencadeou uma dura luta contra a nobreza e o clero, considerados parasitas e contrários à modernização. Pombal enfrentou principalmente a Companhia de Jesus, afastando os jesuítas do controle educacional que exerciam na metrópole e nas colônias. Conseguiu, posteriormente, expulsá-los do Brasil e de Portugal. Implantou uma grande reforma na Universidade de Coimbra, além de admitir professores estrangeiros.

Pombal procurou incentivar o comércio externo, aumentando a lista dos produtos portugueses exportáveis. Aplicou tarifas protecionistas para estimular a produção manufatureira, com o objetivo de livrar Portugal da excessiva dependência econômica e financeira da Inglaterra. Evitou os déficits comerciais e incrementou o comércio colonial com a criação de companhias de comércio, sobretudo no Brasil. Pombal impôs severa fiscalização dos impostos, combateu a corrupção na administração e diminuiu a ação da Inquisição em Portugal.

48

Marquês de Pombal, ministro do Rei D. José I, de Portugal

Teste seu saber

1. **Os monarcas citados a seguir identificam-se com a forma de despotismo esclarecido adotada por vários príncipes europeus durante o século XVIII, exceto:**

a) Catarina II (Rússia).
b) José I (Portugal).
c) Frederico II (Prússia).
d) Luís XIV (França).
e) Carlos III (Espanha).

2. **O reformismo ilustrado desenvolveu-se no século XVIII naquelas sociedades europeias que tinham em comum as características seguintes:**

a) domínio aristocrático, defasagem econômica, atraso cultural.
b) predominância do clero, domínios ultramarinos, falta de escolas.
c) reação feudal, mercantilismo, secularização do ensino.
d) ascensão burguesa, expansão capitalista, enciclopedismo.
e) posição de destaque dos jesuítas, fisiocratismo, censura inquisitorial.

3. **(Vunesp) "Os filósofos adulam os monarcas, e os monarcas adulam os filósofos." Assim se refere o historiador Jean Touchard à forma de Estado europeu que floresceu na segunda metade do século XVIII. Os "reis filósofos", temendo revoluções sociais, introduziram reformas inspiradas nos ideais iluministas.**

Essas observações se aplicam:

a) às monarquias constitucionais.
b) ao despotismo esclarecido.
c) às monarquias parlamentares.
d) ao regime social-democrático.
e) aos principados ítalo-germânicos.

Descomplicando a História

(Fuvest) Carlos III, rei da Espanha entre 1759 e 1788, implementou profundas reformas – conhecidas como bourbônicas – que tiveram grandes repercussões sobre as colônias espanholas na América. Entre elas:

a) o estabelecimento de medidas econômicas e políticas, para maior controle da Coroa sobre as colônias.

b) o redirecionamento da economia colonial, para valorizar a indústria em detrimento da agricultura de exportação.

c) a promulgação de medidas políticas, levando à separação entre a Igreja Católica e a Coroa.

d) a reestruturação das tradicionais comunidades indígenas, visando a instituir a propriedade privada.

e) a decretação de medidas excepcionais, permitindo a escravização dos africanos e, também, a dos indígenas.

Resolução e comentários

As reformas bourbônicas de Carlos III tinham por objetivo uma ampla e profunda reforma administrativa das colônias espanholas na América. Refletiam medidas típicas do despotismo esclarecido: racionalizar e tornar eficiente a administração, sem abrir mão do autoritarismo e centralismo político. A alternativa correta é a **A**.

15 A independência dos Estados Unidos da América

A formação das colônias

Os ingleses foram, entre os europeus, os que mais se destacaram na ocupação do litoral atlântico da América do Norte, na área situada entre os atuais estados norte-americanos do Maine e da Geórgia. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), essa região pertencia à Espanha. Porém, os espanhóis privilegiaram a colonização das áreas ricas em metais preciosos (México e Peru) e dos territórios localizados nas áreas tropicais (Antilhas e norte da América do Sul). A Inglaterra, por sua vez, ao se tornar um país protestante e grande rival da Espanha, rejeitou a divisão territorial estabelecida pelo tratado.

Para muitos emigrantes britânicos, a América significava libertar-se das perseguições políticas e religiosas que sofriam na metrópole. Além disso, as enormes áreas inexploradas, em princípio, "terra sem dono", atraíam aqueles que nada possuíam. Era a possibilidade de se tornarem proprietários, cidadãos, e obterem ascensão social. Muitos haviam perdido suas propriedades rurais, tomadas pela nobreza rural em decorrência da prática de "cercamentos" (*enclosure*).

Podem ser identificadas três áreas:

- no Norte: Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Connecticut;
- no Centro: Pensilvânia, Nova York, Nova Jersey e Delaware;
- no Sul: Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia.

As características específicas das colônias acentuaram-se com o passar dos tempos. Para simplificar, elas podem ser agrupadas em Sul e Norte, este último englobando as do Centro.

Nas colônias do Norte, de colonização mais espontânea, desenvolveram-se a pequena e a média propriedades fundiárias, onde o trabalho era livre, exercido pelos próprios proprietários. Havia a chamada "servidão temporária" (*indentured servants*): imigrantes que tinham passagens pagas por um proprietário rural, sujeitos a contrato de trabalho, geralmente com duração de sete anos; cumprido o contrato, obtinham a liberdade e procuravam um lote de terra para se tornarem proprietários. Com clima semelhante ao da metrópole, não tinham produção agrícola para exportar para a Inglaterra e então, não podiam importar. Contudo, a produção de matérias-primas e a presença de artesãos propiciaram relativo desenvolvimento artesanal e manufatureiro no Norte, atendendo às suas necessidades. Destacava-se, também, a construção naval, em consequência da abundância de madeira.

No Sul, a colonização foi uma iniciativa da metrópole, que fundou os primeiros núcleos coloniais. Por causa do clima subtropical, nesta região se organizou uma produção agrário-exportadora, que a colocou na dependência do comércio e do mercado metropolitanos, fornecendo produtos tropicais, como o algodão e o tabaco. As importações supriam as necessidades locais e provinham, em geral, da Inglaterra. A economia exportadora condicionava a existência da grande unidade monocultora, cujos proprietários formavam a aristocracia rural; esta se utilizava de muita mão de obra escrava negra e de poucos trabalhadores livres. Era uma sociedade conservadora, aristocrática e escravocrata.

Merecem destaque os triângulos comerciais. Mercadorias do Norte eram levadas às Antilhas pelos colonos e trocadas por açúcar e melaço. Estes eram levados para as colônias do Norte, transformados em rum e utilizados no escambo de escravos na África; os

escravos, por sua vez, eram vendidos nas Antilhas. Assim, havia uma importante acumulação de capitais nas colônias do Norte.

O processo de independência

Após a "Guerra dos Sete Anos" (1756 a 1763), as relações "metrópole-colônias" alteraram-se radicalmente, levando à ruptura. A situação se agravou ainda mais por causa da influência de ideias iluministas sobre a elite colonial. O político Thomas Paine notabilizou-se pela difusão dessas ideias por meio de panfletos.

Endividado pelas despesas da guerra, o governo inglês decidiu fazer das colônias a solução de seus problemas financeiros. O Parlamento lançou mão de novos impostos, como a Lei do Selo e a Lei do Açúcar – o açúcar importado de regiões não pertencentes à Inglaterra estaria sujeito a taxas; a Lei do Selo determinava que todos os documentos e publicações tinham de ser selados, o que implicava a elevação dos custos. Em 1765, os colonos enviaram uma petição ao Parlamento, solicitando a revogação das leis, pois as consideravam ilegais. O argumento era consistente: eles não tinham representantes no Parlamento, portanto, não participavam da votação dessas leis. Sob o lema "*No taxation without representation*" ("sem representação não há impostos"), os colonos rebelaram-se e negaram-se a pagar os novos tributos.

O governo metropolitano, estrategicamente, recuou, suspendeu a Lei do Selo e diminuiu o imposto sobre o açúcar. Como compensação, determinou que os produtos importados teriam uma tarifa mais elevada. Os colonos decidiram, então, boicotar os produtos importados da Inglaterra, o que provocou uma semiparalisação das operações comerciais e prejudicou os mercadores ingleses.

Em 1773, o monopólio do comércio do chá foi entregue pelo Parlamento à Companhia das Índias Orientais. Não por coincidência, diversos parlamentares eram acionistas da Companhia. A reação dos colonos foi imediata. A carga que estava em navios da Companhia foi atirada ao mar, no episódio conhecido como "Festa do Chá em Boston" (16 de dezembro de 1773).

A Inglaterra não podia recuar, sob pena de desmoralização total. Assim, foram aplicadas novas determinações (conhecidas como "Leis Intoleráveis"). O porto de Boston foi interditado, e o governador de Massachusetts obteve poderes excepcionais para enfrentar a crise. Pela Lei do Aquartelamento, os colonos arcariam com as despesas de manutenção das tropas inglesas.

No ano seguinte (1775), representantes dos colonos reuniram-se na Filadélfia e, liderados por Samuel Adams e Thomas Jefferson, repeliram as Leis Intoleráveis. A decisão não tinha caráter separatista, ainda; os colonos queriam igualdade de direitos, pois se consideravam súditos britânicos residentes fora da Inglaterra. Contudo, o rei Jorge III era duramente atacado, ainda que as decisões, na verdade, fossem do Parlamento.

Porém, a não renovação das Leis Intoleráveis fez com que os representantes optassem pela separação. Thomas Jefferson redigiu a Declaração da Independência, promulgada em 4 de julho de 1776. Ela proclamava o desejo de liberdade, a busca da felicidade, a igualdade e o direito de rebelião contra o autoritarismo. Foram feitas violentas críticas ao rei Jorge III, símbolo do despotismo.

Iniciava-se a "Guerra da Independência". George Washington foi nomeado comandante das tropas americanas, as quais, despreparadas, sem adestramento, com pouca quantidade de armas e munições, sofreram inicialmente muitas derrotas. Mas a vitória americana na batalha de Saratoga (1777) estimulou países europeus, como a França, rivais dos ingleses, a ajudar os norte-americanos. Era a oportunidade de vingar a derrota na "Guerra dos Sete Anos".

Em 1781, ocorreu a batalha de Yorktown, na qual os ingleses capitularam. A Inglaterra decidiu reconhecer a independência dos Estados Unidos. A paz foi firmada, em 1783, pelo Tratado de Versalhes.

A Constituição dos Estados Unidos da América foi promulgada em 1787. As colônias constituíram-se em Estados unificados, formando uma república federativa, com a divisão de poderes (executivo, legislativo e judiciário). Os direitos civis eram assegurados, mas, contraditoriamente, a escravidão foi mantida.

Teste seu saber

1. **A colonização inglesa da América do Norte chegou a ser diferente da efetuada pelos espanhóis e portugueses no sul do continente, pela conjugação de uma série de fatores:**

I. Inexistência de metais preciosos no solo das 13 colônias.

II. A negligência fiscal por parte da Inglaterra, possibilitando um desenvolvimento quase autônomo.

III. Muitos elementos nela envolvidos eram, em sua maioria, refugiados religiosos e políticos em busca de liberdade para professar suas crenças e ideias.

Assinale:

a) se apenas as proposições I e II estão corretas.
b) se apenas as proposições I e III estão corretas.
c) se apenas as proposições II e III estão corretas.
d) se todas as proposições estão corretas.
e) se todas as proposições estão erradas.

2. **(Cesgranrio) O processo de independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, origem dos Estados Unidos da América, na segunda metade do século XVIII, articula-se às demais questões então em curso na Europa Ocidental, com exceção de uma. Assinale-a:**

a) o conflito colonial e comercial entre a França e a Inglaterra, particularmente grave nas respectivas colônias da América do Norte.
b) a difusão das ideias liberais, ligadas ao iluminismo, hostis à dominação e à exploração exercidas pelas metrópoles sobre suas colônias, especialmente o pacto colonial.
c) o desenvolvimento acelerado do capitalismo na Inglaterra, favorecendo os segmentos políticos e sociais hostis ao protecionismo mercantilista.
d) a ampla divulgação das ideias fisiocráticas favoráveis às restrições adotadas pelas autoridades inglesas, contra as relativas isenções fiscais e a autonomia político-administrativa das colônias norte-americanas.
e) a influência das ideias políticas e sociais, especialmente as obras de J. Locke e de Montesquieu, contrárias ao absolutismo e aos privilégios do Antigo Regime.

3. **(Cesgranrio) "Estas colônias unidas são, e têm o direito a ser, Estados livres e independentes e toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está e deve estar totalmente dissolvida."**

(JEFFERSON, Thomas. *Declaração de Independência*, 1776).

A afirmação de *liberdade e independência* contida no trecho acima se relaciona:

a) ao propósito das colônias do Norte de se separarem do Sul escravista, em função dos entraves que a organização social sulina criava ao desenvolvimento capitalista.
b) ao interesse dos colonos norte-americanos em se alinharem com a França revolucionária, que lhes oferecia oportunidades mais ricas e proveitosas para as trocas comerciais.
c) à reação dos colonos, sustentada nas ideias dos filósofos iluministas, contra o reforço das medidas de exploração colonial imposto pela Inglaterra.
d) ao propósito de alcançar a autonomia política, embora preservando o monopólio comercial, que favorecia a economia das colônias do Norte.
e) à formalização de uma separação que, na verdade, já existia, como atesta a liberdade comercial de que gozavam tanto as colônias do Norte quanto as do Sul.

4. **(UFPI) Com relação à independência dos Estados Unidos, em 1776, é correto afirmar que:**

a) a primeira constituição dos Estados Unidos adotou a república federalista e presidencial como modelo de governo.
b) a Declaração de Independência defendeu a implantação de uma monarquia constitucional para dirigir politicamente a futura nação.
c) a França negou ajuda aos norte-americanos, visto que pretendia manter sua parceria com a Inglaterra na exploração comercial da América do Norte.
d) a Espanha negou ajuda aos norte-americanos, dado que, com a derrota da Holanda, poderia intensificar seus acordos comerciais com os colonos do sul.
e) a luta dos norte-americanos divulgou a perspectiva de se construir a unidade continental americana, baseada no ideal iluminista de liberdade e igualdade social.

Descomplicando a História

(UFRGS) Leia abaixo parte da Declaração de Independência americana.
"*Nós defendemos estas verdades* [...]*: que todos os homens nascem iguais; que o Criador os dotou de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade; que, para garantir esses direitos, os homens instituem em seu meio governos cujo justo poder emana do consentimento dos governados; que, se um governo, não importa a sua forma, venha a desconhecer esses fins, o povo tem o direito de modificá-lo ou de aboli-lo e de instituir um novo governo, que será fundado sobre tais princípios* [...]."
Citado em Berstein, Serge. *Histoire*. Paris: Hatier, 1990. p.46.
Avaliando os princípios da Declaração, que se pretendem de valor universal, pode-se concluir que, no plano das ideias, ela foi especialmente influenciada pela:
a) definição de pacto ou contrato social proposta por Locke e Rousseau, em nome da qual os fundadores dos Estados Unidos insistiram no direito à revolução política contra governos despóticos.
b) doutrina político-religiosa da escolástica, elaborada, em especial, por São Tomás de Aquino.
c) defesa da 'monarquia esclarecida', desde que esta garantisse a liberdade política e econômica dos indivíduos.
d) concepção da não separação dos três poderes desenvolvida por Montesquieu, com o apoio popular, e aplicada ao conjunto da Federação.
e) perspectiva da extensão dos direitos de igualdade a todos os homens, independentemente de cor, religião, renda econômica ou posição política.

Resolução e comentários

Para Locke, a vida, a liberdade e a propriedade são direitos naturais dos homens, os quais, para preservarem esses direitos, estabeleceram um contrato entre si, criando o governo e a sociedade civil. Assim, o governo deve existir para garantir, então, tais direitos, mas seus poderes não podem ultrapassar os limites estabelecidos por aqueles que o escolheram. E se o governo se tornar despótico, a sociedade civil tem o direito de destituí-lo. Para Rousseau, a sociedade humana originou-se da livre vontade dos homens, e suas leis devem expressar essa vontade. Assim, todo poder deve emanar do povo e em seu nome ser exercido. A alternativa correta é a **A**.

16 A Revolução Industrial

O pioneirismo da Inglaterra

A primeira nação a se industrializar foi a Inglaterra, que reuniu condições favoráveis e utilizou os capitais acumulados durante a Revolução Comercial para investir no setor de transformação.

Os grandes proprietários também colaboraram, pois, ao cercarem suas terras (*enclosure*), inclusive as comunais (de uso comum), arruinaram os pequenos proprietários. Também, ao substituírem a lavoura pela pecuária (criação de ovelhas), liberaram mão de obra, cujo excedente se deslocou para as cidades, onde se constituiu nos futuros trabalhadores fabris.

Por outro lado, devido ao crescimento populacional em escala mundial, houve aumento da procura por mercadorias para atender às necessidades de consumo, o que estimulou a produção e a produtividade. A solução foi a invenção e o uso de máquinas, tanto na lavoura como nas manufaturas. Certamente, as invenções industriais não surgiram por acaso, mas da necessidade de se aumentar a produção e diminuir os custos, proporcionando maiores lucros ao empresário.

Os principais inventores que contribuíram para a industrialização têxtil foram:

- John Kay: inventou a lançadeira volante, em 1735, instrumento que, adaptado aos antigos teares manuais, aumentou a capacidade de produção das tecelagens;
- James Hargreaves: inventou a "*spinning jenny*", em 1767, que revolucionou a fiação, pois produzia até 80 fios simultaneamente, operada por um só trabalhador.
- Richard Arkwright: inventou a "*water frame*", em 1769, máquina movida a água que produzia fios grossos e resistentes.

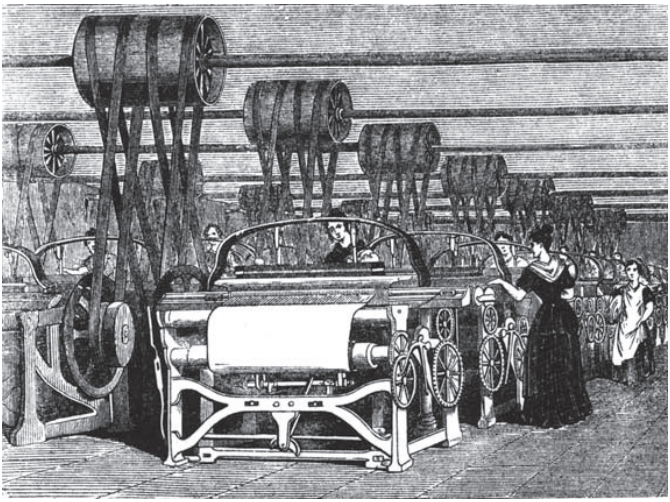
- Samuel Crompton: inventou a "*mule jenny*", em 1779, que produzia fios finos, mas resistentes.
- Edmond Cartwright: inventou o tear mecânico, em 1785.

O desenvolvimento da máquina a vapor, por James Watt, em 1768, possibilitou a superação do obstáculo da força motriz. Tradicionalmente, eram utilizadas a energia humana, a animal, a eólica e a hidráulica. Nenhuma delas, porém, era tão adaptável e eficiente como a energia a vapor, que podia ser utilizada em fábricas construídas próximo às fontes fornecedoras de matérias-primas.

As máquinas primitivas de madeira foram substituídas pelas de ferro. A fabricação de ferro fundido ganhou grande impulso a partir da substituição do carvão vegetal pelo mineral, transformado em coque e com maior poder calorífico. Todas essas transformações arruinaram as pequenas oficinas artesanais, e os artesãos passaram a ser operários.

Porém, apesar de todo o progresso econômico, as condições de trabalho na primeira fase da Revolução Industrial (1760 a 1860) eram desumanas. Não havia legislação trabalhista nem proteção do Estado à classe trabalhadora. Assim, o trabalho nas fábricas era realizado em ambientes úmidos e insalubres; as jornadas atingiam 16 horas por dia, seis dias por semana. O salário meramente mantinha o trabalhador vivo. Nos bairros operários, as moradias eram péssimas, sem rede de água e esgoto, e muitas pessoas se entregavam ao alcoolismo. Não havia contrato de trabalho, aposentadoria, férias, nem pensão para as viúvas. As crianças órfãs eram encaminhadas aos orfanatos, e a prostituição era a opção para muitas mulheres.

Em muitas fábricas era comum o emprego de mulheres e crianças, por serem mão de obra mais barata. Muitas crianças, retiradas dos orfanatos, moravam na própria fábrica, sujeitas a fome, frio, excesso de trabalho e acidentes em máquinas. Havia crianças com menos de seis anos de idade trabalhando em fábricas de fiação e tecelagem.



Fabricação têxtil durante a Revolução Industrial

Essas condições geraram protestos dos trabalhadores, mas, como a lei inglesa proibia greves e associações operárias, a polícia reprimia-os com violência. Fábricas foram destruídas pelos artesãos, que temiam as concorrências, porém a revolta foi inútil.

Ocorreram outros movimentos populares de reação ao avanço da industrialização, e suas consequências foram, em geral, danosas aos trabalhadores. Um dos movimentos mais importantes, o ludismo, ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. O nome deriva de Nelson Ludd, considerado líder dessa agitação que, na verdade, jamais foi comprovada. Os luditas invadiam as fábricas e destruíam as máquinas, fato que justificava sua denominação: "quebradores de máquinas".

A máquina a vapor também revolucionou o setor de transportes. A invenção do navio a vapor, por Robert Fulton, em 1808, e da locomotiva, por Stephenson, em 1825, foram os principais avanços. A estrada de ferro revolucionou os transportes terrestres a tal ponto

que o século XIX é chamado de "o século das ferrovias". Em 1830, foi construída a primeira estrada de ferro comercialmente rentável na Inglaterra, ligando Manchester (centro têxtil) a Liverpool (porto marítimo).

Na verdade, a industrialização, sinônimo de desenvolvimento, foi o que a Inglaterra mais exportou. Nas primeiras décadas do século XIX, ela se difundiu pela Bélgica, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos.

Os meios financeiros ganharam extraordinária importância. O comércio e a indústria necessitavam de créditos para transformá-los em capital de giro. Os bancos financiavam os empreendimentos, criando uma dependência das indústrias, do comércio e até mesmo dos governos. Os financistas transformavam-se na aristocracia burguesa. Iniciava-se a era do "capitalismo financeiro", ainda hoje dominante. As pesquisas, o desenvolvimento tecnológico e as transformações sociais continuavam aceleradamente, apesar das crises cíclicas, típicas do capitalismo.

A segunda fase da revolução, a partir de 1860, caracteriza-se pela produção do aço, invenção do motor à explosão interna, advento da energia elétrica e exploração do petróleo. Bessemer conseguiu, em 1856, produzir aço a partir da injeção de ar comprimido. A invenção do dínamo por Faraday possibilitou a utilização da energia elétrica em larga escala. Multiplicaram-se os métodos produtivos, objetivando baixar o custo de produção. Maior quantidade de pessoas podia adquirir esses produtos, transformando os hábitos sociais.

A urbanização era crescente. As cidades da Europa e dos Estados Unidos ganhavam iluminação a gás, rede de água e esgoto, jornais, comunicação telegráfica, áreas de lazer etc. Mas havia muito contraste entre os bairros ricos e os pobres.

Algumas grandes empresas passaram a absorver as pequenas, dominando desde a produção de matéria-prima até a venda final dos produtos, formando os *trustes*. A associação de várias empresas

do mesmo ramo, controlando e garantindo os preços de mercado, mas mantendo sua independência jurídica, constituíam os *cartéis*. Grupos financeiros poderosos passaram a controlar as bolsas de valores e o mercado acionário, comprando ações de empresas de capital aberto e detendo seu controle. Constituíam-se nos *holdings*.

O papel-moeda, com lastro no ouro, substituiu a circulação de moedas metálicas. Iniciava-se a época do "padrão ouro", que durou até a década de 1930.

Teste seu saber

1. Entre as chamadas pré-condições da Revolução Industrial inglesa, aquela que se relaciona mais diretamente com a questão da liberação da mão de obra é:

a) o desenvolvimento científico e técnico exigindo sempre maior número de trabalhadores.
b) a imigração irlandesa e escocesa que veio suprir os quadros ingleses carentes de operários.
c) o cercamento dos campos para criação de ovelhas e produção de lã necessária à indústria fabril.
d) o declínio econômico e a consequente desagregação das corporações de ofícios.
e) o cercamento dos campos, promovendo a desestruturação dos pequenos produtores agrícolas, e o desenvolvimento do feudalismo agrário.

2. (Cesgranrio) A Revolução Industrial, parte de um processo bem mais amplo, o desenvolvimento do capitalismo, está intimamente ligada às mutações que se operaram em diferentes setores do campo econômico-social entre os séculos XV e XVI e o século XVIII, entre as quais se destacam as seguintes, com exceção de:

a) as transformações das estruturas agrárias, sobretudo os "cercamentos" dos campos, típicos da Inglaterra.
b) o constante declínio da utilização da mão de obra feminina e infantil pela burguesia, que investia nas indústrias nascentes.
c) a expropriação, em numerosas regiões, dos pequenos produtores camponeses, levando-os ao êxodo rural.
d) a contínua formação e expansão de um exército de trabalhadores sem meios de produção próprios, nos campos e nas cidades.
e) o declínio das corporações de ofícios e o crescimento das manufaturas, domésticas ou não, rurais ou urbanas.

3. (PUC-RJ) As afirmativas a seguir apresentam algumas características da Inglaterra no início do século XIX.

I. O fato de estar se tornando, cada vez mais, o "armazém" e a "oficina" do mundo expressava seu poderio naval, comercial e fabril.

II. A máquina a vapor era uma das inovações técnicas que contribuía para uma produção industrial em escala ampliada.

III. Homens, mulheres e crianças estavam submetidos a longas jornadas de trabalho nos estabelecimentos fabris.

IV. Os trabalhadores das manufaturas têxteis resistiam às condições de trabalho que lhes eram impostas por meio da organização em sindicatos.

Estão corretas:

a) somente as afirmativas I, II e III.
b) somente as afirmativas III e IV.
c) somente as afirmativas I, II e IV.
d) somente as afirmativas II, III e IV.
e) todas as afirmativas.

Descomplicando a História

(IBMEC-SP) Assinale a alternativa correta sobre as modificações ocorridas no mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial:
a) desde o início da industrialização, sindicatos e partidos comunistas já se colocavam à frente dos operários para reivindicar melhores condições de trabalho.
b) os artesãos foram desaparecendo à medida que o número de trabalhadores fabris aumentava pela multiplicação das máquinas.
c) havia profundas diferenças entre os operários das fábricas e os artesãos, pois estes últimos estavam estabelecidos no campo de onde forneciam seus produtos para as cidades.
d) apesar das privações passadas pelos operários, a presença constante dos patrões dentro das fábricas aliviava as tensões grevistas.
e) as condições de trabalho do campo e da cidade eram as mesmas, existindo em ambas a figura do capataz, o regime de privações e a igreja como refúgio espiritual.

Resolução e comentários

A expansão do processo de industrialização acarretou a substituição das manufaturas pelo sistema fabril, o que provocou a diminuição do número de artesãos e a crise do sistema de produção doméstico. Afinal, as oficinas artesanais não tinham condições de concorrer com a alta produtividade fabril, em decorrência do uso de máquinas e da intensa exploração da mão de obra assalariada. A alternativa correta é a **B**.

PARTE V

IDADE CONTEMPORÂNEA

17 A Revolução Francesa

A Revolução Francesa causou profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, além de fazer da burguesia a classe dominante. Essa revolta foi uma verdadeira "revolução atlântica", pelos seus efeitos na Europa Ocidental e na América colonial, e suas consequências foram sentidas ao longo de todo o século XIX. O mundo contemporâneo é, em boa parte, produto da Revolução Francesa, por suas ideias de igualdade política e jurídica e liberdade de pensamento.

A crise geral, a sobrevivência de instituições políticas e jurídicas arcaicas, a persistência do sistema absolutista e dos privilégios socioeconômicos da nobreza e do clero foram algumas de suas causas principais.

Às vésperas da revolução, a França era uma nação rica, mas em crise. A indústria e o comércio haviam se desenvolvido, porém as más condições climáticas na década de 1780 provocaram a escassez de alimentos. Consequentemente, faltava trigo na mesa, os salários eram baixos, e as terras mais férteis, concentradas nas mãos da nobreza, estavam improdutivas. Essa situação favorecia a ação de reformistas e revolucionários, que culpavam o regime pelas crises.

A má situação financeira sufocava o orçamento do Estado. A queda na arrecadação contrastava com o desperdício de recursos governamentais. A dívida pública era alta, e a burguesia se recusava a conceder novos empréstimos para cobrir o déficit do tesouro. As duas ordens privilegiadas, clero e nobreza, eram isentas do pagamento dos impostos. Em compensação, os camponeses ainda eram submetidos a obrigações feudais, como corveia, talha, banalidades e capitação.

O terceiro estado (*tiers*) era composto de todo o "resto da população", rural e urbana, estimado em 98% da nação. A burguesia formava a elite do *tiers*, mas dividia-se em várias camadas. A alta burguesia era constituída de financistas, banqueiros, armadores, industriais e grandes mercadores que procuravam se aristocratizar, por meio de casamentos com mulheres da nobreza e da compra de títulos (nobreza de toga).

A média burguesia era formada pelos arrendatários – que viviam de suas propriedades urbanas e rurais –, profissionais liberais, artistas etc. Já a pequena burguesia formava uma camada ativa, reformista ou revolucionária, antiabsolutista, e lutava pela implantação dos direitos individuais e liberais.

Nas cidades vivia uma massa de trabalhadores assalariados, artesãos, diaristas e servidores conhecidos como *sans-culottes*, denominação dada pela aristocracia (literalmente, "sem calções"; *culotte* era um calção elegante, apertado nos joelhos, usado pela nobreza). Muitos estavam na miséria: seriam a grande força da

50

VIOLLET, Roger. *Terceiro estado carregando a nobreza e o clero nas costas*. c.1780. Gravura

51

Sans-culotte (sem calção): era o pobre que vivia nos arredores de Paris e representava a maioria da população parisiense na época da Revolução. Era assim chamado porque não usava o traje típico da burguesia

Revolução na sua fase mais radical. Nos campos habitava a maioria dos franceses (três quartos da população), ou seja, camponeses, explorados pelos tradicionais privilégios senhoriais, sem terras e espoliados pelos grandes proprietários. O terceiro estado lutava por igualdades civis e jurídicas e melhores condições de vida.

Em 1789, o déficit governamental previsto correspondia ao dobro de todo o dinheiro que circulava na França. As despesas com a corte e o setor militar eram as maiores do país. A nobreza e o clero não aceitavam perder privilégios, como a isenção tributária. Assim, a única saída era a reunião dos Estados Gerais, ou seja, a assembleia dos representantes das ordens do Antigo Regime, que não era convocada desde 1614.

Convocada por Luís XVI, a Assembleia reuniu-se em Versalhes para discutir a crise francesa, em 5 de maio de 1789. O terceiro estado, representado pela burguesia, pretendia reformas profundas.

Na eleição para os Estados Gerais, realizada em 1788, foram eleitos 1.139 deputados, sendo 291 representantes do clero, 270 da nobreza, e 578 do terceiro estado. Os representantes das três ordens elaboraram os "Cadernos de Queixas" (*Cahiers de doléances*), relatórios feitos em cada departamento ou intendência (divisões administrativas da França), nos quais as pessoas manifestavam suas reclamações e reivindicações. Os representantes da burguesia, tornados públicos, revelavam o intenso desejo de uma efetiva participação política, como representantes da ordem mais numerosos da nação.

No entanto, de acordo com a tradição, as matérias eram votadas separadamente por estado. Como havia apenas três votos, a união dos representantes do clero e da nobreza não permitia nenhuma mudança contra seus interesses. Mas, sendo o número de deputados do *tiers* (578) equivalente ao dos privilegiados (561), a burguesia propôs que a votação fosse por cabeça e não por ordem, ou seja, cada representante teria direito a um voto. A burguesia contava ainda com o apoio do baixo clero e de parte da nobreza (dissidentes), o que lhe daria maioria folgada.

Recusada a proposta, os representantes do terceiro estado abandonaram Versalhes e dirigiram-se para Paris, onde, em um salão de jogos, se declararam em "Assembleia Nacional" (17 de junho) soberana para decidir os rumos da França. O rei tentou fechar essa assembleia, mas fracassou. No dia 9 de julho, o rei capitulou: determinou que os demais deputados se reunissem aos do terceiro estado. Surgia, então, a Assembleia Nacional Constituinte.

O objetivo era aprovar uma Constituição para a França, substituindo o absolutismo pela monarquia constitucional. Enquanto a burguesia empolgava o povo com ideias inovadoras, a miséria e a fome empurravam a massa para a revolução.

Em 14 de julho de 1789 ocorreu, em Paris, o ataque à fortaleza-prisão da Bastilha, símbolo do absolutismo. Enquanto isso, os camponeses queimavam os castelos, destruindo os documentos

que especificavam os direitos senhoriais. Era o "Grande Medo". Muitos nobres fugiam para os países absolutistas ("A emigração").

Na noite de 4 para 5 de agosto, a Assembleia Nacional Constituinte aboliu todos os direitos tradicionais, destruindo os velhos privilégios. Era o fim do feudalismo. Em 26 de agosto, aprovava a "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão", estabelecendo a igualdade civil e jurídica e o direito de resistência à opressão e garantindo o direito de propriedade. A nova ordem burguesa chegava à França, baseada não mais no nascimento (origem), mas na propriedade (riqueza). A Guarda Nacional, formada após a queda da Bastilha, comandada por La Fayette, era o instrumento de manutenção da ordem burguesa.

Eis alguns itens da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão:

- os homens nascem livres e iguais em direitos;
- o objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais inerentes a toda pessoa. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão;
- o princípio de toda soberania reside no povo; nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não tenha origem na representação popular;
- a liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique a outra pessoa; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem são aqueles assegurados a todos os membros da sociedade.

Os grupos políticos multiplicavam-se, destacando-se os jacobinos e os republicanos, liderados por Robespierre, que representavam os interesses da pequena e média burguesia.

Em 1790, foi aprovada a Constituição Civil do Clero francês. Os bens da Igreja foram confiscados e usados como lastro da nova moeda, os *assignats*. Os clérigos foram transformados em funcionários do governo. Tendo a Igreja condenado as medidas, ocorreu

uma divisão entre os seus membros: o "clero refratário", que não aderiu, e o "clero juramentado", que aceitou a Constituição, aliando-se à burguesia reformista.

No plenário da Assembleia, os deputados agruparam-se de acordo com suas tendências. À esquerda, sentaram-se os revolucionários jacobinos; à direita, os reacionários monarquistas absolutistas. No centro, os moderados. Essa é a origem das expressões políticas, largamente utilizadas ainda hoje (direita, centro e esquerda).

Em 1791, a Constituição foi promulgada, transformando a França em uma monarquia constitucional. O poder foi dividido em executivo, legislativo e judiciário. O rei, a Assembleia Nacional e os tribunais exerceriam esses poderes, respectivamente. Os deputados seriam eleitos pelo voto censitário, excluindo-se das eleições a grande maioria da população. Como resultado, o princípio da igualdade civil e política não se aplicava ao povo.

Luís XVI tentava recuperar seu poder absoluto. Conspirava internamente com os aristocratas e, externamente, com os reis absolutistas. Tentou fugir, disfarçado, da França, mas foi reconhecido e aprisionado em Varennes, na fronteira com o Império Austríaco. Acusado de traição, foi levado a Paris e mantido sob vigilância. Formaram-se dois partidos: os aristocratas monarquistas e os patriotas republicanos, subdivididos em girondinos (moderados, representavam ideologicamente a alta burguesia), *brissotins* (ligados à média burguesia instruída) e jacobinos (próximos à pequena burguesia).

Os reis europeus absolutistas ameaçavam a França com seus exércitos. Luís XVI, em manobra política, buscou apoio nos girondinos e *brissotins*. Ele formou um ministério com esses novos aliados e declarou guerra à Áustria, principal país absolutista. Luís XVI tinha certeza da derrota francesa, e com isso poderia recuperar seus poderes absolutos. Para agravar a situação, padres refratários a uma

mudança política manobravam os camponeses contra a revolução ("Rebelião da Vendeia"). A situação da França era crítica.

Os austríacos, aliados aos prussianos, invadiram o território francês, em direção a Paris. Para defender a cidade, a Assembleia proclamou "*A pátria em perigo*". Numerosos batalhões populares foram formados, hinos patrióticos (como a Marselhesa) foram compostos. Um verdadeiro delírio popular. Surpreendentemente, os exércitos invasores foram derrotados na Batalha de Valmy, em 20 de setembro de 1792. Luís XVI, acusado de cumplicidade, foi deposto. A monarquia dos Bourbon chegava ao fim, com a implantação da República. Iniciava-se a fase da Convenção Republicana, dominada inicialmente pela alta burguesia republicana (Convenção da Gironda).

Em 1793, foi promulgada uma nova Constituição, também chamada de Constituição do Ano I da República, de acordo com o novo calendário revolucionário. Uma imensa onda de descristianização varreu a França. O poder executivo foi entregue à Convenção, em que a montanha (que agrupava os jacobinos) e a planície (núcleo dos girondinos) se rivalizavam. Introduziu-se o sufrágio universal masculino e a Igreja foi separada do Estado. Pela primeira vez na história, o povo (apenas os homens adultos) tinha direito ao voto.

Os jacobinos e os *sans-culottes* exigiram o julgamento do rei, contra a vontade dos moderados girondinos, que temiam a radicalização do movimento. Passado por julgamento, o rei foi condenado à morte e guilhotinado, em 21 de janeiro de 1793.

Temerosos, os monarcas europeus formaram a "primeira coligação" para esmagar a revolução. A ameaça externa provocou a adoção de medidas excepcionais. A montanha assumiu o poder, instaurando-se a "ditadura jacobina" (Convenção da Montanha). Foram reforçados o Comitê de Salvação Pública, o Comitê de Segurança Geral e os Tribunais Revolucionários, instrumentos da ditadura que dominava a França.

Os montanheses eram liderados por Robespierre, Danton e Marat. Ultrarradical, Marat queria levar a revolução às últimas

consequências. Editava o jornal *O Amigo do Povo* e liderava os *sans-culottes*, até ser assassinado pela girondina Charlotte Corday.

O regime radicalizou-se. Iniciava-se o Terror, em setembro de 1793.

Os acusados de "antirrevolucionários" eram sumariamente julgados e guilhotinados. A montanha, dominada por Robespierre, "o incorruptível", colocou-se ao centro. Essa nova força liquidou a esquerda do político radical "enraivecido", Hébert (sucessor de Marat), e a direita chefiada por Danton, "o indulgente", ambos guilhotinados. Era a autofagia revolucionária.

O anticlericalismo acentuou-se com a introdução do culto à deusa Razão. A escravidão foi abolida nas colônias. As propriedades, abandonadas pela "nobreza emigrada", foram confiscadas e vendidas, ou distribuídas em parcelas aos camponeses.

Nesse quadro de radicalização republicana jacobina, as nações absolutistas formaram uma segunda coligação. Atacaram o território francês e tomaram-lhe possessões no Atlântico e no Mediterrâneo. Embora parlamentar, a Inglaterra participava da guerra, alegando a necessidade de salvar a civilização. Na verdade, procurava eliminar a França, sua grande rival.

Enfraquecida externamente, a França via surgir a "reação da alta burguesia". Os remanescentes girondinos prepararam um golpe contra Robespierre, isolado e desgastado pela luta pelo poder. A crise de abastecimento, a alta dos preços, as traições e a fuga de capitais enfraqueciam seu governo. Desencadeou-se o golpe "9 Termidor", pelo calendário revolucionário. Nesse dia (25 de julho de 1794), Robespierre foi preso, julgado sumariamente e guilhotinado. Era o fim da Convenção da Montanha, do governo jacobino e do Terror. A alta burguesia voltava ao poder, com a Convenção Termidoriana.

Uma nova Constituição foi promulgada: a de 1795, ou do Ano III da República, que restabelecia o voto censitário; dois terços do legislativo foi ocupado obrigatoriamente pelos termidorianos, isto é, por aqueles que participaram do golpe. Instituiu-se o Diretório, encarregado do poder executivo e composto por cinco diretores.

O legislativo foi transformado em bicameral, constituído pelo Conselho dos Anciãos (Senado) e pelo Conselho dos Quinhentos (Câmara dos Deputados). O povo foi excluído do processo político.

O novo governo procurou ganhar o apoio dos setores descontentes. A liberdade de culto foi restabelecida, e a propriedade particular, protegida. Iniciou-se a volta dos "emigrados" (aristocratas e absolutistas) às atividades políticas.

A agitação revolucionária era liquidada. Uma última tentativa popular de ganhar o poder fracassou. A "Conspiração dos Iguais" – um movimento pré-socialista, chefiado por Babeuf –, foi denunciada, e seus líderes, presos e executados. Para desviar as atenções e obter recursos para sanar o déficit governamental por meio de saques, o Diretório preparou uma grande ação militar contra a Áustria. O comando da "Campanha da Itália" foi entregue ao jovem Napoleão, que havia sufocado uma tentativa de golpe dos realistas (monarquistas). Vencedor na península Italiana, Napoleão fez a paz em separado com os austríacos e iniciou a "Campanha do Egito", para cortar uma das rotas do comércio inglês com a Índia.

Porém, a situação política na França se agravou. Os boatos diziam que o Diretório estava ameaçado por um golpe da esquerda. Por sua vez, os jacobinos acusavam a burguesia e os realistas de tramar um golpe de direita. A instabilidade do regime era evidente.

Perante o clima golpista da esquerda e da direita, os detentores do poder tramaram o seu próprio golpe. Convocaram o general Napoleão de volta a Paris e entregaram a ele o comando de todas as tropas sediadas na capital. Iniciava-se o "18 Brumário" e o "Período Napoleônico".

A Revolução Francesa é uma etapa fundamental do ciclo revolucionário iniciado a partir da segunda metade do século XVIII, com a independência dos Estados Unidos da América (EUA). Ela propagou os ideais de liberdade e igualdade por toda a Europa e influenciou os movimentos de independência das colônias espanholas e portuguesa na América.

Teste seu saber

1. **(Fuvest) Do ponto de vista social, pode-se afirmar, sobre a Revolução Francesa, que:**

a) teve resultados efêmeros, pois foi iniciada, dirigida e apropriada por uma só classe social, a burguesia, única beneficiária da nova ordem.

b) fracassou, pois, apesar do terror e da violência, não conseguiu impedir o retorno das forças sociopolíticas do Antigo Regime.

c) nela coexistiram três revoluções sociais distintas: uma revolução burguesa, uma camponesa e uma popular urbana, a dos chamados *sans-culottes*.

d) foi um fracasso, apesar do sucesso político, pois, ao garantir as pequenas propriedades aos camponeses, atrasou em mais de um século o progresso econômico da França.

e) abortou, pois a nobreza, sendo uma classe coesa, tanto do ponto de vista da riqueza quanto do ponto de vista político, impediu que a burguesia a concluísse.

2. **(Cesgranrio) "A Assembleia Nacional, desejando estabelecer a Constituição francesa sobre a base dos princípios que ela acaba de reconhecer e declarar, abole irrevogavelmente as instituições que ferem a liberdade e a igualdade dos direitos. Não há mais nobreza, nem pariato, nem distinções hereditárias, nem distinções de origens, nem regime feudal [...] Não existe mais, para qualquer parte da Nação, nem para qualquer indivíduo, privilégio algum, nem exceção ao direito comum de todos os franceses..."**

O texto anterior, preâmbulo da Constituição francesa de 1791, caracteriza com nitidez a obra da Revolução Francesa em sua primeira fase, sendo, a esse respeito, possível fazer as seguintes afirmações, com exceção de:

a) nessa etapa, a Revolução Francesa caracteriza-se pela abolição de todas as sobrevivências feudais.

b) sob a liderança da burguesia, a Revolução afirma os princípios da igualdade e da liberdade de todos os cidadãos.

c) a burguesia, embora abolindo as instituições feudais, buscou preservar tudo aquilo que se originasse do direito de propriedade.

d) a forma política adotada em 1791 foi a da monarquia constitucional, mais ou menos inspirada no modelo inglês.

e) a fim de garantir os direitos individuais, foram mantidas as corporações e guildas mercantis ou artesanais há muito existentes.

3. (UFC) Leia o texto a seguir.

"Tanto o liberalismo quanto a revolução social, tanto a burguesia quanto, potencialmente, o proletariado, tanto a democracia (em qualquer de suas versões) quanto a ditadura encontram seus ancestrais na extraordinária década que começou com a convocação dos Estados Gerais, a Tomada da Bastilha e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão."

Hobsbawm, Eric. *Ecos da Marselhesa*: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 81.

A partir do texto e dos seus conhecimentos, assinale a alternativa correta:

a) a Revolução Francesa teve como consequência a derrota da classe burguesa e de seus valores liberais.
b) os princípios democráticos inspiraram os países que invadiram a França logo após a revolução de 1789.
c) a Tomada da Bastilha representou, simbolicamente, a revanche da nobreza frente ao avanço da revolução popular.
d) os *sans-culottes*, que formavam o grupo mais radical da Revolução Francesa, podem ser considerados os ancestrais do proletariado.
e) a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada na França em 1789, apesar de formalmente democrática, defendia a legitimidade das ditaduras.

4. (UFRJ) **"Prossigo: mil vozes servem de arauto para a novidade [...] 'A Bastilha foi tomada' [...] Não acreditei e fui ver o cerco de perto [...] No meio da 'Greve' encontro um corpo sem cabeça estendido no meio do riacho, rodeado por cinco ou seis indiferentes. Faço perguntas [...] É o governador da Bastilha."**

(Bretonne, Restil de la. *As noites revolucionárias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. p. 58.)

O episódio narrado marca o início de um dos momentos políticos mais importantes da história europeia, a Revolução Francesa. A tomada e destruição da fortaleza da Bastilha explicita:

a) o momento de maior radicalidade da Revolução, quando as camadas populares rompem com a liderança burguesa e assumem o poder em Paris.
b) a derrubada de Luís XVI e a proclamação da República francesa baseada na Razão e na Justiça, sob influência do pensamento de Voltaire.

c) a consolidação do poder do grupo jacobino, tendo à frente Robespierre, sustentado pela mobilização radicalizada dos *sans-culottes*.
d) a chegada ao poder político do general Napoleão Bonaparte, que, como primeiro cônsul, será fundamental na consolidação do novo poder.
e) o levante popular sob direção burguesa contra um dos maiores símbolos da opressão política do absolutismo.

5. **(ESPM-SP)"A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão terá grande repercussão no mundo inteiro. O documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável."**

Hobsbawm, Eric. *A Era das Revoluções*.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi elaborada na:

a) Revolução Francesa, em sua fase da Assembleia Nacional Constituinte.
b) Revolução Francesa, em sua fase da Convenção Nacional.
c) Independência dos Estados Unidos.
d) Revolução Puritana na Inglaterra.
e) Revolução Gloriosa na Inglaterra.

6. **(Unifesp) No preâmbulo da Constituição francesa de 1791, lê-se: "Não há mais nobreza, nem distinções hereditárias, nem distinções de Ordens, nem regime feudal [...] Não há mais nem venalidade, nem hereditariedade de qualquer ofício público; não há mais para qualquer porção da Nação, nem para qualquer indivíduo qualquer privilégio nem exceção...". Do texto, depreende-se que, na França do Antigo Regime, as pessoas careciam de:**

a) igualdade jurídica.
b) direitos de herança.
c) liberdade de movimento.
d) privilégios coletivos.
e) garantias de propriedade.

7. **(Fuvest) De uma publicação francesa, em 1787: "Quais são as fontes da força econômica da Inglaterra? – o comércio marítimo e a agricultura; a agricultura, sobretudo, é lá mais conhecida do que em qualquer outra parte, e, geralmente, praticada segundo princípios diferentes".**

Podemos deduzir que os "princípios diferentes" aos quais a frase se refere são os do:

a) feudalismo.
b) capitalismo.
c) mercantilismo.
d) cooperativismo.
e) escravismo.

8. (Cesgranrio) "Materialmente, os *sans-culottes* muito pouco ganharam com a revolução: o direito de voto e os controles dos preços dos alimentos foram suspensos antes do fim de 1795 [...] Mas deixaram, sem dúvida, a sua marca nos acontecimentos."

Rudé, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 103-104.

Dentre as diversas fases que caracterizaram o processo revolucionário francês, aquela que mais atendeu aos anseios dos *sans-culottes* foi a(o):

a) monarquia constitucional, que estabeleceu os direitos dos trabalhadores rurais.
b) convenção, durante a república jacobina.
c) consulado, com a promulgação do Código Civil.
d) diretório, implantado pela Reação Termidoriana.
e) império, com a formação de um mercado consumidor interno.

Descomplicando a História

(UFABC)"Os últimos anos da década de 1780 tinham sido, por uma complexidade de razões, um período de grandes dificuldades praticamente para todos os ramos da economia francesa. Uma má safra, em 1788 e 1789, e um inverno muito difícil tornaram aguda a crise. As más safras faziam sofrer o campesinato, pois significavam que, enquanto os grandes produtores podiam vender cereais a preços de fome, a maioria dos homens em suas insuficientes propriedades tinha provavelmente que se alimentar do trigo reservado para o plantio ou comprar alimentos àqueles preços, especialmente nos meses imediatamente anteriores à nova safra (maio-julho). Obviamente, as más safras faziam sofrer também os pobres das cidades, cujo custo de vida – o pão era o principal alimento – podia duplicar."
Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções*.
O texto refere-se a fatores de uma conjuntura econômica francesa que contribuíram para:
a) unir camponeses e"camadas urbanas"contra uma ordem política e social imposta pela nobreza e pelo clero.
b) promover uma aliança entre camponeses e grandes proprietários de terra contra o poder político da alta burguesia.
c) a ascensão de um governo absolutista que assumiu o poder político visando a abolir as principais obrigações feudais.
d) o surgimento de grupos que pregavam o ideal anarquista de construção de uma sociedade sem Estado.
e) a eleição de um governo imperial que adotou uma política de"pão e circo"para agradar a população mais pobre.

Resolução e comentários

O texto do historiador inglês E. Hobsbawm faz referência às sucessivas crises agrícolas que antecederam a Revolução Francesa. Crises que causaram fome e desabastecimento, os quais atingiram as camadas urbanas e rurais, incitando-as à ação revolucionária. A alternativa correta é a **A**.

18 O período napoleônico e o Congresso de Viena (1798 a 1815)

A ascensão de Napoleão ao poder ocorreu quando os próprios membros do Diretório articularam um golpe de Estado, ocorrido no dia 18 Brumário do Ano VIII (9 de novembro de 1799).

Napoleão fora nomeado comandante das tropas sediadas em Paris, quando se difundia um boato de que os jacobinos preparavam um golpe. Desesperados, os jacobinos ocuparam o Senado e o Conselho dos Quinhentos, negando o golpe e acusando o Diretório e Bonaparte de serem os verdadeiros golpistas. Criado o tumulto, as tropas napoleônicas invadiram o legislativo, a chamado do presidente, Luciano Bonaparte, seu irmão, para impor a ordem. Fechado o legislativo, Napoleão proclamou a destituição do Diretório e outorgou uma nova Constituição, preparada de antemão, instituindo o consulado. Um governo provisório foi organizado na forma de um consulado tríplice, exercido por Napoleão Bonaparte, Ducos e Sieyes.

Napoleão, primeiro-cônsul, procurou a pacificação interna e externa. Permitiu a volta dos emigrados, desde que não reivindicassem os seus bens confiscados pela Revolução, e normalizou as relações com a Igreja Católica por meio da assinatura da Concordata de 1801. O papa Pio VII aceitou a perda dos bens da Igreja, a liberdade de culto e a nomeação dos bispos pelo governo. Em troca, a França se comprometeu a pagar os salários do clero. Com isso, cessava a oposição do clero refratário, e a população católica passava a apoiar o Consulado. Era o grande objetivo de Napoleão.

A ascensão de um governo forte propiciou a consolidação da alta burguesia no poder. A confiança dessa classe no Estado cresceu com a fundação do Banco da França, que passou a emitir papel-moeda com lastro no ouro depositado. Estabilizava-se o sistema financeiro francês.

Uma comissão redigiu o Código Civil. O princípio fundamental assentava-se na igualdade de todos perante a lei e na proteção da propriedade particular. Teve enorme influência nos códigos de outros países. A reforma administrativa teve o apoio do povo francês. Como sua popularidade era grande, Napoleão aproveitou para submeter uma reforma constitucional a um plebiscito. Obtida uma esmagadora vitória, nascia a Constituição do Ano X, em 1802: o primeiro-cônsul teria um mandato vitalício e poderia designar o seu sucessor. Nascia uma nova monarquia, ainda que disfarçada.

Com o objetivo de promover um atentado aos monarquistas, o Senado aprovou uma lei que declarava Napoleão imperador. A mudança foi aprovada pela população em um plebiscito, por enorme maioria de votos, em 1804. A Constituição do Ano XII estabelecia que o poder executivo seria exercido por Bonaparte como imperador. Em dezembro de 1804, Bonaparte coroou a si mesmo na catedral de Notre Dame. Enquanto isso, o exército francês, em campanha militar, era recebido pela população como libertador e propagador dos ideais de igualdade.

52

DAVID, Jacques-Louis. *A coroação de Napoleão Bonaparte*. 1805-1807. Óleo sobre tela. Paris: Museu do Louvre

53

INGRES, Jean-Auguste Dominique. *Napoleão I sobre o trono imperial*. 1806. Óleo sobre tela. Paris: Musée de L´armée

As reformas econômicas foram aprofundadas. Embora se reafirmassem os princípios liberais e de defesa da propriedade, o Estado intervinha na economia, em benefício da burguesia. Aprovada a reforma tributária, com a simplificação dos impostos, a agricultura e a indústria conheceram enorme expansão. Tarifas protecionistas foram aplicadas, garantindo mercado interno para a burguesia nacional.

As campanhas militares não eram decisivas, a França tinha superioridade terrestre, a Inglaterra dominava as rotas marítimas. Napoleão, assim, optou por uma "guerra econômica", para liquidar a preponderância industrial britânica. Obrigou as nações europeias e suas colônias a não comerciar com a Inglaterra. Pensava em arruinar o comércio inglês e garantir o mercado europeu para os produtos franceses. Era o Bloqueio Continental, decretado em 1806. Se não aderissem a esse bloqueio, as demais nações europeias seriam invadidas por tropas francesas. A primeira grande vítima foi a Espanha, ocupada pelos franceses. A seguir, Portugal, cujo regente, D. João, contemporizava, ora agradando a Inglaterra, ora a França. Invadido Portugal, a administração portuguesa refugiou-se no Brasil.

GOYA, Francisco de. *Os fuzilamentos de 3 de maio.* 1814. Madri: Museu do Prado

Porém, a economia europeia sofria uma grande crise, provocada pelo bloqueio continental francês e pelo bloqueio naval inglês. Reações populares ocorreram na península Ibérica; a Inglaterra aproveitando-se dos levantes, desembarcou no continente europeu. Os franceses foram expulsos de Portugal e da Espanha, com milhares de baixas.

A Rússia, prejudicada economicamente, pois não podia exportar trigo para a Inglaterra em troca de produtos industriais, rompeu com o bloqueio, em 1812. A reação francesa foi a invasão da Rússia. Os russos praticaram a tática da terra arrasada, isto é, recuavam, mas destruíam tudo que pudesse ser utilizado pelos invasores. Moscou, abandonada, foi ocupada por Napoleão, mas o rigoroso inverno caiu sobre as tropas francesas. Napoleão, então, determinou a retirada. O desastre na Rússia estimulou a formação de outra coligação, que derrotou o que restava do poderoso exército francês na Batalha das Nações, em Leipzig, em 1813.

Para evitar a invasão da França e a ocupação de Paris, o imperador abdicou. Partiu para a ilha de Elba, no Mediterrâneo, perto do litoral italiano, enquanto a família real dos Bourbon voltava ao poder. O irmão de Luís XVI assumiu como Luís XVIII. Era a "Restauração Monárquica".

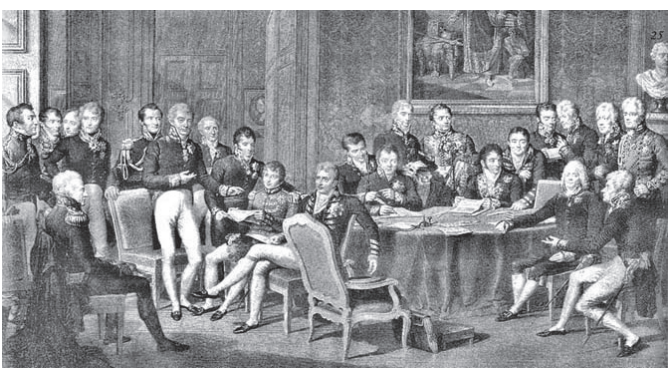
Aproveitando a insatisfação geral, motivada pela má administração do rei, Bonaparte abandonou Elba, voltou a Paris, aclamado pelo povo, enquanto Luís XVIII fugia para a Bélgica. Mas os países europeus agiram rapidamente diante da volta de Napoleão ao poder.

Decorridos cem dias de seu governo, Napoleão foi levado a combater os exércitos da sexta coligação. Tropas britânicas e prussianas derrotaram os franceses em Waterloo, em junho de 1815. Preso pelos ingleses, Napoleão foi confinado na ilha de Santa Helena, na costa africana, onde morreu seis anos depois.

Apesar da derrota final de Napoleão, a nova ordem ficou definitivamente incorporada à França, espalhou-se por toda a Europa e serviu de exemplo aos movimentos de independência das colônias ibéricas na América.

O Congresso de Viena e a Santa Aliança

Depois de mais de duas décadas de guerras, alterações territoriais e deposições de casas reais, os países vencedores procuraram alcançar uma paz duradoura na Europa. Reunidos no Congresso de Viena, os principais governantes europeus objetivavam alcançar o equilíbrio de forças e o restabelecimento da velha ordem. O encontro, iniciado em 1814, foi interrompido temporariamente, durante os "Cem Dias" de Napoleão.



O Congresso de Viena ocorreu do 1º de outubro de 1814 a 9 de julho de 1815

Fonte: IBGE. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Mapa da Europa após o Congresso de Viena

Apesar dos ideais, os interesses particulares dos principais países dominaram os trabalhos: a Inglaterra desejava manter a hegemonia marítima e o domínio de mercados; a Rússia, a hegemonia universal; a Áustria, a hegemonia no continente europeu; a Prússia, a hegemonia sobre os países germânicos. A França "restaurada" também participou ativamente do Congresso.

O diplomata francês Talleyrand propôs o "princípio da legitimidade", ou seja, todos os soberanos legítimos deviam ser restaurados nos seus direitos, o que significava a volta de reis absolutistas ao poder. Eles deviam pertencer às dinastias que governavam antes de 1789. Assim, foram restaurados Luís XVIII na França, da dinastia Bourbon, bem como Fernando VII, na Espanha, também Bourbon, e a soberania do papa sobre todos os antigos territórios papais.

Talleyrand também defendia o retorno às fronteiras europeias do período anterior à Revolução Francesa, uma manobra para

preservar a integridade territorial da França. O Congresso de Viena organizou o "equilíbrio europeu", repartindo territórios entre os soberanos, sem considerar os povos que os habitavam. Como exemplo, a católica Bélgica foi unificada à calvinista Holanda.

Por seu lado, a Inglaterra, preocupada com pontos estratégicos, apossou-se de Malta, uma ilha no Mediterrâneo, além do Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África, e da ilha do Ceilão, na Ásia. Assim, ampliou bases para assegurar o domínio das rotas comerciais. Obteve, ainda, a recomendação de que todos os países deveriam abolir o tráfico negreiro e acabar com a escravidão. O capitalismo industrial britânico necessitava de mercados.

Para sufocar qualquer manifestação revolucionária no continente europeu, fundou-se a Santa Aliança, no dia 25 de dezembro de 1815, idealizada pelo czar Alexandre I. Tratava-se de uma organização supranacional para impedir que o liberalismo pudesse novamente ser implantado em qualquer país da Europa. Algumas tentativas de revoluções liberais democráticas foram sufocadas pela Santa Aliança. A intervenção militar mais importante ocorreu na Espanha, em 1822, restabelecendo o absolutismo.

Como as colônias espanholas haviam se aproveitado da deposição de Fernando VII por Napoleão, proclamaram a sua independência. A Santa Aliança trabalhou para que a Espanha recuperasse essas colônias e restabelecesse seu monopólio comercial.

Entretanto, a Inglaterra, país industrial e parlamentar, posicionou-se radicalmente contra a intervenção europeia na América. O interesse era preservar a independência das ex-colônias, mercados já então controlados diretamente por ela. Sem força naval, a Santa Aliança não teve condições de impor sua vontade.

Paralelamente, o presidente norte-americano James Monroe posicionou-se como defensor natural da América, com a edição da *Doutrina Monroe*, em 1823, sintetizada na frase "América para os americanos". Os Estados Unidos, ao garantirem a independência das ex-colônias ibéricas, tentavam reservar áreas e mercados para a sua futura influência.

Teste seu saber

1. **O período napoleônico pode ser considerado como:**

a) a anulação completa, em todos os setores políticos, sociais e econômicos, dos ideais da Revolução Francesa de 1789.
b) a consolidação das conquistas econômicas e sociais da burguesia.
c) a vitória das forças monárquicas e antirrevolucionárias.
d) a consolidação do direito de cidadania a todo o povo francês.
e) o fim da Revolução Francesa, por culpa exclusiva das ambições do general.

2. **(UFBA) A pressão napoleônica sobre a Europa resultava, no plano socioeconômico:**

a) do rompimento do Bloqueio Continental pelos russos.
b) do crescimento da burguesia francesa e seu interesse no controle de mercados.
c) da rivalidade militar entre França e Inglaterra.
d) do interesse em apossar-se dos portos marítimos do Mediterrâneo.
e) da aliança franco-russa com o objetivo de dominar a Europa.

3. **(Fuvest) Após a queda do império napoleônico, reuniram-se os países europeus com o objetivo de restabelecer o mapa político da Europa. Três foram os princípios fundamentais que nortearam os trabalhos desse famoso Congresso de Viena, a saber:**

a) legitimidade, fortalecimento dos Estados limítrofes com a França e equilíbrio de forças entre as nações.
b) legitimidade, restauração da República na França e preponderância austro-prussiana.
c) fortalecimento dos Estados limítrofes com a França, equilíbrio de forças entre as nações e dominação prussiana do nordeste francês.
d) legitimidade, fortalecimento dos Estados limítrofes com a França e reforço do colonialismo francês.
e) legitimidade, fortalecimento político da Inglaterra e Prússia e restauração das colônias francesas.

4. **(PUC-SP) A ideia básica que orientou o Congresso de Viena foi a de que as dinastias reinantes da Europa antes da ação napoleônica deveriam ser restauradas no poder e que cada país deveria**

readquirir essencialmente os territórios que possuía em 1789. Essa ideia, desenvolvida por Talleyrand, representante francês, chamou-se:

a) teoria do direito divino.
b) teoria evolucionista.
c) princípio de legitimidade.
d) sistema de alianças.
e) princípio das nacionalidades.

Descomplicando a História

(UFRGS) No Congresso de Viena, concluído em 1815, pouco antes da derrota de Napoleão em Waterloo, os soberanos europeus vitoriosos fixaram os destinos da Europa. Nessa reconstrução geopolítica:

a) a Inglaterra, lesada em posições estratégicas, perdeu definitivamente o domínio dos mares para potências emergentes, como Espanha e Itália.

b) a nova carta político-territorial da Europa assegurou o equilíbrio entre as grandes potências ao reconhecer as aspirações nacionais.

c) a França, apesar da derrota, foi poupada, não perdendo seus territórios nem sendo obrigada a pagar indenizações de guerra, em nome do equilíbrio europeu.

d) a Rússia abdicou de qualquer pretensão de tornar-se a potência dominante da Europa Oriental, enquanto a Áustria, que conquistou a Bélgica, perdeu seus domínios na Itália.

e) o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, o que permitiu a permanência da família real no continente americano, sem perda do trono.

Resolução e comentários

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves deu a Portugal mais um voto no Congresso de Viena e, ao Brasil, autonomia administrativa. A alternativa correta é a **E**.

19 A independência das colônias espanholas na América

O império espanhol na América estendia-se desde a Califórnia até a Terra do Fogo. Suas principais áreas eram os quatro vice-reinos: Nova Espanha ou México, Nova Granada (Colômbia), Peru e Prata (Argentina). Havia, ainda, as capitanias do Chile, Venezuela, Guatemala e Cuba. As audiências (tribunais) e os cabildos (câmaras municipais) completavam os órgãos de administração, todos submetidos ao Conselho das Índias.

A elite social era constituída pelos *chapetones*, administradores espanhóis nomeados pelo rei. A aristocracia agrária colonial era formada de descendentes de espanhóis, os *criollos*. Nascidos na América, detinham a posse das terras dedicadas à agropecuária e à mineração. Os mestiços, de brancos e índios, formavam uma massa de miseráveis marginalizados.

Embora proibida, a escravidão indígena era comum. Sob o pretexto da "guerra justa", os índios que resistiam à dominação espanhola e à evangelização poderiam ser escravizados. Sobre a população nativa eram aplicadas a *encomienda* (distribuição dos índios entre os colonos, que podiam explorá-los em atividades agropecuárias, em troca da catequese) e a mita (trabalho obrigatório nas minas de prata). Os negros escravos eram utilizados, em grande número, na lavoura canavieira nas Antilhas, à semelhança do litoral nordestino brasileiro.

Com a abdicação forçada de Fernando VII, rei da Espanha, para favorecer José Bonaparte, irmão de Napoleão, a elite colonial, que não aceitava a usurpação, organizou juntas governativas, rompendo com a metrópole. A grande extensão colonial, as rivalidades coloniais e a existência de áreas econômicas distintas motivaram movimentos isolados pró-independência.

No México, após um longo processo bastante conturbado envolvendo ambições pessoais de líderes *criollos*, como Mina e Iturbide e os padres Hidalgo e Morelos, além de muitos fuzilamentos, a independência foi finalmente alcançada em 1824.

Em muitas áreas houve resistência de tropas espanholas, o que levou à guerra da independência. Um dos destaques da luta pela emancipação foi um jovem revolucionário *criollo*, Simon Bolívar, brilhante chefe militar que derrotou o exército metropolitano nas regiões compreendidas pelos atuais Equador, Colômbia e Venezuela, entre 1819 e 1822. Ali foi formado um grande Estado, sob o controle do libertador, mas posteriormente fracionado.

No Vice-Reino do Prata, o processo de independência foi conduzido pelos *criollos* de Buenos Aires. Eles formaram uma junta governativa, depuseram o vice-rei espanhol e entregaram posteriormente o poder a San Martín (1816). Porém, devido à grande extensão territorial, formaram-se áreas autônomas, como em Assunção. Não

57

Simon Bolívar, brilhante chefe militar da América epanhola durante as guerras pela independência

aceitando a hegemonia de Buenos Aires, os *criollos* locais, liderados por Francia, proclamaram a independência do Paraguai (1813).

A consolidação da soberania das colônias só poderia ser concretizada após a libertação do Peru, o mais importante domínio espanhol na América do Sul. Ali, exércitos espanhóis procuravam manter o domínio metropolitano. Mas, invadido ao norte por Bolívar, e ao sul por San Martín, Lima foi conquistada em 1821, sendo proclamada a independência. Três anos antes, o famoso "exército dos Andes", comandado por San Martín, ajudou O'Higgins a libertar o Chile. Em 1824, Sucre derrotava os espanhóis e alcançava a independência da Bolívia.

A América do Sul de língua espanhola, contudo, não alcançou sua unidade administrativa, ao contrário da área de dominação colonial portuguesa. Além da grande extensão territorial, os próprios libertadores não se entendiam. San Martín e Bolívar encontraram-se em Guaiaquil, em 1822, para alcançar um acordo, mas constataram defender posições antagônicas. San Martín, adepto do federalismo, propunha autonomia local, sob domínio da aristocracia rural. Bolívar era centralista, acreditando que apenas um governo forte poderia manter a ordem e evitar que a região fosse submetida a outra forma de dominação que já se esboçava: a econômica inglesa.

58

San Martín, o comandante do "exército dos Andes"

Teste seu saber

1. **O movimento de independência na América Latina teria sido basicamente o resultado:**
   a) da crescente participação francesa em assuntos latino-americanos de forma a facilitar a conquista da península Ibérica por Napoleão.
   b) de amplos movimentos de massas liderados por figuras de baixa extração social, como Bolívar, San Martín e outros, que esperavam com a independência dar maior oportunidade às classes menos favorecidas.
   c) da crescente participação norte-americana em assuntos latino-americanos como forma de assegurar a não interferência europeia em todas as Américas.
   d) do crescente antagonismo entre a Inglaterra e a Espanha que se traduziu, em termos coloniais, em incitações à revolta promovidas pelos britânicos.
   e) do crescente antagonismo entre os peninsulares (espanhóis) e as oligarquias locais, com um elemento deflagrador representado pela invasão da Espanha por Napoleão.

2. **A Inglaterra apoiou os movimentos de independência da América Espanhola no século XIX porque queria:**
   a) implantar na América as ideias liberais expressas por Locke.
   b) abrir mercados consumidores para sua crescente produção industrial.
   c) fazer cumprir os princípios intervencionistas estabelecidos pela Santa Aliança.
   d) auxílio militar das colônias espanholas contra Napoleão.
   e) dominar o tráfico de escravos para a América.

3. **(UFSCar) A independência das colônias espanholas da América deveu-se a diversos fatores. Assinale a opção na qual todos os fatores relacionados contribuíram para essa independência:**
   a) política mercantilista da Espanha, influência da independência brasileira, interesse dos Estados Unidos no comércio das colônias espanholas.
   b) monopólio comercial em benefício da metrópole, desigualdade de direitos entre os *criollos*, nascidos na colônia, e os *chapetones*, nascidos na Espanha, enfraquecimento da Espanha pelas guerras napoleônicas.
   c) influência das ideias políticas de Maquiavel, auxílio militar brasileiro à independência dos territórios vizinhos, exemplo da independência dos Estados Unidos.

d) liberalismo político e econômico, adotado pelas cortes espanholas, enfraquecimento do governo espanhol por causa da intervenção militar francesa, política do Congresso de Viena favorável à independência das colônias.
e) interesse econômico da Inglaterra na independência das colônias, política de suspensão das restrições às colônias, seguida pelo governo de José Bonaparte, aliança entre *chapetones*, colonos nascidos na Espanha, e *criollos*, nascidos nas colônias, para promover a independência.

4. (PUC-MG) Com relação aos movimentos de emancipação política da América espanhola a partir do século XIX, é correto afirmar que:
a) a aristocracia colonial espanhola, pelo seu poder econômico e cultural, pretendia manter o pacto colonial, considerando as vantagens competitivas que o mercado naquele momento espelhava.
b) a classe social dos *criollos* dominava e controlava toda a economia colonial, como a propriedade das terras, o comércio e a organização da cultura religiosa da época.
c) a Revolução Francesa, com seu ideário de liberdade e igualdade, potencializou a perspectiva e a ação política da classe *criolla*, estimulando inclusive a criação de um Estado Nacional Republicano na América espanhola.
d) a classe dos *criollos* era maioria na América espanhola em relação à dos indígenas, mestiços e negros.

Descomplicando a História

(IBMEC-SP) A expansão napoleônica no século XIX influenciou decisivamente vários acontecimentos históricos no período. Dentre esses acontecimentos podemos destacar:

a) a Independência dos Estados Unidos. Com a atenção da Inglaterra voltada para as batalhas com a marinha napoleônica, os colonos americanos declararam sua independência, vencendo rapidamente os ingleses.

b) a formação da Santa Aliança, um pacto militar entre Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia que evitou a eclosão de movimentos revolucionários na Europa e impediu a independência das colônias espanholas e inglesas na América.

c) a Independência do Brasil. Com a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, houve um enfraquecimento da monarquia portuguesa que culminou com as lutas pela independência e o rompimento de D. Pedro I com Portugal.

d) a Independência das colônias espanholas. Em 1808 a Espanha foi ocupada pelas tropas napoleônicas ao mesmo tempo em que se difundiam os ideais liberais da Revolução Francesa que inspirou as lutas pela independência.

e) o Congresso de Viena. A França de Napoleão assinou um pacto com a Áustria, Inglaterra e Rússia cujo objetivo maior era estabelecer uma trégua e reorganizar todo o mapa europeu.

Resolução e comentários

Os ideais liberais do iluminismo e da Revolução Francesa tiveram grande repercussão entre as elites econômicas e culturais na América espanhola. Em decorrência da ocupação francesa da Espanha e a usurpação do seu trono (Napoleão impôs seu irmão, José Bonaparte), os *criollos* (elite social formada por descendentes de espanhóis nascidos na América) rebelaram-se e iniciaram o processo de emancipação que culminou na independência das colônias espanholas. A alternativa correta é a **D**.

20 As grandes correntes ideológicas do século XIX

O liberalismo

Opondo-se ao mercantilismo, surgiu uma corrente liberal que propunha a liberdade de produção e comercialização, o fisiocracismo. Sua essência era: "Deixai fazer, deixai passar, e o mundo caminha por si só". Valorizava a agricultura como sendo realmente a atividade produtora de riqueza. A pessoa mais importante dessa escola foi o francês Quesnay (1694 a 1778).

Os economistas clássicos, por sua vez, liderados por Adam Smith (1723 a 1790), estudaram o desenvolvimento do capitalismo industrial e formularam as primeiras teorias da nova ciência, a economia política.

Em sua obra *A riqueza das nações*, Adam Smith considerava que o trabalho é a origem de toda a riqueza, criticando os mercantilistas, que afirmavam ser o comércio o grande gerador de riqueza, e os fisiocratas, que diziam ser a agricultura.

Segundo Smith, a divisão do trabalho implicaria um aumento da produtividade e da produção. Assim, se cada operário fizesse apenas uma operação em uma fábrica, especializando-se, haveria aumento da produtividade e, consequentemente, da produção, com diminuição dos custos. Com preços menores, ocorreria aumento no consumo. Assim, mais pessoas adquiririam as mercadorias e melhorariam sua qualidade de vida.

Para Smith, sendo as leis econômicas naturais, elas dispensariam a atuação do Estado, o qual não deveria se intrometer no processo

econômico, agindo apenas para evitar a ocorrência de abusos. A "lei da oferta e da procura" determinaria os preços e o equilíbrio do mercado. Smith a chamava de "mão invisível". Basicamente, caberia ao Estado garantir a liberdade individual, a propriedade privada e a manutenção da ordem.

As ideias de Adam Smith foram ampliadas por David Ricardo (1772 a 1823), que acreditava ser a renda nacional proveniente dos três principais agentes da produção: terra, trabalho e capital. Sua preocupação fundamental era quanto aos custos da produção. Assim, se o preço dos alimentos continuasse aumentando, como acontecia, os donos de empresas seriam obrigados a aumentar os salários dos operários e a diminuir os lucros de seus empreendimentos. Portanto, quanto mais barato custassem os alimentos, menores seriam os salários. Os produtos manufaturados, então com mão de obra mais barata, custariam menos, venderiam mais e proporcionariam maior lucro. Obviamente, eles deveriam ser destinados à exportação.

Ricardo defendia o princípio do livre-câmbio. Defendia que a Inglaterra deveria derrubar todas as tarifas protecionistas que incidiam sobre os produtos que importava, como no caso do trigo. Se

59

David Ricardo (1772-1823), um dos principais representantes da economia política clássica

caísse a "Lei dos Cereais" (tributo sobre o trigo importado), eles custariam menos. Os salários dos trabalhadores também seriam menores. Com isso, o custo da produção cairia, e os manufaturados, mais baratos, venderiam mais. Vendendo mais, sua produção aumentaria.

Segundo Ricardo, o excesso de mão de obra seria responsável pela miséria dos trabalhadores, e não o sistema econômico. Um salário elástico (que pode aumentar) permitiria ao trabalhador sustentar muitos filhos, que futuramente inflacionariam o mercado de mão de obra, provocando a baixa dos salários. David Ricardo era favorável à "lei férrea dos salários", a qual os manteria em nível bem baixo. Acreditava que remunerar bem o trabalhador era, no longo prazo, prejudicá-lo.

Certamente, o mais polêmico membro da escola clássica liberal foi Thomas Malthus (1766 a 1834), que escreveu *Ensaio sobre a população*, publicado em 1798. Fez previsões sombrias sobre o crescimento da população. Para ele, os habitantes cresceriam em progressão geométrica, enquanto a produção (de alimentos) cresceria em progressão aritmética. Assim, haveria fome, doenças e outros fatores lançando uns contra outros em guerras. Sua mortalidade causaria o restabelecimento do equilíbrio entre "população e produção". Seria um fenômeno cíclico.

60

Thomas Malthus (1766-1834), economista britânico

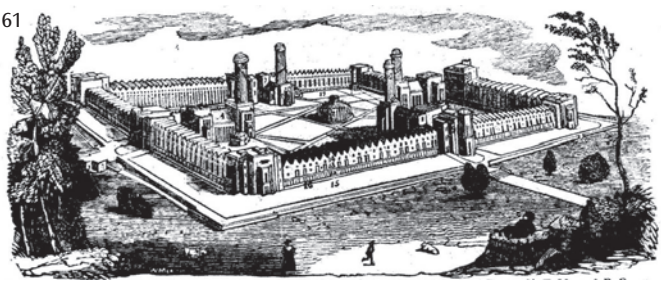
O socialismo

Se a Revolução Industrial produziu enorme riqueza, produziu também espantosa miséria. Em busca de um lucro cada vez maior, muitos empresários pagavam salários os mais baixos possíveis. Os governos, dominados pela burguesia, não intervinham a fim de diminuir os enormes desníveis sociais. Não havia legislação trabalhista nem proteção aos trabalhadores.

Para os socialistas, a igualdade deveria ser, acima de tudo, social e econômica. Os liberais negavam essa afirmação, sustentando a ideia de que os mais capazes tinham o direito natural de acumular maiores riquezas. Alguns pensadores podem ser considerados os precursores do socialismo, como Thomas Morus e Graco Babeuf, que teorizaram sobre uma sociedade ideal. No entanto, só no século XIX as teorias de igualdade se transformaram em doutrina e, em determinados casos, foram aplicadas na prática.

Uma das correntes em que se dividiu o movimento socialista do século XIX foi a reformista. O empresário britânico Robert Owen (1771 a 1858) preocupou-se em melhorar as condições de vida de seus empregados, por meio do sindicalismo e do cooperativismo. Reduziu a jornada de trabalho para 11 horas e não empregou crianças com menos de dez anos em sua fábrica de tecidos New Lanark. Nos Estados Unidos, criou uma fazenda cooperativa, a New Harmony.

61



Fazenda Cooperativa New Harmony

62

Robert Owen, empresário britânico

O conde Saint Simon (1760 a 1825), romântico e aventureiro, propôs a substituição da exploração do homem pelo homem pela cooperação de homens associados. A frase que ele eternizou foi: "De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo os seus méritos". Propôs também o fim do direito de herança. Acabou na miséria.

63

Saint Simon, um dos teóricos do socialismo utópico

Charles Fourier (1772 a 1837), também francês, propôs uma sociedade na qual as pessoas se ajudariam mutuamente, por meio dos falanstérios – pequenas comunidades autossuficientes.

64

Charles Fourier, um dos pais do cooperativismo

Luís Blanc (1811 a 1882), considerado o fundador do socialismo, foi o criador das "Oficinas Nacionais" na França – fábricas pertencentes aos próprios trabalhadores, nas quais todos recebiam o mesmo salário. Sua obra também fracassou.

Pierre-Joseph Proudhon (1809 a 1865) atacou violentamente a propriedade privada, acusando-a de ser um roubo. Em oposição ao socialismo reformista, também conhecido como utópico, surgiu o socialismo científico ou revolucionário, que propunha a

65

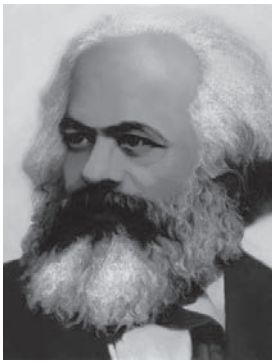
Luís Blanc, o criador das "Oficinas Nacionais"

66

Pierre-Joseph Proudhon: "a propriedade é um roubo"

transformação total da sociedade por meio de uma revolução. As obras de Karl Marx (1818 a 1883), e de seu companheiro, Friedrich Engels (1820 a 1895), foram a base desse movimento. A análise de Marx evoluiu a partir da filosofia dialética idealista do filósofo alemão Friedrich Hegel (a luta entre tese e antítese, resultando em uma síntese). Mas Marx materializou a lógica dialética, partindo do princípio de que a própria consciência é manifestação da matéria.

67



Karl Marx, um dos fundadores do socialismo científico

Explicava a história a partir das condições materiais em que vive a humanidade. Acreditava que as contradições inerentes a um sistema geravam sua própria destruição. Quando todas as forças produtivas se esgotam, a sociedade em decomposição dá origem a outra nova. Se da crise do feudalismo surgiu o capitalismo, da crise do capitalismo surgiria o socialismo. O motor da história seria a luta de classes.

De acordo com o marxismo, as contradições da sociedade capitalista a levariam à autodestruição. Quando isso ocorresse, o proletariado tomaria o poder e estabeleceria uma ditadura. Os meios de produção seriam socializados e as classes sociais desapareceriam. O socialismo seria uma etapa intermediária entre o capitalismo e o comunismo, um estágio superior e final da civilização. Marx atuou diretamente no movimento socialista, fundando jornais, sindicatos e a I Internacional (1864), movimento de união de todos os traba-

lhadores. Finalmente, destaca-se o anarquismo, que propunha a supressão de toda autoridade. Não mais haveria governo, leis ou qualquer força coercitiva. Pequenos grupos autônomos, regidos pela cooperação, seriam encarregados da produção, cujo excedente seria trocado com o excedente de outro grupo autônomo. Os anarquistas mais importantes foram os russos Mikhail Bakunin (1814 a 1876) e Piotr Kropotkin (1842 a 1921). O anarquismo penetrou nos meios sindicais para alcançar uma sociedade sem classes (anarcossindicalismo). O anarquismo radical utilizou atos terroristas para desestruturar o Estado. Algumas vítimas importantes da ação de anarquistas: o czar Alexandre III, o rei italiano Humberto I e o presidente norte-americano McKinley (1901).

O pensamento social da Igreja Católica: *Rerum Novarum*

Os problemas sociais influenciaram a Igreja Católica, que procurou conciliar os interesses antagônicos entre o capital e o trabalho, as ambições dos patrões e as reivindicações dos empregados. Segundo a Igreja, a solução dos conflitos poderia ser encontrada nos princípios básicos da solidariedade, justiça e caridade cristã, em um ambiente de paz e harmonia social. Muitas organizações cooperativas operárias católicas haviam se ramificado por todo o mundo. Mas quem iniciou oficialmente a ação social da Igreja foi Leão XIII, com a Encíclica *Rerum Novarum* ("Das coisas novas"), em 1891.

Esse documento reconhecia a gravidade da "questão social", criticava o "capitalismo selvagem", combatia a expansão do "materialismo histórico" e do "ateísmo", repudiando a doutrina marxista da "luta de classe", que estimulava os conflitos e ódios sociais. Reconhecia a propriedade particular como direito natural e a diferença como "necessária e conveniente". Mas a propriedade deve estar voltada ao bem-estar social. Assim, as relações entre o capital e o trabalho deveriam ser de colaboração, não de luta. Muitas outras encíclicas, promulgadas ao longo do século XX, reforçaram o conteúdo da "*Rerum Novarum*".

Teste seu saber

1. **(PUC-SP) O liberalismo econômico da escola clássica que foi profundamente marcado pela obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*, e que dominou toda a Europa do século XIX, pregava:**

a) a total liberdade dos contratos entre as nações, mantendo-se apenas um acordo quanto aos preços dos salários.
b) o incentivo à superpopulação como garantia de plena oferta da força de trabalho.
c) a manutenção de algumas leis de comércio e navegação para assegurar trocas efetivas.
d) a intervenção do Estado, ainda que restrita, para regular o crédito e as direções dos investimentos.
e) a necessidade de se garantir a ordem natural nas atividades econômicas, prevalecendo a ideia de uma harmônica divisão do trabalho entre as nações.

2. **(FGV) "De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo sua necessidade." Esse lema marca a proposta da sociedade:**

a) dos "falanstérios", na concepção do socialista francês Charles Fourier.
b) social-democrata, segundo o modelo sueco e norueguês.
c) comunista, na visão de Karl Marx e Friedrich Engels.
d) nacional-socialista, segundo Hitler em "Mein Kampf".
e) socialista utópica, defendida por Pierre-Joseph Proudhon na obra "Ideia Geral da Revolução no Século XIX."

3. **(Fuvest) No final do século XIX, a Europa Ocidental torna-se "teatro de atentados contra as pessoas e contra os bens. Sem poupar os países do Norte [...] esta agitação afeta mais a França, a Bélgica e os Estados do Sul [...] Na Itália e na Espanha, provoca ou sustenta revoltas camponesas. Numerosos e espetaculares atentados são cometidos contra soberanos e chefes de governo".**

Schnerb R., *O século XIX*, 1969.

O texto trata das ações empreendidas, em geral, por:

a) anarquistas.
b) fascistas.
c) comunistas.
d) militaristas.
e) fundamentalistas.

4. **(Fatec) A reação operária aos efeitos da Revolução Industrial fez surgirem críticos ao progresso industrial, os quais propunham reformulações sociais e a construção de um mundo mais justo – os teóricos socialistas.**

Sabe-se que:

a) Pierre-Joseph Proudhon propunha a formação de uma sociedade em que não haveria ociosos nem a exploração do homem pelo homem.
b) Robert Owen tornou-se o líder do anarquismo terrorista ao apontar a violência como a única forma de alcançar uma sociedade sem Estado e sem desigualdade.
c) Friedrich Engels acreditava ser possível reorganizar a sociedade com a criação dos falanstérios, fazendas coletivistas agroindustriais.
d) Charles Fourier implantou na Escócia uma comunidade de alto padrão e de igualdade absoluta; contudo, suas críticas à propriedade e à religião o forçaram a abandonar a Grã-Bretanha.
e) Karl Marx considerava inevitável a ação política do operariado, a Revolução Socialista, que inauguraria a construção de uma nova sociedade.

5. **(Unifesp) A barbárie reaparece, mas desta vez é engendrada no próprio seio da civilização e dela faz parte integrante. (K. Marx, 1846.)**

Que bestas brutas e ferozes! Como permite Deus que as mães os concebam assim. Ah, eis os verdadeiros inimigos, e não os russos e os austríacos! (T.-R. Bugeaud, 1849.)

Embora de perspectivas diferentes, os dois autores estão se referindo ao mesmo drama social, protagonizado pelo:

a) camponês.
b) imigrante.
c) soldado.
d) empresário.
e) proletário.

6. **(Unifesp) Do papa Leão XIII na encíclica *Diuturnum*, de 1881: "se queremos determinar a fonte do poder no Estado, a Igreja ensina, com razão, que é preciso procurá-la em Deus. Ao torná-la dependente da vontade do povo, cometemos primeiramente um erro de princípio e, além disso, damos à autoridade apenas um fundamento frágil e inconsistente". Nessa encíclica, a Igreja defendia uma posição política:**

a) populista.
b) liberal.
c) conservadora.
d) democrática.
e) progressista.

Descomplicando a História

(FGV) *"a luta contra o capitalismo e a burguesia é inseparável da luta contra o Estado. Acabar com a classe que detém os meios de produção sem liquidar ao mesmo tempo com o Estado é deixar aberto o caminho para a reconstrução da sociedade de classes e para um novo tipo de exploração social."*
Capelletti, Angel J., apud Marques, Adhemar et al. *História contemporânea através de textos.*
O fragmento define parte do ideário:
a) liberal.
b) anarquista.
c) corporativista.
d) socialista cristão.
e) marxista-leninista.

Resolução e comentários

O ideal anarquista defendia as lutas contra o capitalismo e a burguesia, bem como a eliminação do Estado e da propriedade dos meios de produção. A alternativa correta é a **B**.

21 As revoluções liberais de 1830 e 1848

A dinastia Bourbon foi restaurada na França com a coroação de Luís XVIII. A burguesia aceitou a volta da monarquia, uma vez que o rei propunha garantir as conquistas sociais, jurídicas e econômicas da Revolução. Jurou a Constituição de 1814 e garantiu as liberdades essenciais e as igualdades civis. Luís XVIII, apelidado de "bonachão", fez um governo moderado.

A nobreza "emigrada", agora de retorno, advogava a recuperação dos antigos privilégios e a posse dos bens perdidos durante a revolução. Desencadeou o "terror branco" contra os republicanos e pressionou para a aprovação de leis repressivas. Milhares de cidadãos foram presos, e muitos intelectuais deixaram a França.

68

Luís XVIII: a restauração da dinastia Bourbon na França do século XIX

Porém, a prosperidade econômica trouxe a paz interna, que durou até o assassinato do duque de Berry, filho de Carlos, sobrinho do rei. Seguiu-se uma nova onda repressiva. Em 1824, Luís XVIII faleceu, e seu irmão, pai do duque assassinado, sucedeu-o, com o título de Carlos X.

O novo monarca era absolutista e reacionário. Suprimiu as liberdades individuais, impondo a pena de morte aos que atacassem o clero ou as instituições. A repressão política levou a uma nova revolução, em 1830. A população parisiense, liberal e republicana, saiu às ruas e ergueu barricadas contra o governo. Entre 27 e 29 de julho morreram cerca de 4 mil pessoas. Então, as tropas, que deveriam restabelecer a ordem, aderiram ao povo. O rei abdicou e exilou-se na Inglaterra. Com a queda de Carlos X e do absolutismo, ficava evidente que a Santa Aliança não tinha condições de manter a velha ordem nem capacidade intervencionista. Uma das consequências foi a revolta e a separação da católica Bélgica da

69

O rei Carlos X: absolutista e reacionário

calvinista Holanda, em 1830. Duas medidas do governo holandês provocaram a revolta belga: a tentativa de impor o holandês como língua oficial e a orientação protestante no ensino.

Nesse mesmo ano, a Grécia tornava-se independente do domínio turco.

Luís Filipe, da família Orléans, mas ligado à burguesia, era o novo rei da França. Preocupou-se com a manutenção da ordem e da propriedade. Foram restabelecidas as garantias individuais e constitucionais. Mas o quadro político era complexo. Havia os bonapartistas, liderados pelo sobrinho de Napoleão, Luís Bonaparte, bem como os republicanos, contrários ao governo, e os legitimistas, adeptos do absolutismo.

Mas, em 1848, um novo e amplo período revolucionário atingiu diversos países da Europa continental, principalmente a França. Em algumas nações, o desenvolvimento capitalista já radicalizara a diferença entre patrões e empregados. A classe trabalhadora tomava consciência da exploração a que estava submetida e passava a exigir leis que regulamentassem seus direitos.

70

Independência da Bélgica, em 1830

Uma crise na produção agrícola, devido às más condições climáticas, causou a queda na produção de alimentos e matéria-prima, afetando o abastecimento da população e a produção industrial. O governo de Luís Filipe apelou para medidas radicais. Proibiu as reuniões políticas. Intelectuais e pequenos burgueses reagiram e reuniram-se em "banquetes" para criticar a atuação do governo e propor reformas.

71

Luís Filipe, o rei burguês

Em 22 de fevereiro de 1848, a oposição decidiu reunir a população parisiense em um grande "banquete". O governo proibiu a manifestação, decisão respeitada pelos intelectuais. Um grande grupo reuniu-se no local e dirigiu-se à sede do governo, a fim de fazer ouvir suas exigências. Nas ruas, a população levantou barricadas e lutou contra as forças governamentais. O palácio real foi invadido, e Luís Filipe, forçado a abdicar. A Segunda República foi proclamada, e formou-se um governo provisório, com socialistas e republicanos. Em dezembro de 1848, Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, era eleito presidente. Três anos depois, um plebiscito transformava a França em um império, e Luís Bonaparte adotou o título de Napoleão III.

Rapidamente, a Revolução de 1848 espalhou-se pela Europa. Quando o Congresso de Viena estabeleceu as novas fronteiras, não houve respeito ao princípio das nacionalidades. Povos sem afinidades linguísticas, culturais e religiosas foram reunidos em um mesmo Estado. Por isso, a revolução de caráter liberal apresentava também um aspecto nacionalista – nacionalismo fortemente estimulado pelo movimento romântico na literatura e nas artes.

Na Polônia, os nacionalistas tentaram se libertar do domínio russo. Na Itália e na Alemanha, houve lutas pela unificação. Sociedades secretas divulgavam os ideais nacionalistas e de unificação sob a forma de regimes liberais. As reivindicações liberais ganharam corpo, em um movimento chamado "Primavera dos povos", por representar uma verdadeira evolução na mentalidade popular, que repudiava os valores tradicionais, impossíveis de serem conciliados com as transformações sociais, econômicas e políticas desse período histórico.

A Revolução de 1848 motivou a queda final do absolutismo na Europa Ocidental, mas também estimulou o nacionalismo e o socialismo, que defendia uma profunda reforma social. Apesar de não serem vitoriosas, as revoltas abriram um caminho sem retorno: nas décadas seguintes, os países atingidos pela revolução passaram por grandes reformas políticas e sociais.

72

DELACROIX, Eugène. *A liberdade guiando o povo.* 1830. Óleo sobre tela, 32,5 X 26,0 cm. Paris: Museu do Louvre

Teste seu saber

1. Um dos principais objetivos da Santa Aliança na Europa era:

a) combater os ideais monárquicos e absolutistas do Antigo Regime.
b) combater os ideais humanistas e heréticos da Reforma.
c) combater os movimentos revolucionários liberais para manter o absolutismo.
d) combater o socialismo marxista, sob a inspiração da encíclica *Rerum Novarum*.
e) pugnar pelos ideais políticos napoleônicos.

2. Em 1815, apesar do aparente triunfo da Restauração, simbolizado pelo Congresso de Viena e personificado por Metternich, os princípios liberais continuaram a ser reivindicados pela burguesia, já dominadora da vida econômica em função da aceleração da Revolução Industrial. Tais princípios constam das seguintes proposições, com exceção de:

a) regime monárquico, constitucional, de base censitária.
b) livre iniciativa econômica, na produção e no comércio.
c) liberdade de consciência e de manifestação do pensamento.
d) sufrágio universal e completa igualdade dos cidadãos.
e) difusão do ensino leigo e amparo à ciência e à tecnologia.

3. (Fuvest) As revoluções de 1848 na Europa:

a) tentaram impor o retorno do absolutismo, anulando as conquistas da Revolução Francesa.
b) foram marcadas pelo caráter nacionalista e liberal, incluindo propostas socialistas.
c) provocaram a união das tropas de Bismarck e Napoleão III para destruir o governo revolucionário.
d) conduziram Luís Filipe ao trono da França e deram origem à Bélgica como Estado independente.
e) foram vitoriosas e completaram as unificações nacionais na Itália e Alemanha.

4. (Santa Casa-SP) O desenvolvimento das ideias socialistas na época contemporânea está relacionado com a:

a) vitória que as classes operárias obtiveram durante vários movimentos revolucionários, sobretudo os de 1830 e 1848.

b) disseminação dos argumentos apresentados por Thomas Morus contra a injustiça social e a propriedade.
c) formação de grandes concentrações operárias urbanas, em condições precárias, como consequência da Revolução Industrial.
d) pregação feita por Robert de Lammenais em nome da solidariedade e da justiça social para os trabalhadores.
e) política desenvolvida inicialmente por Guizot no sentido de aproveitar o potencial revolucionário da classe operária.

Descomplicando a História

(Fuvest) No Ocidente, o período entre 1848 e 1875 *"é primariamente o do maciço avanço da economia do capitalismo industrial, em escala mundial, da ordem social que o representa, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo".*
Hobsbawm, E. J. *A era do capital*: 1848 a 1875.
A "ordem social" e as "ideias e credos" a que se refere o autor caracterizam-se, respectivamente, como:
a) aristocrática e conservadoras.
b) socialista e anarquistas.
c) popular e democráticas.
d) tradicional e positivistas.
e) burguesa e liberais.

Resolução e comentários

O período do século XIX indicado pelo enunciado da questão (1848 a 1875) foi marcado pela expansão econômica e pelo fortalecimento da burguesia, cujo poder era justificado e sustentado pela ideologia liberal. A alternativa correta é a **E**.

22 A evolução da Inglaterra até a Primeira Guerra Mundial

A preponderância econômica mundial da Inglaterra estendeu-se desde o século XVIII até a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Pioneira na Revolução Industrial, seu avanço tecnológico a colocava muito à frente dos demais países europeus. A adoção do livre-cambismo favoreceu notavelmente a indústria e o comércio. Porém, a "questão social" se agravava. A fome era permanente no lar dos operários. Em 1811, explodiu a violenta revolta chamada "ludita", pois seu pretenso líder (cuja existência nunca foi provada) se chamava Ned Ludd.

Assim, apesar das revoluções parlamentares e burguesas do século XVII, a Inglaterra estava longe de ser uma democracia. A Câmara dos Lordes, aristocrática e hereditária, detinha grande parcela do poder. A Câmara dos Comuns era composta por representantes escolhidos pelo voto censitário dos cidadãos dos burgos muito antigos, que haviam perdido sua importância ("burgos podres"). As cidades industriais, como Manchester e Birmingham, não possuíam representantes no Parlamento.

A partir de 1820, as cidades industriais ganharam representação no Parlamento, o voto censitário foi reduzido para que um número maior de cidadãos pudesse participar do processo eleitoral, e os burgos podres foram extintos. Os *whigs*, liberais, representantes da burguesia, impuseram mais reformas, aboliram a escravidão nas colônias e derrubaram as "Leis dos Cereais", que taxavam a importação de trigo.

A partir de 1825, os trabalhadores puderam se reunir em sindicatos (*trade unions*), para reivindicar melhores condições de trabalho. Em 1838, surgiu um movimento popular, com a redação

da "Carta do Povo", que trazia uma série de reivindicações ao Parlamento. Denominado "movimento cartista", ele exigia: a abolição das *Workhouses*, instituições onde os desempregados eram recolhidos e obrigados a trabalhar; o sufrágio universal masculino; e a supressão do censo eleitoral. Mas as reivindicações não alcançaram seus objetivos.

Convencionou-se chamar de "Era Vitoriana" o período britânico vivido na segunda metade do século XIX. A rainha Vitória (1837 a 1901) reinou durante um período de conquistas políticas e sociais e de grande desenvolvimento econômico. No final do seu reinado, o império britânico contava com 400 milhões de habitantes, espalhados por 35 milhões de quilômetros quadrados. A Inglaterra tinha a maior rede ferroviária do mundo e excelentes portos; produzia metade do ferro e dois terços do carvão mundial. O gigantesco império lhe fornecia matéria-prima; e as colônias importavam os manufaturados. O domínio naval pertencia aos ingleses, e o poder se consolidava com a posse de pontos geográficos estratégicos, como Gibraltar e Malta, no Mediterrâneo, Cidade do Cabo, no sul da África, Cingapura e Hong Kong, na Ásia.

73

Movimento cartista em Londres. Gravura de 1886

Algumas colônias tinham grande autonomia política, como o Canadá, constituído em "domínios". Pertenciam à *Commonwealth*, ou Comunidade de Nações. Nas colônias de exploração comercial, especialmente nas áreas tropicais, o sistema de administração era variado, diretamente ligado à Inglaterra ou a companhias particulares que as administravam em nome da coroa. A política externa de todos os governos ingleses era favorecer na Europa a formação de novas nações, com o objetivo de ampliar a sua hegemonia econômica e financeira. O lema era: "Dividir para melhor dominar".

Internamente, consolidou-se o parlamentarismo. O primeiro-ministro, chefe de governo, era responsável junto ao Parlamento. Dois partidos disputavam o eleitorado: o liberal burguês *whig*, cujo principal líder era Gladstone, e o conservador aristocrata *tory*, que tinha Disraeli como líder mais importante. O Partido Trabalhista, nitidamente socialista, surgiu em 1902, tornando-se uma nova opção para os eleitores. Em 1911, com o "Ato Parlamentar", a Câmara dos Lordes perdia boa parte de seu poder, reduzido apenas à aplicação do efeito suspensivo às leis.

74

William Ewart Gladstone, líder dos *whigs*

75

Benjamin Disraeli, líder dos *tories*

Aos poucos, o direito de voto foi sendo atribuído a todos os cidadãos; o sistema foi-se transformando em uma democracia. Assim, em 1918, ano do início da Primeira Guerra Mundial, podiam votar os homens maiores de 21 anos e as mulheres maiores de 30 anos de idade. Dez anos depois, nova reforma: todos os maiores de 21 podiam votar.

Mas havia sérios problemas, como a "questão irlandesa". Os irlandeses, majoritariamente católicos, desencadearam um movimento separatista, no século XIX. Depois de muitas repressões e fuzilamentos, a questão só foi resolvida após a I Grande Guerra. A região foi dividida em Irlanda do Sul (Eire), de maioria católica, com capital em Dublin, independente; e a Irlanda do Norte (Ulster), de maioria protestante, com capital em Belfast, ainda hoje domínio do Reino Unido.

Teste seu saber

1. **A Era Vitoriana caracterizou-se pelo seguinte conjunto de fatos:**

a) valorização dos ideais burgueses, redução da produção industrial, desenvolvimento do imperialismo.

b) ascensão do domínio da nobreza, fortalecimento do imperialismo e estímulo ao desenvolvimento industrial.

c) fortalecimento do parlamentarismo, declínio do imperialismo, valorização dos ideais burgueses.

d) desenvolvimento do imperialismo, fortalecimento do livre-cambismo, recuo do anglicanismo.

e) valorização dos ideais burgueses, desenvolvimento da legislação trabalhista, fortalecimento do parlamentarismo.

2. **Durante o século XIX na Grã-Bretanha, a marcha do liberalismo traduziu-se em aspectos como:**

a) independência da Irlanda.

b) sufrágio universal para ambos os sexos.

c) supressão das grandes propriedades agrícolas.

d) reformas eleitorais e econômicas (livre-cambismo).

e) anticolonialismo e radicalismo social.

3. **(PUC-MG) "As ciladas do sistema de mercado não eram prontamente visíveis. Para compreender isso com mais clareza, temos que distinguir entre as várias vicissitudes a que trabalhadores estiveram expostos na Inglaterra desde o aparecimento da Máquina. Primeiro, aquelas do período Speenhamland, 1795 a 1834. Segundo, as dificuldades causadas pela Poor Law Reform, na década que seguiu a 1834. Terceiro, os efeitos deletérios de um mercado de trabalho competitivo após 1834 até o reconhecimento dos sindicatos, nos anos 1870, passaram a oferecer a necessária proteção."**

Karl, Polany. *A Grande Transformação*.

É correto afirmar que o texto apresenta:

a) a crise do sistema político inglês a partir dos movimentos operários do período.

b) a dissolução dos laços feudais com surgimento do sistema de fábrica.

c) uma análise da redução do homem à mão de obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado.
d) a adoção do mercado como protagonista de uma nova fase da civilização moderna ocidental, assentada numa legislação estamental-feudal.

Descomplicando a História

(UERJ) O mapa apresenta a extensão territorial alcançada pelo expansionismo britânico, entre os séculos XVII e XX.

(Adaptado de Scalzaretto, R. Magnoli, D. *Atlas geopolítico*. São Paulo: Scipione, 1996.)

A contínua expansão de impérios coloniais, a exemplo do britânico, está associada à estruturação, consolidação e expansão do sistema capitalista.

Considerando esse processo histórico, uma função assumida pelos territórios submetidos às potências expansionistas é:

a) aquisição de material bélico.
b) produção de bens de consumo.
c) importação de gêneros alimentícios.
d) absorção de excedentes populacionais.

Resolução e comentários

Um dos fatores do expansionismo europeu, em especial o da Inglaterra, era conquistar territórios que pudessem absorver parte do excedente populacional da metrópole. A alternativa correta é a **D.**

23 A unificação política da Alemanha e da Itália

A fundação do Império Alemão (2º Reich)

Em 1806, Napoleão Bonaparte dissolveu o Sacro Império e incorporou os Estados germânicos na Confederação do Reno. Com a derrota de Napoleão e a dissolução da Confederação do Reno, o Congresso de Viena (1815) agrupou-os na Confederação Germânica, um Estado federativo sob a liderança da Áustria. Eram três dezenas de Estados independentes, dos quais a Prússia era o mais poderoso econômica e militarmente. Interessava-lhe a unidade política, pois estava em processo de industrialização e tinha necessidade de mercados.

A unificação alemã foi uma mistura de ideais liberais e nacionais. Uma etapa fundamental foi a criação do *Zollverein* (união aduaneira). Paulatinamente, entre 1834 e 1853, houve a redução das tarifas entre os Estados alemães, permitindo a livre circulação de mercadorias. Outro meio para alcançar e consolidar a unificação alemã foi a construção de estradas de ferro, integrando economicamente os diversos países alemães, mas com a marginalização da Áustria. A rede ferroviária foi um importante meio de se conseguir a unificação econômica e, em decorrência dela, a política.

Uma tentativa de unificação, sob a liderança da Prússia, fracassou em 1848, em consequência das pressões austríacas e da oposição aos liberais. A monarquia prussiana, até então, apoiava-se nos *junkers*, proprietários de terras, hostis ao liberalismo e à burguesia. Todavia, o desenvolvimento industrial acelerado ampliou a importância da burguesia, que trabalharia para alcançar seus objetivos.

O novo rei da Prússia, Guilherme I, e Otto von Bismarck, chanceler (primeiro-ministro) a partir de 1862, foram os construtores da

unificação, por meio do militarismo, de guerras e de uma acelerada industrialização, baseada nas indústrias siderúrgica, química e mecânica. Em pouco tempo, os produtos germânicos eram largamente vendidos em toda a Europa. Com exército bem treinado, administração eficiente e poderosa e crescimento econômico autossustentável, o reino prussiano era o mais forte dos Estados alemães. Por outro lado, o crescimento populacional e a enorme influência intelectual das universidades estimularam o projeto de unificação nacional, financiado pela burguesia. Hábil diplomata, Bismarck aproximou a Prússia da Rússia e da Inglaterra, para isolar a Áustria. O chanceler era fervoroso nacionalista germânico.

Por decisão do Congresso de Viena, a Dinamarca administrava os ducados alemães do Holstein e Schleswig. A insatisfação dos cidadãos germano-dinamarqueses foi o pretexto para uma intervenção militar da Prússia, mais para testar a força da Áustria. A vitória prussiana sobre a Dinamarca possibilitou a anexação dos ducados, contra a vontade da Áustria, a quem Bismarck prometera a soberania sobre Holstein. Antevendo a reação austríaca, Bismarck aliou-se aos italianos do Piemonte, que pretendiam anexar Veneza, sob domínio austríaco, e obteve a neutralidade francesa.

Em 1866, os austríacos declararam guerra, mas foram facilmente derrotados na Batalha de Sadowa. O conflito austro-prussiano ficou conhecido como a "Guerra das Seis Semanas". Como resultado, Bismarck unificou os Estados do norte em uma Confederação. Faltava unificar os Estados do sul, católicos.

Bismarck decidiu unificá-los, explorando uma grande causa nacional. O grande obstáculo era a católica França. Por seu lado, o imperador francês Napoleão III viu no conflito uma maneira de ampliar seu prestígio, interno e externo, apoiando-se nos generais radicais, saudosistas das "campanhas napoleônicas". Era necessário um pretexto para Bismarck provocar a França, fazê-la declarar a guerra e estimular a união dos alemães. E ele veio com a disputa pelo trono espanhol, que ficou vago. Ousadamente,

Bismarck apresentou a candidatura de um príncipe prussiano que, se vitorioso, colocaria a França novamente cercada por casas reais alemãs, como à época dos "cardeais". Sem perceber a cilada, Napoleão III declarou guerra à Prússia, vista como vítima da agressão francesa. Influenciados pelo nacionalismo, os Estados alemães do sul uniram-se à Prússia. Iniciava-se a Guerra Franco-Prussiana (1870 a 1871).

A Prússia venceu a França de Napoleão III na Batalha de Sedan, na qual o imperador foi feito prisioneiro. Foi proclamada a III República na França, enquanto Paris, cercada pelo exército prussiano, se tornava domínio da Comuna.

Os Estados do sul aderiram à Confederação do Norte, que se transformou em um império federativo, sob a liderança do rei da Prússia, coroado imperador (*kaiser*, em alemão). Para humilhação dos franceses, o Império Alemão, também conhecido como 2º Reich, foi fundado no Palácio de Versalhes.

76

MEISSONIER, Jean-Louis Ernest. *Alegoria do Cerco de Paris*. 1870. Óleo sobre tela. Paris: Musée d'Orsay

Napoleão III e Bismarck após a Batalha de Sedan. Coleção particular

Pelo tratado de Frankfurt em 1871, a França cedia as províncias da Alsácia-Lorena e pagava uma enorme indenização de guerra.

O desenvolvimento econômico alemão acelerou-se com a unificação política. Em 1888, subiu ao trono o *kaiser* Guilherme II, que afastou Bismarck da chancelaria e imprimiu uma política externa personalista.

A unificação política italiana

Como consequência da decisão do Congresso de Viena, a península da Itália continuava dividida politicamente em pequenos Estados. Liberais e republicanos, ligados à burguesia nortista, lutavam pela unificação, mas enfrentavam a oposição dos latifundiários, que temiam perder seus privilégios tradicionais.

À semelhança da burguesia alemã, a italiana tinha interesse na unidade política à medida que ela propiciaria a livre circulação de mercadorias. O ideal de unificação foi estimulado pelo Reino do Piemonte e Sardenha, uma monarquia constitucional. Mas havia os que queriam uma federação de Estados, sob a hegemonia do

papa. Já os carbonários (assim chamados porque se reuniam em minas de carvão), liderados por Giuseppe Mazzini, propagavam o "*Risorgimento* da Jovem Itália", exaltação do nacionalismo. Uma volta à época de Roma Antiga e do Renascimento.

A Itália conheceu uma tentativa de proclamação da República por Mazzini, em 1848, mas frustrada pela pressão austríaca. O rei Carlos Alberto, do Piemonte, que aproveitara o momento para declarar guerra aos austríacos, foi forçado a abdicar, entregando o poder a seu filho, Vítor Emanuel II. Este deu asilo aos liberais perseguidos em outros Estados da península, e, em 1852, nomeou o Conde Cavour seu primeiro-ministro.

Cavour compreendeu que a unificação só seria possível sob a liderança de um Estado poderoso. Estabeleceu uma política modernizante no Piemonte, apoiando a burguesia industrial nascente e defendendo uma união aduaneira entre os Estados. O reino conheceu a construção de ferrovias e de rodovias e foi dotado de um exército organizado.

O maior obstáculo no norte da península era o domínio e a influência da Áustria. Incapaz de combatê-la sozinho, Cavour uniu-se ao imperador francês Napoleão III. A aliança do Piemonte com a França provocou a transferência de Nice e Savoia, em 1858, para a soberania dos franceses, em troca do seu apoio contra os austríacos.

Os austríacos foram derrotados em 1859, e o Piemonte anexou a região da Lombardia e sua capital, Milão. A vitória italiana desencadeou movimentos favoráveis à unificação em toda a península. Até os Estados papais, liderados por Pio IX estavam ameaçados. A pressão dos católicos franceses e a ameaça da Prússia em socorrer a Áustria obrigaram Napoleão III a se afastar dos piemonteses.

Ainda assim, nos ducados de Módena, Parma e Toscana, os governos pró-austríacos foram derrubados por revoltas, e os ducados foram anexados ao Piemonte. O sul foi unificado pela ação militar de Giuseppe Garibaldi, o herói italiano da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Mesmo sendo republicano, aliou-se

ao Reino do Piemonte, obteve apoio militar, desembarcou na Sicília com mil voluntários, chamados "camisas vermelhas", e a conquistou, anexando-a ao Piemonte. Vítor Emanuel II entrou em Nápoles, junto de Garibaldi, que o aclamou rei da Itália. A seguir, as tropas piemontesas e os voluntários de Garibaldi conquistaram os Estados papais, exceto Roma. Cavour não viu a conclusão do processo de unificação, pois morreu em 1861, ano da convocação do Parlamento da Itália em Turim. Ainda restava aos italianos unificar, principalmente, Roma e Veneza.

Durante a Guerra Austro-Prussiana (1866), os italianos invadiram Veneza, anexando-a à Itália. Restava Roma. Napoleão III insistia em garantir a soberania dos Estados papais e a segurança do papa, procurando ganhar a simpatia dos católicos franceses. Em 1866, estourou a Guerra Franco-Prussiana. A retirada das tropas francesas deixou o papa à mercê dos unificadores italianos. Roma

78

ALDI, Pietro. O encontro entre Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e o rei Vittorio Emmanuele II (1820-1878). 1860. Siena: Palazzo Pubblico

foi anexada e transformada em capital da Itália, apesar do não reconhecimento da Igreja. A ruptura entre o Estado e a Igreja Católica deu origem à "questão romana": o papa Pio IX e seus sucessores fecharam-se no Vaticano e declararam-se prisioneiros do governo italiano. A questão só foi resolvida entre a Igreja e Mussolini, chefe do Estado fascista italiano, por meio da assinatura do Tratado de Latrão, em 1929.

Apesar das vitórias, nem todos os italianos viviam sob a soberania da Itália. Alguns territórios, como a região do Trento, no Alto Ádige, permaneciam sob domínio austríaco. Esses territórios só foram anexados após a I Grande Guerra.

Teste seu saber

1. **Foram eventos importantes na reunificação da Itália:**
   a) o "Risorgimento", a derrota austríaca frente às tropas franco-sardas, a derrota das Duas Sicílias frente a Garibaldi.
   b) o governo de Mazzini no Reino das Duas Sicílias, a derrota das tropas papais frente a Cavour, a anexação da Toscana pelo Piemonte.
   c) os levantes de 1848, a união da Toscana e a dos Estados papais ao Reino das Duas Sicílias, a derrota austríaca frente às tropas de Garibaldi.
   d) a derrota dos franceses na Savoia, a derrota dos austríacos na Toscana, a anexação da Sardenha pelo Reino das Duas Sicílias.
   e) a união aduaneira da Confederação do Pó, a ascensão de Vítor Emanuel ao trono das Duas Sicílias, a derrota dos austríacos por Garibaldi e seus carbonários.

2. **O movimento de unificação italiana sofreu oposição dos católicos, pois estes defendiam:**
   a) aclamação do papa como senhor absoluto da Itália.
   b) aliança da Igreja com os carbonários.
   c) união de todos os italianos em torno de uma república.
   d) imediata aplicação do socialismo cristão.
   e) formação de uma confederação italiana sob o domínio do papa.

3. **(Fuvest) "Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos".**
   "Ao invés de a Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia".
   Essas frases, sobre as unificações italiana e alemã:
   a) aludem às diferenças que as marcaram, pois enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para capital, contemplou todas as regiões.
   b) apontam para as suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrentes do passado fascista, no caso italiano, e nazista, no alemão.
   c) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das unificações, impostas pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.
   d) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática e a italiana foi democrática e popular.
   e) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter impositivo do processo liderado por Cavour, na Itália, e por Bismarck, na Alemanha.

Descomplicando a História

(Fuvest) A unificação da Alemanha (1870) decorreu:
a) do grande desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos e acabou com a hegemonia austríaca na Europa continental.
b) do grande desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos e acabou com a hegemonia francesa na Europa continental.
c) das disputas sociais entre burguesia e militares nos Estados germânicos e acabou com a hegemonia russa na Europa continental.
d) do grande desenvolvimento militar dos Estados germânicos e acabou com a hegemonia da III República Francesa na Europa Continental.
e) do grande desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos e acabou com a hegemonia da Itália na Europa continental.

Resolução e comentários

A unificação decorreu do desenvolvimento econômico dos Estados alemães, acelerado com a aplicação do *Zollverein* (união alfandegária). A derrota da França na Guerra Franco-Prussiana (1870 a 1871) pôs fim à hegemonia gaulesa na Europa continental. A alternativa correta é a **B.**

24 Os Estados Unidos no século XIX

Os Estados Unidos da América, ao longo do século XIX, transformaram-se em uma nova potência mundial. Os fatos mais notáveis de sua história nesse período foram, além de seu crescimento econômico, a expansão territorial e a Guerra de Secessão (ou Guerra Civil).

Após a independência (1776), o governo norte-americano estimulou a ocupação das regiões além das montanhas Apalaches. A possibilidade de ser proprietário de terras atraía o imigrante europeu. Ao longo do século XIX, milhões de pessoas deslocaram-se para o Oeste; iam em carroças, atravessando as grandes planícies centrais, ou em navios, subindo a bacia Mississippi-Missouri. Ocuparam o interior do continente, ainda que à custa do genocídio indígena. Assim, formavam-se novos territórios federais, transformados posteriormente em estados.

Essa ocupação espacial foi facilitada pela incorporação de imensas áreas ao domínio dos Estados Unidos, como:

- Louisiana – comprada da França napoleônica, em 1803;
- Flórida – adquirida da Espanha, em 1819;
- Texas – independente do México em 1836, incorporado à União em 1845;
- Oregon – cedido pela Inglaterra em 1846;
- Califórnia, Arizona e Novo México – conquistados ao México em 1848;
- Alasca – adquirido da Rússia, em 1867;
- Havaí – anexado em 1898.

Em meio século (1803 a 1848), os Estados Unidos triplicaram sua superfície continental contínua, estendendo-se do Atlântico ao

Pacífico. A expansão territorial teve suporte ideológico no "destino manifesto", a crença de que Deus seria norte-americano e de que a missão de seu povo seria conquistar, mesmo que à força, os "povos bárbaros" e convertê-los à sua civilização. As primeiras grandes vítimas foram os índios e os mexicanos.

Em 1854, navios de guerra norte-americanos forçaram o Japão a abrir seus portos. Em 1898, houve uma guerra contra a Espanha pela independência de Cuba. Os espanhóis, derrotados, cederam Guam, Filipinas e Porto Rico, ainda hoje um Estado associado. Finalmente, os norte-americanos obtiveram o direito de construir e explorar perpetuamente o Canal do Panamá. Os Estados Unidos transformaram as Antilhas em um "lago norte-americano". Era a época do *big stick* (grande porrete), quando os países centro-americanos deveriam ceder às pressões norte-americanas ou sofrer represálias econômicas e militares.

Mesmo após a independência, o velho Sul continuava ligado comercialmente à Inglaterra, exportando algodão e importando manufaturados. Por essa razão, os sulistas eram ardentes defensores do livre-cambismo. O Norte, por sua vez, conheceu uma acelerada industrialização na primeira metade do século XIX. Preferencialmente, os seus manufaturados abasteciam o Oeste norte-americano. Dessa maneira, os industriais necessitavam da proteção do Estado para controlar os mercados internos, por meio de uma política cambial protecionista, que afastasse a concorrência inglesa.

A produção de algodão no Sul dependia de mão de obra escrava negra. Mas se a abolição significava a ruína dos aristocratas sulistas, aos nortistas ela interessava, pois lhes fortaleceria e daria controle total sobre a política nacional. Além disso, era preciso ampliar o mercado interno, com a transformação do escravo em assalariado. Desde então, dois partidos alternavam-se na presidência: o Republicano, forte no Norte, congregava industriais, adeptos do protecionismo cambial e do abolicionismo; e o Democrata, cuja base era o Sul, onde predominava a aristocracia escravocrata.

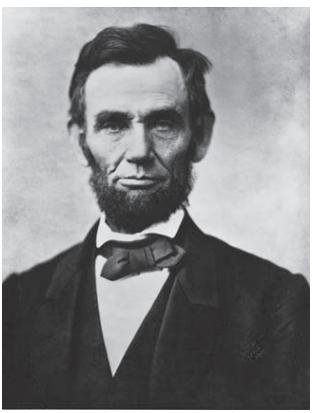
Para manter o equilíbrio no Congresso entre os estados, foi aprovado o "Compromisso do Missouri" (1820), o qual determi-

nava que a entrada de um estado escravocrata seria compensada pelo ingresso de um abolicionista. O paralelo 36°30' separaria os dois sistemas de mão de obra. A partir de 1854, caducando o Compromisso, cada estado decidiria por si. A Califórnia, parcialmente ao sul do paralelo, optou pelo abolicionismo, desequilibrando as relações Norte-Sul.

Diante da crescente onda antiescravista, alguns estados do sul ameaçaram se separar da União. A campanha para a eleição presidencial de 1860 provocou grande agitação. Abraham Lincoln, candidato do Partido Republicano, considerava a escravidão um problema que deveria ser resolvido, ainda que a longo prazo. Foi eleito pela maioria de votos dos estados abolicionistas.

A Carolina do Sul não esperou a posse de Lincoln. Declarou-se fora da União. Outros estados aderiram, formando os Estados Confederados da América, com capital em Richmond, na Virgínia. Era a secessão. Foi eleito presidente Jefferson Davis. Em 12 de abril de 1861, tropas sulistas atacaram o Forte Sumter, uma guarnição nortista na Carolina do Sul. Tinha início a Guerra Civil, que se arrastaria até 1865. Ela foi uma das mais sangrentas da his-

79



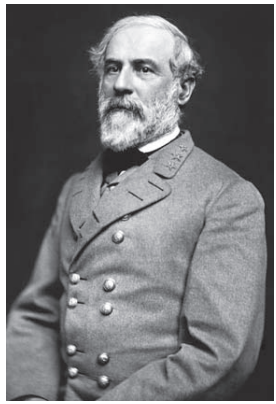
Abraham Lincoln (1809-1865)

tória e é considerada a "primeira guerra moderna", por envolver a população civil e fazer largo uso de ferrovias para o transporte de tropas e armamentos.

A superioridade do Norte industrializado era evidente desde o início da guerra. Eram 23 estados, com 22 milhões de habitantes, extensa rede ferroviária, sistema bancário eficiente, marinha de guerra bem-aparelhada contra 11 estados sulinos agrários, com 9 milhões de habitantes, em boa parte escravos. Para surpresa dos analistas, a guerra durou tempo bem maior que o esperado, devido à forte resistência do Sul.

Em 1863, Lincoln aboliu a escravidão e ordenou o bloqueio marítimo, isolando os confederados. O general do Exército dos Estados Unidos, Robert Edward Lee, atacou a Pensilvânia, tentando destruir o potencial industrial da União, mas fracassou. Nesse mesmo ano, foi derrotado também na Batalha Gettysburg. A derrota final do exército confederado ocorreu em Appomattox, em 1865. Lincoln iniciava uma política de reconciliação quando, no dia 14 de abril, foi assassinado por John Wilkes Booth, um fanático sulista, em um teatro.

80



General Robert Edward Lee (1807-1870)

As últimas décadas do século XIX foram a "idade de ouro" na história dos Estados Unidos. A intensa imigração ampliava rapidamente o mercado consumidor interno e ofertava mão de obra barata para o setor industrial. Favorecidos pelo governo, homens de negócios, agindo legal e ilegalmente, fizeram espantosas fortunas. Donos de bancos, indústrias, estradas de ferro, poços de petróleo, muitos dos "barões gatunos" tornaram-se alguns dos homens mais ricos do mundo. Monopolizavam setores inteiros da economia (*trust*), impondo preços e obtendo lucros extraordinários.

A questão cubana

O interesse dos Estados Unidos por Cuba tem origem no começo do século XIX. Em 1805, o presidente Thomas Jefferson afirmava que, no caso de guerra entre a Inglaterra e a Espanha, os Estados Unidos se apoderariam de "Cuba por necessidades estratégicas para a defesa da Louisiana e da Flórida". Durante a presidência de James Monroe, um assessor declarou, em 1823, que "Cuba seria a adição mais interessante que se poderia fazer no nosso sistema de estados". Nesse mesmo ano, o futuro presidente John Quincy Adams escreveu: "quando se lança um olhar na direção do curso que provavelmente os acontecimentos tomarão nos próximos 50 anos, é quase impossível resistir à convicção de que a anexação de Cuba à nossa República Federal será indispensável para a continuação da União e a manutenção de sua integridade". Em meados do século XIX, um senador declarou que "os interesses futuros, não apenas dos Estados Unidos, mas da civilização e do progresso humanos, estavam profundamente envolvidos na aquisição de Cuba pelos Estados Unidos".

Em 1898, os Estados Unidos envolveram-se na guerra de independência de Cuba, contra a Espanha, com o objetivo de atacar um de seus navios de guerra ancorado na baía de Havana. A derrota da Espanha foi rápida. Cuba teve sua independência reconhecida, mas tropas norte-americanas permaneceram na ilha, tendo em vista "a defesa de seus interesses".

Em 1901, foi promulgada a primeira Constituição de Cuba. Por pressão dos Estados Unidos, nela foi inserido um artigo, conhecido como Emenda Platt (nome de um senador norte-americano), pelo qual os Estados Unidos poderiam intervir em Cuba, a qualquer momento, sempre que "os interesses recíprocos de ambos os países fossem ameaçados". Era a política do *big stick*, elaborada e posta em prática pelo presidente Theodore Roosevelt. Na prática, Cuba transformou-se em um protetorado norte-americano. No ano seguinte, terminou a ocupação militar norte-americana, mas antecedida por um acordo militar entre os dois países: Cuba cedia aos Estados Unidos uma área com cerca de 118 quilômetros quadrados, em Guantánamo, para a construção de uma base naval. Guantánamo permanece, ainda hoje, sob a posse dos Estados Unidos, sendo utilizada nesses últimos anos como local de prisão de muçulmanos suspeitos de terrorismo.

81

Detidos na base de Guantánamo, 2002

Após a independência formal de Cuba, capitalistas norte-americanos ampliaram enormemente seus investimentos na ilha, fomentando e controlando a produção açucareira e o setor de serviços, especialmente o de turismo.

No começo do século XX, os Estados Unidos tornaram-se a primeira potência econômica mundial. Eram os maiores produtores agropecuários, pioneiros na extração de petróleo, tinham a maior rede ferroviária e ultrapassavam a produção de países como França, Inglaterra e Alemanha em vários setores industriais. Assim, na virada do século, o governo norte-americano preparava-se para ampliar sua política imperialista, a partir de então, em escala global.

Teste seu saber

1. **A marcha para o Oeste foi a expansão dos Estados Unidos com o objetivo de:**

a) garantir a produção agrícola do Sul.
b) beneficiar os habitantes do Norte.
c) garantir o domínio da foz do rio Mississipi.
d) estimular a atividade comercial da Nova Inglaterra.
e) ampliar seu território no sentido do Pacífico em busca de regiões ricas.

2. **(PUC-SP) "A Guerra Civil norte-americana (1861-1865) representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução (para os conflitos políticos mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, o Norte e o Sul). Foi uma prova de que mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos políticos."**

Eisemberg, Peter Louis. *Guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982).

Entre os conflitos geradores dos antagonismos políticos referidos no texto está a:

a) manutenção, pela sociedade sulista, do regime de escravidão, o que impediria a ampliação do mercado interno para o escoamento da produção industrial nortista.
b) opção do Norte pela produção agrícola em larga escala voltada para o mercado externo, o que chocava com a concorrência dos sulistas que tentavam a mesma estratégia.
c) necessidade do Sul de conter a onda de imigração da população nortista para seus territórios, o que ocorria em função da maior oferta de trabalho e da possibilidade do exercício da livre iniciativa.
d) ameaça exercida pelos sulistas aos grandes latifundiários nortistas, o que se devia aos constantes movimentos em defesa da reforma agrária naquela região em que havia concentração da propriedade da terra.
e) adesão dos trabalhadores sulistas ao movimento trabalhista internacional, o que ameaçava a estabilidade das relações trabalhistas praticadas na região norte.

3. **"Jamais se esclareceu bem a exata extensão desse 'Destino' (que, realmente, foi muitas vezes obscurecido nos arroubos da oratória), mas quase invariavelmente abrangeu a expansão dos Estados Unidos até pelo menos suas atuais fronteiras e, frequentemente, transbordou por todo o Hemisfério."**

   Allen, H.C., História dos Estados Unidos da América.

   O texto acima está intimamente ligado à ideologia do "Destino Manifesto", muito em voga nos Estados Unidos durante o século XIX, como explicação para a política expansionista em direção ao Sul e ao Oeste. Das proposições que se seguem, uma está diretamente ligada a esse texto:

   a) O avanço em direção ao sul, foi detido pela oposição mexicana no Texas.
   b) A aquisição do Alasca abriu o caminho para o Pacífico e o continente asiático.
   c) A resistência inglesa no Canadá impediu a conquista dos Grandes Lagos e do território do Oregon.
   d) A intervenção em Cuba, a aquisição de Porto Rico, o estabelecimento na Zona do Canal, eis aí algumas imposições do "Destino".
   e) A incorporação pacífica de territórios como o Novo México, o Arizona, o Utah, a Califórnia, corresponderam à prática daquela doutrina.

4. **(FCMSC-SP) Ao considerarmos a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, podemos descrever corretamente, a seguinte diferença entre os oponentes:**

   a) Os habitantes do Leste americano (enriquecido pelo tráfico marítimo, pelo sistema bancário e pelo desenvolvimento industrial) opunham-se aos do Oeste (proprietários de ricas minas de ouro).
   b) Enquanto o Sul tornou-se abolicionista, o Norte e parte do Oeste eram francamente escravistas.
   c) O partido político majoritário no Sul era o (futuro) Partido Republicano, enquanto no Norte o majoritário era o Partido Democrata.
   d) Os democratas eram representados pelos agricultores, livre-cambistas e escravistas, enquanto os republicanos eram representados pelos industriais antiescravistas.
   e) Com a vitória dos ianques sulistas, foi proclamada a liberação dos escravos, enquanto os confederados nortistas relutaram por muito tempo em aceitar tal atitude.

Descomplicando a História

(Fuvest)"Uma casa dividida contra si mesma não subsistirá. Acredito que esse governo, meio escravista e meio livre, não poderá durar para sempre. Não espero que a União se dissolva; não espero que a casa caia. Mas espero que deixe de ser dividida. Ela se transformará só numa coisa ou só na outra."
Abraham Lincoln, em 1858.
Esse texto expressa a:
a) posição política autoritária do presidente Lincoln.
b) perspectiva dos representantes do sul dos EUA.
c) proposta de Lincoln para abolir a escravidão.
d) proposição nortista para impedir a expansão para o Oeste.
e) preocupação de Lincoln com uma possível guerra civil.

Resolução e comentários

O texto do então candidato à presidência Abraham Lincoln discute o problema que a manutenção da escravidão traria à manutenção da unidade nacional. Mantida a divisão, o país caminharia para a Guerra Civil, também conhecida como Guerra da Secessão (1861 a 1865). A alternativa correta é a **E**.

25 O imperialismo e a partilha da África e da Ásia

A segunda fase da Revolução Industrial gerou crescentes necessidades. A produção industrial em larga escala exigia cada vez mais matérias-primas e mercados consumidores. Havia excesso de capitais acumulados na Europa, e eles precisavam ser investidos. Uma das soluções era aplicá-los no exterior, onde o lucro seria maior. Além disso, novas possessões eram fundamentais para a navegação a vapor, pois em caso de conflitos, aumentava a importância das bases estratégicas para abastecimento. Assim, o imperialismo foi uma consequência lógica do capitalismo industrial.

A acumulação de capitais, o desenvolvimento tecnológico, a integração mundial da economia e o rápido crescimento populacional provocaram uma mudança no capitalismo. Ele passou da fase concorrencial para monopolista, com o surgimento de trustes, *holdings* e cartéis, em que uma ou algumas empresas controlavam a produção e a comercialização de uma mercadoria.

A fundamentação ideológica do imperialismo era a teoria da superioridade racial do homem branco (o europeu), considerado o "civilizado", chamando para si o direito de submeter os povos considerados "selvagens" (os africanos) e os "bárbaros" (os asiáticos). O modo de vida e as instituições do "civilizado" deveriam ser impostos a todos. Como consequência, vieram o desrespeito, as violações, as modificações no modo de vida e a extinção de várias culturas nativas.

O imperialismo, também chamado neocolonialismo, foi levado a outros continentes das mais diversas formas, até mesmo pela ação de missionários cristãos e de pesquisadores científicos, facilitando a conquista e espoliação de muitos povos. Era a missão civilizadora, o "destino manifesto" do homem branco.

Um dos fatores estimulantes foi a pressão demográfica na Europa, que exigia espaço para a colocação do excedente. Nas últimas décadas do século XIX, cerca de 15 milhões de europeus emigraram, procurando melhores condições de vida e a garantia de estarem vivendo sob a proteção das leis do seu país de origem. Portanto, as novas colônias deveriam ser um prolongamento da nação de origem.

A superioridade tecnológica do branco, especialmente em armamento, justificava e facilitava a dominação e a repressão. Enquanto tropas nativas eram postas sob o comando de oficiais brancos, os colonizadores aliavam-se às oligarquias locais para, de comum acordo, explorar as riquezas locais.

França e Inglaterra eram, por excelência, as grandes potências colonialistas. Mas Rússia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Japão, Estados Unidos e até mesmo Portugal e Espanha (países não industrializados) também participaram da corrida imperialista. Muitos países colonizadores administraram diretamente suas colônias. Também utilizaram o sistema de protetorado, mantendo a administração local sob controle metropolitano. A exploração econômica foi a base das relações entre os países imperialistas e seus impérios, condenados a fornecer produtos primários e consumir produtos industrializados.

A Inglaterra colonizou o Canadá e a Austrália. Também conquistou a África do Sul, anexando as regiões do Cabo, Natal e o Transvaal. Dominava o mar Vermelho, passagem do Mediterrâneo para o Índico, por meio do controle acionário da companhia que administrava o canal de Suez, inaugurado em 1869. A Índia tornou-se uma colônia de exploração, administrada em proveito exclusivo da Grã-Bretanha. E boa parte da África negra pertencia ao Império Britânico.

Em 1840, a Inglaterra começou a penetrar na China, por meio do fornecimento de ópio, produzido na Índia, viciando o povo. O governo chinês tentou proibir esse comércio altamente lucrativo,

mas os ingleses reagiram, e ocorreu a Guerra do Ópio (1840 a 1842), que terminou com a derrota chinesa. Pelo Tratado de Nanquim, a China cedeu os portos de Cantão e Xangai, além da ilha de Hong Kong para o Reino Unido. Mais tarde, outros países industrializados obrigaram a China a assinar o Tratado de Pequim, estabelecendo áreas de influências das grandes potências. A soberania chinesa não mais existia.

A França conquistou a Argélia em 1830, primeira etapa de sua política expansionista no norte da África, que se completou com a ocupação da Tunísia e do Marrocos. Instalou-se na Indochina. Conquistou o Senegal, as embocaduras do Níger e do Congo, dominando boa parte da costa ocidental da África. Fundou a África Ocidental e a África Equatorial.

Unificadas tardiamente, Alemanha e Itália reivindicavam sua porção na partilha da África e da Ásia. A possibilidade de ocorrerem conflitos entre as potências imperialistas motivou o Congresso de Berlim de 1884, convocado por Bismarck. O congresso estabeleceu normas de conquista, reconhecimento e delimitação das áreas conquistadas, mas sem quaisquer consultas aos nativos. Assim, a Alemanha pôde anexar a costa oriental e o sudoeste africanos, enquanto a Itália estabeleceu seu domínio na Líbia e na Somália, embora fracassasse na conquista da Etiópia. O rei Leopoldo II da Bélgica criou uma colônia particular no Congo, depois incorporada ao Estado belga.

Várias guerras coloniais marcaram o domínio europeu na África e na Ásia. Na Índia, houve vários levantes contra os ingleses, como a Guerra dos Cipaios. Soldados cipaios, seguidores do islamismo, foram recrutados pelos ingleses para formar um exército colonial. Porém, o uso de gordura de porco para engraxar armamentos revoltou os soldados, e a rebelião se alastrou, terminando com um enorme massacre dos nativos, em 1858.

Na África do Sul, ocorreu a Guerra dos Bôeres, colonos de origem holandesa que fundaram os Estados de Natal e Transvaal.

Gozavam de alguma independência. Mas a descoberta de ouro e diamante em território bôer, no fim do século XIX, motivou a invasão britânica, a guerra e a derrota desses colonos em 1902. Houve milhares de mortos, inclusive nos campos de concentração montados pelos ingleses.

Em 1900, nacionalistas chineses, chamados *boxers*, tentaram expulsar os ocidentais. A Guerra dos Boxers culminou com a invasão de Pequim e a derrota dos sublevados. A dinastia manchu não conseguiu unir chineses contra o imperialismo nem impedir a divisão do império em áreas influenciadas pelas potências estrangeiras. Uma verdadeira revolução popular estava em marcha. A confusa situação nacional, a humilhação do país e a fraqueza imperial manchu causaram o triunfo da República, em 1911, por Sun-Yat-Sen. O Japão permanecia praticamente fechado ao mundo ocidental desde o século XVI, sob o domínio do chefe de armas imperial, o xogun. O período do xogunato durou até 1853, quando os norte-americanos forçaram a abertura dos portos. Os japoneses concordaram em estabelecer relações comerciais com os norte-americanos. Outras nações também se impuseram, forçando o Japão a assinar os "tratados humilhantes". Ao Japão restavam duas alternativas: ou se modernizar ou se submeter ao imperialismo ocidental, como acontecia com a vizinha China. A opção foi a Revolução Meiji. O imperador concentrou o poder político e extinguiu o xogunato. Substituiu-o pelo primeiro-ministro. Em 1868, o imperador Mitsuhito iniciava a ocidentalização nacional.

Os antigos senhores feudais transformaram-se em modernos capitães de indústria. O Japão passava do feudalismo para a Revolução Industrial, enviando japoneses para estudar em escolas nos Estados Unidos e na Europa e importando técnicos e tecnologia ocidentais, queimando etapas.

Ao se industrializar, o Japão se transformava em uma potência imperialista. Por ser pobre em matéria-prima, a expansão imperialista era vital para conseguir manter sua produção industrial

e concorrer com os países ocidentais. O Japão atacou a China, derrotou-a e se apossou de Formosa (Taiwan). Em 1905, incorporou a Coreia, após derrotar a Rússia, que também a disputava. O domínio do Extremo Oriente era objeto da geopolítica japonesa.

Os Estados Unidos, por seu lado, consolidavam sua hegemonia na América Latina, pela criação de um Conselho Pan-Americano, com sede em Washington, em 1901. O conselho facilitava a intervenção norte-americana nos assuntos internos de vários países, como México, República Dominicana, Cuba, Nicarágua, Guatemala etc. Como corolário do seu imperialismo, os norte-americanos receberam do recém-criado Panamá o direito de construir e explorar, perpetuamente, o canal que ligaria o Atlântico ao Pacífico.

Teste seu saber

1. **Durante a época da expansão imperialista das nações industrializadas da Europa, a conquista de colônias teve como principal razão de ser:**
   a) os excedentes demográficos europeus.
   b) a busca de mercados para os excedentes de capital e de produtos industrializados.
   c) a necessidade de matérias-primas para as novas indústrias.
   d) o ideal de levar a todos os quadrantes a civilização europeia.
   e) a exigência de mercados mais amplos e abertos a todos os países industrializados.

2. **Na Guerra dos Bôeres, defrontaram-se:**
   a) a Inglaterra e a Alemanha pela posse da região que hoje corresponderia à Tanzânia.
   b) exércitos britânicos e colonos holandeses das repúblicas do Transvaal e do estado livre de Orange.
   c) descendentes de holandeses e tropas britânicas pela posse da região correspondente à África sul-ocidental.
   d) exércitos britânicos e colonos alemães pela posse do que seria hoje a Rodésia.
   e) colonos holandeses, apoiados por tropas britânicas, e negros zulus para a implantação de uma colônia branca anglo-holandesa no sul da África.

3. **A conquista da Ásia e da África, durante a segunda metade do século XIX, pelas principais potências imperialistas, objetivava:**
   a) a busca de matérias-primas, a aplicação de capitais excedentes e a procura de novos mercados para os manufaturados.
   b) a implantação de regimes políticos favoráveis à independência das colônias africanas e asiáticas.
   c) o impedimento da evasão em massa dos excedentes demográficos europeus para aqueles continentes.
   d) a implantação da política econômica mercantilista, favorável à acumulação de capitais nas respectivas metrópoles.
   e) a necessidade de interação de novas culturas, a compensação da pobreza e a cooperação dos nativos.

4. (PUC-RJ)"Nós conquistamos a África pelas armas [...] temos direito de nos glorificarmos, pois após termos destruído a pirataria no Mediterrâneo, cuja existência no século XIX é uma vergonha para a Europa inteira, agora temos outra missão não menos meritória, de fazer penetrar a civilização num continente que ficou para trás"

"Da influência civilizadora das ciências aplicadas às artes e às indústrias". *Revue Scientifique*, 1889.

A partir da citação anterior e de seus conhecimentos acerca do tema, examine as afirmativas a seguir.

I. A ideia de levar a civilização aos povos considerados bárbaros estava presente no discurso dos que defendiam a política imperialista.

II. Aquela não era a primeira vez que o continente africano era alvo dos interesses europeus.

III. Uma das preocupações dos países, como a França, que participavam da expansão imperialista era justificar a ocupação dos territórios apresentando os melhoramentos materiais que beneficiariam as populações nativas.

IV. Para os editores da *Revue Scientifique* (Revista Científica), civilizar consistia em retirar o continente africano da condição de atraso em relação à Europa.

Assinale a alternativa correta:

a) somente a afirmativa IV está correta.
b) somente as afirmativas II e IV estão corretas.
c) somente as afirmativas I e III estão corretas.
d) somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
e) todas as afirmativas estão corretas.

5. (PUC-MG) O expansionismo japonês é muito mais antigo do que a historiografia tradicional do ocidente dá conta: desde que iniciou seu processo de modernização na segunda metade do século XIX, o Japão estabeleceu em torno de si uma espécie de sistema colonial. Com base nessas informações, assinale a afirmação correta:

a) o Japão conquistou suas primeiras colônias ainda no século XIX, através das guerras empreendidas contra o Império Tártaro-Mongol.
b) o aparecimento de europeus no Japão marca o início de uma etapa de ampliação do mundo, que só era conhecido até a Turquia.

c) a colonização do Japão pelos europeus advém da expansão da Europa napoleônica durante o início do século XIX.
d) a visão eurocêntrica da História construiu a imagem de que o Japão se desenvolveu a partir do contato com o europeu.

6. (UFC) A partir das últimas décadas do século XIX, uma nova onda colonialista levou à partilha quase total da África e da Ásia entre países industrializados. Sobre essa fase imperialista, é correto afirmar que foi motivada fundamentalmente:

a) pelo interesse de importar bens manufaturados da Índia, China e África islâmica e foi estimulada pelos países industriais emergentes: Bélgica, Alemanha e Japão.
b) pela política religiosa e missionária de difundir o cristianismo no mundo e foi liderada pelos países católicos europeus, como a França e a Bélgica.
c) pela exigência do conhecimento científico positivista de ocupar os territórios a serem estudados e foi impulsionada pela Grã-Bretanha.
d) pela necessidade de adquirir facilmente matéria-prima a baixo custo e foi facilitada pela política imperialista dos Estados Unidos.
e) pelo interesse de continuar a expandir o capitalismo num período de crise e teve à sua frente a França e a Grã-Bretanha.

7. (UFMG)"Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema."

Boahen, Albert Adu. "História geral da África". VII. *A África sob dominação colonial*: 1880-1935. São Paulo: Ática/Unesco, 1991. p. 25.

Considerando-se o contexto da colonização europeia da África, é correto afirmar que:

a) a demarcação das fronteiras entre as diferentes colônias respeitou as divisões territoriais previamente existentes entre as etnias africanas.

b) a derrota da Alemanha na Primeira Guerra implicou a concessão de independência aos territórios por ela colonizados, sob a proteção da ONU.
c) essa colonização resultou em decréscimo da população africana, devido à intensa exploração dos recursos humanos e materiais.
d) os Estados europeus, embora negassem oficialmente a escravidão, adotavam trabalho compulsório em alguns territórios coloniais.

8. (FGV) Até hoje se sonha com uma sociedade perfeita, justa e harmoniosa – utópica. No século XIX, o Romantismo produziu muitas utopias, que influenciaram duas correntes ideológicas diferentes: o socialismo e o nacionalismo. A partir de 1848, tais ideias passaram para o campo concreto das lutas sociais na Europa. Já nas novas áreas de domínio colonial, o nascente nacionalismo assumiu o caráter de luta contra a exploração e a presença estrangeira. Respectivamente, os movimentos que exemplificam o socialismo, o nacionalismo na Europa e o nacionalismo contra o domínio europeu são:
a) a Comuna de Paris, a unificação da Alemanha e a Revolta dos Boxers.
b) o ludismo, a independência da Grécia e a Guerra dos Cipaios.
c) a Internacional Socialista, a Revolução do Porto e a Guerra do Ópio.
d) a Revolução Praieira, a independência da Bélgica e a Guerra dos Bôeres.
e) o Cartismo, a unificação da Itália e a Revolução Meiji.

Descomplicando a História

(PUC-SP) Uma das principais consequências econômicas do Primeiro Conflito Mundial foi:

a) a incorporação da Bósnia-Herzegovina e de Montenegro à Sérvia para a formação da Polônia.

b) grandes deslocamentos de contingentes demográficos dentro e fora da Europa.

c) fim dos impérios coloniais face ao movimento de descolonização.

d) declínio relativo das potências capitalistas europeias no plano mundial.

e) fortalecimento das Potências Centrais.

Resolução e comentários

A única alternativa que se refere a uma consequência econômica é a D. De fato, com a ascensão econômica dos Estados Unidos, os principais países capitalistas europeus (e que prevalecem na Primeira Guerra Mundial), Inglaterra e França, ainda que possuíssem imensos impérios coloniais, conheceram um declínio relativo de seu poder econômico. A alternativa correta é a **D**.

26 A Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918)

Origens

Os fatos ocorridos a partir da metade do século XIX colocaram a Europa diante de várias crises. Os antagonismos tornaram-se mais frequentes, desembocando na Primeira Guerra Mundial.

O nacionalismo era um dos fatores de frequentes atritos. A insatisfação nacional na Europa provinha dos erros do Congresso de Viena de 1815, quando os princípios nacionais foram sacrificados diante dos interesses das grandes potências e das dinastias reinantes. No início do século XX, alguns povos lutavam pela sua libertação e constituição de um Estado nacional soberano.

A posse da eslava Bósnia-Hezergovina, regiões anexadas pela Áustria-Hungria, exaltou os nacionalistas sérvios. A Itália reivindicava territórios austríacos, mas majoritariamente italianos, ainda não anexados por ela. A Alemanha havia anexado a Alsácia-Lorena, em 1871, mas a França alegava ser ela uma região predominantemente francesa. Por outro lado, o Império Austro-Húngaro era composto por várias nacionalidades. Poloneses, tchecos, eslovacos, sérvios, croatas, eslovenos, italianos etc., eram governados pela monarquia dual austro-húngara.

O militarismo encontrou no nacionalismo seu estímulo. Os países europeus se rivalizavam no aperfeiçoamento de armamento e aumento de efetivos militares. Alemanha e Inglaterra disputavam a supremacia naval, ampliando suas frotas de guerra. De 1872 a 1912, ocorreu um grande aumento nos orçamentos militares. Era a corrida armamentista. A frase latina "Se queres a paz, prepara-te para a guerra" (*Si vis pacem, para bellum*) era cada vez mais aceita, ainda que não houvesse nenhum conflito envolvendo diretamente países europeus. Era a "paz armada".

Planos eram elaborados; manobras, executadas. Um dos generais do Estado Maior alemão, o comandante Schlieffen, propunha que, para evitar uma guerra em duas frentes, a Alemanha deveria eliminar rapidamente a França ou a Rússia. Sua opção era a França, na certeza de repetir o sucesso da Guerra Franco-Prussiana, de 1870.

A rivalidade econômica acentuou a disputa dos mercados mundiais, e o equilíbrio europeu sofreu um forte impacto com a unificação alemã, em 1871. A Alemanha tornou-se uma nova força econômica e militar, ameaçando a supremacia britânica. Em decorrência das crises cíclicas do sistema capitalista, taxas alfandegárias foram aumentadas, inclusive para a proteção da produção agrícola interna.

Bismarck, para desestimular o revanchismo francês, fez alianças e acordos diplomáticos. Atraiu a Rússia e a Áustria-Hungria para a Liga dos Três Imperadores, em 1873. Mas ocorreu um enfraquecimento das relações entre alemães e russos em decorrência do antagonismo entre pan-eslavismo (movimento nacionalista pretendendo unir os povos eslavos) e pangermanismo. Dessa maneira, os russos aproximaram-se dos franceses. A Itália aderiu à Liga em 1882, após os franceses terem recusado ceder territórios coloniais aos italianos, como a Tunísia.

Com a queda de Bismarck em 1890, o *kaiser* Guilherme II passou a conduzir a política exterior alemã. Mas sua incompetência fez o sistema bismarckiano ruir. A Europa agrupou-se em dois blocos antagônicos. A aliança entre a França e a Rússia rompeu o isolamento francês e reconduziu a Europa a um sistema de equilíbrio. A ela aderiu a Inglaterra, surgindo a Tríplice Entente (em português, "tríplice acordo"), em oposição à Tríplice Aliança, formada pela Alemanha, Império Áustro-Húngaro e Itália.

A disputa no norte da África motivou o choque dos imperialismos europeus. A França obteve liberdade de ação no Marrocos em troca da mesma liberdade concedida à Inglaterra no Egito. A Alemanha sentiu-se marginalizada. Provocativamente, Guilherme II

desembarcou em Tanger, Marrocos, afirmando reconhecer a soberania e inviolabilidade do país. Na verdade, testava a aliança anglo-francesa. A tensão parecia capaz de levar à guerra. As partes interessadas reuniram-se em 1906, em Algeciras, na Espanha, e evitaram o pior. Mas a seguir a França ocupou a cidade marroquina de Fez. Os alemães reagiram enviando um navio de guerra a Agadir e declarando a Conferência de Algeciras sem efeito. Novamente, franceses e alemães encontravam-se à beira de um conflito. Em 1911, foi feito um acordo, pelo qual o Marrocos era anexado à França, que, por sua vez, cedia parte do Congo Francês, os Camarões, à Alemanha.

No começo do século XX, outra crise agitou a Europa, desta vez nos Bálcãs. A região limítrofe do Império Austro-Húngaro e a Sérvia, conhecida como Bósnia-Hezergovina, era pretendida pelas duas nações, embora formalmente pertencesse ao decadente Império Otomano. Sob tutela da Áustria desde 1878, foi incorporada em 1908. Os sérvios buscaram apoio na Rússia, que incentivou o pan-eslavismo. A Sérvia alimentava a ideia de se constituir na Grande Sérvia e anexar os eslavos da Bósnia-Hezergovina.

O nacionalismo sérvio se radicalizou com a criação de organizações extremistas, que apelaram para ações violentas. Em 28 de junho de 1914, o herdeiro do trono austríaco, arquiduque Francisco Ferdinando, visitava a Bósnia. Durante o desfile pelas ruas de Sarajevo, capital da província, sofreu um atentado. Morreram o arquiduque e sua esposa. O autor foi um estudante sérvio ultranacionalista. A Áustria quis tirar proveito do atentado e eliminar a Sérvia.

A guerra

A recusa do ultimato austríaco pela Sérvia para ceder parte de sua soberania ao permitir que policiais austríacos investigassem o atentado motivou a declaração de guerra e sua invasão, em 28 de julho. Os sérvios conseguiram o apoio dos russos, e estes, o da França.

Os russos iniciaram uma mobilização geral. Os alemães, sentindo-se ameaçados, exigiram a desmobilização russa, mas esta foi negada. Diante do agravamento da situação, em 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra à Rússia. A França, solidária aos russos, declarou guerra à Alemanha. Os alemães, para derrotar rapidamente a França, invadiram a Bégica, quebrando a neutralidade desta. Os ingleses, então, declararam guerra à Alemanha. A Itália permanecia neutra.

Os aliados da Entente, que possuíam o controle do mar e tinham grandes quantidades de matéria-prima, bloquearam a Europa. A Turquia aliou-se à Alemanha, devido às suas rivalidades com a Inglaterra e a Rússia. O Japão associou-se à Entente graças ao Tratado de 1902 com a Inglaterra e às perspectivas de conseguir colônias na Ásia. Os italianos almejavam os territórios nas fronteiras junto à Áustria; em 1915, aderiram aos Aliados. A guerra se tornara mundial.

Na Batalha do Marne (setembro de 1914), as força francesas resistiram aos ataques alemães. O *front* ocidental de guerra se estabilizou. Iniciava-se a "guerra de trincheiras". Na frente oriental, os alemães obtiveram grandes vitórias sobre os russos. Mas não eram decisivas.

Decisivo foi o ano de 1917. Os problemas políticos internos na Rússia arruinaram sua organização militar. A vitória da revolução bolchevique, em outubro, levou a uma paz em separado com a Alemanha. Dessa maneira, os exércitos alemães puderam ser deslocados para o *front* ocidental.

A princípio, os Estados Unidos declararam-se neutros. Porém, a neutralidade norte-americana não impedia a venda de armamentos, produtos agrícolas e matérias-primas principalmente para a Inglaterra. Havia solidariedade econômica. Assim, capitais europeus eram transferidos para os Estados Unidos, onde se acumulavam. Parte desse capital era emprestado à Inglaterra. Havia solidariedade financeira.

O bloqueio marítimo imposto pelos britânicos à Alemanha foi seguido de um contrabloqueio submarino alemão, que declarou

as Ilhas Britânicas zona de guerra. Em poucos meses, foram afundados mais de 2 milhões de toneladas de navios britânicos. Mas navios norte-americanos também foram torpedeados, quebrando a resistência de muitos norte-americanos que alegavam manter a neutralidade. Ocorre que a grande imprensa era notoriamente favorável aos Aliados.

Os norte-americanos declaram guerra à Alemanha, em 6 de abril. A revelação do "telegrama Zimmermann" foi apenas o último pretexto. Nessa nota, o embaixador alemão no México convidava esse país a juntar-se à Alemanha, caso os Estados Unidos declarassem guerra. Em troca, os mexicanos teriam de volta os territórios perdidos no século XIX.

O presidente norte-americano Woodrow Wilson, um intelectual idealista que ainda acreditava em uma paz justa e honrosa, sem vencidos nem vencedores, fez uma proposta em janeiro de 1918, chamada de "14 pontos" que, em síntese, eram:

1) abolição da diplomacia secreta;
2) liberdade dos mares à navegação internacional;
3) fim das tarifas protecionistas;
4) desarmamento geral;
5) divisão das colônias equitativamente;
6) desocupação do território russo;
7) desocupação e restauração da Bélgica;
8) devolução da Alsácia-Lorena para a França;
9) retificação das fronteiras italianas;
10) autonomia para os povos da Áustria-Hungria;
11) restauração da Sérvia, de Montenegro e da Romênia;
12) autonomia para os povos do Império Turco e internacionalização dos estreitos;
13) restauração da Polônia, com uma saída para o mar;
14) criação de uma sociedade internacional de nações.

Como a situação militar parecia ser favorável à Alemanha em decorrência da saída da Rússia, seus generais pressionaram para que o governo não aceitasse a proposta de Wilson.

O desembarque de muitos soldados norte-americanos, armas, munições e alimentos nos países aliados fizeram o resultado da guerra pender para eles. Em julho de 1918, os alemães foram derrotados na segunda Batalha do Marne (agosto de 1918). O moral das tropas caiu, e os produtos básicos rapidamente se esgotaram. O drástico racionamento foi imposto às tropas e à população civil. Enquanto a Itália expulsava os austríacos de seu território, Bulgária, Turquia e Áustria rendiam-se.

Os generais alemães, considerando que a guerra estava perdida, pressionaram o *kaiser* a aceitar a paz baseada nos "14 pontos". Os norte-americanos negaram-se a negociar. Convulsões sociais na Alemanha fizeram Guilherme II abdicar. A República foi instalada, e seus governantes solicitaram um armistício, em novembro de 1918.

Teste seu saber

1. **Após a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, o chanceler alemão Bismarck estruturou diversos "sistemas de alianças" que possuíam em comum os objetivos principais:**

1 – Controlar os Bálcãs, dominado pelos turcos.

2 – Isolar a França a fim de conter-lhe o Revanchismo.

3 – Pôr um freio à expansão italiana.

4 – Superar as divergências austro-russas.

5 – Lançar as bases da expansão colonial alemã.

a) 2 e 4.
b) 2 e 5.
c) 1 e 3.
d) 3 e 4.
e) 4 e 5.

2. **A partir de 1890, iniciou-se a aproximação da França com a Rússia e, logo em seguida, de ambas as nações com a Inglaterra. Da política de fazer frente à diplomacia alemã surgiu:**

a) a Liga das Nações.
b) a Liga da Neutralidade Armada.
c) a Tríplice Aliança.
d) a Santa Aliança.
e) a Tríplice Entente.

3. **A I Guerra Mundial (1914-1918), depois de várias fases de operações militares, apresentou uma fase de guerra submarina, iniciada em 1917, e cuja principal consequência foi:**

a) o abandono do princípio da neutralidade pela Suíça, Holanda e Espanha.
b) a entrada dos Estados Unidos da América do Norte no conflito europeu.
c) a derrota da armada dos Impérios Centrais na batalha naval da Jutlândia.
d) o afastamento dos russos do conflito, após a assinatura do Tratado de Brest-Litvosk.
e) a vitória das forças militares alemãs na batalha de Tannenberg.

4. **(Vunesp) Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Alemanha dispunha de um plano militar – o Plano Schlieffen – que tinha como principal objetivo:**

a) o ataque naval à Inglaterra.
b) neutralizar os Estados Unidos.
c) a aliança com a Itália e o Japão.
d) agir ofensivamente contra a França e a Rússia.
e) a anexação da Áustria.

5. **(UFMG) "A nova era que iria se seguir à era do triunfo liberal seria bastante diferente. Economicamente, adotaria as mais diferentes ortodoxias da política econômica. Politicamente, o final da era liberal significava literalmente o que as palavras querem dizer."**

Hobsbawn, Eric. *A era do capital.*

Como decorrência das mudanças político-econômicas ocorridas na Europa, na transição do século XIX para o século XX, verificou-se:

a) o aumento das pressões protecionistas da indústria e dos interesses nacionais agrários.
b) a defesa de uma economia diversificada sujeita unicamente às leis do mercado.
c) a hegemonia dos liberais em detrimento dos outros partidos políticos.
d) a redução das políticas sociais em favor das classes trabalhadoras.
e) a inexistência da interferência econômica em áreas não desenvolvidas.

6. **(FGV) O contexto europeu do final do século XIX e início do XX relaciona-se à eclosão da Primeira Guerra Mundial porque:**

a) a Primeira Revolução Industrial desencadeou uma disputa, entre os países europeus, por fontes de carvão e ferro e por consumidores dos excedentes europeus.
b) a unificação da Itália rompeu o equilíbrio europeu, pois fez emergir uma nova potência industrial, rival da Grã-Bretanha e do Império Austríaco.
c) o revanchismo alemão, devido à derrota na Guerra Franco-Prussiana, fez a Alemanha desenvolver uma política militarista e expansionista.
d) a difusão do socialismo, principalmente nos Bálcãs, acirrou os movimentos emancipacionistas na área, então sob domínio do Império Turco.
e) a corrida imperialista, com o estabelecimento de colônias e áreas de influência na África e na Ásia, aumentou as rivalidades entre os países europeus.

Descomplicando a História

(Mackenzie-SP) Os fatores responsáveis pela eclosão da I Guerra Mundial podem ser resumidos em:

a) revisionismo alemão, corrida armamentista, Pan-eslavismo e Revolução Russa.

b) choques imperialistas entre França e Inglaterra, Pacto Anti-Komintern e desmembramento do Império Austro-Húngaro.

c) reorganização das fronteiras das nações balcânicas, surgimento do nazismo, desagregação do Império Otomano.

d) fracasso da política de apaziguamento inglesa, anexação da Tchecoslováquia, rearmamento alemão e crise do Marrocos.

e) imperialismo, rompimento do equilíbrio europeu, nacionalismo e política de Alianças.

Resolução e comentários

A Revolução Russa, o Pacto Anti-Komintern (contra a União Soviética), o desmembramento do Império Austro-Húngaro, o surgimento do nazismo, a desagregação do Império Otomano, o fracasso da política de apaziguamento inglesa, a anexação da Tchecoslováquia, o rearmamento alemão são episódios históricos que ocorreram durante e após a I Guerra Mundial (1914-1918). A alternativa correta é a **E**.

27 A Conferência de Paris e os tratados de paz (1919)

A Conferência de Paris

Representantes de 32 países vencedores reuniram-se na Conferência de Paz, no palácio de Versalhes, em Paris, para discutir as sanções a serem impostas aos países derrotados. Os representantes da Alemanha, Áustria, Hungria, Turquia e Bulgária, países perdedores, embora convidados, não foram admitidos na sala de conferência. Não participaram dos trabalhos; apenas tomariam conhecimento das decisões. Uma verdadeira *Diktat* (imposição). Os trabalhos acabaram sendo dominados pelos principais líderes dos vencedores: presidente Wilson, dos Estados Unidos, Lloyd George, primeiro-ministro da Inglaterra, e Clemenceau, primeiro-ministro da França, os dois últimos agindo no interesse específico de seus países.

As demais nações foram preteridas, e havia discordância entre os "Três Grandes". Wilson ameaçou abandonar a conferência; Orlando, representante italiano, não sendo atendido em suas reivindicações territoriais, abandonou Paris. A intenção de Clemenceau e Lloyd George era tirar o máximo possível da Alemanha.

A luta pela posse dos despojos da guerra causou muitos desentendimentos entre os vencedores. A Conferência de Paris transformou-se em um verdadeiro tribunal condenatório dos países derrotados. Os franceses exigiam a posse de regiões fronteiriças com a Alemanha, ricas em ferro e carvão, além da criação de um Estado-tampão entre os dois países. Os territórios em litígio seriam administrados pela futura Liga das Nações.

A conferência deu por terminados os seus trabalhos em 1919, quando ficaram prontos os tratados. Os delegados dos países

perdedores foram chamados à sala de conferência apenas para assiná-los. Para cada país derrotado, um tratado em separado.

O Tratado de Versalhes

As principais disposições do Tratado de Versalhes aplicadas à Alemanha foram:

- princípio da culpabilidade: a Alemanha se declarava culpada pela guerra;
- cláusulas territoriais: devolução da Alsácia-Lorena para a França; cessão do porto de Danzig e de um "corredor territorial" para a Polônia, que assim teria acesso direto ao mar; perda de vários territórios fronteiriços com outros países europeus; cessão das colônias para a França e a Inglaterra, principalmente.
- cláusulas militares: desmilitarização da região do Reno; proibição de produção de armas pesadas e munições; redução significativa de navios da marinha de guerra; exército limitado a apenas 100 mil homens; extinção da força aérea.
- cláusulas financeiras: a indenização a ser paga pela Alemanha, estimada inicialmente em 5 bilhões de dólares, foi elevada para 15 bilhões de dólares.

As indenizações financeiras impostas à Alemanha eram enormes. Iniciava-se com a cessão de locomotivas, navios, animais, carvão e produtos químicos. Seus rios foram internacionalizados. As indenizações pagas em ouro fizeram com que a moeda perdesse seu lastro, e a inflação disparou, atingindo níveis fantásticos. Um balanço resumido: perda de 48% do território e 6 milhões de habitantes, além de todas as colônias; bancarrota financeira; incapacidade de investir; perda de 10% da riqueza nacional (65% do ferro, 45% do carvão, 72% do zinco, 57% do estanho, 15% da agricultura e 10% das fábricas); enorme redução da marinha mercante.

Na Alemanha, a indignação contra o tratado foi geral. O povo e a classe média, atingidos duramente pela depressão econômica, buscaram no fascismo a resistência às imposições do tratado.

A aplicação drástica do tratado reforçou o nacionalismo, a unidade do germanismo, em vez de combatê-lo. Lançavam-se, assim, as sementes de um novo conflito mundial, que não tardaria.

82

Uma multidão de pessoas acompanhou a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1916

Os demais tratados

À Áustria foi aplicado o Tratado de Saint Germain: o império foi desmembrado; dos 30 milhões de habitantes restaram apenas 6 milhões; foi proibida qualquer união com a Alemanha; o exército foi drasticamente reduzido; sem saída para o mar, sua marinha desapareceu; o país foi obrigado a pagar indenizações de guerra; da desintegração do Império Austro-Húngaro surgiram a Tchecoslováquia e Iugoslávia.

A Hungria, atingida por uma sangrenta guerra civil, assinou o Tratado de Trianon. Sofreu perdas territoriais, ficando reduzida a apenas 8 milhões de habitantes.

O Tratado de Neuilly reduziu a Bulgária à total impotência, fazendo-a perder territórios tanto para a Iugoslávia como para a Grécia. As potências imperialistas vencedoras fragmentaram os territórios do Império Turco. À Turquia foi imposto, em 1920, o humilhante Tratado de Sèvres e os turcos também cederam territórios: a Palestina, aos britânicos, a Síria e o Líbano, à França. Os nacionalistas turcos, liderados pelo general Mustapha Kemal Atatürk, levantaram-se e depuseram o sultão. Negociaram um novo tratado, o de Lausanne. Mantiveram um território na Europa, onde se localiza Istambul, e o estreito de Bósforo continuou sob controle turco. O temor das consequências do triunfo do comunismo na Rússia levou as potências imperialistas a amenizarem as condições impostas e a evitar o excessivo enfraquecimento da Turquia.

A Liga das Nações

A ideia de se criar uma entidade internacional que preservasse a paz para toda a humanidade era anterior ao conflito. Além disso, o último dos "14 pontos" de Wilson trazia uma proposta concreta a respeito disso.

A nova organização ficava conhecida como Sociedade ou Liga das Nações, reunindo em Assembleia representantes de vários países. Ela elegia os membros do Conselho e os juízes da Corte Internacional de Justiça de Haia e admitia novos países-membros. O Conselho tinha membros permanentes e temporários que escolhiam um presidente. Um Secretariado dirigia os trabalhos. Anexos ao organismo internacional funcionavam dois órgãos importantes, a Corte de Haia e a Organização Mundial do Trabalho (OIT). A Liga das Nações foi a precursora da Organização das Nações Unidas (ONU).

Várias questões mundiais eram resolvidas pela Liga, como o fim da Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia (década de 1930), e as disputas pelas cidades de Vilna, entre Polônia e Lituânia, e de Memel, entre Alemanha e Lituânia. Sua capacidade de ação,

no entanto, ficou limitada. As grandes potências agiam de acordo com interesses próprios. Os Estados Unidos, apesar de serem os autores da ideia, não participaram da Liga das Nações. O Congresso norte-americano, dominado pela maioria republicana, rejeitou a adesão, optando pelo "isolacionismo".

Teste seu saber

1. **(FGV) O Tratado de Versalhes, que determinou o final da Primeira Guerra Mundial, pode ser analisado da seguinte forma:**

a) foi um tratado justo, pois, de acordo com seus termos, estabeleceu-se uma nova divisão da Europa, na qual se reconheceu o direito à auto-determinação dos povos balcânicos e das minorias étnicas e culturais da Espanha, Itália e Alemanha, reconhecendo ainda como legítimo o governo dos sovietes instaurado na Rússia pela Revolução de 1917.

b) foi um tratado cuja inspiração se deveu aos chamados "14 pontos" propostos pelo presidente norte-americano Wilson, e que estabelecia a "paz sem vencedores".

c) ao permitir que a Alemanha mantivesse intactos seus exércitos e sua indústria bélica, bem como que a Alsácia-Lorena, região riquíssima em ferro e carvão, permanecesse em mãos alemãs, já continha o germe da Segunda Guerra Mundial.

d) foi um tratado inócuo, do ponto de vista do rearranjo das forças em jogo nas relações internacionais, uma vez que não extinguiu os três grandes impérios que dominaram a cena política europeia durante o século XIX: o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Império Russo.

e) revela o enorme espírito de "revanche" da França, além de humilhar os alemães e reduzir sua economia e capacidade produtiva ao mínimo. Seus termos podem ser considerados como o "caldo de cultura" ideal para o futuro desenvolvimento e propagação da ideologia nazista.

Descomplicando a História

Nesta questão são feitas três afirmativas; cada uma delas pode estar certa ou errada. Leia-as com atenção e responda de acordo com as alternativas a seguir:

I. As crises geradas pela Primeira Guerra Mundial provocaram o abandono progressivo da organização liberal de alguns Estados democráticos.

II. A Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, foi a concretização de um dos 14 pontos de Wilson.

III. A Liga das Nações foi eficaz na manutenção da paz, no período após a Primeira Guerra Mundial.

a) se apenas a afirmativa I é correta.

b) se apenas as afirmativas I e II são corretas.

c) se apenas as afirmativas I e III são corretas.

d) se apenas as afirmativas II e III são corretas.

e) se todas as afirmativas são corretas.

Resolução e comentários

Alguns Estados democráticos (Itália, Espanha e mesmo Alemanha) foram submetidos a regimes ditatoriais no período entre guerras. Além disso, a Liga das Nações não foi capaz de resolver graves conflitos, alguns dos quais levaram à Segunda Grande Guerra.

28 A Revolução Russa de 1917

Antecedentes

A monarquia russa tinha uma longa tradição de autoritarismo e de repressão, sob a dinastia dos Romanov. Uma verdadeira autocracia, sem qualquer participação política da população. Vários povos viviam no império russo, que se estendia desde a Europa Oriental até os confins da Ásia. O czar Nicolau II governava a Rússia desde 1894, como um protetor dos privilegiados: a nobreza proprietária de terras, um clero ortodoxo fanático e uma corte corrupta e bajuladora. A Rússia havia parado no tempo. As ideias liberais chegaram aos russos desde a invasão napoleônica, mas circulavam apenas em grupos fechados de intelectuais, bem como as ideias socialistas, estas entre os trabalhadores urbanos. A derrota russa na guerra contra o Japão (1905) forçou o czar a abolir alguns privilégios e convocar a Duma (Parlamento). Mas os deputados não possuíam, de fato, qualquer poder.

Mesmo assim, apesar da pouca liberdade política, os partidos políticos cresciam na Rússia, como o Partido Constitucional Democrata (os cadetes), favoráveis ao regime capitalista e a uma monarquia constitucional. Era formado por membros da burguesia e nobres reformistas. Defendia a propriedade privada e a liberdade econômica.

O Partido Social-Democrata Russo era partidário do coletivismo e da socialização dos meios de produção. Defendia os camponeses e os operários. Radicais, seus membros propunham a extinção da propriedade privada. O partido, porém, dividiu-se no Congresso de 1905. A maioria (bolcheviques), sob a liderança de Lenin, propunha uma revolução para a tomada do poder, a implantação de um governo proletário e a socialização dos meios de produção.

A minoria, conhecida como menchevique, optou pela social-democracia, um movimento reformista.

O descontentamento da burguesia pela não participação no poder juntava-se ao dos camponeses, que lutavam contra a persistência da servidão. O operariado era pouco numeroso, mas bastante ativo politicamente e organizado em sindicatos.

O czar Nicolau II era manobrado pela corte e por sua mulher, Alexandra, que, por sua vez, era influenciada pelo "monge" Rasputin, um fanático fanfarrão que se intitulava "santo". Rasputin considerava-se o único capaz de salvar o herdeiro imperial, Aléxis, da hemofilia.

Em janeiro de 1905, houve uma grande revolução social, na qual milhares de pessoas foram assassinadas em São Petersburgo, a capital, no episódio conhecido como "Domingo Sangrento". A manifestação era pacífica, o povo queria "pão e paz". Para os historiadores, foi um "ensaio geral" da grande revolução que estava para acontecer. Apesar dos graves problemas, o czar tinha esperanças de expandir o território russo à custa do decadente Império Turco, anexar os Bálcãs e, se possível, o estreito de Bósforo. Alimentando a ideia do pan-eslavismo, aliou-se à França e à Inglaterra e formou a Tríplice Entente. A elite e o governo russos acreditavam que poderiam conquistar territórios estratégicos e abafar a agitação interna por meio de uma guerra vitoriosa.

Em 1914, estourou a guerra, com a imediata participação da Rússia. Com estradas de péssima qualidade e comunicações deficientes, além de um exército despreparado, foi derrotada pelos alemães em várias batalhas. Logo se fez ouvir o clamor pela paz nas trincheiras, onde os soldados morriam de fome e de frio. Muitos desertavam, abandonando o *front*.

A revolução liberal-burguesa de fevereiro de 1917

As privações da guerra, as derrotas do exército e o arcaísmo das estruturas levantaram o povo contra o czar. Este ordenou o esma-

gamento de qualquer manifestação e mandou fechar a Duma. Um levante dos operários de Petrogrado (ex-São Petersburgo) tomou a forma revolucionária, enfrentando as forças governamentais, e instituiu o "Conselho dos Trabalhadores e Soldados", os sovietes, que se multiplicaram pela Rússia. Para a burguesia russa e para as potências ocidentais, só um golpe contra a monarquia poderia evitar uma revolução popular e manter a Rússia na guerra contra a Alemanha. A rebelião geral dividia-se entre o socialismo e o liberalismo.

O czar Nicolau II tentou salvar a monarquia, abdicando em favor de seu irmão, em fevereiro de 1917 (março pelo calendário gregoriano). Mas o governo provisório não aceitou a manobra. O cadete Lvov e o menchevique Kerensky assumiram o poder e decretaram as primeiras medidas governamentais. Pretendiam um governo liberal e o prosseguimento na guerra. Os Aliados reconheceram Lvov, mas o "soviete" de Petrogrado não, alegando que era uma disputa entre potências imperialistas capitalistas. O governo provisório manteve a Rússia na guerra, contra a vontade da grande maioria da população. Enquanto isso, Lenin voltava do exílio, auxiliado pelos alemães, que queriam a Rússia fora da guerra. Lenin assumiu a liderança do soviete de Petrogrado em abril de 1917, sob o lema "Todo o poder para os sovietes". Pretendia implantar a ditadura do proletariado.

A revolução socialista de outubro de 1917

Os sovietes desencadearam uma campanha nacional para tirar a Rússia da guerra. Soldados rebelavam-se e voltavam para casa. Os levantes populares tornavam-se frequentes nas cidades. Lenin pregava o programa "Paz, terra e pão". O governo não resistiu. Lvov se demitiu, mas Kerensky permaneceu, com poderes ditatoriais. Teimoso, manteve a Rússia na guerra. Entre julho e outubro de 1917, a ameaça de guerra civil era generalizada. Enquanto Lenin recru-

tava novos adeptos aos sovietes, Trotsky, outro líder bolchevique, organizava a Guarda Vermelha. A rebelião alcançava os campos, com assaltos às propriedades e perseguição aos latifundiários. Em 24 de outubro (7 de novembro pelo calendário gregoriano), os bolcheviques deram um golpe e tomaram o poder. Kerensky foi obrigado a se exilar, enquanto um congresso de sovietes se reunia em Petrogrado e Lenin era escolhido chefe do Comissariado do Povo, com o objetivo de dirigir o país.

Primeiras medidas do governo comunista

Lenin tratou de assegurar o poder com medidas populares. Impôs uma paz imediata e confiscou todas as grandes propriedades em proveito dos comitês agrários. Bancos, ferrovias e grandes indústrias foram estatizados, e sua administração foi entregue às lideranças dos trabalhadores. Lenin nomeou Trotsky para o Ministério do Exterior e Stalin para o das Nacionalidades.

Lenin queria a paz a todo custo. Desmobilizou o exército e negociou com a Alemanha, sob condições desfavoráveis. Foi imposta à Rússia uma paz humilhante. Pelo Tratado de Brest-Litóvsky, assinado por Trotsky em 1918, os russos abriram mão da Lituânia, Estônia, Letônia, Finlândia e parte da Polônia.

Terminada a Grande Guerra em novembro de 1918, as tentativas contrarrevolucionárias não tardaram. Os monarquistas foram apoiados pelos vencedores aliados, que bloquearam a Rússia pelo mar. Os derrotados alemães pressionaram as fronteiras ocidentais. A França tomou Odessa; a Inglaterra, Baku; o Japão, a Sibéria Oriental; os Estados Unidos ajudaram os contrarrevolucionários a tomar Vladivostok. O Exército Branco, comandado por Kornilov, cercou os bolchevistas em Petrogrado e Moscou. Os aliados temiam o contágio revolucionário, uma vez que agitações e revoltas socialistas ocorriam na Alemanha e na Itália. Tropas e navios passaram a vigiar pontos estratégicos russos e apoiaram o Exército Branco com material de guerra.

Quando tudo fazia crer que a derrota dos socialistas era inevitável, veio a contraofensiva vermelha. Trotsky organizou o Exército Vermelho. A Tcheca, polícia secreta, foi estruturada. Começavam a eliminação dos líderes contrários ao novo regime e a implantação de um verdadeiro terror.

O governo organizou a Federação das Repúblicas Socialistas Soviéticas Russas (URSS) e impôs uma economia chamada "comunismo de guerra". As principais medidas foram:

- todas as terras foram nacionalizadas;
- os artigos de primeira necessidade foram tabelados e racionados;
- as propriedades da Igreja Ortodoxa foram confiscadas;
- os salários foram igualizados;
- o lucro foi proibido.

Os resultados foram desastrosos. A Rússia estava em ruínas, com a produção agrícola reduzida à metade do volume produzido antes da guerra, a produção industrial e os transportes destruídos e a inflação incontrolada. A depressão econômica ampliava-se, enquanto os burgueses e nobres fugiam para o exterior com suas fortunas. Apesar de todos os desastres, o Exército Vermelho triunfou. A ação da III Internacional Comunista (*Komintern*), fundada em 1919 com o objetivo de promover greves e manifestações políticas nos principais países capitalistas, forçou-os a retirar seu apoio ao Exército Branco e a abandonar o território russo. Apesar de todas as adversidades, boa parte do povo apoiava o novo regime.

Uma nova política econômica (NEP)

Para enfrentar a profunda crise econômica, o governo de Lenin fez grandes mudanças. Sob o lema "Um passo para trás, para poder dar dois para a frente", algumas práticas capitalistas foram toleradas. Entre as novas medidas, destacavam-se:

- liberdade de comércio aos pequenos produtores;

- hierarquização dos salários;
- reunião de trabalhadores em cooperativas;
- fim da requisição da produção agrícola pelo Estado;
- fim do racionamento para muitos produtos;
- introdução de um sistema bancário sob controle do Estado;
- permissão para investimentos estrangeiros, sob controle do Estado;
- privatização de empresas com menos de 20 trabalhadores;
- contratação de técnicos estrangeiros, especialmente para o setor de indústria pesada.

Como consequência da implantação das novas medidas, a economia retomou os índices anteriores à Grande Guerra. A produção, em geral, cresceu, os preços caíram e os salários recuperaram boa parte de seu poder aquisitivo. O governo pôde investir mais, colaborando, assim, para a expansão de todas as atividades econômicas. Alguns grupos sociais foram beneficiados, contrariando um dos princípios do socialismo (sociedade igualitária). Os *kulaks* (camponeses) e os *nepmen* (comerciantes) eram os "novos ricos" na sociedade socialista.

O triunfo de Stalin e os Planos Quinquenais

Lenin morreu em 1924. A luta pelo poder foi travada entre Stalin e Trotsky. O primeiro propunha que a Rússia deveria consolidar o socialismo internamente; Trotsky acreditava que deveria haver uma revolução proletária mundial.

As teses de Stalin triunfaram, e ele tornou-se o "todo poderoso" do Partido Comunista da URSS. Trotsky foi para o exílio. Após passar por alguns países, exilou-se no México, onde foi assassinado em 1940, por ordem de Stalin. A política de Lenin foi mantida até 1927. Aos poucos, o Partido Comunista impunha sua autoridade sobre o Estado. Foi instalado na URSS o dirigismo estatal autoritário.

A estabilidade interna permitiu uma rápida reorganização industrial e a melhoria de vida da população. Em 1928, surgia o primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento econômico. Estabeleciam-se metas de crescimento, com larga preferência para a indústria de base e o setor energético. Os investimentos do Estado, a ação do Partido Comunista e o entusiasmo da população transformavam o país em uma nova potência mundial. As metas, em vários setores, foram alcançadas e ultrapassadas. Também houve grande preocupação do governo com a educação, os transportes e a saúde.

O preço político, porém, foi amargo. O sucesso econômico alicerçou o poder de Stalin. A ditadura do partido, sob seu comando, anulou as liberdades democráticas (pensamento, política e imprensa). Ocorreram grandes perseguições políticas; os expurgos tornaram-se rotineiros, e os "dissidentes" eram mandados para a Sibéria, como nos tempos do czar. O totalitarismo de esquerda consolidava-se no stalinismo. Estado e Stalin fundiam-se em um só corpo.

Teste seu saber

1. Para se poder explicar a Revolução Russa de 1917, é necessário levar em conta diversos fatores e circunstâncias, podendo-se, no entanto, considerar como fundamentais:

a) as derrotas dos exércitos russos nas frentes de batalha.
b) as dificuldades políticas e econômicas da sociedade russa no início de 1917.
c) os problemas criados pelas reivindicações das minorias nacionais.
d) as ações dos líderes bolchevistas.
e) as características da estrutura agrária.

2. Após o final da Revolução, Lenin criou uma nova política econômica (NEP), que definiu como "um passo para trás, para poder dar dois para a frente". Diante dessa citação, o novo plano econômico consistia:

a) na autorização de manufatura privada e do comércio particular em pequena escala.
b) na hieraquização de salários.
c) na permissão para que os camponeses vendessem o trigo no mercado livre.
d) em uma política que vigorou até 1928, quando da adoção do primeiro Plano Quinquenal.
e) todas as alternativas estão corretas.

Descomplicando a História

(UMC) Lenin, Stalin, Kerensky e Trotsky são nomes da Revolução Russa que se identificam, respectivamente, com as seguintes situações:
a) adversário dos bolchevistas e líder dos menchevistas; desejava iniciar imediatamente a difusão do socialismo; desejava consolidar a Revolução na Rússia para depois tentar expandi-la pela Europa; iniciou a Nova Política Econômica (NEP).
b) desejava consolidar a Revolução na Rússia para depois tentar expandi-la para a Europa; adversário dos bolchevistas e líder dos menchevistas; desejava iniciar imediatamente a difusão do socialismo; iniciou a Nova Política Econômica (NEP).
c) iniciou a Nova Política Econômica (NEP); desejava consolidar a Revolução na Rússia para depois tentar expandi-la pela Europa; adversário dos bolchevistas e líder dos menchevistas; desejava iniciar imediatamente a difusão do socialismo.
d) desejava iniciar imediatamente a difusão do socialismo; desejava consolidar a Revolução na Rússia para depois tentar expandi-la pela Europa; iniciou a Nova Política Econômica (NEP); adversário dos bolchevistas e líder dos menchevistas.
e) adversário dos bolchevistas e líder dos menchevistas; iniciou a Nova Política Econômica (NEP); desejava iniciar imediatamente a difusão do socialismo; desejava consolidar a Revolução na Rússia para depois tentar expandi-la pela Europa.

Resolução e comentários

Kerensky foi um dos líderes da revolução que derrubou a monarquia czarista; Lenin justificou a necessidade de uma nova política econômica (NEP) e a implantou; na sucessão de Lenin, enquanto Stalin optava pela consolidação do comunismo na Rússia, Trotsky desejava sua imediata expansão. A alternativa correta é a **C**.

29 As democracias ocidentais no período entre guerras

A Europa perde a liderança

A guerra levou a Europa a uma crise sem precedentes. Uma das consequências foi a perda da sua hegemonia mundial para os Estados Unidos. Envolvidos na guerra, os europeus deixaram uma brecha que foi logo preenchida pelo capitalismo norte-americano.

A Grã-Bretanha, apesar de vitoriosa, perdeu quase 1 milhão de homens, endividou-se externamente e o seu imenso império começou a sofrer um declínio irreversível. A Irlanda do Sul alcançou sua independência. Desemprego, instabilidade e insatisfação levaram ao poder, em 1924, o Partido Trabalhista, em substituição ao tradicional Liberal. Pela primeira vez, um partido que se dizia representante dos interesses dos trabalhadores assumia o governo de uma das principais nações capitalistas e imperialistas do mundo.

O centro da economia mundial deslocou-se, no pós-guerra, da Europa para os Estados Unidos. O centro do capitalismo financeiro deixava de ser a cidade de Londres, e passava a ser Wall Street em Nova York, onde se mantém até hoje.

Para a França, a guerra tinha um significado de revanche nacional pela derrota humilhante na Guerra Franco-Prussiana de 1871. Todavia, o povo francês pagou muito caro pela vitória sobre a Alemanha. As principais batalhas foram travadas em seu território, acarretando muita destruição. Cerca de 10% do território ficou devastado e um terço da riqueza nacional foi destruída. Morreram aproximadamente 1,5 milhão de franceses.

O governo enfrentava enorme déficit orçamentário. Para saná-lo e investir na reconstrução nacional, os franceses precisavam das indenizações de guerra a serem pagas pelos alemães.

No final da década de 1920, a França havia se recuperado economicamente. Mas, à semelhança dos principais países, foi duramente afetada pelo grande *crash* de 1929. Os partidos extremistas, fascista e comunista, dominaram a vida política do país na década de 1930. A ameaça da direita de chegar ao poder estimulou os partidos de esquerda à união. Ganharam as eleições, colocando no poder a Frente Popular, com um primeiro-ministro socialista. Contudo, embora houvesse o apoio dos trabalhadores, faltava-lhe o apoio da burguesia, notoriamente conservadora. Uma soma considerável de capitais foi retirada do país. As consequências foram recessão e desemprego a partir de 1937.

A hegemonia dos Estados Unidos

A guerra proporcionou um crescimento extraordinário aos Estados Unidos. De devedores dos países europeus antes da guerra (3 bilhões de dólares), tornaram-se credores (17 bilhões de dólares).

Enquanto a Europa tentava se recuperar do desastre econômico do pós-guerra, os norte-americanos conheceram uma notável expansão econômica. Suas indústrias inundaram o mercado mundial de produtos com preços baixos e de boa qualidade. Toda a produtividade industrial e agropecuária adquirida durante o conflito agora era utilizada para a conquista do mercado mundial. E grande parte das exportações, destinada ao mercado europeu, produzia grandes superávits na balança comercial. Os Estados Unidos tornaram-se a fábrica e o celeiro do mundo.

O crescimento da produção industrial norte-americana na década de 1920 foi espantoso: entre 1921 e 1929, 90%. Em 1928, foram produzidos 600 mil automóveis, o que correspondia a 75% da produção mundial. E a produção da indústria automobilística representava 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Até o começo do século XX, os automóveis eram construídos de modo artesanal, sem divisão de trabalho entre os operários. Consequentemente, a fabricação de um carro levava muito tempo,

e a produção era pequena. Em 1913, Henry Ford (1863 a 1947) inovou radicalmente o processo de fabricação do automóvel. Ford reorganizou o trabalho e determinou a estandardização (padronização) dos produtos, visando à especialização e à produção em massa, associando tecnologia e elevação da capacidade produtiva do trabalhador. Cada operário realizava apenas uma etapa do processo de fabricação, com um mínimo de esforço e movimento. Com o aumento da produtividade, a jornada diária de trabalho foi diminuída, e o salário real, aumentado. A invenção da linha de montagem resumia todo esse processo. A produção do Ford Modelo T alcançou milhões de unidades na década de 1920.

Mais ainda, as indenizações financeiras que a Inglaterra e a França recebiam da Alemanha geralmente acabavam se transferindo para os Estados Unidos, para pagar as importações ou para amortizar os empréstimos contraídos durante a Grande Guerra. Parte desse dinheiro voltava à Europa, principalmente para a Alemanha, em forma de empréstimos concedidos por bancos norte-americanos, certamente a juros elevados. Em 1929, os investimentos norte-americanos no exterior atingiram mais de 20 bilhões de dólares.

Nunca um país havia passado por um desenvolvimento tão grande quanto os Estados Unidos no período do pós-guerra. A prosperidade muito rápida durante a guerra provocou mudanças comportamentais e morais. A onda de liberalidade teve a sua contrapartida. O puritanismo religioso da classe média e do Meio-Oeste forçaram a aprovação da Lei Seca. Ficava proibida a produção, o transporte e a comercialização de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos. Estava preparado o caminho para a formação de gangues que controlariam o mercado negro de bebidas alcoólicas. Por outro lado, o radicalismo racista expandia-se no renascimento da Ku-Klux-Klan, com frequentes linchamentos de negros.

Durante a guerra, cresceram as reivindicações operárias, cujos salários reais se expandiram. Nem a intervenção do Estado contra

as greves impediu o avanço social dos trabalhadores. Ademais, uma política de salários altos provocou o crescimento do mercado interno, o qual, em parte, absorvia a crescente produção industrial. Nenhum país do mundo tinha, até então, um padrão de vida tão elevado como os Estados Unidos na década de 1920. Parecia que a "utopia da sociedade permanentemente feliz" havia se efetivado para sempre. O otimismo era contagioso, mas perigoso. O novo padrão a ser alcançado pelos demais países era o *american way of life* (estilo de vida norte-americano). Esse modo de vida se traduzia em bom emprego, filhos na escola e enorme capacidade de consumo. A casa deveria estar equipada com todos os eletrodomésticos, dotada de todo o conforto. Principalmente, um bem supremo: toda família deveria ter seu automóvel, símbolo da liberdade de locomoção. A propaganda passou a ter papel fundamental nessa sociedade de consumo, encarregando-se de estimular um desejo a ser satisfeito, ainda que o objeto desejado não fosse realmente necessário. A exceção era a União Soviética, fechada ao mundo enquanto construía a sociedade socialista.

Desde o final do século XIX, aumentara consideravelmente a participação norte-americana na economia da América Latina. A política do dólar, ou seja, o empréstimo para os países considerados amigos, era substituída por intervenções militares, quando os interesses norte-americanos sofriam qualquer risco. Durante a presidência de Theodore Roosevelt, no começo do século XX, as intervenções foram a norma. A poderosa esquadra de guerra e os fuzileiros navais impunham os objetivos norte-americanos. As principais vítimas eram os países centro-americanos, chamados pejorativamente de "repúblicas bananeiras". O "corolário Roosevelt" era a política do *big stick*, sintetizada na frase: "*Soft talking and big stick*", ou seja, "Fale macio e (use) o grande porrete". Se a política do dólar não funcionasse, empregava-se a força.

A recusa dos Estados Unidos em participarem da Liga, ou Sociedade, das Nações marcou o fim do internacionalismo, um ideal do presidente Wilson. Os republicanos, conservadores, com

maioria no Congresso, recusaram a participação norte-americana no cenário mundial. Impunham uma política isolacionista, a despeito dos interesses capitalistas, que eram internacionalistas.

Os presidentes da década de 1920 eram republicanos, politicamente conservadores e economicamente liberais. A intervenção do governo era totalmente repudiada, e os preços, conduzidos pela mão invisível do mercado.

No ano em que ocorreu a Grande Depressão (1929), a produção industrial norte-americana correspondia a quase metade da mundial.

Teste seu saber

1. Uma das principais consequências econômicas do Primeiro Conflito Mundial foi:

a) intenso surto inflacionário em todos os países capitalistas.
b) grande deslocamento de contingentes demográficos dentro e fora da Europa.
c) fim dos impérios coloniais face ao movimento de descolonização.
d) declínio relativo das potências capitalistas europeias no plano mundial.
e) fortalecimento das Potências Centrais.

2. (Mackenzie) A respeito do fordismo, conjunto de ideias e métodos relacionado ao nome do industrial norte-americano Henry Ford, são feitas as seguintes afirmações:

I. Visando à racionalização da produção, afirmava-se que a empresa devia dedicar-se a fabricar um único produto, e, tanto quanto possível, também controlar as fontes de matérias-primas e o sistema de transporte das mercadorias.

II. Considerava-se que tanto o emprego de uma tecnologia avançada, aplicada à produção em massa, quanto a especialização do trabalhador constituíam fatores positivos para a produção.

III. Defendia-se uma jornada de trabalho longa e intensa (entre 12 e 14 horas diárias), pois, ainda que estafante, ela acostumaria o trabalhador a desempenhar sua função de maneira cada vez mais eficiente.

Assinale:

a) se apenas I é correta.
b) se apenas II é correta.
c) se apenas III é correta.
d) se apenas I e II são corretas.
e) se I, II e III são corretas.

3. (PUCCAMP) Entre os elementos que compunham a conjuntura histórica favorável à difusão da propaganda fascista após a Primeira Guerra Mundial, podem ser citados (indicar o único elemento estranho ao grupo):

a) A agitação social e intensificação dos movimentos de esquerda.
b) As dificuldades econômicas e sociais ligadas à inflação e ao desemprego.
c) A insatisfação crescente entre os elementos da classe média.
d) A perda de confiança na eficácia do Estado liberal.
e) O desmoronamento do sistema colonial europeu na África e na Ásia.

Descomplicando a História

(Cescem-SP) A grande crise mundial do período de 1929-1932, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, teve como uma de suas consequências:

a) o fortalecimento da crença nos valores da democracia liberal, gerados pelo capitalismo.

b) o aumento considerável do desemprego em virtude da recessão econômica.

c) a maior participação da iniciativa privada na produção de bens de consumo.

d) o abrandamento da intervenção estatal no domínio monetário.

e) a substituição do protecionismo por uma política de liberalismo econômico.

Resolução e comentários

Seja no período imediatamente após o conflito, seja nos anos que se seguiram à quebra da bolsa de Nova York, houve considerável aumento no desemprego. A alternativa correta é a **B**.

30 A crise do capitalismo liberal e o *New Deal*

Os primeiros sinais da crise

A grande crise do capitalismo na década de 1930 tem várias explicações, de acordo com as diferentes visões dos historiadores e economistas. Para uns, tratou-se de uma crise inicialmente econômica (excesso de produção); para outros, uma crise financeira (especulação). Para muitos, uma combinação de ambos os fatores.

Certamente, um conjunto de elementos interdependentes trabalhou para a crise que provocou a maior recessão econômica e o maior abalo na história do capitalismo liberal, a ponto de o jornal *Pravda*, órgão do Partido Comunista da URSS, ter escrito: "O capitalismo morreu".

Há um consenso entre os analistas da crise. Ela se iniciou nos Estados Unidos. A mecanização industrial e agrícola provocava, simultaneamente, uma superprodução e o desemprego de trabalhadores. As mercadorias custavam menos, mas não podiam ser absorvidas pelo mercado. Afinal, o desemprego se alastrava e os salários não acompanhavam o crescimento da produção. Havia, portanto, um subconsumo. Em suma, a racionalização do processo produtivo, com a diminuição de custos, provocava o aumento da produção (maior oferta) e do desemprego (menor consumo).

A prosperidade era acompanhada por uma enorme euforia da população, apesar de não beneficiar todos os norte-americanos. Pelo contrário, ocorria uma concentração muito grande da riqueza nas camadas mais altas da sociedade. Poucos milionários controlavam a maior parte da produção. Assim, ao mesmo tempo em que a prosperidade beneficiou sobretudo os ricos e as grandes empresas, ela deixou uma grande parte da população em estado miserável.

Em 1929, 2,3% das famílias norte-americanas tinham renda superior a 10 mil dólares por ano, ao passo que 60% recebiam menos de 2 mil dólares anuais, soma essa considerada a mínima necessária para se ter uma vida razoável. Os salários tinham aumentado 13%, enquanto a produtividade crescera 75%. Portanto, o custo da mão de obra pesava cada vez menos para as empresas, que produziam muito mais com proporcionalmente menos trabalhadores.

Outro problema foi a concentração da riqueza nacional nos setores industrial e financeiro. Gigantescas empresas industriais, como a General Motors, a Ford Motor, a United States Steel, a Standard Oil (Esso) e a Texaco, entre outras, controlavam a maior parte da produção dos seus setores, na forma de truste. Paralelamente, sociedades financeiras, como os bancos, com depósitos de bilhões de dólares, controlavam centenas de empresas na forma de *holdings*. Cerca de 200 instituições financeiras dominavam quase 40% do capital das empresas norte-americanas.

Os presidentes norte-americanos da década nada faziam para impedir essa concentração. Republicanos, ferrenhos adeptos do liberalismo econômico, alegavam que os grandes conglomerados eram a alavanca do desenvolvimento tecnológico e do progresso social. Havia, assim, uma valorização do *big business* (grande negócio), moralmente aceito.

A solução fora, durante um período, as exportações, especialmente para a Europa. Mas o pagamento das dívidas dos países europeus, contraídas durante a Grande Guerra, reduziu perigosamente as reservas desses países. Diminuía, portanto, sua capacidade de importar, prejudicando as exportações norte-americanas. Como os pagamentos das dívidas eram feitos em ouro, as reservas financeiras da Europa se restringiam. Essa situação crítica agravou-se ainda mais com a recuperação econômica de muitos países, como a Alemanha, o suficiente para abastecer seu próprio mercado, não dependendo tanto de importações. Como os estoques norte-americanos aumentavam, ocorria uma crise de superprodução.

Assim, o comércio internacional sofreu uma violenta queda, prejudicando principalmente o maior importador e exportador, os Estados Unidos. Contudo, muitos capitais europeus, especulativos e produtivos, emigraram para países que ofereciam mais garantias e melhores condições de lucro – no caso, os Estados Unidos. Assim, ampliou-se a oferta de dinheiro no mercado norte-americano, com a correspondente queda na taxa de juros. Com menos juros, havia mais tomada de empréstimos. As vendas a crédito se expandiam perigosamente. O endividamento público era alto. O risco de inadimplência, portanto, rondava o sistema financeiro. Um problema se destaca: frequentemente, os empréstimos não eram para financiar o consumo, mas para a aquisição de ações. Como a procura era maior que a oferta, a tendência era de alta. Especulavam os grandes financistas e os pequenos investidores. As bolsas, especialmente a de Nova York, apresentaram, ao longo da década de 1920, uma tendência altista. Todos queriam enriquecer facilmente. Disso resultaram uma formidável especulação no mercado acionário e o excesso da utilização de créditos pelos consumidores.

A manifestação da crise: o *crash* da bolsa

O crescimento econômico dos Estados Unidos perdeu o seu ímpeto no final da década de 1920. A recuperação europeia e o protecionismo se generalizavam, entravando o comércio internacional. Era crescente a dificuldade em se manter a liberdade de compra e venda.

No dia trágico de 24 de outubro de 1929, a "quinta-feira negra", o mercado foi dominado pela oferta. O valor das ações despencou. Ingenuamente, a grande maioria dos agentes financeiros ainda acreditava que no dia seguinte viria a recuperação. Mas ela não veio. Esperaram pela segunda-feira, e a tendência de baixa se manteve, assim como nas próximas semanas, meses e anos. Pelo menos, até 1932. O presidente Hoover, republicano, adotou algumas medidas para combater o caos econômico, mas elas se mostraram ineficientes adiante da amplitude da crise.

A bolsa, sustentada artificialmente pelos anos de grande circulação financeira, via-se de repente sem os seus capitais de giro. Os Estados Unidos, que com a guerra haviam se transformado no centro econômico mundial, sofreram o primeiro e maior impacto da quebra do mercado acionário. Seguiu-se a bancarrota de bancos, fábricas e minas. O desemprego em massa alastrou-se espantosamente.

A crise torna-se mundial

A crise, inicialmente localizada (Estados Unidos), logo se tornou mundial, pela integração dos mercados. Somente a URSS teria escapado de seus efeitos.

O desastre econômico evoluiu amplamente, desempregando aproximadamente 25 milhões de trabalhadores em todo o mundo. A Europa foi duramente afetada. A Alemanha e outros países europeus haviam-se endividado profundamente com os Estados Unidos e não tinham condições de saldar esse débito. Aproximadamente 60% das reservas mundiais de ouro se concentravam na América, e o governo se recusava a conceder maiores créditos para o exterior.

Os produtos manufaturados abarrotavam os armazéns, pois o consumo se recolhera. Nos Estados Unidos, o algodão apodrecia nos campos, a carne bovina e a lã caprina não tinham compradores. No Canadá, boa parte do trigo foi destruída. No Brasil, o café foi lançado ao mar ou queimado. Os produtos primários tinham seus preços em queda vertical. De 1929 a 1931, as exportações norte-americanas recuaram em 68%. Com a queda dos preços dos produtos agrícolas, os produtores rurais não conseguiam resgatar suas hipotecas junto aos bancos. Perderam suas propriedades e engrossaram a massa de desempregados. Até 1933, 85 mil empresas faliram nos Estados Unidos; o número de desempregados alcançou 14 milhões. Cerca de 4 mil bancos fecharam suas portas, e os salários sofreram uma redução real de 50% do seu valor anterior à crise.

Amplitude da crise nos Estados Unidos				
Efeitos \ Anos	1929	1930	1931	1932
Taxa de desemprego	3,10	8,80	16,10	24,00
Investimentos (em bilhões de dólares)	35,00	23,60	15,00	3,90
Índice da produção industrial (100 = junho de 1925)	125,00	99,00	80,00	59,00
PIB (em bilhões de dólares)	87,40	75,00	58,90	41,70
Exportações (em bilhões de dólares)	5,24	3,84	2,42	1,61
Importações (em bilhões de dólares)	4,40	3,06	2,09	1,32

Fonte: Diversos autores. *Histoire*. Paris: Hachette Lycées, 1988. p. 225.

Os países europeus mais ricos sofreram com a crise. Vários bancos ingleses, alemães e austríacos foram à bancarrota. Na Inglaterra, a indústria entrou em recessão, e as importações superaram as exportações, o que provocou déficits na balança comercial. Uma das medidas foi desvalorizar a libra e desvinculá-la do padrão ouro, para manter as reservas metálicas. A situação só não foi mais grave porque ainda havia um imenso império, sistematicamente explorado.

A sociedade norte-americana sofreu os efeitos da grande depressão. Desempregados percorriam as ruas das cidades implorando por trabalho ou por ajuda. Grupos filantrópicos organizaram-se para, pelo menos, minorar o sofrimento dos infelizes. Um prato de sopa foi a salvação de muitos. Subemprego, alcoolismo, prostituição e violência apresentavam índices crescentes. Ruíam o *american way of life* e o grande sonho norte-americano de prosperidade. Um dos únicos setores a se expandir foi a indústria

cinematográfica. Filmes suntuosos, comédias, aventuras, romances, musicais, famosos astros e estrelas preenchiam o vazio da população, retiravam-na temporariamente da sua miséria diária e a transportavam para o mundo mágico da fantasia.

Uma das consequências da crise foi a ascensão de movimentos políticos extremistas, que desejavam a implantação de um Estado autoritário para enfrentá-la. O comunismo e o fascismo foram os movimentos políticos radicais que mais se beneficiaram dela. Esse comportamento ocorreu na Europa, na América e na Ásia. O Brasil não foi exceção. O integralismo (o fascismo brasileiro) e o comunismo dominaram o cenário político brasileiro em boa parte da década de 1930.

As medidas aplicadas em diversos países fizeram cair por terra os dogmas do capitalismo liberal, como o livre-cambismo e a não intervenção do Estado na economia. Os economistas revisaram os conceitos clássicos da não intervenção estatal e de liberalismo total. O planejamento econômico e a intervenção do Estado, para orientar os investimentos, distribuir melhor a riqueza e estimular o consumo, transformaram e salvaram o capitalismo. A preocupação com o superávit orçamentário governamental já não era mais primordial. Inflação e déficit orçamentário eram aceitos desde que estimulassem a economia e o consumo. Os novos economistas, que passaram a conduzir a política econômica das várias democracias ocidentais, eram fiéis discípulos do teórico britânico Lorde Keynes.

Franklin Roosevelt e a era do *New Deal*

A eleição de Franklin Roosevelt à presidência dos Estados Unidos, no final de 1932, significou um repúdio ao imobilismo dos republicanos, para quem o mercado tudo corrigiria com o tempo. Era a esperança do eleitorado no Partido Democrata, no sentido de resolver a crise. Roosevelt, no discurso de posse, em janeiro de 1933, comunicou sua política econômica, o *New Deal*, pela qual

o Estado submeteria as finanças e a produção ao seu controle e coordenação. A ação do Federal Reserve Bank foi fundamental, como um Banco Central. O dólar foi desvalorizado em 41% e facilitou-se o crédito para a produção e o consumo. Inaugurava-se a era do "dirigismo econômico", do intervencionismo.

A construção de grandes obras públicas, como usinas hidrelétricas, rodovias, sistemas de irrigação, visava a diminuir o desemprego e reativar o consumo. Medidas para aumentar o salário real dos trabalhadores, diminuir as horas de trabalho, instituir o seguro e a assistência social eram extremamente populares entre os trabalhadores. O Social Security Act, de 1935, assegurava o bem-estar social, amparando os trabalhadores nas hipóteses de desemprego, invalidez e velhice. A desvalorização controlada da moeda foi uma das formas de forçar a sua circulação, pois boa parte do numerário estava estocada nos grandes bancos.

Mesmo sendo acusado por empresários de "simpático ao comunismo" e por trabalhadores de ser um "agente do novo capitalismo", Roosevelt foi reeleito em 1936. A razão fundamental disso foi o sucesso do *New Deal*. Até 1937, o número de desempregados foi reduzido a 7,5 milhões, a produção industrial cresceu 64%, a renda nacional subiu 70%, e as exportações aumentaram 30%. O início da Segunda Grande Guerra completaria o sucesso.

Teste seu saber

1. **A década de 1930 caracterizou-se, do ponto de vista econômico, principalmente:**

a) pela diminuição da influência inglesa.
b) pelo recuo do capitalismo liberal e início do intervencionismo estatal.
c) pela industrialização do Japão.
d) pela hegemonia norte-americana.
e) pela crise da economia alemã.

2. **A adoção do *New Deal* nos Estados Unidos, após a crise de 1929, permite-nos afirmar que:**

I. **O sistema capitalista enfraqueceu-se pela impossibilidade de conviver com o planejamento e o dirigismo estatal.**

II. **O intervencionismo do Estado na economia não se confunde com o socialismo, nem conduz, necessariamente, ao autoritarismo.**

III. **Alterou-se a relação entre a produção agrária e a fabril, pela importância maior concedida à primeira.**

IV. **A distribuição de seguros aos desempregados contribuiu para a diminuição da tensão social.**

Estão corretas somente as afirmações:

a) 1 e 2.
b) 3 e 4.
c) 2 e 4.
d) 1, 2 e 3.

3. **(PUC-SP) A crise econômica e financeira de 1929, que afetou todos os países do sistema capitalista, teve para os Estados Unidos o efeito imediato de:**

a) propiciar as condições de recuperação dos empréstimos feitos aos europeus durante a guerra.
b) aumentar o fluxo migratório da cidade para o campo, possibilitando a recuperação da economia.
c) baixar violentamente o volume da produção industrial, elevando os índices de desemprego.
d) reorganizar as operações da bolsa de Nova York pela confiança estabelecida nos lucros das ações a longo prazo.
e) permitir o desenvolvimento dos transportes ferroviários como resultado da falência da indústria automobilística.

4. (FGV)"Homens e mulheres aprenderam a ver a realidade através de lentes de câmeras. Pois, embora aumentasse a circulação da palavra impressa [...], esta perdeu terreno para o cinema. A Era da Catástrofe foi a era da tela grande do cinema. [...] Na verdade, à medida que se aprofundava a Depressão e o mundo era varrido pela guerra, a frequência nos cinemas do Ocidente atingia o mais alto pico de todos os tempos. [...]

A imprensa atraía os alfabetizados, embora em países de escolaridade de massa fizesse o melhor possível para satisfazer os semialfabetizados com ilustrações e histórias em quadrinhos [...]. O cinema, por outro lado, fazia poucas exigências à alfabetização [...].

Ao contrário do cinema, ou mesmo da nova imprensa de massa, o rádio não transformou de nenhum modo profundo a maneira humana de perceber a realidade. [...] Mas sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões [...] transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação de massa, como governantes e vendedores logo perceberam, para a propaganda política e publicidade."

Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX.

É inegável a influência que os meios de comunicação exercem sobre as sociedades. De acordo com a análise do historiador, o *status* adquirido pelo cinema durante a Era da Catástrofe (1914-1945) pode ser explicado pelo fato de que esse meio:

a) pouco modificou a maneira de as pessoas compreenderem o mundo, comparado ao rádio.
b) fez diminuir a circulação de jornais impressos diante dos efeitos da crise econômica.
c) atraía muitas pessoas, permitindo que se distraíssem na época da guerra.
d) tornou-se o mais poderoso instrumento de propaganda, devido à transmissão simultânea.
e) atingia principalmente a população alfabetizada, assim como a imprensa escrita.

Descomplicando a História

(FGV) "Duas pessoas inventaram o *New Deal*: o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos". O autor da frase foi o próprio criador do histórico plano de recuperação da economia norte-americana, Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). O elogio foi feito em visita ao Rio de Janeiro, em novembro de 1936, e referia-se ao governo de Getúlio Vargas.
Limoncic, Flávio. "Os inventores do 'New Deal'". In: *Revista da História da Biblioteca Nacional*, agosto de 2009.
Sobre o *New Deal*, é correto afirmar que:
a) recuperou as doutrinas liberais de Adam Smith no sentido de restabelecer o dinamismo da economia por meio das regras de mercado, além de controlar as atividades sindicais para evitar aumentos salariais que comprometessem o crescimento nacional.
b) foi decisivo na recuperação da economia capitalista por desenvolver práticas que reduziram a produção aos mesmos níveis da demanda, com a constituição de rígidos orçamentos públicos sem déficits.
c) efetivou, a partir das ideias do economista John Keynes, a intervenção do Estado na ordem econômica, principalmente por meio dos investimentos públicos em grandes obras, o que resolveria parte do problema do desemprego.
d) limitou-se em reorganizar as instituições bancárias, que passaram a sofrer com a intensa vigilância do governo norte-americano e foram obrigadas a conceder linhas de crédito populares para os agricultores.
e) optou pela utilização de algumas ortodoxias econômicas, a partir do modelo teórico de J. K. Galbraith, como a concentração de capitais em atividades essenciais, principalmente as indústrias do aço e do petróleo.

Resolução e comentários

Opondo-se ao liberalismo, John Keynes propunha o intervencionismo para solucionar as grandes crises cíclicas do capitalismo. Suas ideias influenciaram na elaboração do *New Deal*, programa econômico de Franklin Roosevelt para resolver os graves problemas que afetavam a sociedade norte-americana em decorrência da quebra da bolsa de valores de Nova York. A administração Roosevelt, que assumiu a presidência em janeiro de 1933, investiu pesadamente na construção de obras públicas (como hidrelétricas), com o objetivo de estimular a produção e, em decorrência, diminuir o desemprego.
A alternativa correta é a **C**.

31 A ascensão do totalitarismo e da direita: fascismo e nazismo

As cláusulas do Tratado de Versalhes fizeram surgir as chamadas "nações injustiçadas". Entre elas, destacavam-se a Alemanha e a Itália. A primeira, derrotada e condenada pelo grande conflito, sofreu humilhações, perdas territoriais, econômicas e populacionais. Inglaterra e França pretendiam torná-la um país impotente e insignificante. A Itália, embora vencedora, não participou como desejava da distribuição da herança dos derrotados. Não recebeu áreas-colônias da Alemanha. Apesar de incorporar territórios do antigo Império Áustro-Húngaro – onde a população italiana era majoritária, como Trento e sul do Tirol –, a região da Dalmácia, ambicionada pela Itália, foi incorporada à recém-criada Iugoslávia.

Nessa conjuntura, grupos políticos de direita tiveram amplo campo para explorar as grandes frustrações nacionais. O nacionalismo e o militarismo eram as armas a ser utilizadas na solução dos problemas dos "países injustiçados". A Alemanha e a Itália tentavam se recuperar e se consolidar como nações industrializadas, mas para tanto necessitavam de mercados mundiais. Só que estes já estavam divididos entre os países imperialistas.

O fascismo italiano

A situação econômica da Itália agravou-se com a guerra mundial. Para sua reconstrução, o governo praticou uma política de emissão da moeda, desvalorizando a lira. Os objetivos eram estimular os empresários a contrair empréstimos, investir e expandir a produção. Haveria assim a redução do desemprego, em um país notoriamente às voltas com uma alta densidade demográfica. Mas os resultados foram decepcionantes. Carente de matéria-prima e

fontes energéticas, com poucas colônias, a Itália não conseguiu ampliar sua participação no comércio mundial.

Desemprego, baixos salários e greves eram elementos que compunham o quadro social italiano no pós-guerra. Os anos críticos de 1919 e 1920 viram alastrar-se a fome, um enorme número de greves, revoltas e pilhagens de lojas. Nas áreas industriais do Piemonte (Turim) e Lombardia (Milão), mais de 600 mil metalúrgicos se apossaram de fábricas. No campo, a revolta camponesa eclodia, forçando uma reforma agrária. A ameaça socialista assustava os empresários urbanos, a Igreja, as Forças Armadas, os latifundiários e a classe média. A salvação foi aderir ao movimento fascista, fundado por Benito Mussolini, em 1919. Contrários à democracia parlamentar, que consideravam um regime fraco, incapaz de manter a ordem, lutavam por um Estado forte. Anticomunista, o fascismo assumia a forma de uma ação contrarrevolucionária, restauradora do orgulho nacional.

Como combater a ameaça bolchevique e alcançar o poder? Por meio de grupos paramilitares, chamados "esquadristas", membros do movimento fascista, os "camisas negras". Armados e disciplinados, obedeciam fanaticamente a seu líder, o Duce. Grande orador, agradava o povo italiano com frases sonoras, retumbantes, mas carentes de profundidade e lógica. O fascismo fazia largo uso de *slogans* como "Itália para sempre" ou "Itália, ame-a ou deixe-a" – pura exploração emocional, mas de enorme efeito popular.

O movimento fascista foi engrossado com a adesão dos milhares de desempregados. Em 1921, já eram 300 mil filiados. No ano seguinte, no mês de outubro, Mussolini comandou a "Marcha sobre Roma". Tomou o poder, contando com a simpatia do rei Vítor Emanuel III e das Forças Armadas, que nada fizeram para detê-lo. Um verdadeiro golpe branco.

Tornado primeiro-ministro, Mussolini impôs a "nova ordem fascista": controle da massa trabalhadora e dos sindicatos; censura aos meios de comunicação; a educação usada para exaltar o Estado,

o regime e seu chefe. No setor econômico, o "corporativismo": um Estado "imparcial, que harmonizava os interesses dos patrões e empregados e eliminava a luta de classes", assunto explorado pelos comunistas. As greves operárias estavam proibidas. As reivindicações seriam arbitradas pelo governo. As eleições, quando ainda havia, eram controladas pelo governo, que coagia e limitava a ação da oposição. A vitória fascista era sempre inevitável. Enfim, um Estado totalitário: "Nada fora do Estado, nada contra o Estado, tudo pelo Estado". Dizia Mussolini. Mas o Estado era Mussolini, ditador supremo da Itália.

Para ganhar apoio dos católicos e da Igreja, Mussolini assinou, em 1929, o Tratado de Latrão, com o papado. Pela concordata, a Igreja recebia indenização pelas propriedades perdidas e o Vaticano era reconhecido como Estado independente. O ensino da religião católica tornou-se obrigatório em todas as escolas italianas.

O desemprego foi enfrentado por meio de grandes obras públicas (rodovias, barragens, usinas hidrelétricas, canais de irrigação). A indústria se expandiu, especialmente a construção naval e a automobilística. A produção agrícola foi bastante incentivada, tornando a Itália autossuficiente na produção de trigo. Os trens passaram a "cumprir corretamente os horários". Quebrava-se uma tradição, e a propaganda fascista explorava essas mudanças positivas. Mas os resultados foram inferiores ao esperado.

Em 1935, tropas italianas invadiram e ocuparam a Etiópia. Estava vingada a humilhação do século anterior, quando os italianos haviam vergonhosamente fracassado. Renascia o sonho do Antigo Império Romano, tão acalentado por Mussolini. A Itália era um império.

O nazismo alemão

No fim da Primeira Grande Guerra, a Alemanha estava um caos. O *kaiser* havia abdicado e fugido, e a República Parlamentar fora implantada. Grupos de esquerda tentaram tomar o poder, de

maneira semelhante ao que ocorrera na Rússia. Em dezembro de 1918, um mês após o pedido de armistício, os "espartaquistas", liderados pelos marxistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, tomaram Berlim. O levante foi esmagado pelo novo governo, que utilizou tropas oriundas das antigas frentes de batalha. Os líderes revolucionários foram assassinados; a repressão aos bolcheviques foi violenta em toda a Alemanha.

A insegurança em Berlim fez com que a Assembleia Constituinte, eleita em janeiro de 1919, se reunisse em Weimar. Aprovada e promulgada a "Constituição de Weimar", a Alemanha se transformava em um Estado federativo, parlamentar, democrático e liberal, governado por um parlamento bicameral, um presidente (chefe de Estado) eleito por sete anos e por um chanceler (chefe de governo) responsável pelo gabinete ministerial. Havia a pluralidade partidária, com uma multiplicidade de partidos de centro, de direita e de esquerda.

A instabilidade política era um reflexo do crítico quadro econômico-social, como consequência da derrota militar e das imposições do Tratado de Versalhes. Um dos mais graves problemas era a inflação. O marco alemão, cotado em 1914 em 4,2 por dólar, valia 186 no início de 1922. A ocupação francesa do vale do Ruhr, para forçar o pagamento das reparações de guerra, e a greve decretada pelos trabalhadores alemães das minas, como forma de protesto, forçaram o governo a emitir papel-moeda para pagar os salários dos grevistas. O resultado foi uma hiperinflação. Em janeiro de 1923, o marco estava cotado em 7 mil por dólar; em julho, 260 mil; em novembro, 4,2 bilhões. Os preços e os salários variavam entre a manhã e a tarde do mesmo dia. Chegou-se a uma situação em que o papel usado para imprimir o dinheiro valia mais como matéria-prima do que o próprio valor impresso.

Aproveitando-se dessa situação, o prestigioso general Ludendorff e o político Adolf Hitler, chefe do pequeno Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (simplificadamente, Partido

Nazista), tentaram um golpe de Estado, a partir de uma cervejaria em Munique, em novembro de 1923, mas fracassaram. Não houve adesão de tropas.

Condenado e preso, Hitler escreveu, na prisão, a obra *Minha luta* (*Mein Kampf*), em que expunha suas ideias. Sua ideologia era uma mistura de princípios nacionalistas, pangermanistas, militaristas, antipacifistas, totalitários, racistas, antissemitas e anticomunistas.

A partir de 1924, a situação na Alemanha se estabilizou. A inflação favoreceu as exportações, o desemprego diminuiu, e o governo parlamentar conseguiu amenizar o pagamento das indenizações, com o apoio dos Estados Unidos. Uma nova moeda (*Rentenmark*) foi criada, sustentada com recursos norte-americanos (Plano Dawes) e pela capacidade industrial alemã. A estabilidade fez com que os partidos radicais (de esquerda e de direita) perdessem votos nas eleições parlamentares. A grande maioria dos deputados era constituída de políticos conservadores e liberais.

Mas a crise de 1929 golpeou duramente a Alemanha. O resultado mais dramático era o desemprego: de 1 milhão de desempregados em 1929 para 6 milhões em 1931. Como consequência, nas eleições de 1932 houve importante avanço dos partidos Comunista e Nazista. O Nacional-Socialismo elegeu, nesse ano, 270 deputados.

Em janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente Hindenburg, velho comandante na Grande Guerra. Assumiu o poder, prometendo um "3º Reich" para durar mil anos. Em pouco tempo a ditadura nazista se apoderou da Alemanha.

Em fevereiro de 1934, os nazistas incendiaram o Parlamento e culparam os comunistas. Iniciavam-se as perseguições e o terror antibolchevique. Prisões de esquerdistas e liberais tornaram-se rotina. Eram criados os primeiros campos de concentração.

Em seguida, todos os partidos foram interditados, exceto o Nazista. Assim, o Parlamento passou a ser integralmente

formado por nazistas. A suástica foi adotada como símbolo nacional (bandeira). Tropas das SA (Seções de Assalto) e SS (Brigadas de Segurança) amedrontavam os adversários. Os sindicatos estavam proibidos. Desaparecia o Estado federativo, com a centralização do poder.

Em 30 de junho de 1934, ocorreu a "Noite dos Longos Punhais". As SS liquidaram a chefia das SA, que eram a "ala esquerda" do movimento nazista. Houve mais de 3 mil mortes.

O totalitarismo nazista era sintetizado no *slogan*: "Um povo (*ein Volk*), um império (*ein Reich*), um chefe (*ein Führer*)". Com a morte de Hindenburg, Hitler assumiu também o posto de presidente, tornando-se o *Führer* (chefe).

A ditadura consolidou-se com a censura à imprensa, pelo Ministério da Propaganda, o controle da educação e a instituição da Gestapo (Polícia do Estado). Em 1935, foram decretadas as "Leis de Nuremberg". Os judeus eram excluídos da administração, do ensino, das atividades artísticas e literárias, bem como perdiam seus direitos civis. Os casamentos e as relações sexuais "mistas" (entre "arianos" e semitas) eram proibidos. A seguir, vieram a destruição de sinagogas, a violação de cemitérios judaicos, a queima de livros de autores judeus, a depredação de suas lojas. Iniciava-se o envio sistemático de judeus para os campos de concentração, a "solução final", que levaria à eliminação de mais de 6 milhões de vítimas da intolerância nazista.

No governo, Hitler desenvolveu uma poderosa força militar, intimidando os países vizinhos. Os nazistas sustentavam a tese do "espaço vital" (*Lebensraum*), isto é, o Reich tinha direito de anexar regiões onde a população germânica estivesse presente. O rearmamento foi implantado. O poderio alemão assentava-se no exército e na força aérea. As novas táticas de destruição em massa foram testadas na guerra civil espanhola, como o uso combinado de aviões e carros de assalto (*Blitzkrieg* = guerra relâmpago). Uma das maiores tragédias ocorreu na pequena cidade espanhola de Guernica, duramente bombardeada por aviões alemães.

Hitler rasgou o Tratado de Versalhes quando o exército alemão ocupou a região renana, que havia sido desmilitarizada. Os alemães invadiram a Áustria, em 1938, e a anexaram ao Reich, episódio conhecido como *Anschluss*.

As potências ocidentais, buscando o "apaziguamento", tudo aceitavam. Acreditavam que o avanço da Alemanha para o leste, isto é, em direção à URSS, levaria a uma guerra entre esses dois países totalitários.

O fascismo na península Ibérica

Na Espanha, em 1931, em decorrência de um amplo movimento popular, a Monarquia foi substituída pela República parlamentar. Cinco anos depois, uma ampla Frente Popular, formada por republicanos, socialistas e outros grupos de esquerda, venceu as eleições parlamentares. O governo iniciou a implantação de um amplo programa de reforma agrária e de oposição à tradicional influência da Igreja Católica, especialmente no campo do ensino. Latifundiários e clérigos havia séculos formavam a elite espanhola. A ameaça de socialização dos meios de produção provocou a reação da direita, da Igreja, do empresariado urbano e de grupos ultraconservadores. Estes grupos convenceram o Alto Comando das Forças Armadas, já contaminado pelo fascismo, a desencadear um golpe de Estado, que seria a salvação da nação. Em 1936, os nacionalistas, ou falangistas, apoiados por monarquistas e católicos, sob a liderança do general Franco, a partir do Marrocos Espanhol, começaram uma rebelião que se transformou em guerra civil.

A Espanha, que havia se tornado o palco de uma grande rivalidade ideológica internacional, passou a sofrer violenta e sangrenta luta entre socialistas (apoiados pela URSS e pelas brigadas internacionais) e nacionalistas (apoiados pela Itália fascista e Alemanha nazista). A Inglaterra e a França optaram por não intervir. Após três anos de brutal destruição e quase 1 milhão de mortos, a guerra civil chegava ao fim, com a vitória dos nacionalistas.

O comandante, general Franco, implantava na Espanha a ditadura fascista, conhecida pelo nome de franquismo. Usando o título de caudilho, governou a Espanha até 1975, ano de sua morte.

Portugal, que aderira aos aliados na Grande Guerra, também foi afetado pela grande crise da década de 1920. O regime republicano liberal, implantado em 1910, era incapaz de solucionar os graves problemas socioeconômicos. Sob influência do fascismo italiano, militares deram um golpe de Estado em 1926 e assumiram o poder. Dois anos depois, indicaram Oliveira Salazar para conduzir, com mão forte, a política econômico-financeira. Antiliberal, antissocialista, antidemocrático e profundamente católico, com o apoio das forças conservadoras (Igreja Católica, empresários, proprietários rurais), Salazar ampliou seu poder, tornando-se o homem forte do regime. Em 1933, o salazarismo dominava firmemente todo o país.

Teste seu saber

1. **Quais dos fatores a seguir contribuíram para a ascensão do fascismo na Itália, durante a década de 1920?**
   a) antinacionalismo e ascensão do proletariado.
   b) crescimento econômico e fortalecimento do poder real.
   c) ascensão do campesinato e expansão colonial.
   d) nacionalismo e crise econômica.
   e) fortalecimento do liberalismo e aliança ítalo-russa.

2. **Assinale a alternativa correta. São características do fascismo:**
   a) internacionalismo, liberalismo político, materialismo histórico.
   b) internacionalismo, liberalismo político, liberdade total do capital e do trabalho.
   c) totalitarismo, nacionalismo, militarismo.
   d) nacionalismo, materialismo histórico, totalitarismo.
   e) luta de classes e ditadura do proletariado.

3. ***Guernica*, a obra-prima de Pablo Picasso, é uma representação das atrocidades fascistas cometidas na:**
   a) Primeira Grande Guerra.
   b) Guerra Civil Espanhola.
   c) Revolta dos Boxers.
   d) Guerra Franco-Prussiana.
   e) Batalha de Stalingrado.

4. **(Cescea) Na ascensão do Nazismo na Alemanha, vários elementos são considerados como fatores causais. Dentre estes, são frequentemente apontados:**
   a) a instabilidade institucional da República de Weimar e a depressão prolongada entre 1925 e 1929.
   b) a ação dos grandes conglomerados financeiros controlados, em sua maioria, por judeus e as perdas territoriais subsequentes ao Tratado de Brest-Litovsk.
   c) o militarismo prussiano, a crescente ameaça comunista, especialmente depois da queda do governo de Béla Kin, e a invasão belga da Renânia;
   d) o Tratado de Versalhes, a inflação de 1921-1924 e a depressão dos anos 1930.

e) o descontentamento maciço com o tratamento dado pelas novas nações às minorias alemãs, evidenciado pelos conflitos teuto-polonês (acerca do estatuto de Memel) e teuto-húngaro (acerca dos Sudetos).

5. (UFRJ)

I. "A frase 'os judeus devem ser eliminados', com suas poucas palavras, meus senhores, é muito fácil de ser dita. Para aqueles que têm que levá-la a efeito, é a mais difícil, a mais dura das tarefas que existem. [...] Nos perguntaram: e o que acontecerá com as mulheres e as crianças? [...] Eu não acho justo eliminar os homens – falando claro, matá-los ou fazer que os matem – e deixar vivas as crianças deles, que um dia se vingarão sobre nossos filhos e netos. A difícil decisão de eliminar este povo da face da terra teve que ser tomada."

II. "O principal inimigo do povo alemão se encontra exatamente na Alemanha: o imperialismo alemão [...]. Ao povo alemão está colocada a tarefa de enfrentar esse inimigo em seu próprio país; de enfrentá-lo na luta política, em conjunto com o proletariado de outros países, cuja luta se trava em seu próprio país contra seus próprios imperialistas."

Fontes: Himmler, H. *Geheimreden 1933-1945*. Frankfurt/M, Berlin, Viena: Propylaen, 1974; K. Liebknecht. In: Bartel, H. et al. *Geschichte der Deutschen Arbeiterbewegung*. Berlin: Dietz, 1966. p. 452-453.

Os textos traduzem, respectivamente, princípios dos seguintes movimentos políticos contemporâneos:

a) I) anarquismo; II) socialismo.
b) I) nazismo; II) socialismo.
c) I) salazarismo; II) anarquismo.
d) I) fascismo; II) franquismo.
e) I) franquismo; II) fascismo.

Descomplicando a História

(PAS-SP) "Seu êxito [de Hitler] foi possível pelo caos e [pela] desintegração do governo alemão que se seguiram à crise econômica de 1929 e foi resultado da complacência política de conservadores e comunistas para com o 'fenômeno grotesco e transitório' do nazismo [...]. Mas o nazismo foi também produto do passado, ainda que não um inevitável produto, pela conjunção de uma série de fatores de natureza diversa: entre eles o autoritarismo, o militarismo, o racismo, o fracasso da revolução democrática de 1848, a derrota na Primeira Guerra Mundial, a hiperinflação dos primeiros anos 1920, a já referida crise econômica aberta em 1929."

Adaptado de Fausto, Boris. *Folha de São Paulo*, 11 dez. 2007.

A partir do texto do historiador Boris Fausto, analise as afirmações:

I. O nazismo foi um movimento idealizado exclusivamente por Hitler.

II. A crise de 1929 provocou o caos e a desintegração do governo alemão.

III. A fracassada revolução democrática de 1848 é apontada como causa remota do nazismo.

IV. A Alemanha ficou imune aos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

V. O racismo explica, em parte, a ascensão do nazismo.

São corretas apenas as afirmações:

a) I, II e III.
b) I, II e V.
c) I, III e IV.
d) II, III e V.
e) II, IV e V.

Resolução e comentários

Apesar de Hitler ter sido seu principal defensor e divulgador, o nacional-socialismo alemão surgiu de uma conjunção de fatores, informados no texto. Ademais, a Alemanha sofreu duramente os efeitos da guerra e das imposições do Tratado de Versalhes (pesadas indenizações e perdas territoriais). A alternativa correta é a **D**.

32 A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945)

Antecedentes imediatos

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito entre o liberalismo democrático, aliado circunstancialmente ao totalitarismo de esquerda, e o totalitarismo de direita, bem como uma luta pela hegemonia, na Europa, principalmente entre a Alemanha nazista e a URSS, e na região do oceano Pacífico, entre o Japão e os Estados Unidos.

Após o *Anschluss* (anexação da Áustria, Hitler sentiu-se encorajado a reivindicar os sudetos, região habitada pelos alemães, pertencente à Tchecoslováquia. O *Führer* ameaçava os tchecos com uma invasão militar, não acreditando na reação franco-inglesa. Mas havia séria ameaça de uma guerra generalizada. Mussolini temia que o confronto acontecesse em breve e a Itália fosse obrigada a honrar, mesmo sem condições militares, o Eixo Roma-Berlim, aliança à qual o Japão aderiu. Era o "Pacto Anti-Comintern", contra a URSS. Por isso, articulou-se a Conferência de Munique, realizada em setembro de 1938, a fim de resolver o problema dos sudetos. Objetivava afastar o perigo da guerra que rondava a Europa, perante a intransigência de Hitler. Na verdade, a Conferência terminou com um recuo das democracias ocidentais frente ao nazifascismo. A Conferência reuniu Hitler, Mussolini, Deladier (primeiro-ministro francês) e Chamberlain (primeiro-ministro britânico). Os representantes tchecos foram humilhados, pois sequer foram admitidos na sala de conferência.

Pelo Acordo de Munique, a Alemanha obteve os sudetos, com a concordância anglo-francesa. Não satisfeita, a Alemanha nazista rompeu o Acordo de Munique no ano seguinte e ocupou toda a

região ocidental da Tchecoslováquia. A Eslováquia foi transformada em um Estado sob protetorado alemão. A fronteira alemã aproximava-se da URSS.

Diante da ausência de qualquer reação, o *Führer* começou a pressionar a Polônia. A ameaça nazista sobre este país aumentou com a exigência da entrega da cidade de Danzig e do Corredor Polonês, perdidos após a Primeira Grande Guerra. Os poloneses recusaram-se, acreditando que, caso a Alemanha iniciasse a invasão militar, poderiam contar com o apoio da Inglaterra e da França.

Hitler não acreditava nas potências ocidentais. Todavia, um ataque contra a Polônia (país eslavo) seria o mesmo que uma declaração de guerra contra a URSS (a "pátria mãe de todos os eslavos"). Stalin e Hitler eram grandes inimigos políticos. Mas, repentinamente, as relações entre a Alemanha e a URSS melhoraram. Para surpresa geral, em agosto de 1939, em Moscou, encontraram-se Ribbentrop e Molotov, respectivamente ministros das Relações Exteriores da Alemanha e da URSS. Assinaram um Pacto de Não Agressão, cujas cláusulas mais importantes permaneceram secretas.

Os russos conseguiram adiar um conflito direto, ganhando tempo para transferir suas indústrias para além dos montes Urais, protegendo-as. Pelo acordo, os alemães ficaram com as mãos livres para atacar a Polônia, enquanto a URSS incorporaria os Estados bálticos. A Europa Oriental era dividida entre as duas potências. O rearmamento alemão prosseguia em ritmo acelerado.

O desencadeamento do conflito

Diante do impasse com a Polônia, em não ceder cidades ou terrenos, tropas nazistas concentraram-se na fronteira e iniciaram a invasão em 1º de setembro de 1939. França e Inglaterra declararam guerra ao Reich. O ataque nazista concentrou-se em direção a Varsóvia, com forças conjugadas de terra e ar. Iniciava-se a *Blitzkrieg* (guerra relâmpago), um ataque combinado e simultâneo

das divisões motorizadas (as *Panzerdivisionen*) com o apoio da Força Aérea (*Luftwaffe*).

A Polônia não resistiu muito tempo, mesmo porque os soviéticos, em 17 do mesmo mês, atacaram sua região oriental. Em abril de 1940, Hitler voltou-se contra o norte da Europa e invadiu a Noruega e a Dinamarca. No mês seguinte, os alemães invadiram a Holanda e a Bélgica; em seguida, voltaram-se para o ocidente e atacaram a França, tomando Paris em algumas semanas. O general francês Pétain assinou um armistício, concordando em mudar a capital para Vichy, no sul, desarmar o exército e entregar a marinha para os alemães. Metade da França ficava sob ocupação militar alemã, e a outra metade, sob uma administração títere pró-Alemanha. Na Inglaterra, foi organizado um "governo francês no exílio", chefiado pelo general De Gaulle.

A Itália entrou no conflito em junho de 1940, declarando guerra ao Reino Unido e atacando a França mediterrânea e a Grécia. Mas as sucessivas derrotas italianas na península Balcânica obrigaram Hitler a enviar tropas em socorro. Elas tiveram de atravessar a Iugoslávia, abrindo, assim, uma nova frente de guerra. Enquanto isso, o general alemão Rommel iniciava a campanha no norte da África para a conquista do estratégico canal de Suez, ameaçando o domínio britânico no Oriente Médio. Em pouco tempo as áreas petrolíferas poderiam estar nas mãos do Eixo.

Para derrotar a Inglaterra, o *Führer* determinou seu bombardeio, mas enfrentou forte resistência da RAF (Força Aérea Britânica). Fracassada a "Batalha da Inglaterra", veio o bloqueio naval alemão, por meio de submarinos. Enquanto os alemães conquistavam a Europa Ocidental, os russos punham em prática seus planos imperialistas e atacavam a Finlândia e os Estados bálticos, incorporando-os.

A Alemanha necessitava das matérias-primas, como trigo e petróleo, que a URSS tinha em abundância. Além disso, a URSS era

um imenso território pouco populoso, o que se encaixava na ideia do "espaço vital" (*Lebensraum*). Ademais, a população soviética poderia ser utilizada nas fábricas alemãs.

Tendo conquistado boa parte da Europa Ocidental e Central, a Alemanha voltou-se contra a URSS. O ataque inesperado aconteceu em 22 de junho de 1941, uma tremenda ofensiva que alcançou em pouco tempo os subúrbios de Moscou e Stalingrado. Leningrado resistiu por um longo cerco, com aproximadamente 1 milhão de pessoas mortas. Mas a abertura de duas frentes de guerra arruinaria os planos militares alemães.

Os Estados Unidos na guerra

Em agosto de 1941, o primeiro-ministro inglês Churchill e o presidente norte-americano Roosevelt assinaram a Carta do Atlântico, pela qual os Estados Unidos se solidarizavam com os britânicos e iniciavam um enorme fornecimento de armas, alimentos e ajuda médica.

No primeiro semestre de 1940, Roosevelt começou a cortar gradualmente o envio de ferro, aço, petróleo e borracha para o Japão. Capitais japoneses aplicados em bancos norte-americanos tornavam-se indisponíveis. Os japoneses reagiram, ampliando e mobilizando sua frota de guerra no Pacífico. A guerra entre as duas potências era uma questão de tempo.

Para os estrategistas japoneses, a única possibilidade de uma vitória sobre os norte-americanos era um ataque de surpresa. E ele veio contra a base naval norte-americana de Pearl Harbour, no Havaí. No dia 7 de dezembro de 1941, domingo, a base foi duramente bombardeada, sem qualquer declaração formal de guerra. Alemanha e Itália, membros do Eixo, declaravam guerra aos Estados Unidos.

O primeiro semestre de 1942 marcou o apogeu da capacidade militar do Eixo. A violência, a rapidez e o poderio das suas forças militares surpreendiam todos. O sucesso da *Blitzkrieg* prognosti-

cava a vitória da Alemanha em toda a Europa, inclusive sobre a URSS. Os ataques japoneses causavam efeitos devastadores sobre bases e navios norte-americanos no Pacífico. O Japão esforçava-se na montagem de uma "Ásia japonesa", um imenso império que deveria se estender desde a Índia até o Pacífico Sul.

A Inglaterra, bombardeada pela *Luftwaffe* (força aérea alemã) e perseguida nos mares pela marinha imperial japonesa, agonizava. A Itália não conseguia se impor no Mediterrâneo e no norte da África, pois seu potencial industrial e bélico era muito limitado. Era o elemento fraco dos países que formavam o Eixo.

Paralelamente, os Estados Unidos reorganizaram sua indústria, produzindo maciçamente armas, munições, tanques, caminhões, aviões, navios, material hospitalar etc. O esforço para a vitória na guerra unia o país.

O início do fim

A ofensiva alemã na URSS aos poucos perdeu seu ímpeto. As longas distâncias dificultavam o abastecimento e as comunicações. Os russos repetiam seu próprio comportamento durante o ataque napoleônico e aplicavam a tática de "terra arrasada", enquanto guerrilheiros atacavam a retaguarda alemã. Para os russos, a guerra era patriótica. Leningrado, Moscou e Stalingrado resistiam heroicamente, enquanto o Exército Vermelho golpeava duramente os nazistas. Em meio a um rigoroso inverno, a ofensiva alemã foi contida, e boa parte das tropas alemãs, cercadas pelos russos. Iniciava-se a contraofensiva soviética. O longo cerco alemão a Leningrado foi rompido; Stalingrado foi reconquistada com a rendição de todo um exército alemão. A pressão sobre Moscou foi aliviada. O mito da invencibilidade alemã se desfazia. Iniciava-se a retirada germânica. A ajuda norte-americana à URSS contribuiu decisivamente, a partir de 1942, para a sua reação militar.

Os aliados desembarcaram no norte da África e iniciaram a ofensiva que levou à derrota as forças do Eixo.

Aos poucos, o Japão sucumbia diante da notável capacidade industrial-militar norte-americana. Por dia, os norte-americanos produziam 480 tanques de guerra, cerca de 300 aviões e uma belonave. Seu complexo industrial militar abastecia todas as frentes, antecipando a derrota do Eixo.

Em 1943, Roosevelt, Churchill e Stalin reuniram-se na Conferência de Teerã, na Pérsia (hoje, Irã). O líder soviético solicitou, então, a abertura de uma frente na Europa Ocidental para aliviar a pressão militar alemã sobre a URSS.

Enquanto isso, a escalada de bombardeios anglo-americanos à Alemanha subia rapidamente: 120 mil toneladas em 1943, 650 mil em 1944, e 500 mil nos quatro primeiros meses de 1945.

A derrota do Eixo

As forças do Eixo estavam em retirada. Com o sul da Itália totalmente conquistado pelos anglo-americanos, Mussolini refugiou-se no norte, sob a proteção dos alemães. O general Badoglio assumiu o poder e assinou a paz incondicional. Em 6 de junho de 1944, o "Dia D", os aliados desembarcaram na Normandia, abriram a frente ocidental e iniciaram a libertação da França. A Finlândia rompia com a Alemanha, enquanto a Romênia, a Bulgária e a Hungria eram ocupadas pelos soviéticos. Tito, chefe dos guerrilheiros comunistas, assumiu o poder na Iugoslávia.

Na Conferência de Yalta, na Crimeia (URSS), em fevereiro de 1945, os "Três Grandes" discutiram o futuro dos países derrotados e a fixação das fronteiras no pós-guerra. Era a nova divisão do mundo, a ser aplicada após a derrota das forças nazifascistas.

O fim do Eixo chegou com o encontro das tropas norte-americanas e russas cortando a Alemanha em duas partes. Mussolini, capturado por guerrilheiros comunistas italianos, foi fuzilado. Com

as tropas russas cercando e bombardeando Berlim, a derrota da Alemanha era iminente. Hitler e sua amante, Eva Braun, optaram pelo suicídio, em 30 de abril. No dia 8 de maio, ocorria a capitulação total das tropas alemãs.

Restava o Japão. Enquanto os bombardeios norte-americanos arrasavam o país, os pilotos camicases atiravam seus aviões contra os navios norte-americanos – um ato tão heroico quanto inútil.

A bomba atômica norte-americana estava pronta. Truman, que substituiu Roosevelt, falecido em 12 de abril, decidiu usá-la. No dia 6 de agosto de 1945, uma bomba foi lançada sobre Hiroxima. Três dias depois, atirou-se outra sobre Nagasaki. Um dia antes (8 de agosto), a URSS declarara guerra ao Japão. A assinatura da rendição incondicional ocorreu em 2 de setembro de 1945, a bordo de um encouraçado norte-americano, o Missouri. A guerra terminava e, com ela, começava uma nova era na história da humanidade.

O balanço da guerra

A Segunda Guerra Mundial causou mortes e destruições inimagináveis e incomparáveis. Milhões de pessoas morreram em combates e nos bombardeios sobre as cidades, realizados por todos os países em conflito. O número mínimo de mortes é estimado em cerca de 38 milhões. Só a URSS perdeu 20 milhões. Pela primeira vez na história, o número de vítimas civis superava o de militares. Mas nada foi tão bárbaro como a perseguição dos nazistas contra os judeus, minorias étnicas e opositores do Reich. Foram exterminados 6 milhões de judeus pela barbárie nazista nos campos de concentração.

Fronteiras foram redesenhadas, imensas populações foram deslocadas. Na Europa, a grande beneficiada foi a URSS. A Alemanha foi ocupada e dividida, assim como Berlim.

Os Estados Unidos consolidaram-se como a grande potência mundial, embora enfrentassem a concorrência político-militar

soviética. Os norte-americanos concentravam 80% das reservas mundiais de ouro; sua produção industrial crescera 75%, e a agrícola, cerca de 25%. O superávit na balança comercial atingia 11 bilhões de dólares.

Outra herança foram as vítimas do lançamento das duas bombas atômicas. Elas mataram instantaneamente 150 mil pessoas e continuaram matando nos anos seguintes, devido às sequelas. Eram as vítimas da radiação. As bombas possibilitaram para a humanidade a ameaça de sua própria extinção.

A guerra provocou profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Praticamente tudo seria reestruturado no período pós-guerra.

Teste seu saber

1. A Segunda Guerra Mundial foi precedida na década de 1930 por uma série de violentos conflitos ao redor do mundo. Podemos citar entre estes:

a) a guerra civil espanhola, a invasão da Etiópia pela Itália e a invasão da Manchúria pelo Japão.
b) a invasão da Coreia pelo Japão e as invasões da Líbia e da Eritreia pela Itália.
c) a invasão da Indochina pelo Japão, a invasão da Albânia pela Itália e a guerra civil espanhola.
d) o conflito sino-japonês, a guerra civil espanhola e a anexação da Líbia pela Itália.
e) o conflito sino-japonês, a anexação da Coreia pelo Japão e a anexação da Áustria pela Alemanha.

2. A 7 de dezembro de 1941, a Segunda Guerra Mundial toma nova feição, quando:

a) os russos, após longa resistência, vencem o cerco de Stalingrado.
b) os Estados Unidos abandonam a neutralidade e passam a combater a Alemanha.
c) os japoneses atacam a base norte-americana de Pearl Harbour.
d) os alemães atravessam a Linha Maginot e conquistam a França.
e) os norte-americanos invadem o sul da Itália, na Sicília.

3. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) terminou efetivamente com:

a) a rendição do Japão, depois da explosão de bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki.
b) a rendição incondicional e conjunta da Alemanha, da Itália e do Japão.
c) a reunião de São Francisco, onde se estabeleceram as bases para a ONU.
d) o acordo com a Itália e o Japão e a rendição incondicional da Alemanha.
e) o acordo com a Itália e a tomada de Berlim pelas tropas soviéticas.

4. (FGV) A participação norte-americana na Segunda Guerra Mundial deu-se por estágios. Inicialmente, declarou-se neutra, mas, com o passar do tempo, uma série de eventos ocorreram, culminando na declaração de guerra ao Eixo. Entre esses eventos destacamos:

a) a batalha da Inglaterra, a Carta do Atlântico Norte e a Conferência de Yalta.
b) a batalha da Inglaterra, o ataque japonês a Pearl Harbour e os acordos de Potsdam.
c) os ataques japoneses a Singapura e às Filipinas, bem como as conferências de Casablanca e de Teerã.
d) os ataques japoneses a Pearl Harbour e às Filipinas, bem como a carta das Nações Unidas.
e) os acordos de empréstimo e arrendamento feitos com a Grã-Bretanha, a Carta do Atlântico Norte e o ataque japonês a Pearl Harbour.

5. (Unifesp) Para o historiador Arno J. Mayer, as duas guerras mundiais, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, devem ser vistas como constituindo um único conflito, uma segunda Guerra dos Trinta Anos. Essa interpretação é possível pelo fato:

a) de as duas guerras mundiais terem envolvido todos os países da Europa, além de suas colônias de ultramar.
b) de prevalecer antes da Segunda Guerra Mundial o equilíbrio europeu, tal como ocorrera antes de ter início a primeira Guerra dos Trinta Anos, em 1618.
c) de, apesar da paz do período entre guerras, a Segunda Guerra ter sido causada pelos dispositivos decorrentes da Paz de Versalhes de 1919.
d) de terem ocorrido, entre as duas guerras mundiais, rebeliões e revoluções como na década de 1640.
e) de, em ambas as guerras mundiais, o conflito ter sido travado por motivos ideológicos, mais do que imperialistas.

Descomplicando a História

(PUC-SP) Apesar de os combates da Segunda Guerra, ocorrida entre 1939 e 1945, terem transcorrido principalmente na Europa e no Oceano Pacífico, ela pode ser considerada "mundial", pois:

a) os países participantes envolveram suas colônias americanas, africanas e asiáticas nos conflitos e estenderam as ações armadas a todos os continentes e oceanos.

b) não era possível a nenhum país manter-se neutro diante do choque entre os membros do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (liderados por Inglaterra e França).

c) os seus efeitos políticos e econômicos atingiram diversas partes do planeta e provocaram alterações importantes nas relações internacionais, durante e após os conflitos.

d) todos os países do Ocidente tiveram parte de sua população envolvida nos confrontos e computaram mortos e feridos durante o conflito e mesmo após seu desfecho.

e) os únicos países que se mantiveram afastados da luta foram Estados Unidos e União Soviética, as chamadas superpotências, que representavam a força do capitalismo e do socialismo.

Resolução e comentários

Embora os principais palcos do grande conflito tenham sido a Europa e o Sudeste Asiático, houve batalhas que envolveram militares de todos os continentes. A alternativa correta é a **A**.

33 O mundo após a Segunda Guerra Mundial

A fundação da Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a sucessora da Liga, ou Sociedade, das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial. As esperanças mundiais de paz duradoura estavam depositadas nessa nova organização. A expressão "Nações Unidas" foi utilizada pela primeira vez durante uma reunião em Washington, em 1942, abrangendo 26 países.

A ONU surgiu na Conferência de São Francisco, em junho de 1945, com a presença de delegados de 50 nações. Sua sede fica na cidade de Nova York. Ela é constituída de uma Assembleia Geral que coordena os trabalhos da entidade. É dirigida por um presidente, eleito na sessão inicial, que se realiza em setembro de cada ano. É o principal órgão deliberativo, formado pelos representantes de todos os países-membros. Cada nação tem direito a um voto nas resoluções.

O Conselho de Segurança é formado de 15 membros, dos quais cinco são permanentes (Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China). Os demais são eleitos por dois anos. Os membros permanentes têm direito a veto das decisões. A função do Conselho é a preservação da paz e da segurança das nações.

Quando uma decisão da Assembleia contraria o interesse de um dos países permanentes no Conselho de Segurança, ele pode vetar sua aplicação. A Secretaria-Geral é o poder executivo da ONU. O Secretário-Geral, indicado pelo Conselho de Segurança, é eleito pela Assembleia Geral, para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito.

A ONU possui várias agências especializadas:

- Corte Internacional da Justiça, em Haia (Países Baixos);
- Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, também chamado Banco Mundial (Washington, Estados Unidos);
- FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura (Roma, Itália);
- FMI – Fundo Monetário Internacional (Washington, Estados Unidos);
- OMS – Organização Mundial de Saúde (Genebra, Suíça);
- Unesco – Organização para a Educação, Ciências e Cultura (Paris, França);
- AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica (Bruxelas, Bélgica);
- OMC – Organização Mundial do Comércio (ex-GATT) (Genebra, Suíça);
- OIT – Organização Internacional do Trabalho (Genebra, Suíça).

No começo de 2008, eram 192 os países-membros. No dia 13 de outubro, o ex-chanceler sul-coreano Ban Ki-Moon foi eleito para o cargo de Secretário-Geral. Ele tomou posse em janeiro de 2008 e substituiu o ganense Kofi Annan.

A Guerra Fria

Finda a Segunda Grande Guerra, Estados Unidos e URSS tinham uma meta: impor seus modelos políticos e econômicos ao mundo. O antagonismo entre as duas superpotências originou a Guerra Fria, uma nova corrida armamentista, especialmente a produção de armas de destruição em massa, sem precedentes: a bomba atômica.

A Guerra Fria foi, portanto, o prolongado período de tensão internacional decorrente do antagonismo entre as duas superpotências, URSS (comunista) e Estados Unidos (capitalista). A hostilidade provocava crises e conflitos localizados, mas nunca o confronto

direto. Certamente, porque cada superpotência tinha capacidade de retaliar a rival com suas bombas atômicas, mesmo se fosse atacada. A expressão "Guerra Fria" passou a ser utilizada após a tomada do poder pelos comunistas na Tchecoslováquia, em 1948.

O poder da economia de mercado (capitalismo) concentrava-se nos Estados Unidos. Sua sociedade de consumo, motor do desenvolvimento interno, expandiu-se notavelmente. Esse país fora o grande vitorioso da guerra no Pacífico e, em boa parte, na Europa. Fornecera boa parte dos armamentos de que seus aliados necessitavam; produzia mais da metade da riqueza mundial, e suas reservas de ouro eram superiores às de todos os países somados (três quartos do total mundial). Dotados da mais avançada tecnologia, inclusive a militar, que produziu a bomba atômica e abreviou a derrota japonesa, os Estados Unidos tiveram proporcionalmente poucas baixas. Exceto pelo ataque japonês a Pearl Harbour, no Havaí, seu território não foi invadido ou destruído.

A Europa, por sua vez, em boa parte destruída, não tinha capacidade de suportar a concorrência norte-americana nos mercados internacionais. Nem mesmo a rival URSS podia competir, fosse pela natureza de sua economia (comunismo) ou pela necessidade de se reconstruir, pois fora brutalmente devastada pela invasão alemã. Tida como a maior responsável pela vitória contra a Alemanha nazista, enfrentava uma profunda crise. Perdera mais de 20 milhões de pessoas, e suas principais cidades estavam em ruínas.

Seu objetivo era recuperar e ampliar as suas indústrias bélica, siderúrgica e química, em detrimento dos bens de consumo duráveis e não duráveis, mantendo, portanto, os princípios dos planos econômicos stalinistas. Assim, enfrentava uma tarefa gigantesca: reconstruir-se, implantar o comunismo no Leste Europeu e, simultaneamente, exercer sua hegemonia nas áreas estabelecidas pela Conferência de Yalta, ocorrida em fevereiro de 1945.

O antagonismo entre as duas nações começou com a ascensão de Harry Truman à presidência dos Estados Unidos, em abril de 1945, em decorrência da morte de F. Roosevelt. Para ele, era dever

das nações democráticas lutar contra o comunismo, que destruía a liberdade individual do ser humano. Acreditava que deveria prevalecer a vontade da maioria, as instituições deveriam estar a serviço do povo, o voto deveria ser livre, e o governo, representativo da vontade popular. Afirmava que o comunismo, baseado na vontade de uma minoria, era imposto à força a uma maioria, por meio do terror, da opressão e do controle dos meios de comunicação, e resultava na supressão das liberdades individuais. A "Doutrina Truman" visava a apoiar os povos livres que resistissem à tentativa de domínio por minorias armadas ou por pressão externa. Em março de 1947, em discurso no Congresso Nacional, afirmou que o seu governo apoiaria todos os países livres que desejassem resistir às tentativas de dominação. Era preciso evitar a expansão do comunismo. Se algum país fosse por ele dominado, as nações vizinhas teriam inevitavelmente o mesmo destino ("efeito dominó"). Era uma direta advertência ao expansionismo soviético.

Nos primeiros anos do pós-guerra, o monopólio da tecnologia da bomba atômica dava aos Estados Unidos enorme poder militar, utilizado inclusive diplomaticamente. O ex-primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, em março de 1946, na Universidade de Fulton, nos Estados Unidos, usou pela primeira vez a expressão "Cortina de Ferro", em relação à URSS, e apoiou o presidente Truman na defesa do sistema capitalista. O orçamento norte-americano ampliava, crescentemente, seus investimentos no setor de armamentos.

Stalin, apesar de possuir numerosas divisões militares bem armadas, não possuía armas nucleares. Não pôde responder às provocações anglo-americanas. Decidiu, então, que a URSS deveria ter sua bomba atômica, o que poderia se dar por meio de pesquisa científica, tanto como por meio de espionagem. Em 1949, para surpresa do mundo, a URSS conseguiu explodir a sua primeira bomba atômica. A partir daí, as superpotências estavam em igualdade de condições militares, mas o mundo começava a se sentir ameaçado pela destruição devido à possibilidade de um conflito nuclear. Esse antagonismo, que duraria aproximadamente quarenta anos, influenciaria inclusive a futura corrida espacial, em

que o objetivo de cada país era provar ao mundo a superioridade de seu sistema (capitalista ou comunista), bem como um eventual uso das conquistas espaciais para fins militares.

Esses dois países, Estados Unidos e URSS, foram circunstancialmente aliados na guerra contra o inimigo comum, a Alemanha nazista. Mas, após o conflito, o antagonismo mútuo voltou a se manifestar, de maneira mais aguda ainda. A mídia norte-americana, sempre à procura de um inimigo, demonizou o comunismo, caracterizando-o como antiamericano, anticristão e antiliberal. Por seu lado, a mídia estatal soviética caracterizava o capitalismo norte-americano como imperialista, explorador dos trabalhadores norte-americanos e dos países subdesenvolvidos.

A reconstrução da Europa Ocidental

A Europa Oriental estava submetida ao domínio da URSS. A Europa Ocidental, aos Estados Unidos. Temendo o crescimento dos partidos de esquerda, sobretudo na França e na Itália, e a progressão do socialismo na Europa Ocidental, os Estados Unidos elaboraram uma estratégia de recuperação econômica dessa região, denominada Plano Marshall (nome do seu secretário de Estado), com gigantescos investimentos.

Repartição dos créditos do Plano Marshall (1948 a 1952)	
País	**%**
Inglaterra	24,4
França	20,2
Itália	11,0
Alemanha Ocidental	10,1
Países Baixos	8,3
Áustria	5,0
Grécia	4,8

Entre 1948 e 1952, foram aplicados cerca de 17 bilhões de dólares, principalmente na Grã-Bretanha, França, Itália e Alemanha Ocidental. A infraestrutura foi recuperada, e as nações europeias ocidentais rapidamente recuperaram sua tradicional capacidade e importância econômicas. Mas os Estados Unidos também se beneficiaram, pois boa parte dos empréstimos eram condicionados à compra de alimentos, máquinas, matéria-prima e produtos semi-industrializados norte-americanos. Dessa maneira, as economias norte-americana e europeia ocidental tornaram-se ainda mais interdependentes.

A aplicação do Plano Marshall provocou importante crescimento econômico nos países europeus por ele beneficiados. Após cinco anos, a produção industrial crescera 35%, e a produção agrícola havia superado os níveis dos anos anteriores à guerra. Como consequência, a ameaça de uma conquista comunista da Europa Ocidental por meio de eleições diminuía consideravelmente.

A socialização do Leste Europeu

O Exército Vermelho, que ocupara a Europa Central no final do conflito mundial, impôs à força o modelo soviético. Os países do Leste Europeu passaram a ser governados pelos partidos comunistas locais, mas sob a direção do Partido Comunista da URSS. Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária e Albânia tornaram-se verdadeiros satélites soviéticos, seguindo o modelo stalinista de economia estatizada, partido único, com rígida censura aos meios de comunicação e sem liberdade política, religiosa e de pensamento. A oposição foi silenciada, e a burocracia soviética, sob a liderança de Stalin, controlava totalmente o Leste Europeu, impondo o totalitarismo de Estado, também chamado de "socialismo real".

Somente a Iugoslávia construiu um socialismo independente de Moscou. Seu líder, Tito, foi hábil em manter o país fora da órbita soviética, causando a primeira grande ruptura do comunismo

após a Segunda Guerra Mundial. Por isso mesmo, a Iugoslávia foi isolada pelos demais Partidos Comunistas, todos submetidos ao domínio soviético.

De acordo com os vários tratados assinados pelos vencedores da guerra, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação (norte-americana, inglesa, francesa e russa). A antiga capital, Berlim, inteiramente encravada na zona de ocupação russa, foi também dividida em quatro partes: a parte ocidental ficava sob administração anglo-franco-americana, e a oriental, sob controle russo. Acordos permitiam aos aliados ocidentais ter acesso à Berlim Ocidental por meio de corredores ferroviários, rodoviários e aéreos.

Em resposta ao Plano Marshall, foi criado o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon), em 1949, para promover a integração e o desenvolvimento dos países socialistas do Leste Europeu.

A corrida armamentista

Fazendo pesados investimentos em pesquisas e tecnologia, além de contar com ampla rede de espionagem, os russos explodiram a primeira bomba atômica em 1949. Começava a corrida nuclear. Em seguida, os norte-americanos testaram a bomba de hidrogênio, mil vezes mais poderosa que a bomba atômica. Pouco depois, a URSS comunicava também possuir sua bomba H.

Guerras localizadas ocorriam na Ásia, na África e até mesmo na Europa; na Grécia, os comunistas tentaram tomar o poder. Segundo a "Doutrina Truman", a tomada de um país pelos comunistas levaria seus vizinhos a conhecer o mesmo destino (efeito dominó). O choque do imperialismo capitalista norte-americano e do imperialismo socialista soviético criava a sensação de uma guerra atômica próxima, com efeitos inimagináveis.

Em 1949, os Estados Unidos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), aliança militar que reúne o Canadá e vários países da Europa Ocidental, temerosos de uma invasão

soviética. Em 1949, aconteceu a reação soviética, com a criação do Pacto de Varsóvia, reunindo os países comunistas do Leste Europeu, exceto a Iugoslávia. Mesmo a morte de Stalin, em 1953, não foi suficiente para diminuir a rivalidade e a tensão entre as grandes potências.

Na década de 1960, as superpotências rivais lançaram-se à construção de mísseis intercontinentais, à produção de submarinos nucleares e ao lançamento de satélites militares espiões etc. O desenvolvimento tecnológico no setor de foguetes permitia colocar em órbita terrestre equipamentos e homens. A Guerra Fria chegava ao espaço.

Os soviéticos tomaram a dianteira, ao lançar o Sputnik, o primeiro satélite artificial, em 4 de outubro de 1957. Poucos anos depois, o russo Iuri Gagárin tornava-se o primeiro ser humano a ir ao espaço. Os norte-americanos, chocados pelos feitos dos soviéticos, criaram a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (Nasa) para coordenar e executar todo o seu programa espacial. Bilhões de dólares foram investidos pelos Estados Unidos para alcançar a liderança das explorações espaciais. Em 20 de julho de 1969, os norte-americanos concretizavam o mais notável êxito: Neil Armstrong tornava-se o primeiro ser humano a pisar na Lua.

Porém, no auge da rivalidade, abriu-se a possibilidade de uma cooperação entre as duas superpotências. Enquanto os russos possuíam foguetes mais potentes, os norte-americanos dominavam a tecnologia da computação, responsável por importantes avanços em todas as áreas.

Em 1990, início da distensão, as duas potências possuíam um estoque de bombas atômicas superior a 23 mil unidades, suficientes para destruir o mundo várias vezes.

O triunfo do comunismo na China continental

As consequências da Segunda Guerra Mundial foram fundamentais para a República Chinesa, monopolizada pelos empre-

sários urbanos e grandes proprietários rurais. Durante o conflito mundial, a longa guerra civil entre nacionalistas e comunistas, que se arrastava desde o começo da década de 1930, cedeu lugar a um armistício. Era preciso unir esforços contra a agressão japonesa. Desde 1931, o Japão ocupava a Manchúria em busca de matérias-primas visando a transformá-las e conquistar mercados para os seus manufaturados. Os nacionalistas (ou *Kuomintang*, Partido Nacional Popular), comandados por Chang Kai-Chek, e os comunistas de Mao Tsé-Tung esqueceram suas disputas até 1945, para lutar contra o inimigo comum, os japoneses.

Nesse período, os comunistas aumentaram os seus quadros, dominaram militarmente boa parte do território chinês, onde impuseram profundas reformas sociais e econômicas (como a agrária) e conquistaram o apoio de boa parte da população. Criaram comunas agrícolas e fizeram divisões de terras. Com a derrota do Japão, a luta entre nacionalistas e comunistas recomeçou. Embora o exército nacionalista fosse quatro vezes mais numeroso e contasse com amplo apoio material norte-americano, era mal preparado, indisciplinado e não tinha apoio popular. Os comunistas expandiram o seu domínio territorial e expulsaram as tropas nacionalistas, que se refugiaram na ilha de Formosa (ou Taiwan). Em 1949, Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular da China na parte continental, enquanto a China Nacionalista se limitava à ilha de Taiwan.

A construção da China comunista teve, inicialmente, o apoio da URSS. Os empresários urbanos e os latifundiários tiveram os seus bens confiscados. Ampliou-se consideravelmente o acesso de jovens às escolas, as mulheres foram igualadas aos homens, a indústria pesada desenvolveu-se rapidamente e o numeroso exército fez da China a maior potência bélica da Ásia. Porém, o custo dessas mudanças foi muito alto. Milhões de mortos, perseguições políticas, campos de prisioneiros e o fim da liberdade política, religiosa e de expressão dominavam o país.

Prevalecia a vontade do Partido Comunista Chinês (PCC) e de seu líder, Mao Tsé-Tung.

A China deu um salto de alguns séculos em algumas décadas, derrubando costumes e tradições milenares. Era agora uma nova potência mundial, respeitada e difundindo as ideias marxistas de Mao. Afrontava os países capitalistas, sobretudo os Estados Unidos, apelidados de Tigre de Papel. Rompeu com a URSS, em decorrência de problemas fronteiriços, disputa pela liderança do movimento comunista internacional e tipo de comunismo: enquanto o russo era essencialmente industrial, o chinês era agrícola. O movimento comunista internacional passou a ser bipolarizado. Para espanto da velha guarda comunista, Moscou e Pequim eram rivais.

As teses da revolução permanente, expostas no célebre *Livro Vermelho* de Mao Tsé-Tung foram a base ideológica da grande Revolução Cultural da década de 1960, que pretendia combater os remanescentes do individualismo, reciclar os quadros do Partido Comunista Chinês, facilitar a ascensão de jovens e ampliar o espírito revolucionário. Os *guardas vermelhos* impunham humilhações, prisões e torturas. A morte de Mao (1976) e a preocupação do exército em repor a ordem e a luta pelo poder, com o triunfo de Deng Xiaoping, vítima da Revolução Cultural, esvaziaram essa grande Revolução. Ela foi, então, abandonada, e os radicais, afastados do poder.

Em 1984, o Partido Comunista Chinês iniciou a implantação de um programa reformista, em direção à economia de mercado, denominada pelos dirigentes chineses de "socialismo de mercado". Esse sistema permitiu a criação de pequenas empresas, adotou medidas para atrair investimentos estrangeiros, estimulou o lucro e a produtividade, além de criar Zonas Econômicas Especiais (ZEE), localizadas em regiões litorâneas, para a instalação de indústrias transnacionais. Nessas regiões demarcadas, passava a ser permitida a instalação de empresas capitalistas estrangeiras (transnacionais), que gozavam de incentivos fiscais e se aproveita-

vam da mão de obra local, extremamente disciplinada e barata. A elevada produtividade dessas empresas e a facilidade de acesso a mercados fizeram das ZEE algumas das áreas mais dinâmicas da economia mundial. A economia tornou-se um misto de empresas estatais e particulares.

As grandes crises durante a Guerra Fria

O bloqueio de Berlim

Em junho de 1948, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos decidiram reunir suas zonas de ocupação na Alemanha e convocar uma Assembleia Constituinte, para organizar o futuro Estado alemão independente e impor uma reforma monetária, contrariando os acordos anteriores de Yalta e Potsdam. Com a rivalidade a pleno vapor, os soviéticos decidiram bloquear os acessos à Berlim Ocidental, que ficava dentro do território sob seu controle (Alemanha Oriental), ocasionando a primeira grande crise pós-guerra. Os norte-americanos responderam com uma grande ponte aérea, para manter o abastecimento da cidade. Até maio de 1949, quase 200 mil voos garantiram alimentos e combustível para os berlinenses do Oeste. Na iminência de uma nova guerra, os russos acabaram cedendo. O transporte terrestre foi restabelecido e o abastecimento da Berlim Ocidental voltou ao normal.

Ainda em maio de 1949, foi criado o Estado independente da República Federal da Alemanha, com capital em Bonn, embora sob ocupação militar das três potências ocidentais. Em outubro, como represália, era fundada a República Democrática Alemã, com capital na Berlim Oriental, na área de ocupação soviética. Consolidava-se a divisão dos dois territórios alemães.

A Guerra da Coreia

O complexo industrial-militar norte-americano expandiu-se de forma espetacular após 1946, com a Guerra Fria e a nova corrida

armamentista. Paralelamente, a população norte-americana, influenciada pelos meios de comunicação, era tomada por um pânico anticomunista. A Comissão sobre Atividades Antiamericanas do Congresso desencadeou uma verdadeira "caça às bruxas", investigando os suspeitos de simpatia pelo comunismo, liderada pelo senador Joseph Raymond McCarthy (1909 a 1957). Era a época do macartismo. Os políticos eram eleitos sob o dever de impedir o avanço comunista nos Estados Unidos. O conservadorismo manifestou-se na volta dos republicanos à presidência, com a eleição do general Eisenhower, comandante dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. O Partido Comunista norte-americano foi declarado ilegal; artistas, escritores, cientistas e outros foram afastados de suas atividades, sob a acusação de serem simpáticos ao comunismo. Era uma nova forma de "Inquisição". Houve drásticas diminuições nas liberdades e direitos civis, antes que a Suprema Corte se manifestasse contra as arbitrariedades da Comissão. Foi, então, o fim da carreira política de McCarthy.

Com a comunização da China, a península da Coreia passou a ser uma importante peça na estratégia da Guerra Fria. A península pertencera ao Japão até 1945; derrotado o império nipônico, a região foi ocupada: ao norte, pela URSS; ao sul, pelos Estados Unidos. Os dois territórios foram separados pelo paralelo 38ºN, de acordo com decisão da Conferência de Potsdam. Em 1947, a ONU sugeriu a reunificação por meio de eleições, mas os soviéticos se opuseram. Em 1948, formaram-se a Coreia do Norte (comunista), com capital em Pyongyang, e a Coreia do Sul (capitalista), cuja capital era Seul. Em junho de 1950, o norte tentou unificar a península, invadindo o sul; tal manobra provocou a condenação pela ONU, que, pressionada pelos Estados Unidos e aproveitando uma distração diplomática soviética, autorizou o envio de tropas. Sob o comando do general MacArthur, herói da guerra contra o Japão, os norte-americanos se envolveram na guerra em 1950, desencadeando uma ofensiva que chegou até a fronteira chinesa.

Ante essa ameaça, a China interveio militarmente. Contando com ajuda soviética, os chineses apoiaram o norte com tropas, as quais avançaram até Seul, capital da Coreia do Sul. Mais tropas norte-americanas foram enviadas à região e empurraram o inimigo até o paralelo 38ºN, onde ficava a antiga fronteira entre as duas Coreias. MacArthur, então, sugeriu o bombardeamento atômico das principais cidades chinesas, o que poderia provocar uma resposta violenta da URSS. O presidente Truman, que autorizara o lançamento de bombas atômicas sobre o Japão, optou pela destituição de MacArthur do comando das tropas da ONU.

A indefinição e o perigo de a guerra se alastrar levaram a ONU a obter uma trégua, em 1953. Os envolvidos assinaram um armistício reconhecendo a existência dos dois países. Os Estados Unidos e o Japão investiram maciçamente na Coreia do Sul. A partir da década de 1960, esse país sofreu um processo acelerado de desenvolvimento, tornando-se um dos Tigres Asiáticos. Sua condição geopolítica de Estado-tampão impediu o avanço do comunismo. Enquanto isso, a Coreia do Norte, aliada à China e à URSS, continuou na formação de uma sociedade comunista própria. Sob um governo ditatorial, sua economia, na década de 1990, mostrava-se incapaz de satisfazer as necessidades básicas de sua população.

A crise cubana

Em 1º de janeiro de 1959, os guerrilheiros cubanos, liderados por Fidel Castro e "Che" Guevara, entraram em Havana, derrubando uma típica ditadura latino-americana sustentada pelos Estados Unidos. Enquanto isso, o ditador Fulgêncio Batista exilava-se na República Dominicana. A chamada Revolução Cubana assemelhava-se, em parte e em outro contexto, com a revolução camponesa no México, nas primeiras décadas do século XX. Esta, liderada por Emiliano Zapata e Pancho Villa, derrubou um governo autoritário e a serviço da elite; também confiscou terras dos latifundiários e as distribuiu entre os camponeses.

Inicialmente, os norte-americanos procuraram envolver e ganhar a simpatia dos novos governantes, mas o auxílio financeiro foi recusado. A seguir, Castro nacionalizou muitas empresas norte-americanas, especialmente as que controlavam o setor açucareiro, o mais importante da economia cubana. Não houve pagamento de indenização, pois o governo revolucionário alegava que essas empresas já haviam explorado demais o povo cubano.

O governo castrista promoveu uma profunda reforma agrária. Confiscou os latifúndios e transformou-os em cooperativas. Socializou a medicina e criou frentes de trabalho. Para acuar os contrarrevolucionários, promoveu o fuzilamento de diversos membros e colaboradores da ditadura de Batista. Milhares de cubanos, contrarrevolucionários e descontentes com os rumos do novo governo, optaram por abandonar Cuba e se fixar, principalmente, na Flórida, sul dos Estados Unidos. Esses exilados constituíam uma força política contrária ao governo de Castro. As relações entre Cuba e Estados Unidos deterioraram-se a tal ponto que o rompimento diplomático, em janeiro de 1961, foi inevitável. Controlando politicamente a Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja sede fica em Washington, os norte-americanos obtiveram a expulsão de Cuba desse organismo.

Nesse mesmo ano, Castro proclamava Cuba uma república socialista, iniciando a construção de uma economia estatal e dirigida. Pela primeira vez, os Estados Unidos tinham em sua proximidade um país socialista. O presidente norte-americano John Kennedy foi acusado de ser muito tolerante com o avanço do comunismo. Pressionado pelos conservadores e mal informado pela Central de Inteligência Americana (CIA), envolveu-se em uma desastrada aventura ao apoiar uma invasão de Cuba por exilados e mercenários, que tentavam destruir a revolução. A invasão da baía dos Porcos foi um completo desastre e aumentou a popularidade de Castro e a simpatia que muitos latino-americanos tinham por ele.

Para sobreviver economicamente ao bloqueio norte-americano, Castro aproximou Cuba ainda mais da URSS. Em 1972, Cuba aderiu ao Comecon, o mercado comum do bloco comunista, com tratamento preferencial.

Castro trocava açúcar cubano por petróleo russo. Os russos aproveitam-se da situação para instalar bases de foguetes com ogivas atômicas em Cuba, capazes de atingir rapidamente cidades norte-americanas, entre elas Washington. Começava a "crise dos mísseis" em Cuba. O presidente Kennedy decidiu jogar pesado. Determinou o bloqueio naval da ilha, impedindo a chegada de navios soviéticos que transportavam mais mísseis. A tensão entre norte-americanos e soviéticos chegava ao auge, com uma ameaça concreta de guerra nuclear. Tomando uma atitude prudente, após várias negociações, a URSS começou a desmantelar as bases e retirar os foguetes. Como compensação, obteve dos norte-americanos a garantia de que impediriam qualquer invasão de Cuba por grupos contrarrevolucionários. Curiosamente, os norte-americanos tornavam-se fiadores da soberania cubana.

A Revolução Cubana obteve sucesso em alguns setores, como educação e saúde pública. O analfabetismo praticamente desapareceu, a mortalidade infantil foi reduzida, e a perspectiva de vida, ampliada. Em outros, fracassou. Cinquenta anos depois da implantação do socialismo, a industrialização não avançou (Cuba é carente de fontes energéticas), e a produção açucareira continua sendo a base da economia. Em decorrência do agravamento da situação econômica, com o desaparecimento da URSS, e do embargo comercial imposto pelos Estados Unidos (proibição de relações comerciais de empresas norte-americanas com Cuba; veto a viagens de norte-americanos a Cuba), cresceu a insatisfação do povo cubano. Milhares abandonaram a ilha, mesmo correndo o risco de perderem a vida na travessia de barco até a Flórida.

Como antes da Revolução, Cuba voltou a ser um dos países das Antilhas que mais explora o turismo. Contrariando princípios

socialistas, empresas estrangeiras têm investido em transportes, comunicações e hotelarias. Havana voltou a ter uma vida noturna bastante agitada. Deve-se levar em conta também o ingresso de milhões de dólares enviados pelos exilados a seus parentes que vivem na ilha.

Mas Cuba é constantemente citada como um dos países que mais desrespeita os direitos humanos. Tem presença permanente nos relatórios da ONU sobre falta de liberdades civis e políticas no mundo. Para os críticos mais radicais, as eleições gerais, realizadas em 2007 e 2008, para a escolha de delegados para as Assembleias Municipais do Poder Popular, as Assembleias Provincianas e ao Parlamento Nacional foram uma farsa.

Atualmente, o governante no poder há mais tempo, desde 1º de agosto de 2006 vitimado por uma grave doença intestinal, Fidel Castro delegou a seu irmão, Raul Castro, em caráter provisório, suas funções de comandante supremo das Forças Armadas, secretário-geral do Partido Comunista de Cuba e presidente do Conselho de Estado, cargo máximo do goveno cubano.

A descolonização da África, da Ásia e do Caribe

O enfraquecimento das potências colonialistas europeias, diretamente atingidas pela Segunda Guerra Mundial, possibilitou às regiões colonizadas conhecer um amplo processo de libertação, que resultou na formação de mais de uma centena de países independentes.

O processo de independência das colônias europeias no continente africano começou após a Segunda Guerra Mundial e terminou na década de 1970. Durante o conflito mundial, a pressão das metrópoles pelo crescimento da produção colonial, o avanço dos meios de comunicação e a desestruturação das metrópoles (Grã-Bretanha, França, Bélgica e Itália) favoreceram o surgimento de movimentos de libertação, geralmente liderados por pessoas pertencentes à elite colonial, muitas das quais haviam estudado em

universidades europeias. A descolonização deu-se de forma pacífica ou violenta, lenta e desigual nos continentes africano e asiático.

Quando ocorreu a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, em 1955, a Ásia estava quase inteiramente descolonizada. Acelerava-se, então, a descolonização da África, do Caribe e do Pacífico. Porém, a descolonização conduziu apenas à "independência formal", e não à "independência real". Na década de 1960, um amplo movimento dos países não alinhados posicionou-se contra a tutela das grandes potências sobre as jovens nações.

Em Bandung, delegados de 24 países asiáticos e africanos reuniram-se e proclamaram o princípio do não alinhamento automático ao lado das novas potências emergentes, Estados Unidos e URSS, e defenderam o direito de autodeterminação dos povos. Nos dez anos que se seguiram à Conferência, 33 países africanos obtiveram a emancipação. Diante da pressão dos movimentos autonomistas, diversas potências europeias apressaram a concessão da independência. Entretanto, procuraram manter laços econômicos e políticos e estimularam a instauração de ditaduras fiéis à antiga colônia. Aos Estados Unidos e à URSS, nesse contexto da Guerra Fria, não mais interessava a manutenção do mundo colonial, mas a disputa por áreas de influência.

O surgimento das nações africanas e asiáticas no século XX foi marcado por lutas contra os grupos dirigentes colonialistas e por guerras civis, já que muitas das fronteiras estabelecidas pelos novos países não obedeceram às divisões étnicas, linguísticas e culturais dos povos, fenômeno mais evidente na África. Alguns desses conflitos permanecem até hoje, como ocorre no Congo, na Somália, no Sudão e na Costa do Marfim. Igualmente, persistem e até mesmo se agravam os desequilíbrios econômicos e sociais no continente.

Assim, o tradicional domínio político colonial foi substituído por novas formas de dominação. Como os novos países geralmente têm a sua economia dependente de um ou dois produtos, frequentemente matérias-primas, tiveram de permanecer como exportadores

de produtos primários e importadores de artigos industrializados. Sua industrialização é incipiente.

A Guerra do Vietnã

O Vietnã, localizado na península da Indochina, era uma colônia francesa. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelos japoneses. Os vietnamitas conseguiram expulsá-los, mas foram surpreendidos com a volta dos franceses. Reiniciou-se a guerra pela independência, que culminou com a derrota dos europeus, em 1954. Nesse ano, os franceses se retiraram de toda a Indochina, que foi dividida em Laos, Camboja e dois Vietnãs – o do Norte, com capital em Hanói, de economia socialista, apoiado pelos soviéticos, e o do Sul, com capital em Saigon, de economia capitalista, apoiado pelos Estados Unidos. Haveria uma eleição para a unificação, em 1956, mas o Vietnã do Sul, com apoio norte-americano, negou-se a convocá-la. Um grupo de guerrilheiros, os vietcongues, membros da Frente Nacional de Libertação, iniciou um forte movimento comunista pró-unificação.

Os norte-americanos, para impedir o avanço do comunismo, auxiliaram o governo corrupto e ditatorial do Vietnã do Sul. Em pouco tempo, chegaram os assessores militares norte-americanos; pouco depois, milhares de soldados – tudo para tentar conter a guerrilha. No auge da guerra, eram 600 mil norte-americanos em combate no Vietnã. O democrata Lyndon Johnson, sucessor do falecido presidente Kennedy, atacou pesadamente. Alegando que o Norte auxiliava os vietcongues, determinou os bombardeios a Hanói e a diversas outras regiões do Vietnã setentrional, bem como o uso das armas mais modernas e eficientes, como as bombas de napalm. Era mais de meio milhão de bem nutridos soldados norte-americanos contra os famintos, mas idealistas, vietnamitas. Massacres, genocídio, atentados, violência e crueldades eram praticados pelos dois lados.

Pela primeira vez, o público norte-americano acompanhava diretamente uma guerra pela televisão. A guerra dividiu a América. Jovens se rebelavam, pois não queriam ser convocados. Fugiam para o Canadá. Nesse contexto, desenvolveu-se o movimento *hippie*, pregando "paz e amor". No festival de Woodstock, em 1969, um milhão de jovens, sob o lema "Faça amor, não faça a guerra", exigiram o fim da intervenção norte-americana, cujas baixas vitimavam milhares de soldados. Paradoxalmente, um presidente republicano, Richard Nixon, decidiu retirar os Estados Unidos do conflito. Em 1973, assinou um acordo bilateral (Estados Unidos e Vietnã do Norte) de cessar fogo.

Os Estados Unidos retiraram-se do Vietnã em 1973. Em abril de 1975, os comunistas tomaram Saigon, que passou a se chamar Cidade Ho Chi Minh, nome do grande líder da resistência ao imperialismo. A guerra terminou em 2 de julho de 1976, com a unificação do país, sob a liderança do Norte. O regime comunista foi implantado em todo o Sul.

O Vietnã também conheceu o processo de reformas econômicas que atingia os principais países socialistas. O governo vietnamita adotou uma posição mais pragmática, à semelhança da China. Promoveu a abertura em direção ao chamado "socialismo de mercado", sem que houvesse mudanças no regime político. Foram autorizados investimentos estrangeiros. Em decorrência, empresas transnacionais instalaram-se no Vietnã, atraídas pela mão de obra abundante e barata e pela disponibilidade energética (petróleo, carvão e recursos hídricos). Em 1994, as relações com os Estados Unidos foram restabelecidas, inclusive as econômicas.

O Vietnã se transformou num dos "novos Tigres Asiáticos", com surpreendentes índices de crescimento econômico em todos os setores. Tornou-se o maior exportador mundial de arroz e o segundo maior de café; a extração de petróleo cresceu muito; parques industriais surgiram nas principais cidades, Hanói e Ho Chi Minh. Devido a todas essas transformações, o Vietnã aderiu à Ceap

(Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), bloco econômico de livre comércio que engloba países asiáticos, da Oceania e da América, banhados pelo oceano Pacífico.

As guerras no Oriente Médio

Durante séculos, os judeus da diáspora nutriram a esperança de que um dia houvesse condições para a criação de um Estado nacional. Essa ideia começou a ser fomentada na Europa, na segunda metade do século XIX, quando foi criado o sionismo, um movimento que tinha por objetivo a criação de um Estado judeu na Palestina. As perseguições que as comunidades judaicas sofriam no império russo estimularam o movimento sionista. Ataques mais violentos, denominados "pogroms", eram tolerados e até estimulados pelo governo czarista. Durante a Primeira Guerra Mundial, para ganhar apoio da comunidade judaica inglesa, o ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Lorde Balfour, declarou que "o governo de Sua Majestade via com bons olhos a criação de um lar nacional judeu na Palestina, desde que isso não afetasse as comunidades não judaicas da região". Com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha (janeiro de 1933), a imigração judaica para a Palestina teve forte expansão. Foi inevitável o aumento de conflitos com os árabes residentes naquela área. Em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, os judeus correspondiam a 30% da população da Palestina.

Chocados com a revelação das atrocidades cometidas pelos nazistas, os países-membros da ONU decidiram, em 1947, pela criação de um Estado judeu independente, localizado no Oriente Médio. Assim nasceu o Estado de Israel, com o retorno dos judeus da "diáspora" ao território de onde haviam sido expulsos pelos romanos havia quase 2 mil anos. A região, chamada Palestina, era até então um protetorado britânico, obtido após a Primeira Guerra Mundial com a divisão do Império Turco-Otomano. Os britânicos haviam comunicado a sua decisão de sair da região, devido à oposição de palestinos e dos judeus ali residentes. A decisão da

ONU, tomada sem qualquer consulta prévia à população local, determinava a criação de dois Estados: um para os judeus, outro para os árabes. Porém, os árabes rejeitaram o plano da ONU.

Em 14 de maio de 1948 foi proclamado oficialmente o Estado de Israel, um ato unilateral que provocou a reação militar dos países árabes vizinhos (Egito, Líbano, Jordânia e Síria). Iniciava-se a primeira guerra, que terminou em janeiro de 1949, com a vitória de Israel e a não instalação do Estado árabe-palestino. Os israelenses passaram a controlar 75% do território da Palestina. A Faixa de Gaza foi anexada ao Egito, e a Jordânia incorporou a Cisjordânia. Intimidados, cerca de 800 mil árabes fugiram da área controlada por Israel.

Em 1956, o Egito nacionalizou o canal de Suez, até então propriedade britânica, gerando uma grave crise internacional. Israel aliou-se à França e à Inglaterra e, juntos, atacaram o Egito. Israel ocupou a península do Sinai e a Faixa de Gaza. Por intervenção da ONU e sob pressão dos Estados Unidos e da URSS, que se opuseram à ação nitidamente colonialista franco-britânica, as tropas invasoras retiraram-se da região.

Em 1964, uma reunião de chefes de países árabes, no Cairo, capital egípcia, criou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), para promover a destruição do Estado judeu e a criação de um Estado palestino.

A tensão permanente entre árabes e israelenses provocou uma terceira guerra. A região então sofria os efeitos da Guerra Fria. Egito, Síria e Jordânia, embora países semifeudais, tinham o apoio da URSS, país socialista. Israel, um país internamente socializado, com cooperativas comunitárias (os *kibutzim*), era fortemente apoiado e armado pelos Estados Unidos, líder dos países capitalistas. Temendo um ataque árabe, Israel decidiu atacar preventivamente, em 5 de junho de 1967. Iniciava-se a Guerra dos Seis Dias, que terminou em 10 de junho, com a vitória israelense e a ocupação do Sinai e da Faixa de Gaza (pertencentes ao Egito), da Cisjordânia

(pertencente à Jordânia) e das colinas de Golã (território sírio). A zona oriental de Jerusalém, majoritariamente árabe, foi anexada ao território de Israel, decisão não reconhecida por muitos países.

Todas as resoluções da Assembleia Geral da ONU que obrigaram Israel a devolver os territórios ocupados foram rejeitadas pelo Estado judeu. Os palestinos, em sua luta contra Israel, optaram então pelo terrorismo. Em 1969, Yasser Arafat, chefe da organização guerrilheira Al-Fatah, foi eleito presidente da OLP.

Em 6 de outubro de 1973, veio o troco dos árabes. Em pleno feriado judaico do *Yom Kippur* (Dia do Perdão), tropas egípcias e sírias desfecharam um ataque-surpresa e avançaram pelo Sinai e pelas colinas de Golã, tentando reconquistar os territórios perdidos na guerra anterior. Após um breve sucesso inicial, os árabes foram contidos e repelidos, embora tivessem causado duras baixas entre os israelenses, pela primeira vez. O conflito durou quase três semanas e não provocou nenhuma mudança territorial. Israel continuou ocupando os territórios tomados na Guerra dos Seis Dias.

Porém, durante o conflito, os países árabes, membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), transformaram o petróleo em uma arma de guerra. Suspenderam o fornecimento às nações que apoiavam Israel. O pânico tomou conta do mercado mundial do petróleo, e os preços chegaram a quadruplicar em alguns dias.

O governo israelense adotou uma política de incorporação dos territórios conquistados, estimulando neles a instalação de colônias israelenses. Para surpresa geral, em 1977, o presidente egípcio, Anuar Sadat, fez uma visita a Jerusalém. O Egito optava pela diplomacia para resolver suas pendências com Israel, embora, certamente, sua atitude tenha sido influenciada pela situação do canal de Suez. Desde a Guerra dos Seis Dias, o canal não era utilizado porque se tornara a linha divisória entre os exércitos egípcio e israelense. Além disso, navios haviam sido afundados no canal e a profundidade dessa passagem estava comprometida pelo

assoreamento. A taxa que o Egito antes cobrava pelo uso do canal fazia falta no orçamento do governo.

A iniciativa diplomática egípcia abriu caminho para os acordos de Camp David, nos Estados Unidos (1978 a 1979), assinados por Menachem Begin (primeiro-ministro de Israel) e Anuar Sadat, e com o apoio do presidente norte-americano Jimmy Carter. Israel concordou em se retirar da península do Sinai, em 1982, mas reteve a Faixa de Gaza, com o Egito renunciando à sua soberania. Os países árabes repudiaram os acordos de Camp David, e o Egito foi expulso da Liga Árabe.

Em junho de 1982, o exército israelense atacou o Líbano e cercou Beirute com o objetivo de destruir o quartel-general da OLP, ali instalado. A milícia cristã libanesa provocou um enorme extermínio de palestinos instalados nos acampamentos de refugiados, sob a complacência dos comandantes militares israelenses. Um acordo posterior permitiu que os guerrilheiros palestinos deixassem a capital e se transferissem para Túnis, na Tunísia. No ano seguinte, Israel começou a retirada de suas tropas, mas manteve o controle de uma faixa no sul do Líbano, considerada como "área de segurança". Grupos extremistas árabes, apoiados pela Síria, foram organizados, dentre eles a milícia xiita Hezbollah. O norte de Israel passou a ser sistematicamente atacado e bombardeado por foguetes.

Em 1987, estourou uma rebelião palestina nos territórios ocupados e no setor árabe de Jerusalém, conhecida como *Intifada* ("sobressalto", em árabe). Adolescentes árabes provocavam os soldados israelenses, atirando pedras. Israel reprimiu com violência a ação dos árabes e foi condenado pela ONU. Em 1991, durante a Guerra do Golfo, Israel foi bombardeado com mísseis lançados pelo Iraque, mas não revidou, a pedido do governo norte-americano, que não desejava romper a coalizão anti-Iraque.

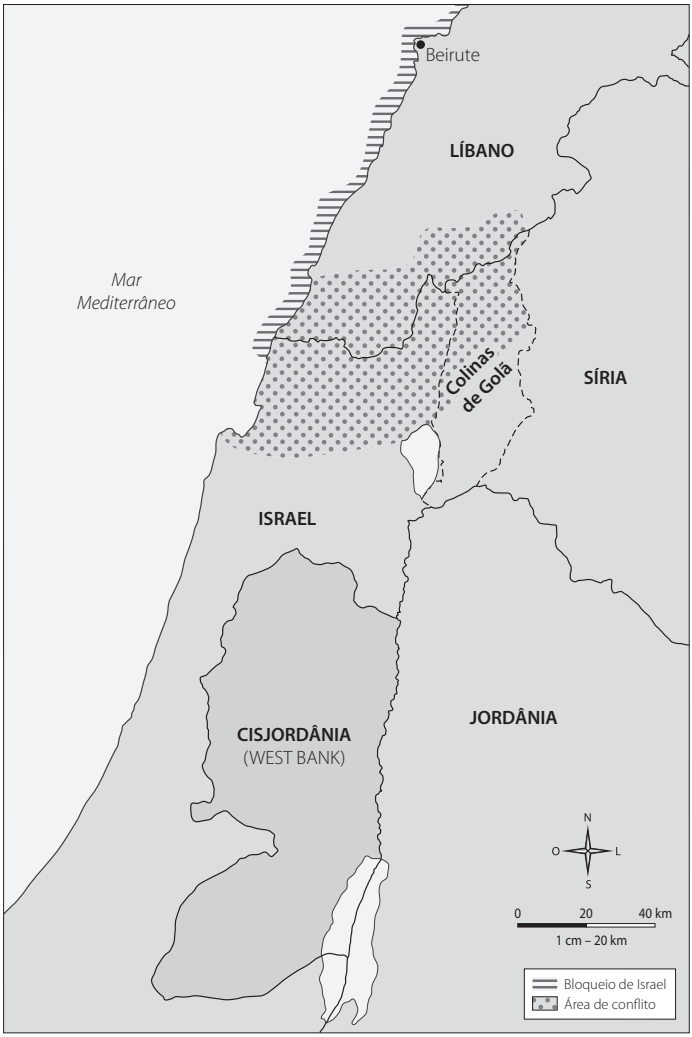
Após a Guerra do Golfo, os norte-americanos aumentaram a pressão para se chegar a um acordo de paz. A vitória dos tra-

balhistas, nas eleições israelenses de 1992, liderados por Itzhak Rabin, abriu o caminho para o acordo. Em 13 de setembro de 1993, Israel e a OLP assinaram um tratado de paz, em Washington (Estados Unidos), reconhecendo-se mutuamente. Pelo Acordo de Oslo (Noruega), os israelenses iniciaram a retirada de tropas de territórios ocupados. A Administração Palestina obtinha a autonomia plena na maior parte da Faixa de Gaza e na cidade de Jericó, na Cisjordânia, e ficava encarregada da segurança interna e da administração civil. A defesa e as relações externas continuaram com Israel. Yasser Arafat, chefe da OLP, instalou seu governo em Gaza. Em outubro de 1994, foi assinado um acordo entre Israel e Jordânia. No ano seguinte, ampliou-se a área da Cisjordânia sob administração palestina; porém, nessa região viviam cerca de 200 mil colonos judeus.

Os acordos de paz provocaram enormes divisões na sociedade israelense. Para reforçar sua posição política, o governo trabalhista organizou uma grande manifestação pela paz, em Tel Aviv, em 4 de novembro de 1995. Na saída do comício, o primeiro-ministro Rabin foi assassinado por um extremista judeu. O chanceler Shimon Peres assumiu o governo e manteve o processo de desocupação das regiões da Cisjordânia, exceto Hebron. Porém, no início de 1996, novos atentados organizados pelo Hezbollah mataram dezenas de pessoas em Israel, que passou a praticar uma política de represália.

Sob duros protestos dos palestinos, em junho de 1997, os Estados Unidos reconheceram Jerusalém como a capital de Israel, enquanto ações terroristas eram desencadeadas por palestinos e extremistas judeus. Na mesma época em que o governo israelense ampliava a construção de colônias em territórios ocupados, o serviço secreto (*Mossad*) era acusado de tentar envenenar líderes palestinos.

Em janeiro de 1997, tropas israelenses iniciavam a desocupação da cidade de Hebron, entregue à administração da Autoridade Palestina; essa operação terminou apenas em agosto de 1998. Nos



Fonte: IBGE. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Israel e suas fronteiras: área de conflito

meses seguintes, os últimos soldados israelenses eram retirados do sul do Líbano. Em setembro de 2000, Ariel Sharon, líder do Likud, o principal partido de direita em Israel, fez uma visita ao Monte do Templo. Esse local, onde, na Antiguidade ficava o Grande Templo Judaico, é atualmente ocupado pela mesquita de Al-Aqsa. A visita provocativa ocasionou a Segunda *Intifada*, o aumento da violência e o fim das conversações de paz entre israelenses e palestinos. Atentados de suicidas palestinos se multiplicaram, com dezenas de vítimas. Em fevereiro do ano seguinte, Sharon era eleito primeiro-ministro. No cargo, decidiu combater e revidar duramente os ataques terroristas palestinos. Yasser Arafat, chefe da Autoridade Palestina, foi confinado na cidade de Ramalá, na Cisjordânia, e as retaliações israelenses causaram enormes danos e mortes à população palestina.

No dia 11 de novembro de 2004, morria Yasser Arafat, o mais importante líder palestino, considerado por muitos o maior obstáculo a um acordo de paz com os israelenses.

Em julho de 2006, ocorria a segunda intervenção israelense no Líbano, em decorrência de ataques da milícia terrorista Hezbollah. Os ataques causaram a morte de nove soldados israelenses e a captura de dois. O Hezbollah reagiu e bombardeou cidades israelenses com mísseis Katiusha, de fabricação russa, vitimando civis e militares e causando enorme êxodo de israelenses no norte do Estado de Israel. Por outro lado, o Líbano sofreu brutal destruição em decorrência dos bombardeios da aviação e artilharia judaicas, além de severo bloqueio naval. No seu conjunto, o conflito causou a morte de cerca de 1.500 pessoas e deixou 900 mil libaneses e 250 mil israelenses desabrigados. A solução, negociada em agosto pelos Estados Unidos e França, foi a ocupação do sul do Líbano por tropas internacionais (Unifil), enquanto os lados litigantes se comprometiam a não realizar mais ataques. No campo diplomático, Israel e Estados Unidos acusaram o Irã, um dos países do "eixo do mal", de fornecer os foguetes.

Os grandes problemas que dificultam uma paz definitiva na região são:

O *status* de Jerusalém, cidade considerada sagrada por três religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Israel a considera sua capital histórica e religiosa; portanto, indivisível. Os palestinos reivindicam a parte oriental da cidade para sua capital. Habitada por 180 mil judeus e 200 mil palestinos, Jerusalém Oriental é onde se localiza todo o setor murado, chamado Cidade Velha, onde ficam os monumentos das três religiões. O Vaticano apoia a internacionalização de Jerusalém.

Em resumo, os conflitos na região derivam da combinação de diversos fatores, a saber:

- a construção de centenas de colônias judaicas nos territórios ocupados;
- a existência de grupos radicais, tanto do lado palestino (Hamas, Hezbollah), como do lado israelense (grupos sionistas e ultrarreligiosos);
- os atentados terroristas praticados por fundamentalistas islâmicos. Trata-se de ativistas que amarram bombas em seu corpo e as fazem explodir em locais frequentados por cidadãos israelenses;
- as represálias praticadas pelas forças armadas israelenses, causando muitas baixas na população civil palestina.

A Guerra do Iraque

Teve início no dia 19 de março de 2003 o bombardeio do território iraquiano pelas forças aliadas, formadas por tropas dos Estados Unidos, do Reino Unido e por um pequeno contingente australiano. Uma ação pensada, contando com forte apoio da mídia e da população norte-americanas, mas com pequena adesão popular britânica. Poucos países apoiaram a decisão anglo-americana, entre eles Israel, inimigo tradicional de Saddam Hussein.

Na verdade, o ataque ao Iraque foi um desdobramento da política externa imperialista dos Estados Unidos, agindo contra decisões da Assembleia Geral da ONU. Os norte-americanos, mais uma vez, impuseram seus interesses e objetivos, tendo-se autodenominado a nação cruzadista da luta do bem contra os países que formam o "eixo do mal" (Iraque, Irã e Coreia do Norte), no dizer do presidente Bush. Consideram-se os policiais da nova ordem mundial, impondo a *pax americana*, papel abertamente assumido após o colapso do mundo socialista.

Os aliados justificaram suas ações militares como sendo uma necessidade perante as ameaças e os ataques terroristas dos fundamentalistas muçulmanos, especialmente do grupo Al Qaeda, liderado por Osama Bin Laden, responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001. Esses terroristas teriam forte apoio financeiro e logístico iraquiano. Alegou-se também a possibilidade de o Iraque possuir armas de destruição em massa (químicas e biológicas). Essa tecnologia havia sido fornecida pelos próprios norte-americanos durante a guerra do Iraque contra o Irã, na década de 1980, quando o grande inimigo era a República Islâmica do Irã, governada pelos xiitas desde a deposição do Xá Reza Pahlevi. Sob a orientação dos aiatolás, entre os quais se destacava Khomeini, o Irã promovia a Revolução Islâmica.

Todas as tentativas dos governos norte-americano e britânico de justificar os ataques contra o Iraque não tinham nenhum respaldo no direito internacional, nem o apoio da ONU, que optou por ampliar os prazos para os inspetores descobrirem nos arsenais iraquianos os armamentos proibidos desde a derrota militar de Saddam Hussein, na Guerra do Golfo. Assim, ao passar por cima das decisões da ONU, os Estados Unidos e o Reino Unido desacreditaram e desmoralizaram a organização internacional, uma das poucas esperanças de um mundo mais justo e pacífico. A ação militar anglo-americana causou uma situação delicada do ponto de vista internacional,

pois trazia à tona a possibilidade de retomada de ações típicas do imperialismo colonialista, que se pensava tivessem terminado.

Tradicionais aliados dos Estados Unidos, como a França, a Alemanha e até mesmo o Canadá, país da *Commonwealth* britânica, bem como todos os membros da Otan manifestaram oposição à ação anglo-americana. O papa posicionou-se veementemente contra a guerra. Foi tudo infrutífero.

Após intensos bombardeios em todo o Iraque, que atingiram indiscriminadamente alvos militares e a população civil, Bagdá foi capturada, praticamente sem resistência, em 9 de abril de 2003. O mito da capacidade militar da Guarda Republicana do ditador iraquiano foi mais uma vez desnudado, como já houvera sido uma década antes.

Iniciada a ocupação, o país foi dividido pelos aliados em áreas de administração militar. Ao minimizar o papel que a ONU desempenharia no Iraque pós-guerra, na reconstrução e reorganização política do país, os anglo-americanos praticamente provocaram a falência das Nações Unidas, pois desrespeitaram abertamente a mais importante entidade internacional.

Saddam Hussein foi preso em 13 de dezembro de 2003, em uma localidade próxima a sua cidade natal, por tropas norte-americanas e rebeldes curdos. Embora armado, o ex-ditador rendeu-se pacificamente. Houve suspeitas, nunca confirmadas, de que o esconderijo onde Saddam se escondia teria sido delatado por um parente afastado em troca de dinheiro. Tendo sua identificação confirmada por meio de exames de DNA e sendo reconhecido como prisioneiro de guerra, teve sua custódia judicial entregue a autoridades do governo provisório iraquiano, o qual fora, na verdade, imposto pelos Estados Unidos. Acusado de genocídio cometido em 1982 (teria ordenado o massacre de 148 iraquianos xiitas, após ser alvo de um atentado fracassado), Saddam foi julgado e considerado culpado por um Tribunal Especial. Condenado à morte, foi enforcado no dia 30 de dezembro de 2006. Para com-

pletar o conjunto de abusos jurídicos, a televisão estatal iraquiana transmitiu imagens da execução. Imagens gravadas pelo celular de uma das testemunhas presentes à execução foram divulgadas pela internet e revelaram mais absurdos: pessoas humilhando e insultado o condenado, impedindo-o de proclamar "Só há um Deus, e Maomé é seu profeta".

Decorridos vários anos do fim do conflito, as tropas ocupantes ainda sofrem duros ataques de grupos iraquianos resistentes e de terroristas suicidas. Como as baixas norte-americanas não cessaram, o prestígio do presidente George W. Bush desceu consideravelmente. Seu fundamentalismo "cristão ocidental" não encontrou mais eco.

A crise do comunismo na URSS

No começo da década de 1980, o sistema soviético começou a mostrar os sinais de incapacidade que o levariam ao desaparecimento. Ao assumir o cargo de secretário do Partido Comunista, posto-chave na burocracia soviética, em março de 1985, Mikhail Gorbatchev deu início a um amplo programa de reformas, mas que resultariam no fim da URSS. Duas eram as suas palavras de ordem: *glasnost* (transparência) e *perestroika* (reestruturação). A primeira significava um abrandamento da censura típica do modelo soviético; a segunda introduzia critérios de eficiência na gestão da economia, seriamente prejudicada por décadas de excessiva centralização, ineficiência, burocracia e corrupção. O país passava por grave crise econômica e a produção já não mais atendia às necessidades básicas da população. As filas para a compra de alimentos, algo comum no sistema comunista, tornaram-se mais longas. Havia insatisfação geral devido à falta de liberdade de expressão e de participação política.

No plano externo, Gorbatchev esforçou-se em uma política de distensão, pondo fim à Guerra Fria. Trabalhou pelo desarmamento e pela ampliação do diálogo com os Estados Unidos. Em 1986, anunciava uma moratória unilateral dos testes nucleares

subterrâneos. Três anos depois, determinou a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão – guerra impopular, produto de uma intervenção que custava milhares de vidas e enormes recursos materiais aos russos.

O desejo do povo soviético de acelerar as reformas econômicas e políticas frustrou as expectativas de Gorbatchev de promover um processo de abertura gradual. Políticos populistas e até mesmo demagogos e oportunistas aproveitaram o caos em que se transformara uma das superpotências para promover a substituição do regime. O sistema de partido único, instituído pela Revolução Comunista, deu lugar ao pluripartidarismo. Deixaram de existir as listas únicas de candidatos, e os eleitores, pela primeira vez, após décadas de domínio do Partido Comunista, podiam escolher o seu candidato. O prestígio do dirigente populista Boris Iéltsin, chefe do Partido Comunista de Moscou, expandiu-se com tal rapidez que em março de 1990 ele foi eleito presidente do Soviete Supremo da URSS. Passou a contestar o poder do secretário-geral. Fez aprovar pelo Parlamento uma Declaração de Soberania, pela qual as instituições da Rússia, uma das repúblicas da URSS, se sobrepunham às do Estado soviético. A autoridade de Gorbatchev rapidamente diminuía.

Em agosto de 1991, setores ultraconservadores do Partido Comunista e das Forças Armadas, aproveitando a ausência do secretário em Moscou (ele estava em férias na região do mar Negro), deram um golpe de Estado, determinaram a prisão de Gorbatchev e tentaram restaurar a linha tradicional do sistema soviético. A firme oposição de Iéltsin e a mobilização da população de Moscou e de Leningrado fizeram o golpe fracassar. Fortalecido politicamente, Iéltsin promoveu a liquidação das principais instituições da URSS, esvaziando a autoridade de Gorbatchev, que renunciou em 25 de dezembro de 1991. A URSS simplesmente deixava de existir. Em seu lugar surgiram várias repúblicas soberanas, das quais a principal é a Federação Russa, que elegeu Iéltsin para presidente. Foi criada a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), um fórum de coordenação política e econômica que reúne 12 das 15

ex-repúblicas soviéticas. As repúblicas bálticas (Estônia, Lituânia e Letônia) não aderiram.

Em 1992, Iéltsin iniciava um programa radical de desestatização e liberalização econômica. A transição para o capitalismo provocou inflação, recessão, desemprego e crescimento do crime organizado. As máfias russas ganharam espaço em vários setores da economia. O Ocidente, desejoso de evitar sua volta ao antigo regime, fez grandes empréstimos e investimentos. Tal ação não impediu a Rússia de sofrer um grande ataque especulativo, em 1998.

O governo russo enfrentou, ainda, movimentos nacionalistas na Chechênia e no Daguestão, no Caúcaso, que ameaçavam a unidade do país, composto por pelo menos 80 etnias.

Com o desaparecimento da URSS, os demais países do Leste Europeu abandonaram o modelo socialista para ingressar em uma economia de mercado.

As transformações nos Estados Unidos

A sociedade norte-americana se manteve fortemente racista no pós-guerra. As minorias, negros, porto-riquenhos e "chicanos" (mexicanos), eram discriminadas e não tinham integração social. Os mais atingidos eram os negros, vítimas por centenas de anos de escravidão no Sul. Conscientes de sua importância e seus direitos, eles se organizaram para pressionar o Congresso e diminuir a discriminação existente. Marchas, boicotes e protestos pacíficos foram organizados. Eventualmente, ocorria uma explosão racial com levantes, saques e mortes em cidades mais populosas. Isso repercutiu na composição política. O Partido Republicano reunia grandes empresários urbanos, fazendeiros e as classes alta e média em todo o país. Minorias étnicas, intelectuais, trabalhadores agrícolas e o pequeno e médio empresariado se juntavam no Partido Democrático. Basicamente, a ideologia era a mesma – o liberalismo burguês e a democracia representativa. Tradicionalmente, os republicanos são mais conservadores; os democratas, mais abertos aos reclamos sociais.

A década de 1960 foi crucial para as transformações sociais e culturais nos Estados Unidos. Expandiram-se movimentos de contestação que denunciavam a discriminação e o preconceito raciais, a política de intervenção e pressão do Pentágono contra o Terceiro Mundo e a manipulação praticada por grandes corporações (multinacionais, transnacionais, trustes, *holdings*), impondo seus interesses à sociedade civil.

Diversas manifestações públicas, com a participação de milhares de ativistas, foram promovidas por organizações sociais, tais como o Movimento pelos Direitos Civis, reformista e vinculado ao pastor Martin Luther King, e os radicais *Black Power* e Panteras Negras. Ocorreram também questionamentos denominados "contracultura" (*underground*), fenômeno político, cultural e comportamental. A música de protesto tinha como principais ícones os cantores e compositores Bob Dylan e Joan Baez, o cantor e guitarrista Jimi Hendrix (1942-1970) e a cantora Janis Joplin (1943-1970). Todo esse processo de contestação culminou com o Festival de Música e Artes de Woodstock, no estado norte-americano de Nova York, o mais importante festival de *rock'n'roll*. Entre 15 e 17 de agosto de 1969, mais de 400 mil adolescentes compareceram a esse *show*.

Em 1961, o eleitorado norte-americano escolheu para presidente o democrata John Kennedy, membro da elite de Boston, comprometido com as questões sociais e de grande carisma pessoal. Seu programa, denominado "Nova Fronteira", foi criticado pelos conservadores e considerado um perigo para o país por causa de seus aspectos populistas e voltados para o social. Recebeu o apoio do pastor negro Martin Luther King, excepcional orador e líder do movimento pacifista. Kennedy conseguiu a aprovação do Congresso a leis que permitiram a ascensão dos pobres e das minorias do país.

Em 1963, em Dallas, no Texas, estado norte-americano ultraconservador, Kennedy morreu assassinado em um atentado ainda hoje mal explicado. Em 1968, seu irmão Robert Kennedy, ex-secre-

tário da Justiça e candidato favorito à presidência, e o pastor Martin Luther King também foram assassinados. Apesar da violência, os direitos civis ganharam amplo espaço, e o governo federal ampliou os programas sociais para os pobres, negros e idosos.

Com a volta dos republicanos à presidência (Ronald Reagan, George Bush), muitos benefícios sociais foram relegados, mas o processo de integração não arrefeceu.

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da URSS (1991) puseram fim à Guerra Fria e à ameaça de um conflito nuclear. Os Estados Unidos tornaram-se a única potência militar mundial e passaram a agir como verdadeiros policiais, inclusive passando por cima das decisões da ONU, como ocorreu na Guerra do Iraque (2003).

O capitalismo é dominante em todo o mundo. A maioria dos países então socialistas, inclusive a Rússia, aderiu à globalização, e o inglês se transforma, cada vez mais, na língua universal.

Na década de 1990, a administração do democrata Bill Clinton proporcionou o maior crescimento contínuo da história dos Estados Unidos. Mas seu sucessor, George W. Bush, filho do ex-presidente George Bush, retomou o discurso ultraconservador republicano, com forte apelo fundamentalista cristão.

Em decorrência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, houve profunda alteração no cotidiano da população norte-americana. Explorados pela mídia e por políticos conservadores, os ataques nada mais seriam do que um conflito entre dois modelos de civilização: o cristão ocidental, que tem nos Estados Unidos seu maior defensor, e o fundamentalismo islamita, representado pelo Irã e o Afeganistão e identificado como barbárie fanática e reacionária. Assim, ocorreram o crescimento da vigilância e as restrições à liberdade e à privacidade dos cidadãos, além da diminuição dos direitos político-jurídicos do cidadão norte-americano, um dos alicerces da história do país. Os desdobramentos não pararam: o presidente George W. Bush submeteu a política externa norte-americana a uma nova doutrina, a da "guerra preventiva", segundo a qual os

Estados Unidos tinham e têm o direito de atacar países suspeitos de se constituírem em futura ameaça política. Inevitavelmente, as relações internacionais tornaram-se mais tensas e conflitantes, os orçamentos militares expandiram-se, as intervenções ampliaram-se, tudo isso provocando cada vez mais vítimas. Se o Reino Unido se apresentava sempre como o aliado incontestável da política norte-americana, aprovando e participando dela, o mesmo não acontecia com a França e a Alemanha. A cisão na aliança ocidental era uma realidade.

A União Europeia

No continente europeu, a partir da Baixa Idade Média, houve a formação de vários Estados independentes e inúmeras disputas e guerras entre as nações. Alguns países, como França, Inglaterra e Alemanha, mantiveram rivalidade e antagonismo secular entre si. A união dos rivais em um só país era obra de ficção política no início da década de 1950. No entanto, para surpresa geral, inimigos históricos prometeram deixar de lado suas rivalidades e procurar uma convivência pacífica, sob a mesma bandeira. Também é verdade que a união dos países europeus ocidentais nasceu da necessidade de impedir a dominação econômica dos Estados Unidos e militar da URSS, as duas superpotências do pós-guerra.

A união da Europa Ocidental começou com uma série de acertos econômicos. O primeiro deles foi a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca). Seguiram-se o Tratado de Roma, em 1957, que criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), também chamada de Mercado Comum Europeu (MCE), formada por França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Também houve o Tratado da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euraton). Finalmente, em 1991, foi assinado o Tratado de Maastricht (nos Países Baixos), que estabelecia um prazo para a união monetária e econômica e outro para a união política; também garantia a cidadania comum a todos os habitantes dos países do bloco, além de quatro direitos básicos: livre circulação, assistência

previdenciária, igualdade entre homens e mulheres e melhores condições de trabalho. Progressivamente, as barreiras alfandegárias foram diminuindo, até desaparecerem, aumentando, assim, a circulação de mercadorias. Com a estabilidade dos preços, a produção cresceu e a qualidade de vida de todos melhorou.

Em Maastricht, nasceu a União Europeia (UE). O euro foi adotado como moeda única por Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal. Com o fim do bloco soviético, vários países da Europa Oriental solicitaram sua inclusão, como a Polônia, a República Tcheca, a Hungria etc.

No primeiro semestre de 2008, 27 países integravam política e economicamente a União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia e Suécia. Encontravam-se em negociação para o ingresso: Croácia e Turquia. Uma das condições para tornar-se membro é ser um país politicamente democrático, com um Estado de direito em vigor.

Além da ampla integração política e econômica, a União Europeia visa a melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos dos países-membros, reduzir as desigualdades sociais e econômicas entre as regiões, fomentar o desenvolvimento econômico dos países em fase de crescimento e proporcionar um ambiente de paz, harmonia e equilíbrio na Europa.

A União Europeia é uma nova potência mundial, que tende a se fortalecer no século XXI com a adesão de outros países. A união de forças de povos de culturas e costumes diferentes é um exemplo a ser seguido por outros países que perceberam a importância da organização em blocos integrados economicamente.

Teste seu saber

1. **(UEL) Sobre o período denominado "Guerra Fria", da segunda metade do século XX até a queda do Muro de Berlim, em 1989, é correto afirmar que:**

a) destacou-se como período de tensão entre duas potências, os EUA e a China democrática, na disputa pelo controle da economia mundial.
b) desencadeou a descolonização de países na África, Ásia e América, até então domínio dos impérios europeus.
c) caracterizou-se pela bipolaridade nas relações internacionais com a hegemonia de sistemas antagônicos – o capitalista dos EUA e o comunista da URSS.
d) deu-se sob o signo do terrorismo das armas nucleares, monopólio da URSS contra os países do Leste Europeu, com vistas à expansão e à conquista da Europa Ocidental.
e) foi marcado pelo papel da União Europeia em oposição à política externa dos EUA no Oriente Médio, sob a égide do terrorismo internacional.

2. **(FGV) "Naqueles tempos havia equilíbrio e medo de destruição mútua. Naqueles tempos, uma parte tinha medo de dar um passo extra sem consultar as outras. Era com certeza uma paz frágil e assustadora, mas vista de hoje ela nos parece suficientemente confiável. Hoje parece que a paz não é tão confiável."**
A declaração do presidente russo Vladimir Putin, dada em fevereiro de 2007, evoca:

a) o período anterior à Segunda Guerra Mundial.
b) a *belle époque*, que julgava impossível uma nova guerra geral.
c) a situação vigente após a Primeira Guerra Mundial.
d) a era stalinista, auge da URSS como potência.
e) o mundo bipolarizado da Guerra Fria.

3. **(Cesgranrio) Um dos fatos mais expressivos da década de 1960 na China foi o movimento de dominação política e ideológica dirigido por Mao Tsé-Tung, que está associado à:**

a) Revolução Vermelha.
b) Revolução Cultural.
c) Revolução Verde.
d) Revolução dos Quatro.
e) Revolução Intelectual.

4. (UEL) Israel, em 1967, ao defender-se dos países inimigos na "Guerra dos Seis Dias", ocupou importantes áreas estratégicas e, desde então, essas terras não mais foram devolvidas.

Sobre os constantes conflitos na região do Oriente Médio, pode-se afirmar:

I. Yasser Arafat, líder da OLP, e Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, realizaram em 1993 um acordo de paz incentivado por Bill Clinton, presidente dos EUA. Alguns judeus discordaram dessa aproximação e um deles assassinou Rabin em 1995.

II. Os países que têm suas terras ocupadas por Israel são Síria, Turquia, Jordânia e Líbano. No caso do Líbano, as terras ocupadas são um importante manancial aquífero, denominado colinas de Golã, provedor de águas para a região do deserto.

III. A guerra na região, além de ser um fato sociopolítico, é também expressão de um conflito religioso de três religiões monoteístas, abraâmicas: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. No Irã, muçulmanos depuseram o xá Reza Pahlevi por intermédio da "Revolução Islâmica".

IV. Na região chamada "Berço da Civilização", edificou-se o Império da Babilônia, famoso pelos seus "Jardins Suspensos". Atualmente, essa região encontra-se dominada por um país ocidental que apoiou militarmente Saddam Hussein em sua guerra contra Khomeini.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

a) I e II.
b) II e III.
c) II, III e IV.
d) I, II e IV.
e) I, III e IV.

5. (UFRGS) "Queridos compatriotas, concidadãos:

Tendo em vista a situação criada com a formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), concluo minha atividade como presidente da União Soviética. Tomo esta decisão por questões de princípio. [...] Impôs-se a linha de fragmentação do país e desunião do Estado, o que não posso aceitar.

[...] O destino quis que, ao me encontrar à frente do Estado, já estivesse claro que nosso país estava doente. [...] Tudo devia mudar. [...] Hoje estou convencido da razão histórica das mudanças iniciadas em 1985. [...] Acabamos com a Guerra Fria, deteve-se a corrida armamentista e a demente militarização do país que havia deformado nossa economia, nossa consciência social e nossa moral. Acabou-se a ameaça de uma guerra nuclear. [...] Abrimo-nos ao mundo, e responderam-nos com confiança, solidariedade e respeito. Mas o antigo sistema desmoronou antes que o novo começasse a funcionar.

[...] Deixo meu cargo com preocupação mas também com esperança, com fé em todos vocês, na sua sabedoria e na sua força de espírito. [...] Meus melhores votos a todos."

Mikhail Gorbatchev."Discurso de despedida Moscou,
25 de dezembro de 1991.

Fonte: Garcia F.; Espinosa, J. M. *História del mundo actual*: 1945-1995. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que não está diretamente vinculada ao teor do documento ou ao seu contexto histórico:

a) Nova Ordem Mundial dos anos 1990.
b) nova Guerra Fria.
c) guerra da Chechênia.
d) reunificação alemã.
e) descolonização afro-asiática.

6. (Fuvest)"a morte da URSS foi a maior catástrofe geopolítica do século. No que se refere aos russos, ela se tornou uma verdadeira tragédia".

(Vladimir Putin, presidente da Rússia, abril de 2005.)

"Para mim, o maior evento do século XX foi o colapso da URSS, que completou o processo de emancipação das nações".

(Adam Rotfeld, chanceler da Polônia, abril de 2005.)

As duas declarações:

a) coincidem, a partir de pontos de vista opostos, sobre a importância do desaparecimento da União Soviética.
b) revelam que a Polônia, ao contrário da Rússia e dos demais ex-países do Pacto de Varsóvia, beneficiou-se com o fim da União Soviética.
c) mostram ainda ser cedo para afirmar que o desaparecimento da União Soviética não foi historicamente importante.

d) consideram que o fim da União Soviética, embora tenha sido uma tragédia, beneficiou russos e poloneses.
e) indicam já ser possível afirmar, em caráter definitivo, que o fim da União Soviética foi o acontecimento mais importante da história.

7. (PUC-RJ) Sobre o significado e os desdobramentos dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, estão corretas as afirmações a seguir, à exceção de:

a) os ataques terroristas provocaram mudanças no cotidiano da população norte-americana, como o crescimento da vigilância e restrições à liberdade e à privacidade dos cidadãos.
b) a partir do atentado, o governo Bush introduziu na política externa americana o princípio da "guerra preventiva", segundo o qual os Estados Unidos têm o direito de atacar países que possam representar uma ameaça política futura.
c) a reação do governo norte-americano aos atentados aumentou a tensão nas relações internacionais entre aliados importantes dos Estados Unidos, como a Alemanha e a França, que demonstraram algum descontentamento com a política unilateral adotada pelo governo Bush.
d) devido aos avanços tecnológicos, ocorreu uma expressiva diminuição dos gastos militares e do número de vítimas, desde então, em comparação com os tempos da Guerra Fria.
e) os ataques terroristas fizeram ressurgir a ideia de que os conflitos no século XXI seriam explicados pela existência de um conflito entre dois modelos de civilização.

8. (UFRGS) Considere o enunciado a seguir e as três propostas para completá-lo.

Na década de 1960, os EUA foram abalados, na política interna, pelo surgimento e crescimento de movimentos de contestação que denunciavam a discriminação racial, a atitude belicosa do Pentágono contra o Terceiro Mundo e a pressão de grandes empresas impondo seus interesses corporativos em detrimento da sociedade civil. Entre esses movimentos de contestação, é correto citar:

I. as diversas manifestações promovidas por organizações sociais, tais como o Movimento pelos Direitos Civis, vinculado a Martin Luther King, o *Black Power* e os Panteras Negras.

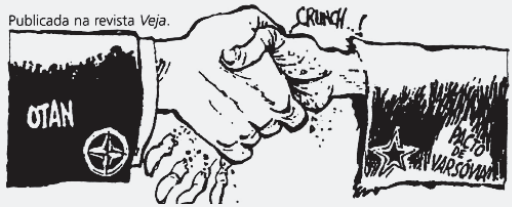
II. a organização liderada pelo senador Joseph McCarthy e apoiada por Richard Nixon e Ronald Reagan, que defendia a tolerância racial, a liberdade sexual e o respeito à autodeterminação dos povos do sudeste asiático.

III. as modalidades de questionamento identificadas como contracultura, fenômeno político, cultural e comportamental que abrangia, entre outras, a denominada música de protesto, representada por Bob Dylan, as manifestações pacifistas contra as guerras promovidas pelos EUA e o movimento *hippie*.

Quais propostas estão corretas?

a) apenas I.
b) apenas I e II.
c) apenas I e III.
d) apenas II e III.
e) I, II e III.

Descomplicando a História



(Mackenzie) Na figura, a charge nos remete à crise da ex-URSS e, por extensão, do mundo socialista, acerca da qual considere as afirmações abaixo.

I. Frente à crise soviética, o líder Mikhail Gorbatchev (1985-1991) deu início a um amplo programa de reestruturação econômica (*perestroika*) e de abertura política (*glasnost*), cujo desfecho inesperado foi a desintegração política do país.

II. No plano da política externa soviética, esse panorama refletiu em propostas de aproximação e cooperação com os EUA, que resultariam no fim da bipolarização mundial.

III. As transformações ocorridas na ex-URSS promoveram o esfacelamento do Bloco Socialista, com amplas repercussões, tal como a reunificação da Alemanha (1990).

Das afirmações:

a) todas estão corretas.
b) somente III está correta.
c) somente I e III estão corretas.
d) somente II está correta.
e) somente II e III estão corretas.

Resolução e comentários

As três afirmações, corretas, estão associadas às reformas iniciadas por Mikhail Gorbatchev e às mudanças delas decorrentes, que contribuíram para o fim da Guerra Fria. Com a crise na URSS, a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento do socialismo em diversos países europeus orientais, o Pacto de Varsóvia deixou de vigorar em 31 de março de 1991. A alternativa correta é a **A**.

Respostas dos exercícios

Capítulo 1

1. e **2.** c **3.** d

Capítulo 2

1. d **2.** c **3.** d **4.** b **5.** d

Capítulo 3

1. b **2.** b **3.** e **4.** e **5.** e **6.** d **7.** b

Capítulo 4

1. a **2.** c **3.** d **4.** b **5.** c **6.** c **7.** b
8. e **9.** d

Capítulo 5

1. a **2.** d **3.** a **4.** c **5.** d **6.** c **7.** c

Capítulo 6

1. a **2.** c **3.** e **4.** c **5.** d **6.** c **7.** b
8. c **9.** e **10.** b **11.** c

Capítulo 7

1. b **2.** e **3.** b **4.** d

Capítulo 8

1. a **2.** c **3.** a **4.** d **5.** b

Capítulo 9

1. c **2.** d **3.** b **4.** e

Capítulo 10

1. d **2.** e **3.** e **4.** c **5.** e **6.** a

Capítulo 11
1. e **2.** a

Capítulo 12
1. c **2.** c **3.** a

Capítulo 13
1. d **2.** d **3.** c

Capítulo 14
1. d **2.** a **3.** b

Capítulo 15
1. d **2.** d **3.** c **4.** a

Capítulo 16
1. c **2.** b **3.** a

Capítulo 17
1. c **2.** e **3.** d **4.** e **5.** a **6.** a **7.** b
8. b

Capítulo 18
1. b **2.** b **3.** a **4.** c

Capítulo 19
1. e **2.** b **3.** b **4.** b

Capítulo 20
1. a **2.** c **3.** a **4.** e **5.** e **6.** c

Capítulo 21
1. c **2.** d **3.** b **4.** c

Capítulo 22
1. e **2.** d **3.** a

Capítulo 23

1. a **2.** e **3.** e

Capítulo 24

1. e **2.** a **3.** d **4.** d

Capítulo 25

1. b **2.** c **3.** a **4.** e **5.** d **6.** e **7.** d
8. a

Capítulo 26

1. a **2.** e **3.** b **4.** d **5.** a **6.** e

Capítulo 27

1. e

Capítulo 28

1. a **2.** e

Capítulo 29

1. d **2.** d **3.** e

Capítulo 30

1. b **2.** c **3.** c **4.** c

Capítulo 31

1. d **2.** c **3.** b **4.** d **5.** b

Capítulo 32

1. a **2.** c **3.** a **4.** e **5.** c

Capítulo 33

1. c **2.** e **3.** b **4.** e **5.** a **6.** a **7.** d
8. c

Créditos das imagens

Figura 1 – Michael Greenhalgh/Creative Commons
Figura 2 – Fabiana Fernandes
Figura 3 – Museu Histórico Natural de Viena, Áustria
Figura 4 – Bryan Busovicki/Shutterstock
Figura 5 – Adelson Malaquias
Figura 6 – Alexandre Bueno
Figura 7 – Gary718/Shutterstock
Figura 8 – Alexandre Bueno
Figura 9 – Raymond Ostertag/Creative Commons
Figura 10 – Alexandre Bueno
Figura 11 – Bryan Busovicki/Dreamstime
Figura 12 – The British Museum Press, Londres
Figura 13 – Photodisc
Figura 14 – Galina Mikhalishina/Shutterstock
Figura 15 – Greg O'Beirne/Creative Commons
Figura 16 – Tomisti/Creative Commons
Figura 17 – Museu do Louvre, Paris, França
Figura 18 – Ricardo Frantz André/Creative Commons
Figura 19 – Maksim Toome/Shutterstock
Figura 20 – Rafael Laguillo/Dreamstime
Figura 21 – Tkachuk/Shutterstock
Figura 22 – Maps World
Figura 23 – Igreja de São Vitale em Ravena
Figura 24 – Maria Schnitzmeier/Creative Commons
Figura 25 – Reguera/Creative Commons
Figura 26 – Tranxen/Creative Commons
Figura 27 – Edal Anton Lefterov/Creative Commons
Figura 28 – Museu Conde de Chantilly
Figura 29 – Musée de la Tapisserie, Bayeux, França
Figura 30 – Galeria Napoleão, Paris, França
Figura 31 – Museu do Prado, Madri, Espanha

Figura 32 – Lopo Pizarro/Creative Commons
Figura 33 – Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, Portugal
Figura 34 – São Francisco, Alto da Igreja, Assis, Itália
Figura 35 – Gallerie dell'Accademia, Veneza
Figura 36 – Santa Maria della Grazie, Milão, Itália
Figura 37 – Galleria degli Uffizi, Florença, Itália
Figura 38 – Pvasiliadis/Creative Commons
Figura 39 – Santa Maria in Trastevere, Roma, Itália
Figura 40 – Equipe Rideel
Figura 41 – Statens Museum Forkunst, Copenhague
Figura 42 – Museu National du Chateau de Versailles, França
Figura 43 – Museu National du Chateau de Versailles, França
Figura 44 – Museu Antoine Lécuyer, Saint-Quentin, França
Figura 45 – Coleção Particular/Galês Ken
Figura 46 – Coleção Particular/Hulton Archive
Figura 47 – Staatliche Museen, Berlim
Figura 48 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal
Figura 49 – Coleção Particular/Hulton Archive
Figura 50 – Coleção Particular/Roger Viollet, Paris, França
Figura 51 – Museu Carnavalet, Paris, França
Figura 52 – Museu do Louvre, Paris, França
Figura 53 – Musée de l'Armée, Paris, França
Figura 54 – Museu do Prado, Madri, Espanha
Figura 55 – Archives des Affaires, Paris, França
Figura 56 – Alexandre Bueno
Figura 57 – Library of Congress, Washington D.C., EUA
Figura 58 – Bibliothèque Nationale de France, França
Figura 59 – Bibliothèque Nationale de France, França
Figura 60 – Bibliothèque Nationale de France, França
Figura 61 – Bibliothèque Nationale de France, França
Figura 62 – National Portrait Gallery, Londres
Figura 63 – Dystopos/Creative Commons
Figura 64 – Coleção Particular/Time Life Pictures

Figura 65 – Coleção Particular/Stapleton
Figura 66 – Musée d'Orsay, Paris, França
Figura 67 – Coleção Particular/Arquivos Charmet
Figura 68 – Hotel de Beauharnais, Paris, França
Figura 69 – The Museum Wellington, Londres, Reino Unido
Figura 70 – Museu Real de Belas Artes da Bélgica, Bruxelas
Figura 71 – Museu Nacional du Chateau de Versailles, França
Figura 72 – Museu do Louvre, Paris, França
Figura 73 – Ananda/Creative Commons
Figura 74 – National Portrait Gallery, Londres
Figura 75 – Bibliothèque Nationale de France, França
Figura 76 – Musée d'Orsay, Paris, França
Figura 77 – Immanuel Giel/Creative Commons
Figura 78 – Palazzo Pubblico, Siena, Itália Alinari
Figura 79 – Library of Congress, Washington D.C., EUA
Figura 80 – Library of Congress, Washington D.C., EUA
Figura 81 – T. McCoy/Marinha Americana
Figura 82 – Library of Congress, Washington D.C., EUA
Figura 83 – Alexandre Bueno